

vol.2 n.3
2019



 Patry Ter

Revista PatryTer

Associada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília
www.unb.br

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Profa.: Dra. Márcia Abrahão Moura

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof.: Dr. Mario de Diniz de Araújo Neto

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Coordenador: Prof.: Dr. Roberto Arnaldo T. Gomes

REVISTA PatryTer

Editor Responsável: [Prof. Dr Everaldo Batista da Costa](#), Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Conselho Editorial:

[Dr Everaldo Batista da Costa](#), Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

[Dr José Omar Moncada](#), Universidad Nacional Autónoma de México, México

[Drª Ilia Alvarado-Sizzo](#), Universidad Nacional Autónoma de México, México

[Drª Isabel Avendaño-Flores](#), Universidad de Costa Rica, Costa Rica

[Dr Luis Felipe Cabrales](#), Universidad de Guadalajara, México

[Drª Mabel Teresa Chaos Yeras](#), Universidad de Camagüey, Cuba

[Drª Maria De Los Angeles Adames de Newbill](#), Universidad de Panamá, Panamá

[Dr Rene Alejandro Gonzalez Rego](#), Facultad de Geografía Universidad de La Habana, Cuba

[Dr Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde](#), Universidade de São Paulo, Brasil

Conselho Técnico:

[Drª Luana Nunes Martins de Lima](#), Universidade Estadual de Goiás, Brasil

[Drª Janaína Mourão Gori](#), Universidade de Belo Horizonte, Brasil

[Dr Rafael Fabricio Oliveira](#), Instituto Federal de São Paulo, Brasil

[Dr Renan Amabile Boscariol](#), Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasil

[Doutoranda Rúbia de Paula Rubio](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Doutorando João Vitor Alves](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Doutorando Daniel Rodríguez Ventura](#), Universidad Nacional Autónoma de México

[Ms Vinicius Sodré Malully](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Mestranda Évellin Lima de Mesquita](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Mestranda Larissa Alves de Sousa](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Mestranda Adriana Dennise Rodríguez Blanco](#), Universidad Nacional Autónoma de México

[Bibliotecária Denise Bacellar Nunes](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Bibliotecária Luciana Setubal](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Bibliotecária Thayse Cantanhede](#), Universidade de Brasília, Brasil

Periodicidade: semestral

Divulgação eletrônica

Endereço para correspondência - Departamento de Geografia/UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, Bloco E - Av. L3 Norte, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70.904-970

Telefones:

55-61-31077253

E-mail: revistapatryter@gmail.com

PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades

v. 2, n. 3 (2019). – Brasília

Semestral

ISSN: 2595-0169

1. Geografia e Humanidades. Universidade de Brasília.

Programa de Pós Graduação em Geografia.

Editorial

Economia espacial na América Latina

Everaldo Batista da Costa¹
René Alejandro Gonzalez Rego²



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.23320>

É com muito entusiasmo que apresentamos o terceiro número da PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades. No mês de março de 2019, completamos o primeiro ano de existência. Os três primeiros números publicados revelam o grande desafio assumido pela equipe de edição e esboçam os enfrentamentos que temos pela frente, por diferentes motivos.

Certamente, o maior desafio, nesses doze primeiros meses, foi o de iniciar e manter a revista sem apoio financeiro de qualquer agência nacional ou estrangeira. Todo o trabalho do periódico é realizado por integrantes do Grupo de Pesquisa *CNPq* Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe³, sediado no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e também coordenado pelo editor chefe da PatryTer. Lembro da colaboração incondicional de colegas de diferentes partes de nossa América, especialmente de Costa Rica, México, Cuba, Panamá, Argentina, Peru e Colômbia. Prova disso é que o presente número será apresentado no III Seminário Latinoamericano sobre Representações do Espaço, no Instituto de Geografia da UNAM, México, no mês de abril de 2019.

Outro importante desafio enfrentado pela revista se revelou no processo de difusão, para recebimento de artigos, de forma a diversificar e a qualificar a publicação. Então, vinculado a sua difusão, outro repto foi o de receber, avaliar e aprovar artigos correspondentes à demanda ou escopo temático da PatryTer, que diz respeito às dinâmicas territoriais urbanas, rurais e meio-ambientais na América Latina e Caribe. O incentivo da PatryTer, para os próximos anos, é o de apresentar ao público um referencial continental de reflexão sobre as muitas problemáticas advindas das intervenções espaciais urbanas, rurais e meio-ambientais na América Latina e Caribe; qualquer outro logro poderá ser consequência dessa missão que assumimos.

É muito importante, em nosso primeiro ano de existência comemorado, recordar tanto o conteúdo da revista quanto o sentido concreto da grafia *PatryTer*, o que já foi apresentado em nosso Projeto Político-Acadêmico [publicado no primeiro volume, segundo número, divulgado em outubro de 2018, <http://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/12298>]:

La grafía *PatryTer* trae el sentido bolivariano de la *Patria Grande*⁴ como unidad continental y de integración territorial, las cuales se singularizan por la forma y el contenido de las ciudades, el campo y la dominación hegemónica de la “naturaleza”, en América Latina y el Caribe. Ciudades, campo y “naturaleza” (como referentes geográficos) que tienen resignificado un sinnúmero de patrimonios populares y mundiales [lo *urbano* y lo *rural* - específicos de la región - son nuestro mayor patrimonio, cuando la masa de la población habita y reproduce sus vidas en las periferias de las ciudades y del campo].

¹ Docente do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Editor-Chefe da PatryTer.
Email: everaldocosta@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0734-6680>

² Docente da Faculdade de Geografia da Universidad de La Habana. Membro do Conselho Editorial da PatryTer.
Email: rgrego@geo.uh.cu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9544-8363>

³ Doutores, doutorandos e mestrandos relacionados na página do Conselho Técnico da PatryTer.

⁴ Termo criado pelo argentino Manuel Ugarte, em seu livro *La patria grande*, de 1922, o qual tratou da tese da unificación hispano-americana.

Intencionalmente, a capa do vol. 2, nº 3 da revista apresenta uma fotografia da Ex *Hacienda Nueva Italia*, no México (foto 01), a qual evidencia um dos artigos apresentados no número, da mexicana Ilia Alvarado Sizzo. Este artigo apresenta argumentos e elementos transversais presentes nos demais trabalhos agora publicados, levando-nos a considerá-lo um número dedicado a *economia espacial* na América Latina. A fazenda Nova Itália foi uma grande propriedade privada (de imigrantes italianos) com 36 mil hectares que, no início do século XX, converteu-se em *Ejido Coletivo*, por força do Estado, simbolizando o movimento nacional e latinoamericano pela reforma agrária. Propriedade da terra, condições de trabalho, cotidiano familiar, agricultura, escalas de poder, memória individual e coletiva, interação cidade-campo, representações do espaço etc. são dimensões de debates centrais nos artigos publicados. Por economia espacial entendemos o complexo sistema de produção material mediado pelo trabalho e gerador de valor(es) depositados nos lugares; ainda, nossa perspectiva de economia espacial, que se vislumbra nesse novo número, não dicotomiza matéria e ideia, produção e imaginário, necessidades e utopias vinculadas ao território enquanto aporte e suporte de usos, de apropriações, de potências e de violências escalares.



Foto 01 - Vida cotidiana dos trabalhadores na *Hacienda Nueva Italia*.

Foto: Acervo privado da família Cusi (proprietários da fazenda).

O terceiro número da *PatryTer* congrega artigos de professores(as) e de pesquisadores(as) do Panamá, do México e do Brasil, alinhados com a economia espacial no continente, em vieses teórico-metodológicos diversificados.

Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal (Eduardo Abdo Yázigi), **Territorio, memoria e imaginario del trabajo, caso en el México** (Ilia Alvarado Sizzo), **Ciberspacio e patrimonio cultural digital** (Júlio César de Lima Ramires), **Patrimonio, territorio e memoria, caso en el Panamá** (Maria Adames de NewBill), **Cartografia, dinámica territorial e patrimonio material** (Adriano Bittencourt Andrade e José Jackson Andrade), **A produção canavieira e o mito do progresso** (Lara Cristina Gomes Ferreira e Fernando Luiz Araújo Sobrinho), **Patrimonio-territorial e saber local** (Rúbia de Paula Rúbio), **Arquitectura en el centro histórico de Ciudad de México, caso de La Merced** (Boris Tapia Peralta, Raúl Salas Espíndola, Mónica Cejudo Collera, Miguel Hierro Gómez) constituem os atuais artigos publicados que, em alguma medida, nos remetem a dimensões da economia pelo espaço na América Latina. Seguirá este editorial uma homenagem que fazemos ao amigo, professor e intelectual Eduardo Abdo Yázigi, que por mais de meio século contribuiu com o pensamento geográfico crítico brasileiro e, neste mês de fevereiro de 2019, desencarnou. Yázigi nos brindou com um artigo meses antes de sua passagem, o qual abre este novo número.

Por fim, cabe comentar que esta revista segue com a missão de divulgar a pluralidade existente no pensamento geográfico crítico e o saber de outras disciplinas preocupadas com as muitas dimensões do

espaço latinoamericano e caribenho. Essa tarefa, nos dias atuais, constitui um ato político, de resistência e confiança no futuro, não somente pelas dificuldades de recursos e entraves ideológicos que enfrentamos dentro de nossas universidades, mas, o que é pior, (onde só com a exceção das universidades cubanas) pela política de Estado neoliberal alinhada com a ideologia de uma modernização e de um progresso às avessas, os quais nossos países (e universidades, em contradição com sua missão) incorporaram, a passos largos, no transcurso da formação territorial e psicossocial latinoamericana. O caso brasileiro é emblemático, no âmbito de uma economia espacial que segrega os mais pobres e fragmenta o território em todas as escalas; nosso caso é, infelizmente, nos dias atuais, emblemático, com universidades públicas atacadas e desprestigiadas por ideologias que tentam, a todo custo, aniquilar o pensamento social crítico e humanista dentro e fora da instituição.

Independentemente do quadro *dibujado* pelo poder do Estado, no Brasil e outros países do continente, a PatryTer seguirá confiando que o conhecimento atinado de nossas realidades territoriais é a forma mais potente de significar a esperança de autonomia, de paz, de desenvolvimento, de liberdade e de democracia na América Latina!

Estas sanas intenções que brinda a PatryTer para o que José Martí definiu como *Nuestra América*, tem condicionado que a mesma tenha uma cálida acolhida por parte dos colegas cubanos, os quais se comprometem, nas próximas edições, a ter uma maior presença, para poder compartilhar com os leitores suas experiências e principais desafios aos que se tem enfrentado no campo da docência e da pesquisa geográficas e demais ciências humanas, em especial no referido às dinâmicas territoriais, ambientais, urbanas ou rurais.

Uma ótima leitura para todo(as)!

***Agradecemos aos avaliadores dos artigos publicados no vol. 2, nº 3 da PatryTer.**

Bernadete Castro (Universidade Estadual Paulista, Brasil), Leonardo Civalé (Universidade Federal de Viçosa, Brasil), Tania Herrera (Pontificia Universidad Catolica del Peru), Flaviana Lira (Universidade de Brasília, Brasil), Leandro Benedini Brusadin (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil), Rúbia de Paula Rúbio (Universidade de Brasília, Brasil), Ilia Alvarado Sizzo (Universidad Nacional Autónoma de México, México), Juscelino Eudâmidas Bezerra (Universidade de Brasília, Brasil), Roberto Silva de Souza (Universidade Estadual de Alagoas, Brasil), Victor Pacheco Garrido (Universidade de Brasília, Brasil), Amaya Larrucea Garritz (Universidad Nacional Autónoma de México).

Para Eduardo Yázigi, amigo professor, uma homenagem

Everaldo Batista da Costa¹



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.23281>

A segunda semana de fevereiro de 2019 iniciou mais triste, com a passagem do nobre amigo Eduardo Yázigi (janeiro e fevereiro do corrente ano inauguraram um período de muitos pesares).

Ao mesmo tempo, ameniza esse sentimento cortante da perda do corpo, parar para lembrar, ver, ler e reconhecer que Yázigi segue conosco, mais presente do que nunca, pois dedicou sua vida ao pensamento e, o que é fundamental, à prática do espaço vivido, percebido e concebido, com seu modo sempre inédito, criativo, provocador, provocante, erudito e sarcástico.

Brindou-nos com a revisão do “Espaço banal” (por último); divagou sobre o “Mundo das calçadas”; polemizou o “Turismo como esperança condicional”; questionou a “Alma do lugar”; analisou a “Civilização urbana” e, o que mais significa para mim a espiritualidade terrena e duradoura de Eduardo: materializou suas “Saudades do futuro”,

fazendo paródia e caricatura de sua própria imagem, nas “orelhas” do livro, ao apresentar sua foto de criança, na primeira, e sua caricatura “degenerada”, na última, criativa e zombeteiramente. Esses livros de nosso amigo professor não são obras que se encerram em si e com ele, trazem sua angústia e astúcia permanentes, diante do descaso público com as cidades e com o território e, concomitantemente, nos obrigam a seguir a reflexão, em um fiel diálogo, pois sua escrita envolve e provoca o leitor.

Quem conhece e reconhece a obra e um pouco da longa e exultante vida de Eduardo Yázigi compreende bem o que digo; talvez, mais que eu, já que tive o privilégio de conviver com ele dezessete anos, ou desde que cheguei a Universidade de São Paulo, como estudante. Esse convívio se tornou mais rotineiro depois que defendi o doutorado. Ensaíamos, por duas vezes (2009 e 2018), organizar seminários; ocasiões em que fomos impedidos pela conhecida burocracia universitária. Outras vezes, o convidei para apresentar trabalhos a revistas da Universidade de Brasília, quando eu assumia o editorial das mesmas. Em 2013, nos enviou para a Revista Espaço



Eduardo Yázigi. Agosto de 2010, no Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Brasil; conferência proferida na comemoração do dia Nacional do Patrimônio Histórico.

Fonte: <https://www.mprs.mp.br/noticias/22102/>

¹ Docente do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Editor-Chefe da PatryTer. Email: everaldocosta@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0734-6680>.

e Geografia o texto *Patrimônio – patinbo feio e enfeitado: sugestões metodológicas para a Geografia*.² Também foi o caso na Revista Cenário, na qual nos prestigiou, em 2016, com o texto *O sentimento oceânico*.³ Por fim, em 2017 inauguramos a PatryTer e Yázigi foi convidado para o Conselho Científico. Em outubro de 2018, enviou seu primeiro artigo para a revista, o qual apresentamos no atual número, intitulado *Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal*.⁴ Eduardo se foi (em matéria) e nos deixou de lembrança esse seu último artigo.

Porém, mais do que essas trocas acadêmicas, tive a oportunidade de dialogar ou estar com Yázigi em muitos momentos, para reconhecê-lo autoral, intenso e desmedido em sua crítica afiada e, simultaneamente, elegante. Não é qualquer pessoa que se dedica a ir ao cinema todos os dias da semana, o que fazia, religiosamente, para alimentar seu conhecimento também nessa área, ao ponto de me comentar, em maio de 2017, por ocasião de um trabalho de campo que realizávamos em Paranapiacaba, SP, que estava terminando um roteiro para um filme. Em nossas conversas, mensagens e e-mails, Yázigi chamava muito minha atenção, pois sempre encontrava motivos para se referir, carinhosamente, a Milton Santos e a Maria Adélia Aparecida de Souza. A esta última, reforçava sua estima falando da “grande amiga Adélia”.

Como bem destacou o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (em nota oficial), Eduardo Yázigi teve uma longa história com aquela instituição. Primeiro, no início dos anos 1960, como aluno do curso de História e, alguns anos mais tarde, como professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; a partir da década de 1990, ingressou como docente no Departamento de Geografia da USP. Lembra a nota que seu mestrado e doutorado, ambos orientados pelo geógrafo francês Pierre Monbeig, foram obtidos na Universidade de Paris, cidade onde viveu por mais de dez anos, entre final dos anos 1960 e meados dos anos 1970. Poliglota (falava seis idiomas) e erudito, Yázigi destacou-se nacional e internacionalmente. Ainda, participou de forma intensa e singular na formação de muitos estudantes e pesquisadores, tendo orientando cerca de trinta mestres e doutores, ao longo de sua carreira, perpetuando seu legado intelectual.⁵

Por fim, em fórum mais íntimo, Yázigi era muito atento, delicado e divertido com seus amigos mais próximos. Já sinto falta de suas mensagens e e-mails sarcásticos semanais.

“Saudades do futuro”! Seguramente, nos vemos companheiro!

² Ver seu texto em <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/259>

³ Ver seu texto em <http://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/18303>

⁴ Ver seu texto em <http://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/14281>

⁵ Ver a nota na íntegra em <https://fflch.usp.br/1155>

Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal: um enlace de geografia-urbanismo-sociologia-planejamento e turismo

Eduardo Yázigi¹

Resumo: Este pequeno ensaio introduz um aporte teórico ao urbanismo, baseado na visão de Louis Wirth (1938) que o exalta, também, como um modo de vida. É uma provocação junto aos leitores: quantas horas da vida de cada um são gastas com visitas ao patrimônio histórico tradicional e quantas são gastas, a vida inteira, no espaço banal fora de suas casas? Disto resulta a necessidade urgente de valorização dos ambientes socialmente apropriados por agremiações de cidadãos lá onde vivem: feiras de artesanato, étnicas, da história de vida, de cuidados de saúde, etc., cujos entornos podem desaparecer se cuidados com a renovação urbana não forem vigiados. É a alma da cidade que pode desaparecer na loucura urbanizadora sem critérios.

Palavras-chave: patrimonialização, espaço banal, turismo.

Ensayo teórico por la patrimonialización del espacio banal: un enlace de geografia-urbanismo-sociología-planificación y turismo

Resumen: Este pequeño ensaio introduce un aporte teórico al urbanismo, basada en la vision de Louis Wirth (1938) que incluso lo señala como un modo de vida. Es una provocación junto a los lectores: cuantas horas de la vida de cada uno es dedicada a visitas al patrimonio histórico edificado, y cuantas, durante una vida entera, al espacio banal al abrir la puerta de su casa? Asi resulta valorizar los ambientes socialmente apropiados por agremiaciones de ciudadanos en donde viven: ferias de artesanias y étnicas, historias comunes de vida, cuidados con la salud, etc., cuyos alrededores pueden desaparecer si precauciones contra renovaciones urbanas no son tomadas. Es el alma de la ciudad que puede desaparecer en la locura urbanizadora sin criterios.

Palabras-clave: patrimonialización, espacio banal, turismo

Theoretical essay for the patrimonialization of the banal space: a link of geography-urbanism-sociology-planning and tourism

Abstract: This article introduces a small theory contribution to urbanism, based on Louis Whirth's vision (1938) that exalts it as a way of life. This paper is a provocation towards the lector: how many hours in a life does he spend visiting the traditional historic patrimony and how many using banal spaces, during all the life when out of home? It results an urgent valuation necessity of ambiances socially appropriated by citizens through many kinds of unions there where they live: ethnic fairs, common life histories, health care, etc. whose environment disappears if precaution against urban renewal are not taken. The city loses it soul in urbanizing madness.

Keywords: patrimonialization, banal space, tourism.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.14281>

Como citar este artigo: Yazigi, E. (2019). Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal: um enlace de geografia-urbanismo-sociologia-planejamento e turismo. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (3), 01-07. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.14281>

Recebido: 15 de novembro, 2018. **Aceite:** 20 de fevereiro, 2019. **Publicado:** 04 de abril, 2019.

¹ Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – DG-USP. Email: edyaz@usp.br

1. Um tipo ideal do padrão de Max Weber

Paul Claval, grande fundador da Geografia Cultural, é um dos poucos geógrafos ganhadores do prêmio Vaudrin-Lud, equivalente ao Nobel na área de Geografia. Inspirado em sua fabulosa obra “*Ennobler et embellir. De l’architecture à l’urbanisme*” (Claval, 2011), a qual tive a honra de ser por ele escolhido para traduzir, veio-me a ideia o presente artigo, o qual considero bastante revolucionário. Entretanto, “bastante” somente para aqueles que jamais pensaram no valor do espaço público banal – que é o que sobra de todas as privatizações. Pretendo, em desespero de causa, esboçar uma contribuição teórico-metodológica a fim de recompor os cacos do espaço público paulistano, causados por sucessivas gestões municipais incapazes de gerir o que é sua obrigação. De modo geral, o Brasil não sabe gerir o pequeno, e muito menos o grande. Além das gestões, responsabilizo a baderna que se tornou São Paulo por incompetência de todos os edis municipais, diga-se de passagem, eleitos por voto indubitavelmente democrático. Em busca do que seja uma cidade, considero estupidamente incompleto definir um planejamento urbano que não leve em conta uma abordagem prévia do mais alto interesse social, isto é, um mix de geografia-história-sociologia-planejamento.

No Brasil, vivemos um tempo em que o andar a pé resultou num deboche do que seja o caminhar. De nada adianta a recomendação mundial de priorizar o pedestre, em nome da saúde, e mais ainda quando o excesso anormal de veículos circulando nos insta a trocar o auto particular por um meio de transporte coletivo. O Brasil já gozou de um tempo até a Segunda Guerra, em que o que hoje denominamos calçada se chamava, oportunamente, passeio. Prestava-se, com justa denominação ao que Charles Beaudelaire cunhara como ideal certos cidadãos se tornarem flaneurs. A academia não cessa de defender a sustentabilidade do corpo humano ligada a várias formas de uso do corpo humano. Há, ainda, a pregação de costumes que promovem o contrapeso de shopping centers, o excesso de vida televisiva, as celebrações, enfim, a apologia a mundos fechados que diminuem, cada vez mais, o valor das identidades abertas. Essas, sempre foram para mim, a alma da cidade juntamente com o que a natureza pode oferecer de melhor.

Inspirado em algo que já pensara, mas que me reconfortou enquanto método, encontrei no longínquo 1938, um artigo de Louis Wirth, da Escola de Chicago. Tal autor detonou um conceito mais do que fundamental em tempos de sustentabilidade: “O urbanismo como modo de

vida”. Entretanto, não o explorou tanto quanto possível. E além, nossa distância no tempo e na vida é de tal monta que se tornou imperativo repensar a questão. Daí decorre um desmembramento que a muitos pode parecer óbvio, sem que eu tenha encontrado quem exemplificasse o fenômeno das ambiências de modo a ser respeitado pelo Urbanismo. Trata-se de uma dessas ideias fáceis de aprovar de imediato, cujo tratamento objetivo visa oferecer reforço de agrupamentos, hoje órfãos sem o saber. Qualquer leizinha de um vereador dado a inventar coisas sem pensar pode aniquilar esforços coletivos de grupos da mesma identidade. Esta singela manifestação social, sem autor definido ou intervenção oficial pode, com segurança, não só satisfazer interesses sociais como favorecer o turismo e o lazer, como eles certamente podem ensinar.

Pode-se perguntar, em meio a um festival tresloucado de explorações capitalistas, como seria, por exemplo, o modo de vida do paulistano, congolês, angolano, húngaro ou damasceno, instados a viverem fora de suas pátrias. Com toda a certeza tal desafio só poderia ter alguma tentativa teórico-metodológica perto da completude, mediante análises do tipo ideal de Max Weber. Evidentemente, a síntese resultante de tal análise, tendo em conta um paulistano, seria pedagogicamente muito aceitável, assim como exemplo de tipo ideal, tão bem realizado como olvidado, como a obra da autoria de Stanley Stein (1990). Todavia, esse tipo só existiria na qualidade de protótipo, sem nuance alguma. Vale dizer: elucida uma condição sociológica, mas não serve como ponto de partida para uma intervenção urbanística que vise aprimorar a vida cotidiana bem definida de um grupo de cidadãos. O que Stein (1990) fez com grande sucesso foi uma profunda análise do município de Vassouras, no Rio de Janeiro, no auge da produção cafeeira: como funcionava a câmara local, de onde vinham os financiamentos, quem avalizava, implantava, etc. O que fica valendo resulta no seguinte: quem entende Vassouras desse tempo, entende todos os outros municípios contemporâneos, mas sem nuances. Max Weber, assim, exemplificou como teria sido uma cidade medieval, mas que não passava de um protótipo sem qualquer similaridade.

Cercado de um muro metodológico difícil de ser vencido operacionalmente, remeti-me a um conceito que venho trabalhando há décadas, mas ainda descontente com possíveis progressos já formulados. Este meu conceito chave tem por eixo o patrimônio ambiental urbano. Se no meu entender, ambiente quer dizer relação entre coisas ou ideias (ambiente deplorável, católico ou erótico...), eu deveria aproximar o domínio do objeto mais ainda, mesmo à guisa de exemplos. De

longa data publiquei um livro denominado “A alma do lugar”, que fez grande sucesso em todo o país. Nele, ative-me ao verdadeiro eixo do encantamento – uma reserva natural, uma arquitetura, uma festa nativa, religiosidades – um conjunto de coisas verídicas. Todavia, em tempos de horrorosa crise urbanística de São Paulo, esses grandes blocos já não me bastam para chegar bem perto de uma noção de ambiente identificada, coesa, localizada e protegida. A não perder de vista que este artigo é de teor de intervenção na realidade, isto é, fazer do planejamento um elemento real para ser vivido.

Assim foi tão fácil, tão certo, tão identificável, tão encantador focalizar as múltiplas ambiências que pululam na verdadeira Pauliceia Desvairada - que Mário de Andrade ainda não soubera bem em que iria resultar. Ei-la por todos os bairros vibrando de prazeres ou luto, mas meio chorandinho, temendo fenecer, sufocada, ensurdecida, assaltada, estuprada.

Num livro que acabo de escrever, mas ainda não publicado, elenquei mais de uma dezena de ambiências paulistanas, reais, vivas, coloridas, cheirando gostoso ou fedidas. Sim, meu ex Diretor de Doutorado, Professor Pierre Monbeig, corroborou uma ideia que sempre tive: nunca perder de vista a condição humana em análises quaisquer da Geografia, cujo principal objeto são seres de todos os gêneros, substantivo hoje acrescidos de variedades a ser perder de vista, incluindo regionalismos, nacionalidades, credos, atuações artísticas ou bruxarias.

Como bem se sabe, ambiências não são apenas as visíveis em pleno espaço público, mas por igual, incluem as que têm porta no espaço público e acontecem onde não são admitidos intrusos: uma Loja Maçônica, práticas de vodu ou orgias. As supremas ambiências que realizam identidades abertas a neófitos são múltiplas e podem ser analisadas, sistematizadas, dimensionadas, avaliadas enquanto dado sociológico a ser respeitado ou mesmo auto modificadas, posto serem mutáveis no tempo, felizes enquanto duram.

Quanto maior for uma cidade ou metrópole, certos grupos diferenciados de cidadãos podem existir que, absolutamente, prefiram ambientes sofisticados, clausuras, atividades secretas, etc. Nesta ótica, o que realmente conta para o planejador urbano são os valores que realizam condições psíquicas, vitais, profissionais, artísticas, o que seja – mas envolvendo as redondezas urbanas. Jamais será questão de se intrometer no que for de seus Direitos Constitucionais. O que interessa está na possibilidade de resguardar seu entorno, só isso.

Será preciso repetir até a exaustão: qual é mais importante para a vida dos que me leem: os

monumentos históricos e artísticos ou o espaço banal? Por qual deles se chega ao trabalho ou outra razão em cada dia da vida? E se for uma emergência médica bloqueada pelo trânsito? Não é preciso negar o monumento, mas atribuir-lhe o justo peso e proteção. Considere-se ainda que o patrimônio histórico e artístico oferece um único ingrediente da consciência histórica no contexto de um mundo de fatos, com múltiplas fontes de informação complementares, de diversas interpretações de História política, da arte, dos valores de cada tempo, etc. Uma exaustão porque existe incrível número de Histórias. Entenda-se: a História se pauta na Verdade, conceito este considerado o mais difícil de todos de ser trabalhado, inclusive até contra nossos valores sedimentados. Apreciar um bem já é outra coisa, livre e independente. Ter consciência exige muita sofisticação dialética. E isto não é pouco, nem da alçada do homem comum.

2. Algumas ambiências comuns

Na minha obra ainda não publicada denominada Patrimonialização do espaço banal, explorei com pormenores algumas ambiências cidadinas dotadas de identidade, cuja existência não pode ser planejada por governos, posto se tratem de apropriações espontâneas da população. O que se pode e se deve intervir nesses casos, trata-se tão somente, uma vez comprovado seu valor e anuência, proteger seu entorno, resguardando-o de renovações urbanas, pontuais ou zonais que possam destruir uma construção histórica coletiva. Construção esta que a priori evolui ou desaparece, mas que é indispensável à definição da Alma do Lugar, um dos principais fatores do sentimento de belonging. Do mesmo modo, conviria que o zoneamento regional fosse de tal natureza que, por igual, caminhasse ponderadamente no trato de agremiações públicas urbanas e rurais.

A guisa de exemplo cito abaixo, apenas algumas ambiências selecionadas e de valor consagrado pelo uso comum popular. Segundo meu enfoque analítico, as ambiências que seguem podem ser abertas ou semi públicas. O mais importante de ser considerado, para fins de planejamento, está no interesse de a cidade proteger seu entorno no que diz respeito ao valor social e ao uso e ocupação do solo – instituição que pode favorecer em bom ou mau sentido, dependendo de seu teor. No entanto, é preciso ter em conta que uma série de renovações pontuais se convertem em zonais, daí a necessidade de promover um micro zoneamento antes que um processo acabe por dominar a área inteira com renovações. Significa a agremiação se manter atenta

o tempo todo. Renovações existem desde que surgiram vilas agrárias e cidades, há mais de dez mil anos, pois assim exige a dinâmica da sobrevivência humana. A seguir, apenas breves comentários acerca de algumas ambiências comuns de serem encontradas – mas não únicas, nem definitivas. É a flexibilidade de estratégias o que lhes permitirá evoluir.

Calçadas. Constituem, desde meu ponto de vista, o melhor retrato do governo da cidade. No caso paulistano são consideradas a partir da dominante da perversão: entupimento de equipamentos e serviços que comprometem o pleno uso e contemplação de seus bens laterais edificadas, patrimoniais ou não. A calçada fulgura com os piores vícios: pavimentação estraçalhada, pessimamente remendada; liberada a quiosques de jornal que se tornaram pequenas lojas de conveniência e que burlam os 30 metros quadrados autorizados, estendendo beirais ao seu redor que aumentam a área útil coberta com mais 1,20 de extensão horizontal. Ao invés de serem destinadas a deficientes físicos, seus “pontos” são vendidos entre 2,5 e 5 milhões de reais, afora o casco de um luxo inigualável em países mais ricos onde uma banca não ultrapassa 2 metros quadrados. A fiação que se sobrepõe às calçadas chega, comumente, a ultrapassar mais de 50 unidades! Some-se ao entupimento da via: guaritas, barracas temporárias como as da Secretaria Municipal de Turismo de São Paulo – que sequer têm um mapa da cidade para oferecer ao turista. Ambulantes são cada vez de número maior.

Espaços sociais alternativos. Possuem o grande mérito de enriquecer e questionar a Democracia, assim como a Moral pública. Por exemplo, a célebre Galeria do Rock, entre a Avenida São João e Rua Sete de Abril de São Paulo pode “assustar” populações intolerantes a tatuagens ou ao uso corrente de caveiras no adorno pessoal, assim como a ambientes de fantasia fantasmagórica. Considero este tipo de marginalidade indispensável ao questionamento burguês de si próprio, na medida em que talvez cheque valores falsos. Os atendentes das lojas da Galeria em questão demonstram ter uma educação absolutamente solícita. Democracia é a vontade da maioria, mas com respeito às minorias!

Urbanização lateral de estradas em saída da metrópole. Estradas são concebidas, a priori, para tolerar apenas serviços de urgência em suas laterais, como por exemplo, mecânicos ou pronto socorro. O que acontece, em detrimento do bom do planejamento territorial do município, é que se cria uma cidade linear a beira da rodovia, com todos os tipos de “inconveniências”, resultando, muito onerosa e inconvenientemente, ao município arcar com uma urbanização isolada da cidade – seja

sendo obrigado a estender serviços a quilômetros de distância da sede e construir caras passarelas sobre a rodovia a fim de poupar mortes com travessias indevidas de pedestres.

Ônibus, trens de subúrbio e ferrys. Devem ser citados em função da precariedade dada pelo volume de passageiros em contato, inclusive sexual, entre si e que resultam em casos judiciais. Dado este que ainda é pouco em função da lentidão e incômodo gerado com passageiros que chegam a gastar mais de uma hora da periferia próxima ao centro. Ademais, ônibus não realizam o trajeto mais curto e sim o ziguezague que lhe permite colher o maior número de passageiros. Uma pergunta desafiadora: em que pesem milhares de ônibus incendiados e depredados durante manifestações públicas, quem indeniza seus proprietários cuja crítica inexistente? Quem? Ambiente de um trem TGV é bem outra coisa!

Conjuntos de habitação popular. Enquanto que em classes mais elevadas há conjuntos que chegam a constituir verdadeiros resorts, os apartamentos populares são a própria expressão da penúria, onde os espaços comuns raramente possuem vantagens de convívio social; a exploração comercial – sempre entregue a forâneos. Espaços comuns se tornam, não raro, acumuladores de lixo e ratos. Entrementes, bem poucos moradores fazem algum esforço para colorir o habitat com algum paisagismo.

Madalénices. Cunhei tal denominação para definir certa leva de novos moradores no bairro de Vila Madalena, São Paulo – décadas atrás. Refiro-me a certa categoria de intelectuais e estudantes que valorizam o lado amigável de vizinhança e de culturas alternativas que se expressam por uma feira local aos sábados, ou ainda em butiques de artesanato de bom gosto e profissionais preocupados com a vida sadia: tai chi, massagens, manufaturas, etc. São concentrações sociais e comerciais que vêm durando perto de meio século.

Balas perdidas. Favelas não são totalmente homogêneas. Constituem uma das maiores anomalias que tiram o sono de seus moradores e de outros segmentos normais de casas modestas semiperiféricas. A ordem de ninguém sair de casa é um insulto inominável de enfrentamento entre o poder das drogas e a vida social – não se sabe com precisão quais as ligações existem entre o mercado da droga e a totalidade de residentes afetos. Sim, existem várias zonas residenciais e comerciais, preferidas pelos bandidos. A ambiência reinante é do eterno terror.

Acampamento de mendigos. Constituem a grande novidade das “melhorias” vivenciais de mendigos. Antes pediam “uma moedinha”, passando depois a requerer uma “quentinha”, depois a um auxílio para a ração do gato ou

cachorro companheiro. Muitos vivem em tenda, outros nos vãos recuados de edifícios que permitem abrigo da chuva. As tendas, fixas, é claro, acumulam “tralhas” juntadas, cobertores, algum alimento, e também abrigo para os animais. Entre homens, mulheres, crianças e animais definem-se algumas regras de comportamento. Mas há também, mendigos que dormem ao relento. A proliferação deste tipo de “solução” de moradia está fazendo de São Paulo uma nova Calcutá. Entendam, cidadãos bem vestidos: a familiaridade com a miséria é uma das piores coisas que pode acontecer com a vida dita normal.

Ambiências do tipo “Oasis”. São espaços com certo isolamento da “zoeira” das ruas, onde é possível, ao cidadão-não-mendigo, encontrar lugares de sossego, tais como alguns mosteiros e igrejas, ou os belos Jardins com chafarizes do Museu do Ipiranga, há mais de um século considerado um “colírio”, um reduto de paz – assim como reservas florestais dentro da cidade.

Ambientes fantasiosos. São grandemente temporários, a exemplo do Sambódromo de São Paulo ou Rio de Janeiro. Por igual ruas que se atapetam para a procissão passar ou ainda dias de festejos civis que vão desaparecendo. Normalmente, antecedendo o Natal criam-se belas iluminações de rua, mas ocorrem, igualmente, aberrações insustentáveis. Por exemplo, num certo Natal do Rio de Janeiro, com temperatura beirando 40° C, desponta pelos bairros centrais um bizarro Papai Noel usando roupas árticas, com renas motorizadas – ao invés de pelo menos, chegar de bermudas com cestos de frutas tropicais. O mal deste simples episódio é que se habitua e aplaude o bizarro ao invés de acentuar a alma da cidade.

Mercados municipais. Desde a mais remota antiguidade se constituíam lugares de sociabilidade, onde a pechincha fazia parte e ainda faz, em alguns países em seus rituais de compra e venda. No mundo árabe, a pechincha nos souks ainda é ritual quase “obrigatório”. A fatura de verduras, frutas, secos e molhados sempre forma um sedutor cenário colorido. No Brasil, entretanto, à diferença de incontáveis países, a presença de um Mercado Municipal reúne o que há de pior em seu entorno. No Brasil inexistem arredores de mercado cheios de charme e de turistas. Ao lado do belo Mercado Municipal de Ramos de Azevedo, em São Paulo, pulula um caos de autos e sujeira que pode ser qualificada de nojenta. Em Madrid, o velho Mercado San Miguel, em Arquitetura de Ferro, se tornou uma das principais atrações turísticas, frequentado até mesmo por famílias reais. Quanto vale a Edificação do Mercado Municipal de São Paulo, assinado por Ramos de Azevedo, o fato de ser rodeado de uma deplorável ambiência em seu entorno?

Ruas de comércio temático. Muito se fala de suas origens damascenas na Síria, onde em priscas eras havia ruas do souk especializadas em jóias, especiarias, sedas... Em São Paulo tais vias se mostram, próximas do Mercado Municipal – por exemplo, a Rua São Caetano, inicialmente dada ao comércio de vestidos de noiva, atualmente com muitos complementos de vestuário do noivo, fazendas por metro, máquinas de costura, fotografos de bodas, etc. O mesmo acontece em sua adjacente Avenida Tiradentes que congrega um Quartel de Bombeiros, Comando Militar, muitas tendas de moda militar para qualquer pessoa, inclusive com cópias de estados beligerantes como Israel.

Hospitais. Alguns isolados nada ensejam por falta de lugar explorável por comércios. Outros, entretanto, congregam complementariedades necessárias: acesso automotor fácil para casos de emergência, clínicas de várias naturezas, lojas de produtos ortopédicos, laboratórios, etc. O Hospital São Paulo, à Rua Borges Lagoa é um exemplo de profusão de complementariedades médicas. Comumente ambiente de profunda tristeza e desolação.

Apropriações do padrão LGBT. Um lugar de especial destaque consiste da Praça Roosevelt, onde a ambiência de três teatros em função divide acolhimento de corpos teatrais vizinhos: o Teatro de Cultura Artística, o Restaurante Gigetto, a Baixa Augusta, etc. Infelizmente a renovação urbana que se processa a partir desta em direção à Avenida Paulista está ameaçando seriamente um ambiente consagrado como espaço alternativo de cultura clássica como de sexo, onde personalidades se congregam nos restaurantes e boates.

Pão e Circo. São elementos que vão quase sempre juntos, como as múltiplas associações de gastronomia com divertimento, divididas entre lugares elegantes como os bairros Jardim de São Paulo, com muitos restaurantes luxuosos, assim como teatros e cinemas. Algumas procissões associam a religiosidade à festa, como o dia 16 de agosto, em São Roque, SP, quando a passagem de um grande andor carregado por fortes homens, em ruas cobertas de flores, com o Santo do mesmo nome, é enriquecida com grande comilança. De fato, a cada ano algum casal eleito para festeiro abre sua casa com quitutes grátis para todos. As festas juninas da atualidade saíram de fogueiras no meio das ruas, devido a incompatibilidade de uso do fogo, para adentrar em escolas e clubes, onde o Casamento Caipira nunca falta.

Cracolândias. Quase toda cidade possui a sua, maior ou menor, exposta ou não. Costumam atemorizar transeuntes, com justa causa, uma vez que o uso craque ou cocaína enseja assaltos para adquirir drogas. O problema que se coloca é o

baixíssimo nível de segurança para os frequentadores da exímia Sala São Paulo, com suntuosas instalações líricas, bem ao lado de uma “filial” dos cartéis.

Points de patotas. Muitas vezes, sem razão aparente, começam com um pequeno grupo de frequentadores à procura de diversão com amigos. Costumam acontecer em algum bar ou restaurante que vende bebidas alcoolizadas, ocorrendo enorme concentração de frequentadores em apenas um - cujo estabelecimento ao lado “não pega!”. Sem dúvida, se tornam um lugar muito importante e não muito caro para congregação de grupos de jovens, na maioria estudantes.

Vias de Contestação e festejos. Outrora fora o caso do Vale do Anhangabaú, hoje deslocado para a Avenida Paulista, lugar de maior visibilidade onde se processam passeatas políticas de diversas ordens de contestação, assim como um loco de alta disputa por candidatos a cargos políticos. Atualmente prevalecem dois usos constantes principais: a célebre marcha gay que acabou congregando todas as opções de gênero sexual e a mais viável cópia do que costuma ser uma rambla, como por exemplo a de Barcelona. Contudo, em domingos e feriados, a avenida se transforma em redutos exclusivamente de passeio pedestre, onde artistas de diversas categoria se apresentam livremente, cantando, atuando, dançando, parodiando, fazendo malabarismo... A via se lota de cidadãos de todas espécies. A dificuldade criada é que grandes hospitais da região ficam com acessos dificultados e menos rápidos.

Pergunta oportuna para o planejamento: como tratar o aperfeiçoamento das vizinhanças, de cada uma das ambiências? - Lembrando-se que ambiência quer dizer relação. Que avaliações devem ser feitas à luz de um regime democrático de uso comum?

3. Algumas precauções de planejamento

O Brasil não tem a menor ideia do que seja micro zoneamentos

Apenas em instâncias inteligentes como em alguns países, o espaço público é minuciosamente predestinado com usos compatíveis com sua função específica. Sim, normas que se incorporam a um plano municipal de uso do solo, em consonância com seu Plano oficial de Uso do Solo.

Vigiar o perigo da renovação urbana

A pior ameaça da renovação se faz com delicadezas próprias de Carterpillars e sua força diabólica de arrasar até as pequenas e singelas

construções de apropriação cidadã viva como luz do dia. Quod usque tandem Catilina abutere patientia mostra? Então urbanistas oficiais ainda não aprenderam que existe forte produção bibliográfica internacional e brasileira que define respeito às ambiências consagradas e à necessidade de atender populações trabalhadoras em área central?

Intervir oficialmente se necessário for

A força do capital, transformando lugares de consagração social no único propósito de lucro não possui equivalente em termos de ausência de critérios. Sim, chegam mesmo a fabricar áreas semi públicas de lazer onde o lucro é que dita os usos compatíveis.

O verdadeiro sentido de participação

Nos remete a vários tipos de associações que até o presente não passam de simples reivindicações de poupar flagelos. Que participação hipócrita é esta bafejada aos quatro ventos proclamando o Direito à Cidade?

Prefeituras regionais

Devem parar de ser instâncias de reclamações, passando a assumir funções de alto interesse local enquanto partes de ideais social e economicamente previstos que complementem um ideal verdadeiramente orgânico de bem-estar geral.

Revisão institucional

A governança metropolitana se tornou um problema mundial cuja solução não pode ocorrer com a existência de instituições arcaicas do gerenciamento urbano. Isto não é fácil porque abala o atual sistema hierárquico do poder. Mas sem isto, como governar, por exemplo, a macro metrópole paulistana, cujos municípios juntos já perfazem quase duzentas unidades? Ninguém está a pensar que isto equivale a um poder superior ao de governar o país inteiro? Nenhum ideal metropolitano eficaz passará sem profundas reformas das instâncias de poder – de todos os níveis.

Acabar de vez com a Convias de São Paulo!

Ao longo de quase 30 anos de observação e documentação do surrealismo urbanístico de São Paulo, sugiro a extinção desta repartição incapaz de sanar as perversões que ocorrem livremente nas ruas paulistanas. Tenho tudo amplamente documentado: o espaço público piora cada vez mais. O desinteresse pelo espaço banal é humilhante. Numa única palavra, a Convias é tudo o que pode existir de pior para a cidade: deixa tudo

acontecer arbitrariamente, não constrói instituições nobres, permanece indiferente à educação cívica e jamais cobra indenizações por danos causados, sem cessar, por firmas e cidadãos comuns. Esta instituição vergonhosa deve ser extinta por incompetência e substituída por uma autarquia com plenos poderes de impor a ordem urbana e “catequisar” a população. A exigência de educação pela civilidade, abolida no pós Ditadura, deve ser reinventada como disciplina obrigatória de primeira ordem em todas as escolas. Não existe país desenvolvido no mundo que não cultive a ordem pública como uma questão tão importante quanto sua segurança.

4. Um indispensável (e tardio) reconhecimento da geografia

Partindo do pressuposto de que já existe, de longa data, uma Geografia Urbana, nada mais justo e perfeito do que despertá-la para um novíssimo enfoque - o espaço banal enquanto fator indispensável e obrigatório na busca de cidades mais humanas.

Por certo muitos estudiosos já resvalaram sobre esta questão, mas hoje carecemos de alongar os horizontes da percepção à luz de uma nova modernidade que defina as estratégias em vista da conquista urbana que mais está em moda: os direitos do cidadão. Eis então que as trincheiras se definem: de um lado a avassaladora Renovação Urbana que não deixa pedra sobre pedra (literalmente) de conquistas minuciosamente construídas nos espaços abertos e as das ambiências. Mas ora, relações, no contexto evocado anteriormente podem ser nefastas ou benígnas, o que nos remete a políticas urbanas, isto é, uma frente a ser conduzida com garras inclementes contra os abusos, não só do capital, mas também de cidadãos avessos ao que Heller (1985) e outros reconheceram há quase um século: não pode existir território sem regras. Até cães e muitos outros animais marcam territórios com sua urina. Apenas o humano costuma urinar fora do lugar. Como fica a Geografia Crítica? A luta tem duas frentes: a do “aqui agora” e a das grandes esferas – inseparáveis entre si. Por um lado, impõe-se a luta do imediato, contando com instrumentos de defesa já existentes. Por outro lado, a frente das instituições, das novas instituições. Tenho de lutar pelo buraco em frente de minha casa, mas também, e sobretudo, para que outros similares não surjam – meta a ser travada em esferas igualmente institucionais.

No entanto, a Geografia, como toda disciplina que se pretenda holística, deve se reforçar, com outras Humanidades que se mostrarem necessárias à clareza do que se procura

em nome de uma cidade de valores verdadeiramente equilibrados. Não aquela de antigamente que nunca foi assim, senão na etiqueta, e sim naquela que reconhece o direito de todos, até mesmo o da marginalidade-não-criminosa. Sim, marginais cujos valores valem por seus modos de vida que questionam os nossos, muito mais hipócritas.

(*) Meu livro, que explorará as ambiências com maior profundidade em 2019, levará por título “Patrimonialização do espaço banal. Aportes teóricos para o Urbanismo, Prestígio e Turismo”.

5. Referências bibliográficas

- Claval, P. (2011). *Ennobler et embellir*. De l'architecture à l'urbanisme. Paris: Les Carnets de l'Info.
- Heller, A. (1985). *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Stein, S. (1990). *Vassouras: um município brasileiro do café – 1850-1890*. São Paulo: Nova Fronteira.
- Yazigi, E. (2000). *O Mundo das calçadas – por uma política democrática de espaços públicos*. São Paulo: Imprensa.
- Wirth, L. (1938). *Urbanism as a way of life*. Indianapolis: Bobbs-Merrill.

Territorio, memoria e imaginario del trabajo. La hacienda y el Ejido Colectivo en Nueva Italia, México

Ilia Alvarado-Sizzo¹

Resumen: La memoria y el imaginario referidos al territorio y al trabajo muestran dimensiones paradójicas de la vida ubicada de los sujetos. Así, este artículo tiene el objetivo de realizar un acercamiento a dos momentos en la región de Tierra Caliente de Michoacán (México): la Hacienda Nueva Italia –parte de un sistema latifundista– y el Ejido –forma colectiva de propiedad agraria– para comprender la relación del trabajador con esta área definidora de un territorio singular, a principios del siglo XX. Metodológicamente, se trabaja con testimonios de habitantes de la actual Nueva Italia, para una reconstrucción de estas etapas con el análisis de los imaginarios y la percepción pretérita del territorio, develados por los ex trabajadores informantes. Para ello, se articula la discusión sobre i) el espacio y el imaginario de la hacienda en la memoria local; ii) la cotidianidad del trabajo en la hacienda y la vida privada de los trabajadores; iii) la lucha por la tierra, iv) la abundancia y la violencia en el ejido, y v) los Cusi y el General Cárdenas como alegoría de la hacienda y el ejido.

Palabras clave: territorio; memoria; hacienda Nueva Italia; Ejido Colectivo; familia Cusi.

Território, memória e imaginário do trabalho. A fazenda e o Ejido Coletivo em Nueva Italia, México

Resumo: A memória e o imaginário referidos ao território e ao trabalho mostram dimensões paradoxais da vida situada dos sujeitos. Assim, este artigo objetiva realizar uma aproximação de dois momentos na região de Terra Caliente, no México: a Fazenda Nova Itália – parte de um sistema latifundiário- e o Ejido –forma coletiva de propriedade agrária-, para compreender a relação do trabalhador com esta área definidora de um território singular, no início do século XX. Metodologicamente, trabalha-se com testemunhos de habitantes da atual Nova Itália, para uma reconstrução destas etapas com a análise dos imaginários e percepções pretéritas do território, revelados pelos ex-trabalhadores entrevistados. Para tanto, articula-se a discussão sobre (i) o espaço e o imaginário da fazenda na memória local; (ii) a cotidianidade do trabalho na fazenda e a vida privada dos trabalhadores; (iii), a luta pela terra; (iv) a abundância e a violência no ejido, e v) os Cusi e o General Cárdenas como alegoria da fazenda e do ejido.

Palavras-chave: território; memória; Fazenda Nueva Italia; Coletivo ejido; família Cusi.

Territory, memory and imaginary of work: Hacienda and Collective Ejido in Nueva Italia, Mexico

Abstract: Memory and imaginary referred to territory and work show paradoxical dimensions of located life of subjects. Thus, this paper aims an approaching of two historical periods in the Tierra Caliente of Michoacan (México): the Hacienda Nueva Italia –belonging to a large state system– and the Ejido –a type of collective farming property– in order to better understand the relationship of the worker with this area, which defines a singular territory at the beginning of 20th century. Methodologically, the research compiles testimonies of current Nueva Italia's inhabitants for a reconstruction of these periods through the analysis of imaginaries and bygone perception of territory, revealed by the former workers-informants. Consequently, the discussion is articulated around (i) the space and imaginary of the hacienda Nueva Italia in local memory, (ii) quotidian work in the hacienda and private life (iii) the struggle for the property of the land, iv) abundance and conflicts in the ejido, and (v) the Cusis and Cárdenas as allegories of the hacienda and the ejido.

Keywords: territory; memory; hacienda Nueva Italia; Collective ejido; Cusi family.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.23063>

Como citar este artigo: Alvarado, I. S. (2019). Territorio, memoria e imaginario del trabajo. La hacienda y el Ejido Colectivo en Nueva Italia, México. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (3), 08-25. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.23063>

Recebido: 14 de novembro, 2018. **Aceite:** 23 de janeiro, 2018. **Publicado:** 04 de abril, 2019.

¹ Investigadora de tiempo completo del Departamento de Geografía Económica, Instituto de Geografía, Universidad Nacional Autónoma de México. Email: ialvarado@igg.unam.mx. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9479-9973>.

1. De la historia a la memoria

La memoria es una forma de salvaguardar aquellos hechos del pasado que han modelado el presente y de cuyos aciertos y errores se debe aprender a fin de proyectar el mejor futuro posible. En la memoria se conserva, a nivel individual y colectivo, los acontecimientos, eventos o vivencias que son considerados “memorables”: merecen ser recordados por su importancia para el devenir de una persona o de una colectividad.

Maurice Halbwachs – sociólogo francés que escribió su obra en el primer tercio del siglo pasado – señala que el lenguaje, el aprendizaje, la conciencia y la memoria individual, se conforman y se definen dentro de los procesos de desarrollo social que vive cada individuo. En ese devenir, tienen un papel importante la comunicación y la interacción con diferentes grupos que integran los marcos sociales (familia, escuela, amigos, trabajo, grupos religiosos, comunidad, nación...) que a su vez moldean la conciencia individual y colectiva, que son interdependientes y se construyen de forma recíproca: cada persona con la que un individuo se relaciona aporta información – nombres, fechas, hechos, localizaciones, mentalidades, modelos de pensar y razonar– que, al momento de recordar, es interpretada, ordenada y situada a partir del orden simbólico vigente. Esos elementos integrantes de los marcos sociales, de cierta forma, se imponen al individuo y limitan su imaginación; al mismo tiempo, hacen posible recordar eventos pasados, ya sea psíquicos o sociales, dentro de un esquema complejo de interrelaciones (Halbwachs, 1990a).

Dando continuidad a los conceptos de Halbwachs, a finales de la década de 1980, Jan Assmann, egiptólogo alemán, matiza el concepto de memoria colectiva, proponiendo dividirla en memoria comunicativa y memoria cultural. La primera, se manifiesta en la expresión oral; trata de un pasado relativamente reciente y se conforma dentro de los marcos sociales vigentes en una temporalidad determinada; es la memoria individual en relación con un evento histórico trascendente. La segunda, se materializa de forma exteriorizada y objetivada, se preserva en formas simbólicas estables, elementos y soportes diversos divulgados en medios históricos; va más allá de situaciones específicas y se refiere a una dimensión ceremonial y no a prácticas de lo cotidiano (Assmann, 2010).

Bruner (2000) señala que la capacidad que poseen las colectividades para narrar sus experiencias es un instrumento para crear significados; narración y oralidad suelen converger para reconstruir experiencias pasadas y así reordenar el proceso social de una colectividad. La

narración es, entonces, uno de los medios por los que la memoria colectiva hace llegar al presente acontecimientos del pasado. De igual manera, el testimonio incorpora la memoria en el discurso, en el relato, en las narrativas (Ricoeur, 2002). Así, el testimonio se convierte en puente entre el archivo y la memoria, debido a que el testigo vio, escuchó o experimentó (por lo que probablemente fue alcanzado por el acontecimiento, es decir, fue marcado o afectado por un evento).

De tal suerte, el testimonio es un monumento, el relato del que se forman ideas sobre determinados acontecimientos o episodios de una colectividad y luego se vuelven a comunicar (Riegl, 1987). Cuando se narra el pasado, se transmite lo que se sabe o se cree saber sobre algún hecho o momento social y al mismo tiempo, el relato, la forma de contarlo revela una serie de imágenes, de percepciones personales sobre los acontecimientos o el territorio.

Bajo el marco conceptual de la memoria que se desarrollará, este artículo tiene como objetivo realizar un acercamiento a dos momentos históricos en la región de Tierra Caliente de Michoacán (México): la hacienda y el ejido, para comprender la relación del trabajador con esta área definidora de un territorio singular, a inicios del siglo XX.

Metodológicamente, se trabaja con testimonios de habitantes de Nueva Italia, para, a partir de la historia oral, realizar una reconstrucción de esas etapas con el análisis de los imaginarios y percepción pretérita del territorio, develados por los ex trabajadores informantes a lo largo de sus relatos/testimonios. Para ello, se articula la discusión sobre i) el espacio y el imaginario de la hacienda en la memoria local; ii) la cotidianidad del trabajo en la hacienda y la vida privada de los trabajadores; iii) la lucha por la tierra iv) la abundancia y la violencia en el ejido, y v) los Cusi y el General Cárdenas como alegoría de la hacienda y el ejido.

Se comprenderá que la memoria y el imaginario referidos al territorio y al trabajo enseñan dimensiones paradójicas de la vida ubicada de los sujetos.

2. La ex hacienda Nueva Italia: el escenario de la memoria

Halbwachs (1990a) destaca la importancia del espacio para la memoria colectiva, lo que denomina *milieu de mémoire*, o el entorno, es decir, un espacio compartido por los integrantes de la comunidad de remembranza. El autor señala la importancia de analizar los procesos de rememoración que ocurren en colectividades como

las localidades rurales, la familia, el grupo de trabajo, el grupo religioso o la clase social, puesto que la vida de la mayoría de los sujetos transcurre en esos sitios.

Para contextualizar el contenido de las entrevistas que a continuación se revisarán, en este apartado se presenta brevemente al marco geográfico e histórico del lugar de residencia de los informantes.

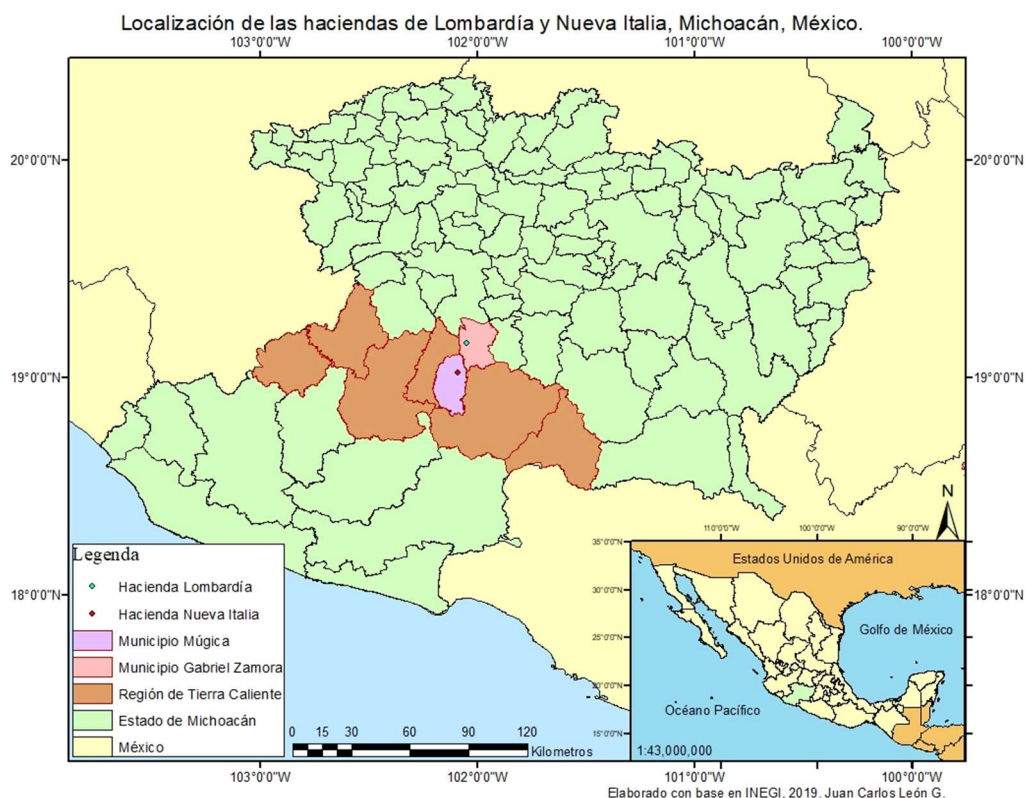
Apenas empezando el siglo XX, la Tierra Caliente de Michoacán, localizada al suroeste del estado (ver figura 1) fue testigo de un importante acontecimiento histórico, económico y social: la fundación y florecimiento de las haciendas Lombardía y Nueva Italia, propiedad de la familia Cusi¹. El territorio, que antes estaba casi despoblado y era improductivo, se transformó rápidamente en una de las regiones más lucrativas y con mayor crecimiento demográfico del estado.

los medios de producción (en otro apartado, se profundizará en los datos correspondientes al reparto de la propiedad y los beneficiarios).

Así, la hacienda Nueva Italia, inmensa propiedad de casi 36 mil hectáreas pertenecientes a una sola familia, se convirtió, a partir de noviembre de 1938, en el Ejido Colectivo de Nueva Italia. Ese movimiento o cambio de la propiedad de la tierra representa un proceso de formación territorial singular, lo que se pretende desarrollar en los próximos apartados, fundamentados en los testimonios orales registrados en las entrevistas con los dichos trabajadores. Actualmente, Nueva Italia es una localidad de poco más de 32 mil habitantes y cabecera del municipio de Múgica, en el estado de Michoacán.

Partiendo de la idea de que la narración es el vehículo de transmisión de la memoria colectiva (Halbwachs, 1990, 1990a) o,

Figura 1 – Mapa de ubicación



Fuente: elaboración propia

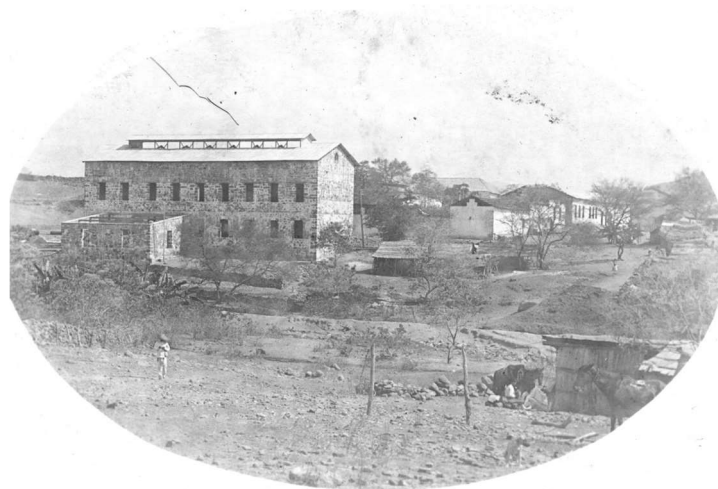
En el lapso de dos décadas, la intervención de los empresarios Cusi había transformado el territorio y la dinámica social de la región. En 1938, un acontecimiento cambia la realidad del lugar: el presidente Lázaro Cárdenas expropia las tierras y la infraestructura de producción a los Cusi, para repartirlas entre los trabajadores, dando origen al Ejido Colectivo de Nueva Italia, la mayor entidad de este tipo en el país y orgullo de su artífice, el General Cárdenas. Los antiguos peones serían, entonces, propietarios de la tierra, el ganado y de

específicamente, de la memoria comunicativa (Assmann, 2010) y considerando que la oralidad es el camino primigenio para la comunicación del pasado, en este caso se recurrió a la metodología de historia oral. A diferencia de la tradición oral, cuyo objetivo es transmitir narraciones de generación en generación, la historia oral tiene por objetivo registrar de primera mano el conocimiento y experiencia de los informantes. En las décadas de 1960 y 1970, se reconoció el valor de la historia oral para descubrir y preservar las experiencias de

los sujetos, y se considera, desde entonces una herramienta para evidenciar historias y situaciones de existencia espacial localizada poco visibles, la relación con el lugar de residencia y memorias de personas subalternizadas, grupos minoritarios y otros cuyas perspectivas no son consideradas o cuyas vidas no son objeto de registros escritos (George y Stratford, 2010).

cotidianidad del trabajo en la hacienda y la vida privada de los trabajadores; iii) la lucha por la tierra iv) la abundancia y la violencia en el ejido, y v) los Cusi y el General Cárdenas como alegoría de la hacienda y el ejido. Dentro de cada apartado se incluyen algunos testimonios representativos para dejar en voz de los informantes la descripción de los acontecimientos y vivencias y reforzar o

Figura 2 – Casco de la hacienda Nueva Italia a principios de la década de 1910



Fuente: Archivo privado de la familia Cusi

En este trabajo, la investigación de campo se llevó a cabo entre enero y junio de 2013, entrevistando a 27 personas residentes en Nueva Italia y que tuvieran alguna relación con el sistema de la hacienda (ser hijos de empleados de esa empresa o haber sido ellos mismos empleados) o que hubieran vivido el proceso de formación del Ejidoⁱⁱ Colectivo. De esa muestra, se seleccionaron 15 informantes nacidos entre 1924 y 1933; ellos vivieron en su infancia bajo el sistema latifundista y, durante su adolescencia y juventud, atestiguaron el cambio de régimen, inducido por la Reforma Agraria de Lázaro Cárdenas; en ese proceso, las tierras pasaron a manos de los trabajadores. En la actualidad, todos los informantes son ejidatarios “del censo básico”, es decir, la primera generación de trabajadores que recibieron tierras gracias al reparto agrario. Cabe señalar que entre los 15 entrevistados solo hay una mujer, lo cual responde a la dificultad de localizar ejidatarias (fueron una minoría en el reparto) y en el rango de edad que interesaba a este estudio. Para preservar la privacidad de los informantes, se presentan únicamente las iniciales de cada uno y el año de nacimiento que declararon en la entrevista.

El análisis del contenido de las entrevistas seleccionadas permitió establecer cinco categorías principales en los contenidos i) el espacio y el imaginario de la hacienda en la memoria local; ii) la

contrastar entre ellos las diferentes perspectivas.

Aunque este análisis incluye las narraciones de los 15 informantes, delimitará los espacios-tiempos correspondientes a la hacienda y el ejido, a partir de los recuerdos narrados por los entrevistados. Es importante reconocer que la función del relato oral o de la historia oral no se restringe a la metodología aplicada; “también tiene función social democrática, relevante e instigante; permite la investigación de fenómenos o cuestiones y de camadas sociales, normalmente, omitidas en la documentación oficial escrita dada al presente” (Costa, 2015, p. 21).

3. El espacio y el imaginario de la hacienda en la memoria local

Por imaginario nos referiremos a la suma de imágenes o percepciones que el sujeto posee al respecto de un territorio, momento o evento determinado. En este caso, los relatos serán los referentes para el estudio de los imaginarios de la hacienda y el ejido de Nueva Italia. Como recuerda Halbwachs (1990), son cosas que perduran por generaciones y por generaciones, favorecen la producción de un imaginario sobre vidas pasadas que constituyen la lógica de la vida presente, en otra dinámica.

Lo primero que destaca en los relatos es la percepción de la hacienda como un lugar de oportunidad, de trabajo, de abundancia. Ahí llegan los nuevos residentes para convertirse en peones al servicio de la empresa agrícola. Hay que recordar que la hacienda Nueva Italia, a mediados de la década de 1910 y hasta el momento de su expropiación, vivió un período de alta productividad que requería mano de obra, mientras la mayor parte del país se encontraba sumido en la crisis generada por el estallido de la Revolución de 1910 y las décadas posteriores de guerrilla, que concluyó prácticamente hasta que Lázaro Cárdenas asumió la Presidencia en 1934 (Glantz, 1974; Pureco, 2008; Alvarado-Sizzo, 2014).

Ante el desolador panorama del resto del país “...el productivo latifundio de los Cusi se había convertido en un polo de atracción para aquellos que buscaban un trabajo y un lugar donde pudieran llevar una vida tranquila al lado de sus familias” (Alvarado-Sizzo, 2014: 29). Aunque las condiciones de trabajo eran duras —se trabajaba de sol a sol por un salario semanal relativamente bajo— las oportunidades eran mayores que en sus lugares de origen, y el salario y prestaciones que ofrecían los empleadores de la hacienda eran mejores que otras empresas similares en el ámbito nacional (Glantz, 1974).

Los testimonios obtenidos en las entrevistas muestran la diversidad de los sitios de origen de los trabajadores que en ese contexto llegaron a residir en la hacienda Nueva Italia:

Mira, mi familia, la familia d'él... la familia de todos no son de aquí, cayeron aquí, cayeron aquí, la familia d'él es de Tumbiscatio... Mi familia es de la Huacana, de Chavinda, es... mi abuelita y se vino a casar con... mi abuelito (Entrevista concedida por el señor EO (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, Michoacán, enero de 2013).

Es que mire, le voy a platicar. Mi papá se llamaba Francisco, y él allá, pus allá no hay trabajo, no hay nada. Y él le dijo a mi mamá: “¿Pus sabes qué? Voy a ir a buscar la vida y si veo que hay modo pus te mando decir o vengo por ti.” Pero acá se buscó otra señora y ya no volvió. Y otro señor de aquí fue p'allá y se junta con mi mamá, y ese se la trai. Por eso vivimos aquí (Entrevista concedida por el señor EC (n.1924), en Gámbara, municipio de Múgica, Michoacán, febrero de 2013).

Además del sueldo semanal, los hacendados dotaban a los trabajadores de casa para ellos y sus familias. Este beneficio los convertía en “peones acasillados” (Glantz, 1974; Pureco, 2010), y era otorgado siempre y cuando se mantuvieran

activos en las labores demandadas. Cuando el peón incumplía este intercambio de trabajo por sueldo y vivienda, no sólo era despojado de esos beneficios, sino que era “exiliado” del territorio. Con seguridad, la vivienda es elemento fundamental para el arraigo con el territorio. La memoria revelada por las narrativas sugiere la relación sujeto-espacio, a través de las necesidades fundamentales de la vida. Podemos considerar a Halbwachs (1990, p. 143), para quien es sobre el espacio, sobre nuestro espacio “aquel que ocupamos, por donde siempre pasamos, al cual siempre tenemos acceso, y que nuestra imaginación es capaz de reconstruir, que debemos volver la atención; es sobre él que nuestro pensamiento debe de fijarse, para que reaparezca esta o aquella categoría de recuerdos”.

Los Cusis, cuando trabajan con ellos, ellos 'taban al pendiente de ver si tenían casa [...] Entonces, el que no tenía casa, le hacían casa pa que viviera. Y no había más trabajo más que los Cusis. Todo el que trabajaba, trabajaba con los Cusis, ya le digo. Yo porque todavía me acuerdo que a mi padre le dieron una casa, todavía me acuerdo... (Entrevista concedida por el señor NRR (n.1932) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Y todo el que se quedaba, le hacían una casa de tejamanil, había tejamanil. Le hacían una casa pa dormir y una cocina pa cocinar. Y si no ibas tú a trabajar, te sacaban, te sacaban en puerta [indica que se los llevaban con las manos atadas al frente, como prisioneros] Sí, el ese pistolero de los hacendados traía un treinta ⁱⁱⁱ aquí [señala el hombro] y una carrillera. Entonces, los amarraban así a pata, así a las cuerdas y él a caballo y el otro jalando. Abí va jalando, jalando, hasta que brincaban arriba, abí te soltaban (Entrevista concedida por el señor JR (n.1925) en Nueva Italia, municipio de Múgica, abril de 2013).

Por un lado, la violencia relacionada con el trabajo casi forzado, asegurado por el derecho de tener un techo; por otro lado, en los testimonios de los entrevistados, se aprecia una clara asociación entre el recuerdo de la hacienda y el sentimiento de abundancia, que en este caso está determinado no por el hecho de que la ganancia monetaria permitiera a los peones acumular riqueza o propiedades, sino porque la comida no faltaba. Tal vez, uno de los grandes motivadores de la migración mundial sea la búsqueda de la dignidad espacial por medio del trabajo, o sea, vínculos materiales con el territorio capaces de generar la vida de un individuo, de una familia o de un grupo

social. Así, podemos decir que la vida y la dignidad espacial son catalizadas por el movimiento y la fluidez posibilitada por las técnicas. Al respecto G. Lukacs (2012) es categórico: el trabajo es el que produce la condición de existencia, la vida material y, sobretodo, la conciencia.

propietarios y trabajadores; al mismo tiempo, se trataba de un espacio dedicado a la producción y no a la vivienda que era, en todo caso, una herramienta del sistema productivo, en tanto que la mano de obra requería de hospedaje. Impresiona la perspectiva de impedimento de algunos vínculos

Figura 3 – Vivienda de trabajadores en la hacienda Nueva Italia. S/F



Fuente: Archivo Privado de la familia Cusi

No! Esta hacienda estaba rica, taba rica, rica [...] Arroz, había mucho; había mucho que comer cuando yo estaba muchacho. Había unos pescadones así, secos; los ponían a secar y en la cuaresma hacía unos torreznones su familia así, capeaditos con huevo. Y orita ¡ya cuándo jallas ya un pescado! Puro pescadito así [hace gesto de algo muy pequeño] (Entrevista concedida por el señor JR (n.1925) en Nueva Italia, municipio de Múgica, abril de 2013).

Nosotros vivíamos, nosotros nos criamos, en El Pará [...] cuando era de los... ¿cómo?, de los Cusis. Tenía yo como unos 8 años. Allí duramos 3 años. Don Guido^{iv} mandó a mi papá para allá [...] Allí había hartos ganados, abajito ya ve, era una limonera 'onde es 4 caminos, y ya un Pará pa darles de comer al ganado del ejido. Allí nomás le decía mi amá a mi papá: "Viejo, ya tengo ganas de comer albóndigas de venao"; Mañana había [...] Había veces que unos venadotes, grandotes; y había veces que pus unos chiquitos, ¿veda? De todo. Le hacía mi amá albóndigas de venado y picadillo de venado (Entrevista concedida por la señora CC (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

El propio espacio y las condiciones impuestas por los hacendados eran un recordatorio constante de la relación de poder existente entre

productivos propios, que los propietarios imponían a los trabajadores, o sea, se les prohibía plantar o producir cosas que pudieran favorecer un mayor vínculo con la tierra y, con ello, lograr un mayor empoderamiento con el territorio.

Entonces no podía uno plantar un árbol pa tener una sombra, no se podía nada de eso. [...] No daban permiso, porque plantar un árbol es crear derecho y ellos no querían gente que tuviera derechos de nada (Entrevista concedida por el señor GR (n.1933) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Nos las daba la hacienda antes esas casitas, y no nos dejaban criar ni un palito, no nos daban agua pa regar ni un palito. Porque la agua la ocupaban pa'l arroz, pa todo. A nadie le daban, nomas la casita, allí nomás (Entrevista concedida por el señor AF (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Se presenta, entonces, la hacienda como un espacio abierto al trabajo, y cerrado a una digna vida privada del trabajador, al que solamente tenían acceso quienes aportaban al engranaje productivo, y como un sistema controlado por las leyes de los propietarios. Aquellos que aceptan vivir bajo las normas establecidas por los patrones, podían habitar sin problemas; aquellos que se rehúsan a

entrar en la dinámica laboral son expulsados del territorio de control. Finalmente, la hacienda era una empresa capitalista, sita en una propiedad privada y el control de la misma estaba en manos de los propietarios.

Él era contrario de todo, del gobierno y de los Cusi, porque él le exigía el dinero a los representantes de los Cusi y se lo tenían que dar, porque si no, les sacaba la pistolita. Entonces el gobierno, pus le cargaron el gobierno, pues... (Entrevista

Figura 4 – Trabajadores de la hacienda Nueva Italia en la ordeña. S/f



Fuente:
Archivo privado
de la familia Cusi

En este sentido, es recurrente entre los informantes la historia de Ramón Saldaña^v, un personaje subversivo que desafiaba la autoridad de los hacendados, imponiéndose él mismo un sueldo muy por encima del que percibían el resto de los peones. El castigo en este caso fue ejemplar: los soldados lo persiguieron, lo emboscaron y finalmente lo asesinaron. De esta forma, el gobierno en turno legitima y respalda el poder de los terratenientes como controladores del territorio y de los destinos de los habitantes resistentes.

“Oye, Ramón, Ramoncito ¿Cuánto vas a querer de semanario?” En ese tiempo los peones ganaban un peso al día, ganaban seis pesos a la semana, y ya le decía: “Ponme un semanario de 80 pesos”, por ejemplo, más o menos. “Ponme un semanario de 80 pesos, aquí a cada uno. A Arnulfo y a mí, a cada quien 80 pesos”, y era un dineral. Y ya le tenían miedo [...] y cada semana, cada semana. Y luego de ahí, ya, este, los patrones acá miraban la lista, y otros pedían un semanario de 8 pesos, 10 pesos, y éste de 80. Y ya iba agrandando más la cuenta. Y luego pedía ya mucho dinero. Entonces ya don Luis les dijo a los patrones, dijo, este pus ya ustedes verán, porque el muchacho ese es peligrosillo (Entrevista concedida por el señor FI (n.1924) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

concedida por el señor MC (n.1932) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

En síntesis, la memoria y el imaginario de los trabajadores de la hacienda Nueva Italia revela algo fundamental para esa discusión, para la Geografía: la simbiosis entre territorio y memoria o la fuerza que la memoria adquiere si evoca una referencia espacial o material. En ese sentido, Costa (2017) señala que la memoria tiene base espacial, localización producida y retratada por los sujetos, por medio del territorio recordado, transportado y vivido. La vivienda, la alimentación, la libertad para producir y el derecho de consumir y recibir dignamente gracias al trabajo realizado, son algunas de las dimensiones existenciales referidas a la memoria de esos sujetos en diálogo con su espacio imaginario.

En el imaginario y la memoria de los entrevistados, la hacienda se presenta como un espacio contradictorio: por un lado, es un lugar de oportunidad, de dignificación por el trabajo, de condiciones habitables frente al resto del país y, por el otro lado, es un lugar de represión, de duras condiciones de trabajo, pero sobre todo, es un lugar, un territorio que no les pertenecía, y en el que no podían ser propietarios de nada. Las condiciones sociales del país los obligaban a aceptar unas condiciones de vida en las que podían contar con los elementos básicos para la supervivencia: casa, comida, salario; pero sin poder aspirar a mejoras sustanciales en su proyecto de

vida. Esa particular situación, favorecía el clima político que culminaría con el reparto de los terrenos de la hacienda entre los trabajadores.

4. La cotidianidad del trabajo en la hacienda y la vida privada de los trabajadores

Se hace énfasis en los testimonios de los entrevistados en que los habitantes de la hacienda vivían todos dedicados al trabajo. Las actividades laborales iniciaban temprano tanto en edad como en horario. En la medida de sus posibilidades, todo el núcleo familiar formaba parte de un sistema productivo organizado y jerarquizado. Los hombres trabajaban en las labores del campo, ya fuera la siembra o el pastoreo del ganado, las ordeñas, la producción de alimentos (queso, pan, etc.) para consumo del resto de los habitantes de la comunidad. Las mujeres preparaban la comida para toda la familia. Los hijos varones podían integrarse a cualquiera de las tareas que se asignaban a los niños: pajareo^{vi}, desclavillo^{vii}, o bien como morrongos^{viii} o gorderos^{ix}.

humano solo puede desenvolver vida psíquica simultáneamente con su socialibilidad.

... gente ya de, de 16, 17 años, ya de ahí p'arriba se empleaban con guadañas en los matones de huiçache que quedaban, los bajaban y ya subiendo el arroyo ya los dejaban salir, al huiçache. Y eso era lo que hacían la gente grande, todo eso. Y nosotros los chiquillos, corriendo los pájaros, replantando arroz, desclavillando, limpiando el arroz. Todo eso era el trabajo de nosotros en aquel tiempo (Entrevista concedida por el señor JM (n.1924) en Nueva Italia, municipio de Múgica, abril de 2013).

Y me fui a trabajar al campo, me escurría la sangre de los limones, porque me fui primero al corte de limón y pos yo no estaba impuesta pues a eso. Y, ¿si conocía usted a Ignacia Silva? Pus ella lloró de verme que me estaba escurriendo la sangre [...] Bueno, las dos 'taban platicando, diciendo de mí que pobrecita muchacha que mi marido pues me había dejado y andaba yo sufriendo lo que no. Y le digo yo: Pus sí pues, sí cierto, yo cuando en mi vida trabajando. Yo a echar gordas, yo a lavar, planchar, remendar, y

Figura 5 - Trabajo en los campos de cultivo de arroz en las haciendas Cusi (sin fecha)



Fuente: Archivo privado de la familia Cusi

Las niñas se quedaban en casa ayudando a la madre con las labores del hogar. De manera excepcional, las mujeres se integraban a las labores del campo, esto ocurría cuando quedaban viudas o el marido las abandonaba y ellas debían asumir la manutención de los hijos. G. Lukács (2012) llama la atención hacia el reconocimiento de la importancia del trabajo en la vida cotidiana, pues habla del estrato del ser social, donde el ser

todo, todo en la casa. Pero en el campo pues no, veda [...] Me dejó por otra, me dejó por otra (Entrevista concedida por la señora CC (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Elisa, y todas esas, la otra Librada, y un montón de mujeres viudas que se tiraban a trabajar al corte de arroz, al desclavillo, a toda la plantación. Se turnaban, pues, cuando le tocaba a uno por letra,

hey por letra. Era la vida antes de aquí, uno se trabajaba y el otro no, así, por semanas (Entrevista concedida por el señor AF (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Esta serie de narrativas de trabajadores y trabajadoras muestran que la división sexual del trabajo era algo muy bien definido en la hacienda, repitiendo el patrón mundial de la relación de géneros relativo a las divisiones de las actividades laborales. También, se puede considerar que ese modelo tiene relación con la división territorial del trabajo, ya que es a partir de la interacción campo-ciudad, en la constitución de la ciudad industrial moderna, cuando la mujer empieza a salir del hogar, para asumirlo nuevamente como plena responsable, paradójicamente y en un ciclo vicioso de opresión.

En lo que se refiere a otros beneficios laborales que los hacendados brindaban a la comunidad de trabajadores, y sus familias, avocados dentro de la hacienda, el propio Ezio Cusi relata en su obra *Memorias de una colono* (1955) que tanto en la hacienda de Lombardía como en la de Nueva Italia (ambas propiedades conformaban el latifundio de 64 mil hectáreas propiedad de la familia Cusi) se contaba con facilidades como rastro, panadería, farmacia, consultorio médico, tiendas, capilla y escuela —información que es confirmada en el estudio etnográfico de Glantz (1974). Según el hacendado, todas las instalaciones estaban diseñadas para la vida cotidiana de los residentes de la propiedad.

La cotidianidad de los sujetos trabajadores se mezclaba con la cotidianidad del trabajo, lo que parecía dificultar la ascendencia a una vida digna con derecho a recreación. Lo cotidiano tenía una concepción de la plusvalía para los propietarios de la hacienda y de trabajo para el inmigrante. Según Lefebvre (1999), el drama de lo cotidiano aparece cuando la gente deja a los sujetos o grupos dominantes lo cuidado y la preocupación de decidir sobre su destino. “La actividad se refugia en lo cotidiano, en el espacio petrificado, en la reificación inicialmente soportada, después aceptada” (Lefebvre, 1999, p. 168).

En relación con lo anterior, los testimonios de los entrevistados señalan que había en Nueva Italia una escuela con maestros pagados por los hacendados (información confirmada también en el estudio de Glantz) pero, a decir de los entrevistados, la prioridad en las familias de los peones no era estudiar sino apoyar a los padres en el trabajo para lograr el sustento:

Allí nos daban clases a todos allí. Nomás que mi padre me sacó de la escuela porque no alcanzaba él a

mantenerme ya con mis hermanos. Dijo: “Vas a trabajar”, pos ya me sacó de la escuela y allí quedó. Sí le hago al martajado, pero no... (Entrevista concedida por el señor JA (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

A leer no me enseñé porque no me pusieron más de que ocho días. Fue en aquellos tiempos que andaban los polecías sacando los muchachos de las casas pa que fueran a la escuela. Y a mi amá me mandó 8 días pero ya no me dejó ir, porque le hacía falta pal quebacer. Nomás me enseñé a conocer la ‘a’, la ‘i’, la ‘o’ y la ‘r’, fue todo (Entrevista concedida por la señora CC (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Por un lado, se observa un menosprecio a la escuela y a la formación educativa; por el otro, una exacerbación de la vida laboral. Aunque los entrevistados coinciden en que el salario era bajo, todos señalan que en el dinero alcanzaba para vivir. Se pagaba el día sábado y los miércoles se daba un “suplemento”, que era una especie de vale que se cambiaba por mercancía en la tienda de raya de la hacienda, y esa cantidad se descontaba del pago semanal.

Hay que destacar que esa tienda era mantenida por los propietarios de la hacienda, lo que era una forma de control a los trabajadores, por medio de los productos que consumían, su precio, su acceso y valores. El historiador J. Chevalier (1999) señala el origen de las tiendas de raya en 1642 en pleno período colonial, cuando se legitimó a través de un mandato eclesiástico esa forma de esclavitud por endeudamiento autorizando a los propietarios a retener a sus trabajadores por deudas. A finales del siglo XVII, la tienda de raya estaba instituida formalmente y en ellas los peones de las grandes haciendas adquirían las cosas de las que tenían necesidad y al comprar “...marcaban mediante rayas sus deudas” [en los registros de la propia tienda] (Chevalier, 1999: 230). Incluso cuando el trabajo era remunerado, era raro que se pagara en efectivo a los peones pues el importe de su salario se abonaba directamente a su débito. Glantz (1974) señala que a principios del siglo XX, la tienda de raya no se limitaba a un abuso de los hacendados, sino que ya era una necesidad económica en el sistema de manejo de una propiedad, al grado que no era posible concebir una hacienda sin ese elemento.

La hacienda Nueva Italia respondía a esa lógica y los trabajadores acudían a la tienda de raya para adquirir los productos básicos para la supervivencia.

Los sábados rayaban. Mira, ganaban cualquier cosa, pero alcanzaba pa traer el sustento. El miércoles daban un suplemento. Si usted tenía tres días le daban lo de un día y medio, y ya iba por ellos hasta la Nueva Italia. Ya a partir de aquí, hace su mandadito. Pero estaba todo pues barato, orita no (Entrevista concedida por el señor JA (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Y a media semana -ellos tenían una tienda por ahí, todavía la alcanzó a agarrar la carretera- tenían una tienda 'onde surtían maicito, arrozito, frijolito y sólo ellos tenían porque nadie más había, no había más tiendas. Y ellos entre semana les daban un peso, un boleto de a peso pa que fueran a surtir la comida allí. Allí quedaba el pesito pues, veda. Y ya el día sábado ya nomás les daban una bofetita por los pesos que les sobraban pa que fueran a cobrar. Se amontonaban en unas ventanillas que había con barandalillos de fierro, ahí se amontonaban esas gentes (Entrevista concedida por el señor JM (n.1924) en Nueva Italia, municipio de Múgica, abril de 2013).

Sobre los beneficios adicionales al sueldo, hay una divergencia entre los informantes: algunos afirman que sí recibían una despensa (que incluía queso, arroz, frijoles, maíz) y una vaca para ordeñar y tener leche para la familia; algunos otros aseguran que no se les daba nada; y un tercer grupo cuenta que recibían despensa pero sólo productos de segunda que los hacendados no querían. Es posible considerar la hipótesis de una distinción hecha por los propietarios y administradores de la hacienda a algunas familias o trabajadores, por dos motivos como recompensa por la dedicación a las labores o por el referencial de liderazgo que algunos trabajadores o familias detentaban frente a todo el grupo; ambas parecían connotar estrategias de control sobre el grupo de subalternos^x. Con base en investigación de archivo, Pureco (2008) señala que en las haciendas de los Cusi, entre los peones existían dos categorías: los acasillados, que residían dentro del casco de la hacienda y contaban con ciertos privilegios, y los peones libres que eran la mayoría, quienes sobrevivían junto con su familia en condiciones de pobreza e insalubridad, realizando los trabajos más sufridos del proceso productivo y recibiendo los salarios más precarios.

Pos mira...cuando estaban los Cusis ellos nos trataban bien a todos. Nos mandaban cuatro kilos de arroz a la semana. Una pieza de queso. El almacén allí onta el ejido, allí era el almacén del queso, la leche que entregaban allí [...] Gratis. Todo gratis, por parte de los Cusis (Entrevista concedida por el señor JA (n.1930) en

Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013)^{xi}.

...porque los Cusis les decía: "Oyes tú, Ramón, agárrate dos, tres vacas y ordénalas pa tu familia, pa tus muchachos, ahí tú reconócelas nomás las que vas a agarrar". Nos daban una pieza de queso así cada año; nos daban maíz, nos daban ajonjolí, mataban vacas, animales y secaban la carne y nos daban las cecina; azúcar también les daban; ¡larroz! bulto de arroz, un bulto de azúcar. Todo eso teníamos ¡y leche!, y queso y todo. Así nos lo daban todos. ¡Ah, y mantal, para ropa (Entrevista concedida por el señor EA (n.1933) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013)^{xii}.

A media semana nos daban un valecito pa ir a sacar, este, nos daban arrozito allí, el mandadito de lo que ellos nos querían, frijol picado y queso del que...del viejo, el bueno se los llevaban ellos... 'taba hecho piedra. Y en esa forma, sacaba uno. Y ya cuando se llegaba la cosa de la raya, ahí le rebajaban a uno sus centavitos y le daban allí lo que le quedaba a uno. Sí porque ahí nos daban todo ahí en la tienda. Taba el almacén, ahí tenían queso, tenían todo. Lo bueno se lo llevaban ellos y ya a nosotros nos dejaban lo que ahí más... [malo] (Entrevista concedida por el señor AM (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013)^{xiii}.

En cuanto a la jerarquización del trabajo, al igual que ocurría en los núcleos familiares, en la hacienda también existían niveles de mando bien definidos. Hasta arriba de la pirámide se encontraban los dueños de la hacienda, los Cusi, que de hecho sólo visitaban esporádicamente la hacienda y tenían poco contacto con los trabajadores. Enseguida, se encontraban los administradores y técnicos que eran en su mayoría italianos, de este grupo dependía la gestión y organización de todo el engranaje productivo, ellos vivían en el casco de la hacienda, separados del resto de los trabajadores y disfrutando de ciertos privilegios como electricidad y comida de mayor calidad. De acuerdo con las narrativas, y comparándolas con lo que asegura Paul Claval (2005), es posible entender que la curiosidad, la intencionalidad o el deseo en el cual se cristaliza y se refugia la memoria está ligada al momento particular de la historia del narrador, donde la conciencia de la ruptura con el pasado se confunde con el sentimiento de una memoria rasgada.

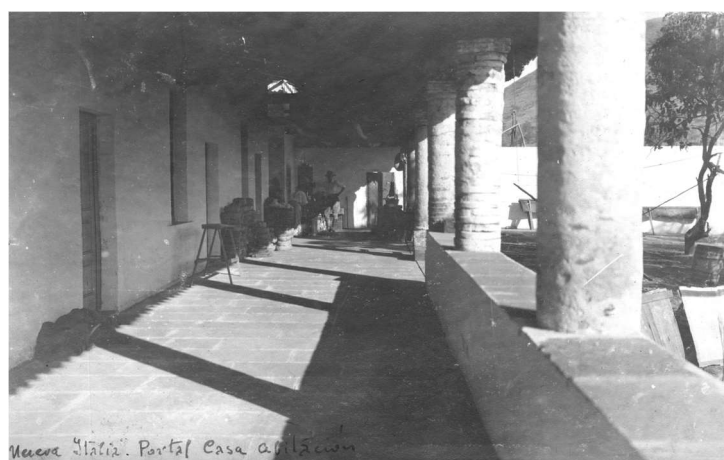
Porque a don Dante Cusi nunca lo conocieron. Aquí a Ezio y a Eugenio, hijos de don Dante Cusi, fueron a los que conocían aquí. A don Dante Cusi nunca lo conocieron. Cuando una vez que vino

a Lombardía -aquí nunca vino- que vino a Lombardía, ya lo llevaban así de la mano, así [gestos de decrepitud]. Ya estaba grande [...] Sí, pero se la pasaba allá en Uruapan y en México, en Morelia. Por eso, aquí don Ezio, Ezio Cusi y don Eugenio Cusi eran los que trabajaban. No trabajaban, mandaban. Porque ellos tenían a Massini, a don Pedro Ñequi [Gnecchi], a don Guido Orio, a don Guido Sizzo, a don Cuco Dadda, él trabaja allá en Lombardía. Pero esos eran los que venían aquí, esos italianos (Entrevista concedida por el señor EO (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, Michoacán, enero de 2013).

de allá, italianos, eran italianos. Estaba como un señor, que lo cargaban en el campo, un Pedro Ñequi [Gnecchi]; un Massini, que le decían, que tenía un bracito trozado; aquí en la maquinaria que usaban ellos para la trilla de los arroces era Orio [...] ese señor, ese era de confianza de ellos para trabajar la máquina esa que majaba el arroz, majaba la granza (Entrevista concedida por el señor JM (n.1924) en Nueva Italia, municipio de Múgica, abril de 2013).

Esa percepción coincide con lo que apuntan investigaciones anteriores. Glantz (1974: 90-91) señala que existía en la hacienda Nueva

Figura 6 – Habitaciones de los empleados de confianza dentro del casco de la hacienda Nueva Italia. S/f



Fuente: Archivo privado de la familia Cusi

Junto con Dante Cusi y sus hijos, el equipo de italianos empleados en la hacienda son recordados por los entrevistados como “los Cusi”, con ese apelativo se refieren a los de apellido extranjero, que hablaban “como mochito”: Gibellini, Gnecchi, Dadda, Masini, Doddoli, etc. Pureco (2010) señala que durante los primeros años del siglo XX, a fin de cubrir puestos especializados y de confianza —administradores, contadores, abogados, ingenieros y técnicos operarios de los diversos equipos— en las haciendas Cusi ocurrió “un reclutamiento sutil, casi imperceptible pero a la larga inocultable, de extranjeros dentro de los negocios agrícolas de la familia” (p.111). Ese recuerdo pervive en la memoria local, en la que los italianos se distinguen de los trabajadores mexicanos no sólo por el físico y la forma de hablar sino por el mayor rango en la jerarquía laboral. Estos testimonios apuntan a una clara diferencia en el esquema social establecido al interior de la comunidad de la hacienda.

Pero sí me acuerdo que los trabajos de ellos se manejaban por medio de gentes de confianza de ellos,

Italia:

...una diferencia social y étnica tajante, caracterizada por dos estratos bien diferenciados, integrado uno por los patrones, administradores, mayordomos y empleados de confianza y el otro por la peonada. El primero [en su mayoría extranjeros] ocupaba las mejores habitaciones dentro del casco, gozaba de todos los servicios y comodidades posibles; el segundo vivía en pésimas condiciones materiales y de salubridad. Los privilegios de una clase y la sumisión de otra imposibilitaban la movilidad social.

Los italianos organizaban el trabajo pero no ejecutaban las órdenes, para eso estaban los mayordomos que se encargaban de aspectos ásperos como expulsar a los que eran despedidos e incluso hacían de pistoleros en caso de alguna oposición o rebeldía. Para nuestros informantes estos personajes, un tanto oscuros eran los malos de la historia, más que los propios hacendados o los administradores, era a los mayordomos a quienes había que temer.

Los patrones era, era raro que se platicara con ellos porque ellos tenían mucha gente este para que mandaran a los otros, ellos, por ejemplo [...] don Manuel Arteaga ese trabajo con ellos, ese era uno de las personas que se puede decir de los pistoleros que dicen por ahí de repente, entonces, porque ese todo el tiempo cargaba con pistola, cargaba con rifle, todo el tiempo [...] y allí no había quien este hiciera bulla como hacen orita, allí no había nada, allí el que quería hacer algo, lo corrían (Entrevista concedida por el señor GR (n.1933) en Nueva Italia, municipio de Múgica, Michoacán, febrero de 2013).

labrada y pa hacer ahí la cosa 'on 'taba la hacienda, el molino, ahí 'tán todas las bardas, 'tán ahí, bonito que todavía se ve. Todavía se ve bonito ese trabajo que hicieron allí. Ese trabajo de veras eran ingenieros que de veras la supieron hacer. Porque fíjate: l'agua esa que han metido, ahí nomás le fueron tomando nivel, nomás que hacia arriba, que hacia arriba de las 'cequíes viejas que hicieron los Cusis pa sacar esa agua ahí de Uruapan. Sí, todo eso. En los abrevaderos, todo eso. En La Gallina, tan especiales trabajos esos que hicieron. Como la inteligencia de los hombres pa venirse de por allá ellos y ver estas soledades aquí y decir: 'Esto se va a

Figura 7 – Peones asoleando maíz en la hacienda



Fuente: Archivo personal de la Familia Cusi

A cargo de los mayordomos estaba el resto de los peones: manchoneros, compuesteros, cerqueros, replantadores, tableros... y una larga lista de funciones que se realizaban durante la siembra y cultivo del arroz.

Algo que está muy presente en los testimonios es la imagen de los hacendados como “gente inteligente”, especialmente Dante Cusi, quien fue capaz de llevar el agua del indomable río Cupatitzio hasta los desérticos llanos de Antúnez, mediante artilugios, no sobrenaturales, pero nunca vistos en la región, como los grandes sifones. Desde esta perspectiva, se reconoce a Cusi como el transformador del territorio, el conquistador no de los hombres sino de la naturaleza. Como bien señala G. Lukacs (2012), la esencia social no puede ser alcanzada sin que se establezca el contraste correcto entre la causalidad de la naturaleza y la finalidad del trabajo, sin el esclarecimiento de sus interrelaciones dialécticas concretas.

...unas canteras que olvídate, que sabe Dios como hayan hecho ese trabajo esos individuos, pura piedra

hacer aquí, y eso aquí y esto aquí” Y tener dende Lombardía, no dende... de ahí de más allá, de Charapendo p'acá era de los Cusis. De Charapendo. Y todo bien ubicado que tenían todo, el ganado y metían sus ordeñas (Entrevista concedida por el señor AM (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Estos relatos demuestran, de hecho, que los vínculos sociales identitarios con el territorio comprenden la realización de la vida en diferentes escalas y grupos específicos, o sea, la experiencia espacial del sujeto (Costa, 2017). Lo cotidiano del trabajo y la vida privada, no siempre conducen o están dirigidas al bienestar estar del trabajador. Queda claro en los relatos una paradoja: por un lado, hay una perspectiva más dura de la represión de las libertades individuales que del trabajo que la hacienda Nueva Italia generaba para los trabajadores; por otro lado, revelan un imaginario afectivo, o de tentativa de consolidación de

vínculos con el territorio, que se realizaba simultáneamente.

No obstante, la hacienda como tal y con su régimen de trabajo instituido por los Cusi, no perduró en la historia, debido al empeño del Presidente Lázaro Cárdenas en establecer un sistema más justo con los trabajadores como se verá en el siguiente apartado.

5. La lucha por la tierra para los peones

Las narraciones de los entrevistados sobre la hacienda Nueva Italia se ubican temporalmente en el primer tercio del siglo XX, en esa época las ideas socialistas hacían eco entre la clase trabajadora de México. Hacerse con los medios de producción era una de las propuestas de Lázaro Cárdenas, quien en 1933 se presentó como candidato a la Presidencia de la República. La promesa de expropiación de bienes y tierras nacionales era su carta fuerte en la campaña política. Al poco tiempo, Cárdenas llega a Nueva Italia, dispuesto a cumplir su promesa, pero para ello pedía el apoyo de los trabajadores:

En 1932 nos visita el General Cárdenas, ya estaba yo asinilla, mire, a pedir el voto porque él quería ser presidente de la República. Y ya le dijimos nosotros: "Mire, necesitamos tierras pa trabajar". Había seis, siete, aquí y todos le dijimos "Ayúdenos". "Ayúdenme ustedes primero. Si llego a la Presidencia, la tierra se las voy a entregar a los campesinos. Lo que está en México es de los mexicanos" (Entrevista concedida por el señor EC (n.1924), en Gámbara, municipio de Múgica, Michoacán, febrero de 2013)

Pus ya no recuerdo como estuvo cuando ya se empezaron a ir porque el general Cárdenas los mandó correr [a los Cusi]. Les deba un plazo de quién sabe cuánto tiempo para que desalojaran, se fueran a su país, desalojaran Michoacán. Porque ellos eran dueños de aquí y de Gabriel Zamora, allá parte de los Bancos [...] Cárdenas fue en 1936, por ahí, fue cuando fue presidente y él fue pues el que promovió todo eso de recogerles los terrenos para formalizar los ejidos, dárselo a los pobres (Entrevista concedida por el señor JM (n.1924) en Nueva Italia, municipio de Múgica, abril de 2013).

Detalles sobre el conflicto sindicalista y las huelgas organizadas por los trabajadores de las haciendas Nueva Italia y Lombardía están ampliamente documentadas en los trabajos de Pureco (2008, 2010), quien señala que el momento de mayor tensión y violencia entre patrones y

peones ocurrió en 1932 cuando los segundos fueron violentamente reprimidos. A partir de ese momento y con el posterior respaldo del presidente Cárdenas, la repartición de la tierra entre los campesinos comenzó a dibujarse como una realidad posible. En noviembre 1938, finalmente se concreta la expropiación de las tierras y la fundación del Ejido Colectivo de Nueva Italia, conocido como "ejido modelo" (Glantz, 1974; Pureco, 2010) por lo ejemplar del reparto que benefició a mil treinta y ocho peones, hasta entonces trabajadores agrícolas de la hacienda Nueva Italia, que se convirtieron en ejidatarios. Esa transición, evidentemente, marcó un cambio de época en la pujante localidad, que hacía apenas tres décadas había pasado de ser un territorio inhóspito a ser una zona de cultivo altamente productiva (Alvarado-Sizzo, 2014).

6. La abundancia y los conflictos en el Ejido Colectivo

La fundación del ejido en Nueva Italia fue un parte aguas en la vida social de una comunidad que recién se había conformado a raíz de las necesidades de mano de obra de la empresa agrícola propiedad de la familia Cusi, la hacienda Nueva Italia. Pensar una localidad con poco menos de tres décadas de existencia en donde la mayoría de los residentes había llegado de otras partes del país, y que un breve lapso experimenta una serie de cambios vertiginosos, lleva a pensar en las complejidades socio-espaciales derivadas de esa rápida transición. La hacienda, en cuanto sistema económico y de control territorial, tenía un lado turbio que era las condiciones de pobreza de la mayoría de los trabajadores quienes no podían ser propietarios de nada y vivían a la sombra de los hacendados. En ese contexto, pensar en ser dueños de la tierra resultaba una utopía. Utopía que fue realizable gracias a la creación del ejido. Sin embargo, ese cambio, aunque muy positivo en un primer momento, también implicó el surgimiento de nuevos conflictos y desigualdades que redundaron, a la vuelta de unas décadas, en la acumulación por parte de unos cuantos a costa de la desposesión y empobrecimiento de la mayoría.

Cuando la hacienda Nueva Italia fue dividida entre los trabajadores, la población entró en un nuevo sistema en el que se trabajaba en forma colectiva y los otrora peones eran los dueños del terreno, el ganado y la infraestructura productiva. Esta experiencia de colectivización, por la magnitud, única en América Latina; la Reforma Agraria en ese período favoreció establecer a la familia campesina en la tierra rural, de manera que aquello que H. Lefebvre (2001) denominó como

una brusca transformación del campo y de las ciudades, una disolución de la estructura agraria que lanza hacia las ciudades a campesinos sin posesiones, arruinados, ávidos de un cambio, fue relativa y temporalmente detenida gracias a la distribución de tierras productivas a los peones novoitalenses, a inicios del siglo XX. La utopía en operación no duraría mucho tiempo

En la memoria colectiva, principalmente en la memoria comunicativa, de Nueva Italia se recuerdan los años inmediatos al reparto agrario, la primera década del ejido, como una época utópica, marcada por la abundancia. Una abundancia ganada por derecho propio y a la que todos tenían acceso, sin depender de patrones. El dinero, antes tan escaso entre los peones, no faltaba entre los ejidatarios gracias a los generosos préstamos del Banco Nacional de Crédito Ejidal, institución financiera federal encargada de otorgar créditos a los ejidatarios, así como asistencia técnica para lograr con éxito las cosechas, mejorarlas y realizar los estudios para introducir nuevos cultivos y adquirir mejores semillas e instrumentos de cultivo (Glantz, 1974).

Aquí la gente no estaba pobre en ese tiempo. Toda la gente vivía bien, todos vivían bien, todos tenían trabajo, todos vivían bien. Y luego el General Cárdenas les puso un Banco de Crédito Ejidal pa que se llenaran de centavos ellos. Hey. Los sábados, desde el viernes, los sábados el banco en la tarde era una feria (Entrevista concedida por el señor EA (n.1933) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Aquí, el ejido fue dueño del estadio, el estadio lo mandó hacer el ejido. El hospital ese, también, nomas que [...] no sé que presidente lo tumbó pa decir que lo habían hecho ellos. Ora, el cine Lázaro Cárdenas era también del Ejido (Entrevista concedida por el señor NR (n.1932) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

En este período de transición entre el latifundio y la propiedad colectiva impulsada por Cárdenas, comienzan a notarse los primeros síntomas de los problemas que llevarían al Ejido a la ruina en las décadas posteriores: corrupción y despilfarro por parte de los encargados la administración (al respecto ver los trabajos de Glantz, 1974 y Guerra, 2017). Las diferencias entre los ejidatarios ocasionan que, a partir de 1950 el gran Ejido Colectivo de Nueva Italia, se dividiera en propiedades privadas, situación que beneficio a unos cuantos y afectó a la mayoría que no contaba con los conocimientos ni las herramientas técnicas

para lograr la producción agrícola (Glantz, 1974; Barret y Lynk, 1975).

En este tema en particular, es tangible la forma en que la memoria colectiva no olvida los grandes errores de los líderes locales. Aunque indulgente, la memoria es implacable: en el imaginario de Nueva Italia está muy claro cuáles han sido las causas del fracaso del Ejido Colectivo:

¡El ejido más grande de toda la República! Nueva Italia. Nueva Italia era una, señito, Nueva Italia era una, un -¿cómo le dijera?-, un centro de trabajo, grandísimo, tenía muuucho dinero. Pero los administradores que entraron, ire (hace seña de rascar con la mano, robar). Bueno, [...] a uno se llamaba [...] Le pusieron “el burrito de oro”. Nomás iba a los centros a Uruapan, él era el secretario del Ejido, y se llevaba las pacononas [de dinero] (Entrevista concedida por el señor EO (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, Michoacán, enero de 2013).

Pero luego empezaron a entrar comisariados rapaces, y luego vendieron el molino, y que vendieron esto, y que vendieron aquello. Y luego lo peor que empezaron a lotificar, a agarrar lotes adentro y así... (Entrevista concedida por el señor EA (n.1933) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Antonces, precisamente por esa circunstancia, nosotros tenemos todos los tesoros en nuestro poder, pero desgraciadamente, que la gente por un refresco, por un taco de animal que les dan, por unos 50 pesos que les dan, se venden. Orita mire, mira, cómo crees que estamos, que los compañeros han vendido hasta la dignidad de sus familias (Entrevista concedida por el señor MC (n.1932) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Las luchas por el poder al interior del ejido generaron una ola de violencia, recordada en la memoria colectiva como “el agarre del 49”: dos grupos antagónicos, buscaban hacerse con el control del Ejido; los muertos de uno y otro bando eran una constante en la vida cotidiana de Nueva Italia. Al respecto Guerra, (2017) señala un panorama violento en la región, especialmente en esa localidad, a raíz de conflictos por la propiedad y el control de la tierra; el mismo autor señala que a pesar del ideal social que planteaba el ejido “... la forma en que se distribuyeron los beneficios de ese modelo de agricultura de exportación no fue equitativa” (p. 63).

En medio de todo el conflicto, estaba el interés por administrar el dinero que llegaba al Ejido y las propiedades que esta institución tenía a

su cargo. De acuerdo con Meyer (1987) una de las consecuencias de la reforma agraria es que generó ejidatarios pobres (únicamente poseían la tierra), y ejidatarios ricos (además de la tierra contaban con instrumentos técnicos y capital). Ante el acaparamiento de los apoyos crediticios y la falta de recursos de los ejidatarios, los inversionistas privados aprovecharon la situación, convirtiendo a la región en un territorio caracterizado por una “gran riqueza agrícola y mucha pobreza social, cuyo principal beneficiario ha sido el capital internacional” (Angón, 2001: 279).

Aunque en los recuerdos de los informantes, la memoria comunicativa, aporta datos verídicos, se aprecia que los hechos históricos se mezclan con recuerdos y percepciones personales, al mismo tiempo que no se aportan datos precisos en cuanto a fechas o cantidades, pero en una investigación que emplea la metodología de historia oral, se debe ser consciente de que la memoria individual no es documento preciso ni inamovible. Un aspecto importante es que, de acuerdo con lo que señala Halbwachs, si la memoria individual se sustenta en los marcos de la memoria colectiva, los eventos del pasado se olvidan cuando se extinguen parcial o totalmente los marcos sociales. El pasado no se mantiene intacto ni se revive en la memoria individual sino que su interpretación cambia en función de las transformaciones de los marcos sociales del presente (Seydel, 2014). En este sentido, la memoria colectiva no se rige por la precisión de los acontecimientos sino por la reconstrucción y significado que los sucesos pasados tienen para un grupo social determinado (Mendoza García, 2005a).

A propósito de la violencia, que ha caracterizado el devenir de la localidad, es posible, a partir de la memoria comunicativa, hacer una caracterización sobre la percepción de tal aspecto en la época de los Cusi y durante el ejido. Según los recuerdos de los entrevistados, en la época de la hacienda los episodios violentos estaban relacionados con los castigos a transgresores o los conflictos derivados del movimiento de la Revolución Mexicana y eran situaciones muy concretas. Durante el ejido, aunque se describe una escalada en los hechos violentos y el número de asesinatos, existe la percepción de que era una violencia focalizada y delimitada a los grupos en conflicto por el poder. No afectaba al resto de la población. El contraste más notable surge cuando se comparan esas épocas con el presente que se revela como caótico e incierto, donde la delincuencia e inseguridad no dejan paz para nadie:

... el pleito que había era entre los grupos, no entre la gente de la población, porque en ese tiempo hacían

bailes en lo que era ahí la casa... el asoleadero. Y las muchachas salían a la una o dos, tres de la mañana a sus casas, a pie, y ni quién les faltara al respeto, ni quién les faltara al respeto. Las respetaban completamente, ya nada [...] ora es el poder por el poder un grupo dominante, los carteles esos que quieren dominar toda la situación. Toda la política y la situación. Ellos quieren dominar todo, y antes no, antes era una cosa interna del Ejido, nomás. No se metían en política de presidencias municipales, no, nomás el control del Ejido [...] no había miseria, ni había bandidaje, ni nada [...] nosotros dejábamos en el campo, en el campo, dejábamos los, lo que se nos necesitaba pa sembrar, pa las mulas o lo que tuvieran, y ni quién se los agarrara. Ahí los dejaban, ahí amanecían (Entrevista concedida por el señor EA (n.1933) en Nueva Italia, municipio de Múgica, febrero de 2013).

Entonces, en ese tiempo de los algodones, te daban 600 pesos pa tres toneladas de algodón, el banco... Y cambiabas tú de morralla barto, pa pagar; ponías una mesa y ahí tenías el dineral, ni quién te lo robaba. Y gentillal, montonones de algodón, y gentillal, vaciando las sacas y ni quién te robaba. Y ora? Orita está duro. Tá duro, durísimo (Entrevista concedida por el señor JR (n.1925) en Nueva Italia, municipio de Múgica, abril de 2013).

En cierta forma, el presente es un territorio desolado y sin esperanza: los antiguos peones son ya dueños de la tierra pero ahora enfrentan una situación que está fuera de sus manos controlar; ya no hay promesas de expropiación para cambiar las cosas; el ejido colectivo ha fallado, incluso ahí han perdido el control los campesinos: “Ya hay gente de esa en el comisariado” se quejan refiriéndose al crimen organizado; los apoyos al campo son cada vez más escasos; si acaso los ejidatarios rentan su parcela para obtener algo de dinero, o la van vendiendo de a poco para sobrevivir. La sombra de Lázaro Cárdenas, omnipresente en las memorias de todos los entrevistados, ha dejado de extenderse sobre aquellos a quienes antes protegió.

Es así que la memoria colectiva se construye sobre el espacio social, sobre el “marco espacial”, dice Halbwachs (1990: 143). El marco social y su vida en la superficie terrestre denotan el movimiento universal del individuo como individuo y de los intereses de individuos como representantes de clases que se antagonizan sobre el territorio, produciendo, construyendo y representándolo, distintamente. En ese movimiento, se forman memorias particulares individuales y la memoria colectiva. Halbwachs (1990) considera el espacio como una realidad que

perdura, de forma que nuestras impresiones se suceden, una tras otra y no sería posible comprender que pudiésemos recuperar el pasado, si este no se conservase, de alguna forma, en el medio material que nos rodea.

7. Los Cusi y el General Cárdenas como alegoría de la hacienda y el Ejido

En la memoria colectiva, revelada en la memoria comunicativa, de Nueva Italia se percibe que la etapa fundacional de la localidad se divide en dos fases antagónicas: la hacienda y el Ejido Colectivo. A cada sistema corresponde un personaje que aglutina el paradigma funcional y el modelo social de la época. Así, en el imaginario local, la hacienda es representada por los Cusi: los extranjeros, los explotadores, los que no se parecían a los trabajadores, los que se llevaban lo mejor de todo, los que se enriquecían a costa del trabajo de muchos. Pero también son percibidos como los artífices de la transformación del territorio agreste en un emporio agrícola.

En oposición a los Cusi, que son descritos como acaparadores de bienes y ganancias, Lázaro Cárdenas —en quien encarna la justicia social, el exterminador del régimen de explotación, el que llevó la justicia a los trabajadores, el patriota que expulsó a los extranjeros— aparece como el donador por excelencia pero además, como un personaje cercano a la clase trabajadora. “*Mi general Cárdenas*”, dicen todos los informantes. Un hombre tan humilde que se conformaba con la comida de los campesinos, sin exigir privilegios:

Entonces, yo cuando conocí a Mi General, tenía 8 años. Yo oyía: “Que va a venir un General”, y: “Que va a venir un General onta doña Cuca”. Y entonces, allá vivía ‘ontá el templo, allá comenzaba un cura a hacer una capillita, una capillita corrientita. “Que va va venir un general a comer ‘ontá doña Cuca, a almorzar”. Y yo fui, yo fui. Llegó él en un jeep; tres: dos atrás y otro con el chofer, hey, él era. Allí almorzó onta doña Cuca, allí almorzó (Entrevista concedida por el señor JR (n.1925) en Nueva Italia, municipio de Múgica, abril de 2013)

Don Lázaro Cárdenas era una persona que para venir aquí nunca andaba preguntando “¿’onde van a hacer la comida?”...Él venía a ver que se iba a hacer, cómo se iba a hacer y donde había así una mujer que, en aquel tiempo había hartas partes que no había casitas, había unas casitas pues así que no tenían pues ni zaguán, nada; nomas veía unos las chimeneas y las tortillas y los frijoles buenos ahí, sanos y todo “¿Me vende?”, “Si señor”- No

conocían al General. “Mi General fíjese que ya está la comida” “Coman. Yo ya comí. Allá una señora me vendió” (Entrevista concedida por el señor EO (n.1930) en Nueva Italia, municipio de Múgica, Michoacán, enero de 2013).

En el otro extremo, está la percepción que se tiene de los patrones, que a pesar de que los trabajadores reconocen que no eran el estereotipo de amos crueles, se llevaban lo mejor de los productos y vivían separados de la clase trabajadora, y eran además extranjeros, lo que los distanciaba aún más de los trabajadores que los veían como algo ajeno; por ello, no fue difícil pensar en exigirles la tierra como algo propio, aunque como los mismos entrevistados explican, tampoco ellos, los trabajadores, eran de originarios de la localidad, pero eran mexicanos, y de acuerdo con la ideología difundida por Lázaro Cárdenas: “*Lo de México es de los mexicanos*”.

En el caso peculiar de Nueva Italia, queda de manifiesto que la memoria colectiva, a través de la memoria comunicativa, cumple el papel de elemento legitimador de eventos histórico, en este caso la expropiación, justificándolos con la narración en primera persona de las penurias que vivían los peones bajo el régimen hacendario. Por otro lado, esa memoria compartida reconoce el papel importante de Lázaro Cárdenas en pro de una utopía que beneficiase a los trabajadores. Al mismo tiempo, los informantes son conscientes de los errores que llevaron al fracaso de la utopía, lo cual es sumamente importante para advertir a las generaciones presentes y futuras. Hay que tener en cuenta que la memoria comunicativa se refiere al suceso que el sujeto comparte con un colectivo — familia, amigos, trabajo, etc.)— como contemporáneo y testigo ocular. Esos eventos forman parte de la biografía del individuo. Es, finalmente, la memoria del recuerdo vivo, se expresa en la comunicación cotidiana usando un lenguaje informal y vernáculo, se estructura de forma espontánea y no cuenta con soportes institucionales de transmisión (Assmann, 2010).

8. Reflexiones finales

Con este análisis se ha visto cómo la memoria colectiva, a través de las narraciones, dibuja imágenes de mundo, visiones de una realidad que concierne a un grupo social en el territorio. Es así que la historia oral mediante los testimonios de fuentes vivas nos permiten acercarnos a historias cotidianas cercanas, que a su vez están inscritas dentro de grandes acontecimientos de la Historia. La memoria colectiva proporciona elementos para comprender

las sociedades y las culturas, pues como afirma Paul Claval (1999: 27): “La cultura está formada por informaciones que circulan entre los individuos y que les permiten actuar”.

Si la finalidad de narrar desde la memoria es transmitir conocimientos, aunque quizá no los datos precisos que requiere la historiografía, los relatos analizados en este trabajo destacan que hubo tiempos mejores, de trabajo duro y sin muchos bienes materiales pero con la seguridad de que habría siempre comida en la mesa. Nos enseñan también que no basta con dar, como lo hizo Cárdenas con los ejidatarios, hay que guiar, capacitar, educar. Y finalmente, nos muestran estas historias que la corrupción ha sido y es el mayor obstáculo para el progreso de nuestra sociedad.

Lo que está claramente manifiesto en estos relatos es que existe en la memoria colectiva una añoranza del pasado; se idealiza el trabajo como fuente de bienestar, incluso durante la época de la hacienda cuando los trabajadores vivían sometidos a un régimen de explotación, pero que a fin de cuentas, al ser un sistema tan organizado, ofrecía a los peones seguridad en cuanto a vivienda y alimentación, especialmente en el contexto de pobreza y violencia que vivía en la segunda y tercera décadas del siglo XX. Además, existía la esperanza de cambiar de estatus cuando, literalmente, les hiciera justicia la Revolución, y se convirtieran en dueños de la tierra.

En suma, este recorrido diacrónico por los elementos que integran la memoria colectiva, analizada a través de la memoria comunicativa, y dan forma al imaginario popular sobre la hacienda y el Ejido de Nueva Italia, nos permiten una visión comparativa entre ambos regímenes desde la perspectiva de las personas que vivieron, disfrutaron y sufrieron ambos sistemas. La acumulación de experiencias, memorias y recuerdos también permite plantear una mirada crítica para analizar el presente desde el pasado, con base en ese territorio singular de México.

9. Referências Bibliográficas

Alvarado-Sizzo, I. (2014). “Estas ruinas que ves”: la ex hacienda Nueva Italia, Michoacán, un patrimonio industrial en el olvido. *Mec-edupaz* 5: 1-37.

Angón, P. (2001). Trabajadores agrícolas del valle del Tepalcatepec. En J.E. Zárate (Ed.), *La Tierra Caliente de Michoacán*. Zamora, México: El Colegio de Michoacán/Gobierno del Estado de Michoacán, pp. 267-292.

Assmann, J. (2010) Communicative and Cultural Memory. En A. Erll y A. Nünning (eds.), *A Companion to Cultural Memory Studies*.

Berlin/New York: Walter de Gruyter, pp.109-118.

Barrett, E.M. y Lynk, T. (1975). *La cuenca del Tepalcatepec II: Su desarrollo moderno*. México: Secretaría de Educación Pública (Sepsetentas, 178).

Bruner, Jerome. (2000). *Actos de significado. Más allá de la revolución cognitiva*. Madrid: Alianza.

Chevalier, J. (1999). *La formación de los latifundios en México*. Ciudad de México: FCE.

Claval, P. (1999). Los fundamentos actuales de la Geografía Cultural. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 34, 25-40.

Claval, P. (2005). Lieux de memoire. *Revista Espaço e Cultura*, n° 19, p. 89-106. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3495/2423>

Costa, E. (2015). *Metodologia para a geografia histórica urbana – depoimentos orais como documentos*. XIV Simposio Nacional de Geografia Urbana, Fortaleza, Brasil, pp. 01-35. <http://www.lapur.ufc.br/site/index.php/acervo/simpurb-2015>

Costa, E. (2017). Ativacao popular do patrimonio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografia*, RCG, 26 (2), p. 53-75. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/59225/pdf>

Cusi, E. (1995). *Memorias de un colono* (3ª edición) México: Jus.

George, K. y Stratford, E. (2010). “Oral history and Human Geography”. En I. Hay (Ed.) *Qualitative research methods in Human Geography*. Ontario, Canada: Oxford University Press, pp. 139-151.

Glantz, S. (1974). *El ejido colectivo de Nueva Italia*. México: SEP- INAH.

Guerra, E. (2017). La violencia en la Tierra Caliente de Michoacán c. 1940-1980. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, 53: 59-75.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

Halbwachs, M. (1990a). *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos.

Lefebvre, H. (1999). *A revolução urbana*. São Paulo: Belo Horizonte: EdUFMG.

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

Lukács, G. (2012). *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo.

Mendoza García, Jorge. (2005). La forma narrativa de la memoria colectiva. *Polis* 1 (1), 9-30.

Mendoza García, Jorge. (2005a). Exordio a la memoria colectiva y el olvido social. *Athena Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, otoño, 1-26.

- Meyer, J. (1987). Los “kulaki” del ejido (los años 30). *Relaciones: Estudios de Historia y Sociedad*, 29(8), 23–43.
- Morett-Sánchez J.C. y Cosío Ruiz, C. (2017) Panorama de los ejidos y comunidades agrarias en México. *Agricultura, sociedad y desarrollo*, 14 (1). Disponible en: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3605/360550545007/html/index.html> (consultado el 09-02-2019).
- Pureco Ornelas, J.A. 2008. Actores políticos y lucha por derechos laborales en la Tierra Caliente de Michoacán. Las huelgas de Lombardía y Nueva Italia, 1930-1933. *Relaciones*, 115 (24), 213-248.
- Pureco, Alfredo. (2010). *Empresarios lombardos en Michoacán. La familia Cusi entre el porfiriato y la posrevolución (1884-1938)*. México: El Colegio de Michoacán-Instituto Mora, 2010.
- Ricoeur, Paul. (2002). Definición de la memoria desde un punto de vista filosófico. En Françoise Barret-Ducrocq (Dir.) *¿Por qué recordar?*, Barcelona: Granica, pp. 24-28.
- Riegl, Alois. (1987). *El culto moderno a los monumentos*, Madrid: Visor.
- Seydel, U. (2014). La constitución de la memoria cultural. *Acta Poética* 35(2): 187-214.
- Warman, A. (2002). *El campo mexicano en el siglo XX*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- latifundios. Entre 1911 y 1992 cerca de 100 millones de hectáreas (la mitad del territorio mexicano) fueron repartidas entre más de tres millones de campesinos, y se conformaron más de 30 000 ejidos. La diferencia del ejido, frente a otros tipos de propiedad comunal, es que las parcelas pertenecen a cada ejidatario y las áreas comunes –y en algunos casos la infraestructura de producción– pertenecen a todos los integrantes del ejido (Morett-Sánchez y Cosío-Ruiz, 2017; Warman, 2002).
- ⁱⁱⁱ Se refiere a un rifle Winchester 1894, conocido como Carabina 30-30, arma larga muy utilizada en la época de la Revolución Mexicana.
- ^{iv} Se refiere a Guido Sizzo, administrador de la hacienda Nueva Italia entre 1909 y 1935.
- ^v Ramón Saldaña es un personaje recurrente en la memoria colectiva de Nueva Italia, aunque no hay fuentes documentales que prueben su existencia. No es objetivo de esta investigación comprobar si es un personaje real o es una especie de mito; la cuestión relevante aquí es la figura simbólica de rebelde que se oponía a los hacendados y recibió un castigo ejemplar.
- ^{vi} Ahuyentar los pájaros de los cultivos para evitar que comieran los granos.
- ^{vii} Cortar las malezas que crecen entre los cultivos de arroz e impiden el crecimiento del cereal.
- ^{viii} Guía de los hatajos de mulas que transportaban la carga de las haciendas hasta la estación de ferrocarril más cercana. El morrongo iba al frente de las mulas con una campana para dirigir el grupo de arrieros y animales.
- ^{ix} Los niños que repartían tortillas de maíz entre los peones

Notas

ⁱ Los emigrantes italianos de la región de Lombardía, Dante Cusi y sus hijos Eugenio y Ezio, arribaron a la región a finales del siglo XIX en el marco del gobierno de Porfirio Díaz (que gobernó el país de forma dictatorial de 1876-1911) que favorecía la llegada de extranjeros para invertir en el desarrollo industrial y agrícola del país. En 1903, la familia Cusi adquirió, al norte de la región de Tierra Caliente, una propiedad de 28 mil hectáreas a la que nombraron Hacienda Lombardía, la cual adaptaron para el riego y dedicaron al cultivo intensivo de arroz y la cría de ganado. En 1909, adquieren una nueva propiedad de 36 mil hectáreas de extensión, al Sur de la Hacienda Lombardía, a la que llamaron Hacienda Nueva Italia y en la que continuaron su proyecto de agroindustria, explotando aún más el cultivo de arroz e introduciendo nuevos cultivos: limón, coco y ajonjolí. Antes de la llegada de los Cusi, las propiedades eran improductivas y estaban casi deshabitadas (Alvarado-Sizzo, 2014; Pureco, 2010).

ⁱⁱ Los ejidos son una forma de propiedad semi-colectiva rústica instaurada por el Estado mexicano y única en el mundo. Los ejidos se crearon a partir de la Reforma Agraria, proceso complejo y de larga duración que derivó de la Revolución de 1910. Emiliano Zapata, líder campesino, exigía que se les devolviera a las comunidades las tierras que habían acaparado los

^x Al respecto, hay que señalar que había dos tipos de trabajadores que aunque dependían de la hacienda tenían un poco más de libertad y gozaban de mejores salarios que el resto de los peones: los vaqueros, –había más de 10 mil cabezas de ganado en Nueva Italia– y los arrieros que se encargaban de mover la mercancía y materiales al interior y al exterior de la hacienda y constituían un grupo de trabajo más o menos especializado.

^{xi} El informante trabajaba con arrieros. Por ello, pertenecía al grupo de trabajadores privilegiados y de confianza pues no sólo movilizaban mercancía sino también dinero.

^{xii} El informante no vivía en Nueva Italia durante el periodo de la hacienda; sin embargo, su suegro fue capataz de los Cusi, por ello, los recuerdos que relata corresponden a los de un trabajador en posición privilegiada.

^{xiii} La madre del informante quedó viuda cuando él era muy niño; para mantener a sus hijos se vio obligada a trabajar en el campo. Era una jornalera sin ninguna clase de privilegios.

Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões

Julio Cesar de Lima Ramires ¹

Resumo: Esse artigo objetiva apontar algumas reflexões sobre as novas tecnologias na produção do ciberespaço e os processos de patrimonialização cultural digital. O patrimônio cultural digital é apontado como a interseção entre patrimônio e as tecnologias da informação e comunicação, com novas potencialidades nas ações de patrimonialização. A partir da literatura consultada, evidenciou-se as novas possibilidades para maior participação da sociedade nos processos de patrimonialização, até então centrados na figura do Estado e de suas agências estatais, incorporando os sujeitos sociais produtores de cultura de forma periférica nesses processos. As redes sociais são importantes, especialmente para a preservação dos patrimônios imateriais, e a interdisciplinaridade é uma condição fundamental para a apreensão das articulações entre ciberespaço e patrimonialização digital.

Palavras-chave: ciberespaço; espaço urbano virtual; patrimônio cultural digital; patrimonialização.

Ciberespacio y patrimonio cultural digital: algunas reflexiones

Resumen: Este artículo objetiva apuntar algunas reflexiones sobre las nuevas tecnologías en la producción del ciberespacio y los procesos de patrimonialización cultural digital. El patrimonio cultural digital es la intersección entre patrimonio y las tecnologías de la información y comunicación, con nuevas potencialidades en las acciones de patrimonialización. A partir de la literatura consultada, -se evidenciaron las nuevas posibilidades para una mayor participación de la sociedad en los procesos de patrimonialización, hasta entonces centrados en la figura del estado y de sus agencias, estatales, con la incorporación de los sujetos sociales productores de cultura, generalmente considerados de forma periférica en esos procesos. Las redes sociales son importantes, especialmente para la preservación de los patrimonios inmateriales, y la interdisciplinariedad es una condición fundamental para la aprehensión de las articulaciones entre ciberespacio y patrimonialización digital.

Palabras clave: ciberespacio; espacio urbano virtual; patrimonio cultural digital; patrimonialización.

Cyberspace and digital cultural heritage: some reflections

Abstract: This article aims to point out some reflections about the new technologies in the production of cyberspace and the processes of digital cultural patrimonialization. The digital cultural heritage is the intersection between patrimony and information and communication technologies, with new potentialities in patrimonialisation actions. From the literature consulted, the new possibilities for greater participation of the society in the processes of patrimonialization, hitherto centered on the figure of the state and its agencies, were evidenced, incorporating the social subjects that produce culture in a peripheral way in these processes. Social networks are important, especially for the preservation of digital heritage, and interdisciplinarity is a fundamental condition for the apprehension of the articulations between cyberspace and digital patrimonialization.

Keywords: cyberspace; virtual urban space; digital cultural heritage; patrimonialization.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.22109>

Como citar este artigo: Ramires, J. C. de L. (2019). Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (3), 26-36. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.22109>

Recebido: 07 de dezembro, 2018. **Aceite:** 25 de dezembro, 2018. **Publicado:** xxx de março, 2019.

¹Professor Doutor do Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

E-mail: julioesardelimaramires@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4576-8051>.

1. Introdução

Vivenciamos um momento de profundas transformações no mundo contemporâneo, afetando as diferentes dimensões da vida social, da política, da economia, da cultura, e também da organização espacial. As novas tecnologias de informação e comunicação e a internet, como uma das suas expressões mais significativas, têm promovido concepções positivas e negativas sobre suas implicações no modo de vida da sociedade contemporânea. Essas posturas são embasadas, teoricamente, em diferentes enfoques e paradigmas das ciências humanas.

Em trabalho anterior, Ramires (2017) procurou descrever algumas estratégias metodológicas para apreender os espaços virtuais a partir de abordagens qualitativas, demonstrando que a contribuição da geografia é relativamente modesta nesse quesito, quando comparado às demais ciências humanas, especialmente, em relação à Antropologia, que já conta com substanciais ferramentas analíticas sobre a temática, bem como a formação de uma subárea denominada Cibercultura. Ficaram evidentes, com base nas reflexões desse trabalho, que o grande desenvolvimento da internet, promovendo a consolidação do ciberespaço, abriu várias possibilidades de análise para a geografia, comportando diversas escalas de análise, abordagens quantitativas e/ou qualitativas, com um leque expressivo de temas de pesquisa de caráter geográfico, já que sociedade/espaço/tempo estão no cerne dessa discussão.

No âmbito dos estudos sobre patrimônio cultural, as discussões sobre a incorporação da era digital ainda se encontram em curso, com um número significativo de pesquisas sobre digitalização de patrimônios materiais e arquivamento em bases eletrônicas. Entretanto, quando se considera o patrimônio digital a partir de produtos e processos que já nascem eletronicamente no ciberespaço, há poucos trabalhos. Esse fato foi constatado em levantamento realizado no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no qual encontramos um número restrito de trabalhos com esse enfoque.

Na atualidade, descortina-se um momento de intensa mercantilização do patrimônio cultural, sendo necessários posicionamentos críticos frente aos processos de espetacularização, cenarização e museificação do território, que têm nas grandes metrópoles seu principal locus de reprodução. A interseção entre patrimônio e as tecnologias da informação e comunicação tem apontado a

possibilidade de novas vertentes nas ações de patrimonialização.

A internet, no Brasil, é fruto de um processo de informatização do território, com papel hegemônico de grandes empresas, tornando-se, ao longo do tempo, em uma das principais plataformas de comunicação do país, ficando apenas atrás da televisão e do rádio (Curioso, 2015). Pesquisas realizadas por entidades internacionais indicam que os brasileiros são os usuários que mais tempo passam na internet, e, paradoxalmente, o realizam predominantemente com velocidade baixa. Dados reproduzidos por Lemos e Marques (2012) revelam que o mercado de banda larga no Brasil é altamente concentrado entre as operadoras Oi (30,5%), Net (24,4%), Telefônica (22,8%), GVT (8,8%), CTBC (1,7%), e outras (10,8%). Existe, portanto, muitas preocupações sobre a democratização do seu uso, em um país marcado por grandes desigualdades sociais.

Já existem algumas experiências bem-sucedidas da incorporação da dimensão virtual nas ações de patrimonialização, sejam aquelas surgidas mediante a experiência de sujeitos coletivos, ou de instituições públicas. Como repensar nossos referenciais teórico-conceituais e procedimentos metodológicos para patrimônios que estão ou podem estar no ciberespaço? Como as redes sociais podem fomentar experiências de patrimonialização mais participativas? Como superar visões dicotômicas e extremadas sobre os benefícios e as mazelas da revolução tecnológica de forma mais crítica e aberta?

Nesse sentido, este artigo objetiva tecer, ainda em caráter preliminar, algumas reflexões sobre as implicações das novas tecnologias na produção do ciberespaço e nas novas relações cotidianas mediadas por esses novos produtos tecnológicos, destacando as possibilidades de aplicação no campo dos estudos sobre patrimonialização em áreas urbanas.

2. O ciberespaço e a virtualização do espaço urbano

A importância da técnica e de sua presença em todas as dimensões da vida social, aparece com destaque na obra de Santos (1994), já no início dos anos 1990, no âmbito da Geografia, tratando por essa via da constituição do meio técnico-científico-informacional. Desde então, um conjunto de reflexões foram estabelecidas sobre os impactos dessas tecnologias na estrutura territorial visível, bem como a formação e consolidação de um espaço imaterial, denominado ciberespaço.

Para Castells (2007), a dimensão geográfica da internet pode ser analisada por meio da dimensão técnica, relacionada à infraestrutura de telecomunicações; da distribuição espacial dos seus utilizadores, e pela geografia econômica de sua produção.

Segundo Ferrara (2008a) não se pode estabelecer relações unilaterais entre o avanço tecnológico e suas implicações afetivas, sociais ou científicas do ciberespaço, já que para a compreensão desse novo contexto, surgem muitas dificuldades conceituais e epistemológicas exigindo a revisão das suas certezas teóricas e empíricas. Para a referida autora,

Essa dificuldade aponta, não só para o caráter revolucionário implícito na realidade epistemológica introduzida pela emergência da tecnologia digital, mas, sobretudo, para seu caráter de processo e passagem entre o conhecido e o novo e sua consequente fase de relação cognitiva que constitui toda ciência quando se apresenta como saturação das anteriores operações epistemológicas, mas não evidencia, com clareza, suas novas estruturas. Entretanto, no caso 'ciber' esse processo relacional está longe de ser esgotado, o que significa que aquela saturação se mostra hesitante e em constante processo de revisão, daí decorre a dificuldade da sua nomeação e consequente profusão de nomes que inspira (Ferrara, 2008b, p. 26).

A sociedade contemporânea é inexoravelmente mediada pela comunicação, sendo necessário nos desvincularmos dos paradigmas que indicavam a materialidade, as formas geográficas concretas como as únicas unidades basilares de análise. Para Ferrara (2008a, p. 120),

no ciberespaço da cibercultura alcança-se outros patamares para o conhecimento que não nos permite interpretá-lo ou avaliá-lo com os mesmos paradigmas anteriores; agora, valores e paradigmas científicos também são fluidos e precisam ser analisados nessa condição.

No âmbito da geografia brasileira, destacam-se os estudos pioneiros do professor Hindenburgo Francisco Pires da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre o ciberespaço, com a criação do web-sítio Geografia do Ciberespaço. Em um dos seus trabalhos, Pires (2004), evidenciou a submissão das cidades à lógica da globalização e a sua passagem das cidades industriais para a cibercidades.

Pires (2016) aponta a necessidade de estudar a geografia histórica do ciberespaço tendo em vista a grande expansão de pesquisas

acadêmicas, realizadas tanto na geografia como em diferentes áreas do conhecimento, com diferentes pontos de vista interpretativos e suas perspectivas teóricas, exigindo um diálogo com outras ciências. Como ponto de partida procurou aproximar-se das abordagens teóricas dos estudos culturais para esclarecer o conceito de ciberespaço, a partir do gênero da ficção científica com sua capacidade de mapear, enquanto utopia, o presente a partir da imaginação do futuro, fornecendo elementos, metáforas, imagens para a formalização de conceitos sobre a temática. Os primeiros estudos sobre o ciberespaço no âmbito da geografia foram produzidos na década de 1990, com destaque para o geógrafo inglês Michael Batty, que levantou preocupações conceituais e metodológicas, visando compreender a sua estrutura, composição, expansão, bem como sua representação cartográfica.

Nos estudos sobre o ciberespaço brasileiro, que podem ser acessados no site Cibergeo, Hindenburgo Francisco Pires procurou apresentar análises da estrutura virtual de acumulação e dos processos de formação territorial, destacando-se a composição diferencial de infraestruturas técnicas que dão suporte ao desenvolvimento da geografia da internet. As perspectivas teórico-metodológicas recentes, para o estudo do ciberespaço no âmbito da geografia da Internet, estão focadas na geografia humana, com estudos sobre a apropriação, os usos sociais dessas redes para a organização, difusão do trabalho científico, articulação de ações colaborativas educacionais. Na geografia econômica, com estudos sobre a gênese da implantação e do planejamento urbano das redes tecnológicas que compõe o ciberespaço, e da geografia política, com questões sobre governança da internet, soberania, geopolítica internacional, segurança, cidadania, privacidade, liberdade de expressão, dentre outros. O referido autor ainda nos lembra que em algumas importantes universidades nos EUA e na Europa, desde 2011 a geografia do ciberespaço ou geografia da internet aparece como subárea da geografia bastante consolidada.

Deve-se ainda destacar que o ciberespaço, enquanto produto, condicionante e reflexo da sociedade, comporta conflitos e contradições da contemporaneidade. A produção de softwares para espionagem e vigilância consolidou-se como atividade extremamente lucrativa, e após o 11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos desencadearam ampla campanha contra o terrorismo, com fortes aportes de recursos para investimentos que favoreceram empresas privadas de segurança, com a militarização do espaço e também do ciberespaço (Pires, 2014).

O ciberespaço deve ser pensado para além da tríade proposta por Henri Lefebvre, ou seja, o espaço físico, o espaço mental e o espaço social, incorporando-se o espaço eletrônico, tecendo conexões entre a materialidade e a imaterialidade.

Pode-se afirmar que o ciberespaço é composto pelos seres humanos em interação, pelas redes físicas de computadores e programas, e pelo fluxo de informação, sendo altamente mutante, exigindo constante transformação dos aparatos técnicos. A efemeridade integra a sua lógica de produção e reprodução, e a internet é sua principal expressão.

Presenciamos a consolidação de uma sociedade urbana e nesse contexto de transformações sociotécnicas das últimas décadas, a cidade continua sendo o principal lugar de referências e de relações sociais, com mobilidades aumentadas de forma exponencial. Ainda não temos a clareza e o domínio de todas as transformações em curso, articulando novas tecnologias digitais, e a produção do espaço em diversas metrópoles espalhadas por todo o mundo. Uma postura é a sua constatação e quantificação, e esta aparece de forma visível e de fácil apreensão. A outra é o seu estudo qualitativo, visando captar seu sentido, seus valores e significados para a sociedade urbana contemporânea.

Conforme asseveram Lemos e Lévy (2010), as cidades da era industrial tinham sua urbanidade elaborada a partir do papel social e político das mídias de massa, enquanto que as cibercidades são constituídas pelas funções pós-massivas, que

caracterizam-se por abertura do fluxo informacional, pela liberação da emissão e pela transversalidade e personalização do consumo da informação. Elas permitem não só a produção livre, mas também a circulação aberta e cooperativa de produtos informacionais (sons, textos, imagens, programas). Não há necessidade de grandes recursos financeiros, nem de concessão do Estado, e os instrumentos de funções pós-massivas não competem necessariamente por verbas publicitárias e não estão concentrados em um território específico (Lemos & Lévy, 2010, p. 48-49).

As cidades, além de sua materialidade, são expressões das interfaces de um ambiente ao mesmo tempo real e virtual. É possível transitar entre esses dois domínios, com relações complementares, sem que isso signifique a desmaterialização total da cidade real. Trata-se, portanto, de uma nova interação comunicativa, um espaço híbrido, e segundo Lima (2011), as cidades não são apenas expressões dos processos

econômicos ou políticos, mas também, são marcadas por imagens, sons, textos, utopias e representações, com foco na mídias, fonte de suporte de emissão, circulação e recepção de fluxos de informação.

As novas tecnologias permitem que as cidades se caracterizem progressivamente por sua condição de ubiquidade, configurando um novo conceito de espaço e tempo, e conforme destaca Leite (2008, p. 108)

O espaço urbano e o espaço virtual entram em sincronia, uma vez que as formas de interação entre a cidade e o ciberespaço são dirigidas pelo conteúdo da informação e pelo contexto físico dos indivíduos. Terminais eletrônicos conectam os indivíduos uns aos outros, mas conectam também os indivíduos às informações presentes no ambiente. Tais interações caracterizam novos tipos de laços sociais, elas se apoiam na comunicação cujo conteúdo é um instante, um acontecimento, um lugar.

O espaço urbano deve ser pensado por meio do paradigma da computação ubíqua, com a disseminação de “computadores invisíveis”, tais como os sensores invasivos cientes a contextos, como os smartphones, computadores tablets, redes sem fio, Bluetooth, WiFi, além das redes exclusivas para telefonia móvel.

Desta forma, é possível perceber que a comunicação ubíqua, por meio das mídias locativas, se insere na proposta da virada espacial. Neste caso, espaço e lugar, a partir da sua relação com a mobilidade e a localização, passam a exercer funções importantes de mediação em experiências como os jogos de realidade alternativa. Com a disseminação da computação ubíqua, feita através da implantação de tecnologias baseadas na localização com sensores, microchips, redes sem fio e unidades receptoras de sinal GPS, a infraestrutura da cidade foi renovada, ampliando o papel do espaço urbano em processos de comunicação social (Andrade, 2014, p. 78).

O desejo de produzir um mundo melhor, e as preocupações por fazer em conjunto, compartilhar e mudar situações e contextos, mesmo que de forma pontual, tem engendrando a criação de práticas colaborativas no ciberespaço. Assim, surgem ações visando cuidar de parte da cidade, denunciar condições opressivas e desigualdades socioespaciais, estimular posicionamentos críticos e participativos na produção do espaço urbano, fortalecendo a dimensão do coletivo.

3. As mídias locativas e a produção de mapas colaborativos

Com a consolidação do uso dos dispositivos móveis, a interatividade entre os indivíduos atingiu proporções exponenciais, permitindo estarmos em vários lugares ao mesmo tempo. Os mecanismos de virtualização possuem grande capacidade de fomentar as interações humanas sem que a presença física seja necessária.

A possibilidade de qualquer pessoa consumir, produzir e distribuir informação sob qualquer formato e em tempo real e para qualquer lugar do mundo sem ter que movimentar grandes volumes financeiros ou ter de pedir concessão a quem quer que seja. Isso retira das mídias de massa o monopólio na formação da opinião pública e da circulação da informação. Surgem novas mediações e novos agentes, criando tensões políticas que atingem o centro da polis em sua dimensão nacional e global (Lemos & Levy, 2010, p. 25).

Lemos (2007, p. 21) também nos chama atenção para o fato de que

Mídias locativas, heterotopias do controle informacional, territórios informacionais estão reconfigurando as práticas comunicacionais nas cidades. Para além da publicidade fácil e do marketing das empresas, deve-se encorajar a produção de conteúdo, a apropriação criativa do espaço urbano, a atenção para com os processos de invasão de privacidade, de controle e de vigilância. As mídias locativas podem instituir processos (e artistas e ativistas já estão fazendo) de conexão, de compartilhamento, de escrita e releitura do espaço urbano.

Um aspecto discutido no âmbito dessa temática na geografia está relacionado à representação cartográfica do ciberespaço, com grandes desafios à sua operacionalização, na medida em que rompe com as premissas cartográficas de que o espaço é contínuo e ordenado. Na visão de Delazari e Brandalize (2012, p. 187)

A complexidade em se tentar representar geograficamente as redes sociais que se estabelecem através das TICs e do espaço cibernético (ciberespaço), reside no fato de que estes não possuem limites físicos estabelecidos, atributos espaciais necessários à sua materialização e espacialização. No entanto, os cartógrafos tendem a estender os métodos empregados na produção de mapas e visualização dos espaços virtuais e inter-relações. De qualquer forma, esta solução, embora nem sempre satisfatória, constitui a única alternativa

disponível, pois, somente uma mudança radical na forma de pensar o espaço poderia levar a uma nova concepção de seu mapeamento.

Para Lima (2011), nos mapas colaborativos é fundamental a representação do território vivido e experimentado, na escala do bairro, dos deslocamentos diários e nos lugares de convívio. Assim sendo,

os mapas colaborativos necessariamente não estão a serviço de um projeto de nação e não representam um símbolo de unidade cultural e territorial, presente nos termos em que se constitui o mapa tradicional. Nos mapas colaborativos, o que interessa é a relação dos indivíduos com o lugar representado. É a partir dessa relação de pertencimento que os indivíduos podem produzir sentidos e significados para as apropriações. Estas se dão na escala do lugar e não naquela da unidade territorial federativa do Estado (Lima, 2011, p. 46).

Ao analisar os jogos eletrônicos e as mídias locativas e sua interface com a geografia da comunicação, Andrade (2014) afirma que o espaço oferece a base para a criação de um espaço temporário, que pode ser concebido como um mediador da cibercultura, criando uma forte impressão de realidade. Além disso, “o mapeamento através das mídias locativas renovou consideravelmente o consumo dos mapas, facilitando a interpretação do conteúdo e otimizando a navegação no espaço urbano” (Andrade, 2014, p. 79). Assim, mídia locativa deve ser entendida como todas as tecnologias e serviços baseados em localização.

Em seu manifesto sobre as mídias locativas, Lemos (2009, p. 3) aponta 30 postulados críticos, e especificamente sobre os mapas, destacamos dois que evidenciam o seu caráter geopolítico e as estruturas de poder que comportam:

22. Saiba que todo mapa é uma mídia e que todo mapeamento é uma ação de comunicação, com mensagem, emissor, canal e receptor. Mapear é escrever e ler o espaço. Mapear é sempre um discurso sobre o espaço e o tempo. Mapas, como as mídias, são sempre formas de visualização, de conhecimento e de produção da realidade do mundo externo. Busque, como Borges no “Del Rigo de la Ciencia”, criar mapas que sejam novos territórios na escala 1 X 1.

23. Construa mapas que desconstruam visões de mundo. Produza mapas do que não é mapeado em seu entorno, do que é invisível aos olhos bem

abertos. Escape do cartesianismo, do racionalismo e das coordenadas geoespaciais. Tente usar mídias locativas para descentralizar o poder de construção de mapas e de sentido sobre os lugares. Como diz Meyrowitz: 'toda mídia é um GPS mental'.

Esses dois apontamentos revelam ideias importantes sobre a elaboração de mapas que permitam o desvendamento de novas questões, a partir de uma leitura crítica e criativa do nosso cotidiano. No mapeamento colaborativo, por exemplo, pode-se construir mapas personalizados com inserção de textos, áudio, vídeo, e qualquer pessoa pode acessar o mapa e incluir novas informações. O Google Maps é a plataforma ou base cartográfica, e na visão de Lima (2011, p. 48),

o valor do mapeamento colaborativo está na potencialidade de uma representação mais aberta e fluída dos lugares, abrindo caminho para uma espacialidade mais relacional, onde os indivíduos possam construir laços de pertencimento com os ambientes territoriais.

Mapas colaborativos, por exemplo, podem tornar os habitantes da cidade em sujeitos de sua própria história, de sua cultura e de seus valores. O exemplo apontado por Lima (2011) descreve sobre o Mapa da Coxinha, feito com o objetivo de mapear restaurantes, bares e lanchonetes, na cidade de São Paulo, que tivessem uma qualidade superior desse salgado, ou do Urbanias, que levanta questões de infraestrutura urbana na mesma cidade, inserindo fotografias que operam como uma espécie de autenticação do problema apontado no mapa. Serpa (2011), por sua vez, ao analisar as relações entre mídia e lugar na cidade de Salvador, aponta os sites de utilidade pública criados por classes populares visando divulgar informações sobre bairros populares, tais como o Cajazeiras.net, Cidadebaixa.com, Portalpitajá.org. Também ressalta que os conhecidos blocos afros do carnaval da cidade, como o Ilê Aiyê e Araquetu, possuem páginas na rede mundial de computadores.

Muitas experiências pontuais e de diversas naturezas já são observadas em muitas cidades brasileiras, indicando novas possibilidades de vínculos dos cidadãos com a cidade, mediadas pelas novas tecnologias informacionais e comunicacionais. O Coletivo *Shoot the Shit*, por exemplo, atua em Porto Alegre através de ações que questionam a cidade e o dia a dia do cidadão, por meio de ações, ideias e projetos inesperados. Transformou-se num estúdio de comunicação e no seu site pode-se visualizar cerca de 20 projetos implementados, com experiências envolvendo a coleta de resíduos sólidos, sinalização de ruas por

crianças da 3ª série; sinalização de linhas de ônibus, dentre outras (Shoot The Shit, 2018). Uma experiência ganhou grande destaque nas redes sociais – o “Paraíso do Golf” – que por meio da postagem de um conjunto de fotografias sobre as más condições de pavimentação de algumas ruas de Porto Alegre, que, de forma humorística, as comparou aos buracos existentes nos campos de golf. Devido a sua grande repercussão, o poder local procurou atuar de forma rápida para amenizar o problema. Há nesses projetos forte potencial de interação entre as tecnologias de comunicação e informação, os produtores de cultura, os agentes públicos e a sociedade como um todo, convidando-nos à interação e compreensão de novas formas de convivência que podem ser pensadas e aplicadas também aos processos de patrimonialização.

Essas reflexões evidenciam a importância do espaço urbano na mediação das relações online e offline, numa sociedade marcada, inexoravelmente, pelas tecnologias de informação e comunicação, necessitando, portanto, de novas abordagens para apreender sua materialidade, bem como sua imaterialidade. Cada vez mais os estudos apontam a necessidade de construção de abordagens que integrem as dimensões do online e do off-line.

4. Sobre patrimonialização digital e suas potencialidades

Na visão de Prats (2005), os processos de patrimonialização se baseiam nos objetos delimitados por um significado compartilhado, nos lugares que materializam monumentos e espaços naturais e as manifestações representadas pelas práticas culturais. Esses processos, ao incorporar a diversidade de valores das comunidades envolvidas, devem contar com a participação desses sujeitos sociais. O conceito de patrimônio nacional surgiu após a Revolução Francesa, tutelado pelo estado visando a sua defesa e salvaguarda tendo em vista os riscos de destruição por agentes do movimento revolucionário. O conceito de patrimônio está ancorado nas ideias de herança, tradição, conhecimento, legado e vivência, com a transmissão da cultura de uma geração a outra.

O patrimônio digital, por sua vez, está associado a um novo contexto histórico marcado pela revolução tecnológica e novas lógicas de organização do Estado e da sociedade, sendo uma área de intersecção entre patrimônio e tecnologias da informação e comunicação, e segundo formulações elaboradas pela Unesco (2003) sobre a preservação do patrimônio digital, esses objetos podem ser compostos por textos, bases de dados, imagens fixas ou móveis, áudios, softwares e

páginas na web. Por conta de sua efemeridade, bem como pelas rápidas transformações tecnológicas, necessitam de estratégias e políticas que assegurem a sua preservação e o seu acesso universal ao patrimônio documental mundial. Sendo ainda um conceito em construção, há diferentes concepções sobre o que seja o patrimônio cultural digital.

Uma vertente está focada no uso de ferramentas tecnológicas para a pesquisa e para o armazenamento de dados que poderão oferecer acesso universal. A digitalização de documentos de valor histórico e cultural, o uso de modelos em 3D de objetos e sítios patrimoniais são os traços marcantes desse tipo de enfoque. O incêndio que destruiu o Museu Nacional no Rio de Janeiro em 2018, e praticamente todo o seu valioso acervo evidenciou as fragilidades das políticas públicas de preservação no país e o risco de desaparecimento de seus registros patrimoniais. Parte do acervo destruído poderá ser visto por meio de registros digitais realizados ao longo do tempo. A plataforma digital Google Arts & Culture, como apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Ministério da Educação, disponibilizou exposições virtuais de parte desse acervo que não existe mais fisicamente, podendo-se ver com detalhes peças que ficavam em exposição. Essas imagens não substituem as obras de grande valor histórico e cultural, mas representam uma possibilidade de se lembrar daquilo que até certo momento constituía o acervo do museu. As novas tecnologias informacionais permitiram, ao longo das últimas décadas, a criação de museus virtuais com acervos disponíveis a população em todos as partes do mundo. Mesmo considerando que há críticas aos museus virtuais, que reproduzem o real, não há dúvidas que eles representam importantes mecanismos de salvaguarda dos acervos, bem como a democratização de seu acesso, já que as novas tecnologias proporcionam uma enorme capacidade de armazenamento da memória do mundo.

Outra vertente considera o patrimônio digital como todos os produtos que já nascem eletronicamente no ciberespaço, guardando relação com o grande desenvolvimento das redes sociais, permitindo a incorporação de agentes individuais e coletivos não relacionados a instituições governamentais encarregadas de patrimonialização. Há a emergência da produção de espaços colaborativos para a ativação patrimonial, surgidos a partir da base da estrutura social. Procura-se fomentar o desenvolvimento de ferramentas que permitam ao usuário interagir de forma ativa nos conteúdos digitais, na sua organização e no seu compartilhamento.

Segundo Henriques (2017), as redes sociais como lugares de memória efêmera, produzida,

registrada e compartilhada em tempo real entre amigos e familiares têm mudado a forma como as pessoas se relacionam com a memória, já que as memórias são construídas no presente, sobre um passado e ancoradas no futuro. No contexto das redes sociais o registro é do momento instantâneo para um presente também instantâneo, quase como que um presente-passado e um presente-presente, que podemos chamar de atual. O compartilhamento desses registros gera um efeito de “viralização” com a sua maior possibilidade de preservação. Assim, as redes sociais, além de suas funções comunicativas e sociais, podem se tornar espaços de registro e de memória. Deve-se ponderar que, ao contrário dos museus e de outras instituições de memória, os sites não são instituições permanentes, podendo ter começo, meio e fim, e não há garantias eternas dos dados registrados nos diversos servidores.

A referida autora também nos lembra da experiência do Museu da Pessoa, fundado em 1991 e desde 1996 possui um site de memórias na internet, onde qualquer pessoa pode ter sua história preservada e divulgada através da rede mundial de computadores, a partir de um cadastro e envio de sua história para o portal de memórias. É uma experiência brasileira e que deu origem a outros museus do mesmo gênero em Portugal, Estados Unidos e Canadá, criando uma rede de memórias na internet.

O patrimônio nascido digitalmente, conta com uma gama variada de informações em forma de texto, imagens, sons, captados por meio de máquinas fotográficas, *tablets*, aparelhos celulares e de tudo que está disponível na internet. Esse tipo de patrimônio não possui rastros físicos, sendo compostos por códigos binários, *bits* e *bytes*. Nessa concepção de patrimônio cultural digital, há grande complexidade em sua análise, uma vez que os conteúdos podem ser apagados e constantemente transformados, e na visão de Reis, Serres e Nunes (2016a, p. 66-67),

Um bem digital não é qualquer recurso digital, ou qualquer duplicação de bem analógico, ainda que se considere o potencial de patrimonialização presente em cada um desses. Um bem digital impescinde ser parte integrante de algum movimento civil, ou funcionar como registro, e ser um recurso que provoque interação ativa na internet. Um acervo tão somente digitalizado não se transforma, automaticamente, em patrimônio, sendo mais um recurso de preservação, bem como um website qualquer não é patrimônio digital. Considera-se a possibilidade de instaurar processos de ativação para patrimônios digitais, transformando um material que tem potencial patrimonial em bem patrimonial, fazendo isso

através de aguçamento de olhares, observação e experimentação orientada, incorporação de outros recursos não necessariamente digitais.

O trabalho de Abrantes (2014) procurou descrever o modo como foram institucionalizadas as práticas de preservação do patrimônio no Brasil, pelo IPHAN- Instituto Histórico e Artístico Nacional, considerando o início da sua informatização. Tomou-se como exemplo a documentação produzida sobre a cidade de Goiás-GO, buscando compreender de que maneira foram constituídos historicamente os sistemas de informação.

A autora utilizou-se de uma periodização analisando uma cronologia das práticas de preservação no país, identificando cinco fases:

1) A fundação do patrimônio cultural brasileiro (1937 a 1946); 2) A rotinização das práticas fundadoras (1946 a 1967); 3) Apropriação do patrimônio como um valor econômico (1968 a 1978); 4) A apropriação do patrimônio pela qualidade de vida urbana (1979 a 1990); 5) A apropriação do patrimônio no mercado globalizado. A partir desse entendimento, busca-se trazer aspectos da história institucional e da TI e seu desenvolvimento ao longo do tempo, em relação às concepções de patrimônio e políticas de preservação, e especialmente do patrimônio urbano (Abrantes, 2014, p. 28).

Somente a partir do final da década de 1970 os computadores passam a integrar as estruturas do IPHAN, mas somente no final dos anos 1980 o órgão começa realmente a investir em informática, tanto em áreas administrativas, como também nas áreas fins. A autora descreve a utilização das tecnologias digitais pelo IPHAN nos últimos anos (2004 - 2014), por meio de vários programas e projetos internos, demonstrando o empenho da instituição com a consolidação de patrimônios digitais.

Atualmente, o IPHAN possui a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), que trata especificamente dos assuntos relacionados à informática e tecnologia da informação e tem como objetivo principal planejar, pesquisar, implementar, fomentar e desenvolver tecnologias de informação, comunicação e informática que possibilitem a disseminação de dados, informações e conhecimento necessários às ações institucionais do IPHAN.

A discussão sobre patrimônio digital se aproxima das formulações tecidas sobre o patrimônio imaterial que

abrange as expressões culturais e tradições de grupos de indivíduos, que não estão tão somente

gravadas em monumentos e objeto, mas sim na vida dessas pessoas. São os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, os lugares. Compara-se o bem digital ao bem imaterial por compartilharem as características de vivacidade, transformação pela intervenção, necessidade de uso de mais de um recurso para preservação, o que normalmente propõem a materialização de algum elemento dessas práticas (Reis; Serres; Nunes, 2016a, p. 63).

Devemos levar em conta que muitas manifestações culturais, ainda hoje são transmitidas por meio da oralidade de geração em geração, evidenciando a importância de se apropriar de todas as novas tecnologias disponíveis no momento para a salvaguarda desse patrimônio.

Há, portanto, um conjunto de experiências com grande potencial para alavancar práticas culturais a partir do ciberespaço. Índios Online, por exemplo, é um portal contemplando uma experiência de gestão compartilhada entre quatro povos indígenas (Kiriri, Tupinambá, Pataxó-Hãhãe e Tumbalalá da Bahia, os Xucuru-Kariri e Kariri-Xocó de Alagoas, e os Pankararu de Pernambuco), facilitando a troca de informações e valorizando o diálogo intercultural. Foi desenvolvido pela ONG Thydewa, de Salvador (BA), com o apoio do Ministério da Cultura, da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) e assessoria de um etnólogo alemão, com a intenção de facilitar a inserção digital indígena e apresentar aos internautas "os índios na visão dos índios". Tem como objetivo principal facilitar o acesso à informação e comunicação para diferentes povos indígenas, estimular o diálogo intercultural.

A participação social pode ser apontada como importante mecanismo de construção coletiva dos processos de patrimonialização. O uso das redes sociais, por exemplo, pode promover outros usos do patrimônio cultural, não somente como espetáculo, como mercadoria a ser consumida, mas um importante recurso na construção de sentidos dos lugares e das identidades culturais, de forma mais inclusiva e efetiva.

Reis, Serres e Nunes (2016b) analisaram o processo de mobilização de um grupo comunitário em Santo Ângelo, um importante núcleo histórico da região das Missões no estado do Rio Grande do Sul, que se articulou para reivindicar a patrimonialização do centro histórico da cidade, atingido por processo de degradação do seu patrimônio arquitetônico e da especulação imobiliária. Criou-se, em 2011, um grupo no facebook intitulado "Defenda Santo Ângelo! Quero nossa História Viva", que chegou a ter mais de 1.200 membros, que conseguiu organizar um

abaixo-assinado digital solicitando ao Instituto Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, o tombamento do centro histórico da cidade.

Os autores descreveram todo o processo de solicitação da patrimonialização entre 2011 e 2013, com base na análise empírica das postagens realizados no grupo. As categorias de análise dos dados foram organizadas em três grupos: atos do processo X respostas do grupo; sujeitos ativos X sujeitos observadores; participação na internet x participação nas ações. Mesmo apresentando algumas limitações, os autores asseveram que o balanço geral foi positivo, tendo o grupo como um espaço de aprendizagem sobre questões relacionadas à preservação patrimonial. As contradições e os conflitos entre os defensores da patrimonialização, os atores do mercado imobiliário, do poder público local e dos moradores do centro histórico a favor e contrários à patrimonialização foram evidenciados no estudo.

O trabalho de Werneck (2015) também é um exemplo de estudo que procurou analisar o movimento ciberativista em defesa da Aldeia Maracanã, ocupação indígena urbana no antigo Museu do Índio, ameaçado de demolição em função das reformas do Complexo do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014, na cidade do Rio de Janeiro. A autora evidenciou que, cada vez mais, novos atores se inserem no campo dos processos de patrimonialização cultural, revelando um jogo de forças entre múltiplos atores e interesses.

Mediante análise de conteúdo da página do Facebook intitulada Aldeia Maracanã Página Oficial, procurou-se categorizar as ações dos ciberativistas e com o aplicativo Evernote criou-se um arquivo em nuvem de suas postagens, realizadas entre novembro de 2012 e abril de 2013, preservando a memória do movimento. O aplicativo acoplado ao navegador, permite-nos salvar em nuvem textos e fotos disponíveis na web.

O antigo Museu do Índio da Aldeia Maracanã, uma construção do início do século XX, representava uma forma de preservação da cultura indígena no espaço urbano do Rio de Janeiro. Com a transferência do Museu para o bairro de Botafogo, o prédio foi doado para o Ministério da Agricultura, ficando desocupado até 2006, quando passou a contar com atividades realizadas pelo Movimento dos Índios Tamoios. A pressão dos coletivos foi significativa na época, o governador Sergio Cabral desistiu de demolir o prédio e concordou em transformá-lo em um espaço dedicado à causa indígena.

Por outro lado, há registros de experiências existentes na internet que não cumprem suas funções de forma adequada. Damin, Dodebei, Morigi, Massoni (2018) ao analisar o aplicativo Porto Alegre Guide e o site da Prefeitura

Municipal de Porto Alegre, que em princípio teriam potenciais de divulgação do patrimônio cultural da cidade, verificaram algumas limitações. As comunidades afro-brasileiras e indígenas não possuem visibilidade, e valorizam-se os atributos culturais da zona central, sul e áreas valorizadas, desconsiderando-se as expressões culturais localizadas em áreas periféricas.

Costa (2017) indica a necessidade de criação de territórios turísticos alternativos que represente uma ruptura com a colonialidade do poder na América Latina, que regaste outras histórias, com a incorporação ativa dos indígenas, afrodescendentes e grupos sociais excluídos. Outras referências memoriais das cidades devem ser incorporadas, especialmente, aquelas situadas fora dos centros históricos consolidados, tais como as áreas periurbanas e as periferias.

O processo de ativação patrimonial comporta elementos que devem ser legitimados como construção social, ao adquirirem autoridade, representatividade e ressonância civil, e a patrimonialização digital pode ser um meio para a educação patrimonial, para a difusão de informações e conteúdos culturais, e consolidação desse processo. As práticas de patrimonialização podem ser realizadas de forma colaborativa, rompendo com o papel monopolista do estado nesses processos, na medida em que podem contar com a participação de diferentes atores, tais como a sociedade civil, ONG's e empresas privadas.

5. Considerações finais

Os discursos sobre a revolução tecnológica e seus impactos são sempre abordados de forma dicotômica, entre aqueles que a enaltecem contra os que a veem de forma extremamente negativa. É preciso superar essa polarização salientando suas potencialidades, sem perder o senso crítico com relação às dimensões negativas desse processo.

Pelas discussões levantadas ao longo deste artigo ficou patente que o estudo do espaço virtual não pode ser desconectado dos espaços concretos, com um movimento dialético de apreensão, análise e interpretação, possível de ser realizado de forma consistente pela geografia. Os mundos online e off-line não são realidades separadas e podem ser considerados um *continuum* de uma mesma realidade sociespacial.

A aproximação com a Antropologia, Sociologia, a Psicologia, Geografia, Turismo, bem como as Artes, a Linguística e Semiótica, a Filosofia, Comunicação e Tecnologia da Informação são fundamentais para a apreensão das articulações entre ciberespaço e patrimonialização digital.

É interessante ressaltar que a primeira formulação sobre patrimônio digital pela Unesco data de 2003, e, desde então, não houve novas iniciativas dessa instituição, tendo em vista os avanços acelerados das tecnologias de informação e comunicação. Merece também mencionar que o decreto que instituiu no Brasil o registro de bens culturais de natureza imaterial data do ano 2000, e a partir de então pouco foi feito com relação à patrimonialização cultural digital.

Em muitos países latino-americanos, a exclusão digital é fato concreto, sendo necessário estratégias urgentes para a sua superação, tendo em vista as rápidas transformações tecnológicas, e a necessidade de empoderamento dos grupos sociais de baixa renda.

Deve-se também evitar uma visão globalizada da cultura, que desconsidera particularidades e especificidades de povos e nações, sendo a dimensão escalar um elemento importante para a realização de mediações entre o local e o global. A salvaguarda e o reconhecimento da cultura de pequenos grupos nas cidades pode ser viabilizada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. As novas tecnologias podem ser usadas como instrumentos de alienação, de libertação, de manipulação ou de esclarecimento crítico. Isso depende do uso que os diferentes atores fazem dela.

A utilização das redes sociais pode apresentar-se como uma possibilidade de incorporar outros usos do patrimônio cultural, não somente como espetáculo, mas como recurso na construção de sentido dos lugares e das identidades culturais, de forma mais efetiva. Abrem-se novas possibilidades para maior participação da sociedade nos processos de patrimonialização, até então centrados na figura do Estado e de suas agências estatais. As redes sociais são importantes especialmente para a preservação dos patrimônios imateriais, incorporando sujeitos sociais considerados sempre de forma periférica nesses processos.

Existe um número significativo de experiências em cidades brasileiras utilizando-se de tecnologias digitais como novas alternativas de sociabilidade urbana, valorização cultural e inclusão social. A construção de mapas colaborativos, por exemplo, pode ser uma interessante ferramenta nos processos de patrimonialização digital.

Estamos diante do grande desafio de criar e reformular conceitos e procedimentos metodológicos para interpretação do patrimônio cultural que já nasce no formato digital. Como realidade em construção, o espaço virtual e a patrimonialização digital apresenta-se como um contexto de potencialidades, mudanças e transformações mutáveis em curto espaço de

tempo, com conflitos e contradições, deixando em aberto uma série de perguntas e um enorme leque de temas de pesquisa de caráter geográfico a serem realizadas, já que sociedade/espaço/tempo estão no cerne dessa discussão.

6. Referências Bibliográficas

- Abrantes, A. R. (2014). *Tecnologias digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado*. (Dissertação de mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recuperado de <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andreza%20Rigo%20Abrantes.pdf>.
- Andrade, L. A. P. de. (2014). Jogos eletrônicos e geografia da comunicação: espaço, lugar e mediação na (ciber) cultura do entretenimento. *Triade: comunicação, cultura e mídia*, v. 2, n. 3, pp. 71-86. Recuperado em 23 de agosto de 2018 de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/1893/1882>.
- Castells, M. (2007). *A galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CIBERGEO. (2015). *Web-sítio Geografia e ciberespaço*. Recuperado de <http://www.cibergeo.org/>.
- Costa, E. B. da. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía/Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, n. 2, pp. 53-75. Recuperado em 13 de agosto de 2018 de <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>.
- Curioso, R. (2015). *O paradoxo da Internet: arquitetura emancipatória, geografia aprisionante*. 12º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, pp. 1-12, Rio de Janeiro/RJ/Brasil: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Recuperado em 10 de agosto de 2018 de <http://www.intercom.org.br>.
- Damin, M. L., Dodebei, V. Morigi V., Massoni, L. F. H. (2018). Patrimônio cultural, memória social e informação: a cidade de Porto Alegre na palma da mão? *Em Questão*, v. 24, n. 2, pp. 388-403. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245242.388-403>.
- Delazari, L. S., & Brandalize, M. C. B. (2012). Análise de redes sociais a partir do uso da informação espacial. *Boletim de Ciências Geodésicas*, v. 18, n. 2, pp. 185-202. Recuperado

- em 17 de agosto de 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/bcg/v18n2/02.pdf>
- Ferrara, L. D. (2008a). *Comunicação espaço cultura*. São Paulo: Annablume.
- _____. (2008b). Ciberespaço: conceito à procura de um nome. *Revista FAMECO*, n. 37, pp. 25-31. Recuperado em 10 de agosto de 2018 de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4796>.
- Henriques, R. M. N. (2017). Narrativas, patrimônio digital e preservação da memória no facebook. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, pp. 123-146. Doi: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p123>.
- Leite, J. (2008). A ubiquidade da informação digital no espaço urbano. *LOGOS 29 – Tecnologias e Sociabilidades*, ano 16, pp. 104-116. Recuperado em 21 de agosto de 2018 de <http://www.logos.uerj.br>.
- Lemos, A. (2007). *Mídia locativa e territórios informacionais*. Recuperado em 27 de julho de 2018 de http://facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia_locativa.pdf.
- _____. Manifesto sobre as mídias locativas. (2009). Recuperado em 29 de julho de 2018 de http://andrelemos.info/404nOtFound/404_7_1.htm
- Lemos, A., & Lévy, P. (2010). *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus.
- Lemos, A., & Marques, F. P. J. A. (2012). O Plano Nacional de Banda Larga Brasileiro: um estudo de seus limites e efeitos sociais e políticos. *E-compós*, v. 15, n. 1, pp. 2-26.
- Lima, L. B. (2011). *Comunicação e geografia: da cartografia tradicional aos mapas colaborativos na internet*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Pires, H. F. (2004). A produção morfológica do ciberespaço e a apropriação dos fluxos informacionais no Brasil. *Scripta Nova*, v. 9 n. 194, pp.1-15. Recuperado em 18 de julho de 2018 de www.ub.es.edu/geocrit/sn/sn-194-19.htm.
- Pires, H. F. (2014). Geografia das indústrias globais de vigilância em massa: limites à liberdade de expressão e organização na internet. *Ar@acne*, n. 183, p. 1-17. Recuperado em 13 de agosto de 2018 de <https://www.raco.cat/index.php/Aracne/article/view/280322?>
- Pires, H. F. (2016). Ciberespaço e utopia - a dissociação entre os espaços virtual e real. *Anais do XIV Colóquio Internacional de Geocrítica. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona, Espanha: Universitat de Barcelona. Recuperado em 28 de julho de 2018 de <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/HindenPires.pdf>
- Prats, L. (2005) Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 21, pp. 17-35. Recuperado em 11 de junho de 2018 de <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n21/n21a02.pdf>.
- Ramires, J. C. de L. (2017). Pesquisa qualitativa dos espaços virtuais: algumas reflexões. In: PESSÓA, V. L. S.; RÜCKERT, A. A.; RAMIRES, J. C. L. (Org.). *Pesquisa qualitativa: aplicações em geografia*. Porto Alegre: Imprensa Livre, pp. 25-56. Recuperado em 29 de agosto de 2018 de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172820>
- Reis, M. G. dos; Serres, J. C. P.; Nunes, J. F. I. (2016a). Bens culturais digitais: reflexões conceituais a partir do contexto virtual. *Encontros Bibli – Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 21, n. 45, pp. 54-69. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2015v21n45p54>
- Reis, M. G. dos; Serres, J.C. P.; Nunes, J. F. I. (2016b). A defesa do patrimônio cultural histórico em Santo Ângelo-RS através da organização da comunidade local na internet. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, v. 2, n. 2, pp. 13-31. Recuperado em 10 de setembro de 2018 de <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/download/6263/3819>
- Santos, M. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- Serpa, A. (2011). *Lugar e mídia*. São Paulo: Contexto.
- SHOOT THE SHIT. *Comunicação para causar impacto social positivo*. Recuperado em 25 de julho de 2018 de <http://www.shoottheshit.cc/>.
- UNESCO. Charter on the preservation of the digital heritage (2003). Recuperado em 12 de setembro de 2018 de http://unesco.org.br/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/charter_preservation_digital_heritage_en.pdf.
- Werneck, M. (2015). *Patrimônio digital e ciberativismo: a defesa da aldeia Maracanã no Facebook*. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Patrimonio, territorio y memoria: análisis desde el Distrito Histórico de Panamá

María Adames de Newbill¹

Resumen: El Distrito Histórico de Panamá, como oficialmente fue designado por la UNESCO en 1997, ha sufrido transformaciones que han dado como resultado, por una parte, la salvaguarda del patrimonio material; pero por otra, la desaparición del patrimonio inmaterial, poniendo en peligro el tejido social del barrio y la pérdida de la memoria colectiva. Procesos como revitalización, gentrificación y globalización han contribuido a estas transformaciones. Este artículo, basado en mi trabajo de tesis doctoral, analiza las transformaciones del barrio de San Felipe en el período de 1997 al 2008, con reflexiones de su situación actual. Hoy el Distrito Histórico de Panamá, conocido como Casco Antiguo, Casco Viejo o San Felipe (refiriéndose al vecindario), continúa enfrentando viejos y nuevos desafíos, que obligan a replantear políticas públicas coherentes para la preservación del patrimonio material e inmaterial del barrio.

Palabras clave: memoria; patrimonio; gentrificación; globalización; casco antiguo de Panamá.

Patrimônio, território e memória: análises a partir do Distrito Histórico de Panamá

Resumo: O Distrito Histórico do Panamá, oficialmente designado pela UNESCO em 1997, passou por transformações que resultaram, por um lado, na salvaguarda do patrimônio material, mas, por outro lado, o desaparecimento do patrimônio intangível colocou em risco o tecido social e a perda da memória coletiva. Processos como revitalização, gentrificação e globalização contribuíram para essas transformações. Este artigo, baseado em meu trabalho de tese de doutorado, analisa as transformações do bairro de San Felipe no período de 1997 a 2008 com reflexos de sua situação atual. Hoje, o Distrito Histórico do Panamá, conhecido como Casco Antiguo, Casco Viejo ou San Felipe (referindo-se ao bairro), continua a enfrentar velhos e novos desafios que nos obrigam a repensar políticas públicas coerentes para a preservação do patrimônio material e imaterial do bairro.

Palavras-chave: memória; herança; gentrificação; globalização; cidade velha do Panamá.

Heritage, territory and memory: analysis from the Historic District of Panama

Abstract: The Historic District of Panama, as officially designated by UNESCO in 1997, has undergone transformations that have resulted, on one hand, in the safeguarding of material heritage, but on the other one, the disappearance of intangible heritage endangering the fabric social status and the loss of collective memory. Processes such as revitalization, gentrification and globalization have contributed to these transformations. This article, based on my doctoral thesis work, analyzes the transformations of the neighborhood of San Felipe in the period from 1997 to 2008, with reflections of its current situation. Today, the Historic District of Panama, known as Casco Antiguo, Casco Viejo or San Felipe (referring to the neighborhood), continues to face old and new challenges, that force us to rethink coherent public policies for the preservation of the material and immaterial heritage of the neighborhood.

Keywords: memory; heritage; gentrification; globalization; old quarter of Panama.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.9313>

Como citar este artigo: Newbill, M. A. (2019). Patrimonio, territorio y memoria: análisis desde el Distrito Histórico de Panamá. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (3), 37-48. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.9313>

Recebido: 07 de outubro, 2018. **Aceite:** 25 de janeiro, 2019. **Publicado:** 04 de abril, 2019.

¹ Doctora en Planificación y Diseño Ambiental, Virginia Polytechnic Institute and State University (Virginia Tech), Estados Unidos. Profesora de Geografía en la Universidad de Panamá.

E-mail: newadames@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4114-6503>

1. Introducciónⁱ

En el año 1983, el reconocido urbanista argentino Dr. Jorge E. Hardoy escribió un artículo en la revista *Habitat International* titulado “The Inhabitants of Historical Centres: Who is Concerned About Their Plight?” (Hardoy, 1983). A prácticamente 35 años de esta publicación, pareciera que muy poco ha cambiado en el proceso de revitalizaciónⁱⁱ para salvar el deteriorado patrimonio de centros históricos como el de Panamá, y si a esto se suman los efectos de la gentrificaciónⁱⁱⁱ, es necesario hablar de cambios profundos en la vida del barrio.

Aunque en países como Panamá se han realizado esfuerzos para la protección del patrimonio material –edificios e infraestructura del Casco Antiguo^{iv} con valor histórico–, en el caso del patrimonio inmaterial –formado por sus habitantes y su memoria individual y colectiva– poco es lo que se ha hecho. Esto se suma a los conflictos territoriales que se dan por el derecho a la ciudad y en especial con respecto al casco antiguo, enmarcado en un sentido de pertenencia que inclusive se mantiene hasta después de la migración de los residentes del mismo.

En este artículo, abordaré las experiencias de los habitantes del Distrito Histórico de Panamá, tratando de hacer un balance entre los esfuerzos por la recuperación y protección del patrimonio, y los efectos que esta situación ha tenido para la población residente en el área. Este distrito histórico fue declarado patrimonio de la Humanidad en 1997 con el nombre de Distrito Histórico de Panamá y su salón Bolívar. Tiene una extensión de 29.4 hectáreas que comprenden el corregimiento y barrio de San Felipe. Es por ello que por lo general se usan indiscriminadamente los términos de San Felipe, Casco Antiguo o Casco Viejo para referirse a esta área.

En el año 2003 UNESCO incluye las 28 hectáreas que forman el complejo de Panamá Viejo localizado aproximadamente a 11 kilómetros al este del Distrito Histórico para hacer un total de 57.4 hectáreas. Con esta adición se inscriben estos dos patrimonios en uno con el nombre de El Sitio Arqueológico de Panamá Viejo y el Distrito Histórico de Panamá.

El objetivo principal de este artículo es ofrecer algunas pinceladas de esa intrínseca, pero al mismo tiempo, complicada relación entre el territorio y el patrimonio, que la mayoría de las veces es transmitida y compartida a través de las experiencias cotidianas por quienes las viven y las preservan en su memoria histórica.

Metodológicamente, este trabajo está dividido en siete secciones: a) La ciudad de Panamá y su presencia en la memoria histórica de América

Latina; b) El Patrimonio como objeto de consumo; c) Patrimonio y Memoria Colectiva: Gentrificación, Revitalización y Globalización en el Casco Antiguo de Panamá; d) El Casco Antiguo en el contexto de la Ciudad de Panamá: una ciudad dicotómica con disparidades sociales, económicas y espaciales; e) San Felipe: Proceso de degradación física y la revitalización y gentrificación en el barrio; f) Gentrificación, Globalización y Turismo como fuerzas transformadoras en el centro histórico de Panamá; y g) Impacto en la vida de los residentes del lugar. Aunque el artículo se enfoca en el Casco Antiguo^v de Panamá, no podemos dejar de señalar la importancia que ha tenido -y tiene- la lectura del patrimonio global como punto de referencia hacia una comprensión integral del tema.

2. La ciudad de Panamá y su presencia en la memoria histórica de América Latina

En la literatura de urbanismo y de las ciudades de América Latina, son escasas las referencias bibliográficas de la ciudad de Panamá, su papel como puente de conectividad para el transporte marítimo y terrestre, de vínculo entre culturas, y como herencia material e inmaterial desde la época colonial. Esta fue la puerta de entrada para la conquista y colonización del Pacífico Americano durante el período colonial, y continúa siendo en la actualidad un lugar donde convergen poblaciones de muchas partes de mundo.

Panamá, primera ciudad fundada en las costas del Pacífico de nuestra América (1519), es un lugar en el que la memoria y el territorio se han encontrado desde la época colonial. El patrimonio material del Casco Antiguo de la ciudad de Panamá es modesto en comparación con el extenso patrimonio cultural de cascos antiguos de ciudades latinoamericanas como La Habana, México, Lima o Quito, pero está lleno de memorias que cuentan la historia del crecimiento de la ciudad.

La ciudad de Panamá ha sido el resultado de la dicotomía que se ve reforzada por las fuerzas tanto endógenas (presiones producto de la modernidad y de los grupos de poder económico) como exógenas (gentrificación, turismo y globalización) que transforman el territorio a través de las luchas de poder por el espacio, dándole al centro histórico sus particularidades, pero compartiendo similitudes en la herencia patrimonial material e inmaterial de Latinoamérica, lo que se refleja en su arquitectura, sus calles, infraestructura y hasta cierto punto en sus costumbres y tradiciones.

En este punto, es interesante resaltar – para la memoria histórica de América Latina – que la ciudad de Panamá ha compartido sus recursos naturales para la construcción de otros patrimonios. Tal es el caso de la Catedral de Lima, en donde el arzobispado de esta catedral señala lo siguiente:

En los muros de la Catedral se abren siete puertas, construidas en diversas épocas y que tienen diferente apariencia. Ninguna otra iglesia virreinal peruana tiene tal cantidad de puertas. La más antigua es la puerta de la sacristía, construida en 1609, mientras que la puerta principal es la llamada Puerta del Perdón, construida con piedras traídas de Panamá entre 1628 y 1655. Esta es la primera portada-retablo de la arquitectura virreinal peruana (...) (Datos históricos sobre la catedral de Lima, 2018)

En el caso específico de la ciudad de Panamá, al hablar de integración del territorio, patrimonio y ciudad, es necesario resaltar la importancia de ciudades como Portobelo^{vi} y su complejo de fuertes, entre ellos el de San Lorenzo, así como el papel que desde la época colonial tuvo Panamá La Vieja – hoy con vestigios reconocidos por UNESCO, como el Sitio Arqueológico de Panamá Viejo y el Distrito Histórico de Panamá. Gran parte de las riquezas extraídas de países latinoamericanos, principalmente durante los dos primeros siglos de la conquista, pasaron por la ciudad de Panamá (1519-1671), de donde las mercaderías eran trasladadas al pueblo de Portobelo. De esta área surgió la conquista y colonización de Perú, que movilizó hacia el Caribe gran parte del oro proveniente de los pueblos originarios de esa región.

La destrucción de Panamá La Vieja (1671) trasladó la ciudad de Panamá hacia una pequeña península localizada al oeste en 1673. Desde este lugar, a principios del siglo XX, se inició la expansión territorial de la ciudad hacia el este, dando como resultado el abandono de las clases pudientes de lo que hoy conocemos como el Casco Antiguo, localizado en el Barrio de San Felipe – es a partir de este punto en que se da la expansión de la ciudad en forma alargada –, y en el Casco Antiguo de la ciudad de Panamá se conserva el patrimonio material e inmaterial, presente en la memoria y que se ha transformado, producto de las migraciones tanto del interior hacia la ciudad como interurbanas, que dieron por resultado un proceso de filtración y salida de la población de altos recursos económicos. Además, el turismo, la gentrificación, la revitalización y la globalización están fuertemente presentes en esta pequeña porción de territorio.

Las ciudades son como un libro abierto que conserva la memoria de sus habitantes, lo que forja un sentido de pertenencia y apropiación. El espacio vivido, como lo manifiesta Aliste (2011), no es más que el cúmulo de experiencias a través del tiempo, que se reflejan en la estructura de los edificios, las plazas y las calles de esas ciudades. Dentro de las ciudades se encuentran múltiples elementos que le recuerdan a sus residentes y ex residentes un pasado de experiencias y recuerdos que conservan en la memoria. En el Casco Antiguo de Panamá, las memorias de tiempos pasados están representados por objetos, esculturas y edificios, entre otros. Por ejemplo, en un área del casco llamada Paseo de Las Bóvedas, existe una placa en un edificio en honor a los soldados de la independencia. A pesar de que en la actualidad el edificio alberga el Centro Cultural de la Embajada de España, los nacionales que visitan el lugar dan como referencia el nombre de la casa del Soldado.

3. El Patrimonio como Objeto de Consumo

La preservación del patrimonio constituye un reto ante los avances impetuosos del urbanismo y las transformaciones que se dan en los mismos centros históricos, producto de proyectos de intervención que terminan acelerando su destrucción desde el punto de vista de la originalidad, convirtiéndolos en un pastiche.

Los sitios culturales, especialmente los *patrimonios de la humanidad*, se han convertido en objetos de consumo en el ámbito internacional y una fuente de ingreso a través de la promoción del turismo patrimonial. Aunque los aspectos positivos que el turismo puede traer a estas áreas son innegables, también desencadena una serie de situaciones que ponen en riesgo estos patrimonios. Me enfocaré en los aspectos más relevantes que han afectado el Casco Antiguo de la Ciudad de Panamá tanto en su patrimonio material como inmaterial. Aunque el enfoque principal estará hacia el Casco Antiguo, intentaré explicar muy brevemente la conexión entre Portobelo, con su complejo de fortificaciones, y Panamá La Vieja, ambos – al igual que el Casco Antiguo – son patrimonio de la humanidad y han sufrido un franco deterioro, producto de una falta de políticas eficaces y una planificación efectiva para la protección y recuperación de este patrimonio en riesgo.

Portobelo es un pequeño pueblo localizado en la costa del Caribe panameño y formado principalmente por afrodescendientes, cuya bahía fue descubierta por Cristóbal Colón en su cuarto y último viaje a América. Fue declarado

patrimonio de la humanidad en el año 1980, conjuntamente con el complejo de fuertes localizados alrededor del pueblo y el fuerte de San Lorenzo, el cual custodiaba la desembocadura del río Chagres en el Caribe, por donde pasaron muchos de los tesoros provenientes de Suramérica con rumbo a España.

Desde el punto de vista territorial, fue famoso en la época colonial por la realización de las famosas ferias de Portobelo, donde por 40 días el pueblo se convertía en el centro de los intercambios mercantiles. Aunque la ciudad fue saqueada varias veces por corsarios y piratas, y permaneció olvidada por muchos años, el legado arquitectónico colonial lo hizo meritorio del título de patrimonio de la humanidad, convirtiéndose en el primer sitio en Panamá reconocido por la UNESCO con esta distinción. Sin embargo, la desidia, el abandono que ha sufrido por mucho tiempo y las inclemencias del tiempo han llevado a este organismo a colocarlo en la lista de patrimonio en riesgo.

A pesar de que Portobelo y San Lorenzo son el patrimonio material que debe constituir parte de la memoria histórica del país y de la memoria latinoamericana, pareciera que no forman parte del patrimonio global que nos permite realizar conexiones para una mejor comprensión del territorio y de la memoria colectiva. Mientras tanto, los mayores esfuerzos por la preservación del patrimonio se han puesto en el área de Panamá La Vieja, a través de la creación de un patronato que ha logrado recuperar el área donde se encuentran localizados los vestigios de esta ciudad, pero aún existen conflictos con las comunidades adyacentes por el uso de estas áreas.

4. Patrimonio y Memoria Colectiva: Gentrificación, Revitalización y Globalización en el Casco Antiguo de Panamá

Los estudios de las transformaciones de los centros históricos en América Latina que se relacionen con los impactos de la gentrificación, la revitalización y la globalización – a través del impulso del turismo – son escasos. Relativamente poco o casi nada se ha escrito en el caso latinoamericano sobre cómo los grupos sociales que viven en esos territorios (y que conservan el patrimonio material e inmaterial) se ven impactados por estas fuerzas que, ironicamente, son atraídas por la presencia de ese patrimonio.

El espacio urbano constantemente está transformándose como resultado de procesos humanos que le dan forma y vida; por sí solo, este espacio carece de poder (Jones, 1994, Scarpaci,

2002; Lefebvre, 1991), pues son las relaciones de las estructuras de poder y los procesos humanos las que constantemente le dan forma al espacio, y transforman las ciudades y barrios en América Latina (Scarpaci, 2002b). Los cascos antiguos no escapan a esta realidad, al convertirse en el centro de interés donde convergen diversos actores: por una parte, están los grupos con ingresos medios y altos – tanto nacionales como extranjeros- que buscan lugares cuyas amenidades culturales y el precio de la tierra constituyan un aliciente suficiente para invertir, pese al deterioro de la infraestructura. Al existir interés en el área, los desarrolladores ven una oportunidad de inversión, iniciándose un proceso de especulación inmobiliaria. En ese mismo escenario se encuentra la comunidad, quienes observan en muchas ocasiones cómo el espacio construido comienza a cambiar, muchas veces en forma acelerada, y a través de las estructuras de poder se inicia un proceso de pérdida del territorio, del patrimonio y de la memoria histórica de estos barrios.

Es así como el barrio representado de estos centros históricos se convierte en un espacio de contestación y de pugna por la apropiación del territorio e inclusive del patrimonio. Es allí donde se inicia el dilema de la población: el aceptar la realidad que vive su barrio en forma sumisa y enfrentar el aumento del costo de la vivienda y/o el desplazamiento, o reclamar la reapropiación de su territorio enfrentando las estructuras de poder, en cuyo caso las posibilidades de éxito son exiguas. El Casco Antiguo de Panamá y el barrio de San Felipe son un testimonio de la complejidad de las realidades que enfrentan nuestras ciudades latinoamericanas y su patrimonio humano, material e inmaterial.

Figura 1 – Localización del barrio de San Felipe en el Distrito Histórico de la Ciudad de Panamá



Fuente: Digital Globe, 2017

5. El Casco Antiguo en el contexto de la Ciudad de Panamá: una ciudad dicotómica con disparidades sociales, económicas y espaciales

El patrón de asentamiento del Casco Antiguo corresponde a un sistema rectangular. Este núcleo urbano se desarrolló en un área de siete hectáreas, rodeado por una muralla para proteger la ciudad de los piratas. Al mismo tiempo, se mantenía a los esclavos, mestizos, indígenas fuera de la ciudad, mientras que dentro de la misma se establecieron los grupos sociales de ingresos más altos. A inicios del siglo veinte, se inicia el proceso de abandono por parte de la mayoría de la clase alta, aunque hubieron algunas familias que se quedaron hasta aproximadamente inicios de los años 60.

La existencia de monumentos coloniales, plazas e iglesias han representado un atractivo para propios y extraños, al punto que el Estado Panameño reconoció este valor a principios de los años 70, cuando inició algunos proyectos para la recuperación de este patrimonio bajo la dirección del arquitecto Flores Marini. Es así que en 1976 el Estado declara a este barrio como Conjunto Monumental Histórico de la República de Panamá. A pesar de este reconocimiento, fueron muy pocos los avances que se hicieron para la recuperación de las infraestructuras históricas y residenciales durante los años 80. Posteriormente, a principios de los años 90 se realizaron gestiones para incluir al Casco Antiguo de Panamá en la lista de patrimonios de la humanidad, lo cual se logró en el año 1997.

6. San Felipe: Proceso de degradación física y la revitalización y gentrificación del barrio

Varios han sido los factores que contribuyeron a la degradación física y económica del barrio. Entre ellos tenemos: la subdivisión de las mansiones en cuartos de alquiler; la aplicación de varias leyes que congelaban las rentas a principios del siglo XX; la invasión de edificios abandonados que existían en San Felipe por parte de afectados por incendios de barrios aledaños durante los años 70 y 80; la especulación inmobiliaria de finales de los años 90 e inicios de este siglo, y la falta de decisión para hacer efectivas las leyes existentes para la conservación del Casco Antiguo.

En primera instancia, tras la salida de la mayoría de los residentes de la clase alta de San Felipe, se dio la subdivisión de las mansiones en cuartos de alquiler o casas de inquilinato a

principios de siglo, en donde se compartían los baños y servicios entre varias familias, lo que trae como consecuencia la presión a los sistemas de plomería y electricidad, que no estaba diseñados para abastecer a una gran cantidad de residentes. Esta pareciera ser una característica propia de los diversos centros históricos, pues tal y como lo señalan Villanueva y Gallardo: “Hay situaciones que resultan claramente homologables entre los centros históricos de las distintas ciudades de América Latina: en la medida que se degradan físicamente se asientan en ellos los grupos sociales económicamente más desfavorecidos; prefieren sobrevivir allí antes que en la periferia, adaptándose a la vetustez de las construcciones abandonadas” (2004:13). En el caso de San Felipe, la saturación de la capacidad de carga de estas viviendas contribuyó con los años al deterioro de las mismas, haciendo muy difícil su reparación.

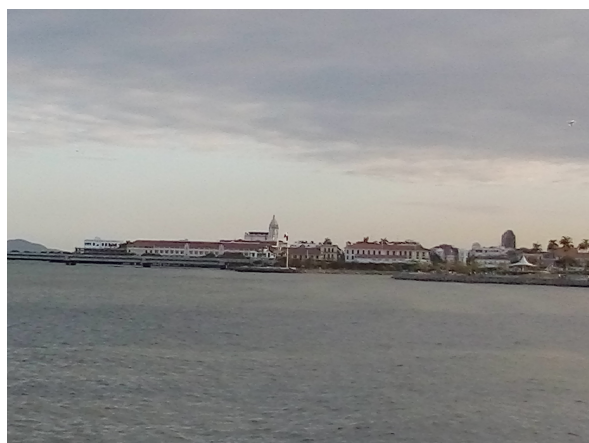
Segundo, el congelamiento de los alquileres como resultado de la aplicación de las leyes de inquilinato (1925 y 1932), que se continuaron aplicando gracias al paternalismo que se dio especialmente durante la época del proceso revolucionario, lo que impidió a muchos propietarios aumentar los alquileres. Algunos propietarios optaron por una cómoda solución de nombrar un administrador – generalmente, un inquilino de confianza – que se encargaba de cobrar la renta y de alquilar a quien lo necesitara. En algunas entrevistas realizadas, se ha encontrado que este administrador (a) tenía establecida una cantidad de dinero que debía entregar al propietario todos los meses.

El administrador y los inquilinos debían correr con los gastos de mantenimiento de los edificios, de esta forma el dueño o dueña se beneficiaba con las rentas y no tenía la preocupación de las reparaciones; por su parte, el administrador se beneficiaba ya que podía cobrar un poco más. Los inquilinos igualmente se beneficiaban, ya que por la cantidad de subdivisiones que existían en el edificio los alquileres eran sumamente baratos (\$20.00 a \$40.00) en comparación con otras áreas de la ciudad (\$80.00 y más).

Tercero, otro aspecto que contribuyó al deterioro del barrio fue el traslado de la población damnificada producto de diversos incendios que se dieron en corregimientos aledaños a San Felipe, como El Chorrillo y Santa Ana, durante finales de los años 70 y los años 80. Este traslado fue, en algunas ocasiones, parte de las políticas gubernamentales como una alternativa a la búsqueda de una pronta solución al problema de la falta de vivienda en estos corregimientos, en donde una gran mayoría de las viviendas eran de madera y habían sido construidas para albergar a los obreros

durante la construcción del Canal de Panamá. De allí que algunos de estos damnificados vivían en peores condiciones de hacinamiento que los moradores de San Felipe. El mismo gobierno subsidiaba a esta población, a través del alquiler de los edificios a los dueños, quienes veían más lucrativo rentar al Estado.

Figura 2 – Vista del Casco Antiguo desde la cinta costera. Ciudad de Panamá. Febrero 3, 2018



Fuente: Adames de Newbill, 2018

De esta forma, lo que se suponía era una solución a corto plazo, mientras se buscaban otras alternativas para esta población, se convirtió en residencia permanente en inmuebles que no estaban en condiciones para albergar a estas personas. De acuerdo con entrevistas realizadas a residentes de San Felipe, la mayoría coincide con que el traslado de esta población damnificada incrementó el deterioro de las infraestructuras y aumentó algunos problemas sociales en la comunidad. Además, la estadía de estos grupos damnificados se prolongó debido a que los mismos eran respaldados por políticos interesados en tener cautiva una población que estaba en deuda con ellos y por lo tanto dispuesta a votar por ellos o su partido en las elecciones.

Cuarto, la especulación que se da en el Casco Antiguo a finales del siglo pasado y comienzos de este siglo veintiuno no es ningún secreto. Sólo basta con observar la cantidad de noticias que surgieron en periódicos de la localidad denunciando el problema de la falta de mantenimiento de los edificios privados debido a que sus dueños estaban esperando aumentos en los precios de la tierra para vender a precios inflados. Esta especulación se incrementó especialmente después de 1997 con la obtención del título de Patrimonio de la Humanidad que ostenta el Casco Antiguo de Panamá. Es así como lotes y edificios que tenían valores por debajo de los \$40,000 fueron vendidos a tres y cuatro veces su precio

original. Inclusive hubo propiedades cuyo valor aumentó de \$400/m², a un precio de venta de \$1,100.00 el m² en un condominio (Tejeira Davis, 2001). En una entrevista que realicé en el año 2006 a la presidenta de una compañía inmobiliaria – refiriéndose a lo fluctuante del mercado de bienes y raíces en el Casco Antiguo o San Felipe – me manifestó lo siguiente:

Mira, actualmente no hay un mercado organizado. Aquí cada dueño pone el precio que le parece que él pudiera vender. O sea no hay nada que dice que el metro cuadrado de San Felipe es tanto. De hecho ha subido de una manera increíble en los dos últimos años. Yo que tengo un año específicamente viviendo de esto, he visto esa subida de precios. Digamos que nosotros hablamos de área cerrada. Por ejemplo un edificio puede tener un lote de 200 metros cuadrados. Si el edificio tiene tres pisos entonces su área cerrada es el lote por los tres pisos. En este caso serían 600 metros cuadrados. Hemos encontrado que pueden que estén entre los 300 y 400 y a veces más por metro cuadrado. Y estas son propiedades no renovadas. Edificios que están sin renovar. Hechos leña. Muchas veces incluso con la gente adentro todavía ocupando. (9 de marzo de 2006)

El problema de la especulación estriba en que, debido a que el mercado inmobiliario en San Felipe es reciente, hay propietarios y algunos inversionistas que pretendían hacerse ricos en un corto período de tiempo aprovechándose de estas fluctuaciones. Una misma situación se reportó en otros centros históricos como Cartagena de Indias, Colombia, en donde los problemas más apremiantes eran la necesidad de mantenimiento de la vivienda, el alto valor en el pago de los impuestos, la especulación inmobiliaria, la moda de restauración representada por las casas vacacionales, la falta de control en los usos de suelo y la intervención de las edificaciones (Junta directiva de la Corporación del Centro Histórico de Cartagena, 2002).

En el caso del Casco Antiguo de Panamá, esta situación se agravó en el período del 2005 al 2010 debido a la inadecuada utilización de los incentivos fiscales, obtenidos por estos especuladores, quienes en lugar de invertir en el bien que habían obtenido, compraban otras propiedades, contribuyendo al mayor deterioro de los inmuebles por falta de mantenimiento, lo que causó derrumbes y desplomes de balcones donde inclusive hubo reportes de heridos y muertos. Estos acontecimientos y situaciones son indicador del complejo proceso que vivía el barrio y que afectaba especialmente a los residentes, en su mayoría de la clase trabajadora.

A pesar de la especulación, la llegada de residentes de altos ingresos al barrio tomó mayor fuerza después de la declaración de patrimonio de la humanidad, iniciándose un proceso de gentrificación. Este interés por vivir e invertir en el Casco Antiguo no sólo se da en la clase pudiente del país, sino también entre extranjeros buscando una segunda residencia, empresarios, y otros inversionistas internacionales que vieron en San Felipe una oportunidad para incrementar sus negocios y tomar ventajas de los incentivos, especialmente intereses y canonjías que ofrecía la Ley 9 de 1997 y la ley 4 de 2002.

Esto, aunado al valor del patrimonio cultural existente en el casco, incentivó la llegada de personas ligadas al arte y la cultura como dramaturgos, pintores, arquitectos, a través de un proceso de internacionalización que se ha dado en centros históricos producto de las declaratorias de patrimonios de la humanidad, pero que también tiene sus raíces en el turismo (Carrión, s/f: 53).

Figura 3 – Viviendas dilapidadas en el Casco Antiguo de Panamá



Fuente: Adames de Newbill, 2018

7. Gentrificación, Globalización y Turismo como fuerzas transformadoras en el centro histórico de Panamá

La gentrificación ha sido un proceso que ha traído como consecuencia la expulsión de los residentes del barrio de San Felipe y la entrada de población de ingresos altos y medios (Adames, 2016). La atracción hacia el patrimonio y las amenidades que el resto de la ciudad de Panamá presenta en cuanto al desarrollo de la banca, el comercio, transporte internacional y comunicaciones han aumentado la presión de estos gentrificadores hacia el barrio: un lugar propicio para vivir en un ambiente cultural que ofrece teatro, arte, festivales; desde el punto de vista urbanístico, lejos del bullicio de la ciudad, pero al mismo tiempo cerca de otras amenidades que la misma ofrece. En contraposición esta valoración del patrimonio ha traído como consecuencia el aumento de las presiones hacia los residentes del barrio, quienes se encuentran desprotegidos ante la aprobación de leyes que, lejos de beneficiarlos, han legitimado este mecanismo de expulsión.

El turismo ha sido una de las vías, en conjunto con la globalización, que ha impulsado la gentrificación, y Panamá no escapa a esta tendencia que pareciera ser generalizada, y que ha sido estudiada ampliamente en diversos lugares del mundo. De acuerdo a la Autoridad del Turismo de Panamá (ATP), en el año 2017 ingresaron al país 2.5 millones de turistas que dejaron al país 4,451.4 millones de dólares (Autoridad del Turismo de Panamá, Febrero 8, 2018). Miles de turistas de todo el mundo recorren las calles de este pequeño centro histórico anualmente, convirtiéndose en posibles compradores de propiedades localizadas en un sitio que proporciona amplias ventajas por su crecimiento económico, y la conectividad física y digital con el resto del mundo. Tal y como lo expresan Lees, Ban Shin y López-Morales:

El fenómeno de la gentrificación es global hasta el punto de que espacios urbanos alrededor del mundo están cada vez más sujetos a reinversión e inversión del capital global y doméstico para ser transformados en nuevos usos que se adaptan a las necesidades de los habitantes más ricos. En efecto, se ha convertido un proceso importante en las crecientes desigualdades de las ciudades y sociedades alrededor del mundo.^{vii} (2015:441-442)

Panamá ofrece muchas posibilidades de retiro para aquellos visitantes que buscan un lugar que ofrezca ventajas desde el punto de vista del poder adquisitivo, y donde sus ingresos les rindan más, con leyes que promueven la inversión.

Figura 4 – Construcción de hotel en el Casco Antiguo.
Al fondo el auge del crecimiento



Fuente: Adames de Newbill, 2018

8. Impacto en la Vida de los residentes del lugar

El turismo se convierte en un instrumento para el desmembramiento del barrio cuando las políticas públicas promueven la restauración y renovación de edificios –generalmente comprados por extranjeros o por nacionales con altos ingresos, mientras los residentes del barrio solo ven que su situación empeora con el tiempo. Esto trae como resultado lo que Reralt y Lees (2011) refieren como la pérdida del barrio (o sea del capital social) y a través de la gentrificación y del desplazamiento de la población originaria con la consecuente pérdida de capital espacial (López-Morales, 2016: 1098). Esta pérdida de capital social y espacial se profundiza por los incendios que siguen siendo una amenaza para los residentes del Casco Antiguo de Panamá, especialmente los más desprotegidos, quienes, al perder el capital espacial como lazo fundamental que los une al barrio, terminan por ser expulsados del centro histórico.

Esta es una situación evidente en el barrio de San Felipe, donde la disminución de la población ha sido drástica especialmente en las dos últimas décadas. En año 1990, el censo nacional reportó que el barrio de San Felipe tenía 10,282 personas, mientras que en el año 2000 se reportaron 6,928 personas y en 2010 la población de San Felipe había disminuido a 3,262 habitantes. En la actualidad, es difícil conocer si este número disminuye debido a las transformaciones en el barrio y el consiguiente desalojo de los pobladores. Esta situación, a la que se suman los incendios – que han sido la nota característica a través de la historia del barrio- hacen que las posibilidades de que los habitantes permanezcan sean cada vez

menores. Ya desde el año 2005, a través de un trabajo de investigación doctoral (véase Adames, 2016), recogía las opiniones y peripecias de los habitantes del barrio en ese momento, y confirman lo que vive el barrio en la actualidad en relación con sus habitantes de menos recursos económicos. Blanca^{viii}, una madre de familia con 4 hijos en el año 2005 señalaba lo siguiente “... *han sacado mucha gente, ha habido muchas casas desalojadas. Sinceramente no sé para qué, hay muros vacíos, las calles se están quedando desiertas.*” Esta es solo una muestra de las vivencias de la población del barrio de San Felipe.

Esta situación la ha vivido recientemente un grupo de más de 30 familias –aproximadamente 102 personas- que viven en el Casco Antiguo de Panamá, repartidas en tres proyectos de vivienda de intervención estatal que, debido a un incendio accidental, han sido trasladados a un hotel cerca del área. No obstante, a los pocos días se les informó que debían dejar ese lugar y buscar por sí mismos una solución, que probablemente los llevaría a salir del barrio debido al alto costo de la vivienda en el área.

Aunque todavía los residentes se resisten a salir, las posibilidades de quedarse en el área son escasas, por la posición privilegiada que tenían los edificios de interés social que se renovaron y que fueron reducidos a escombros. Esto es lo que Naomi Klein algunos años atrás denominaba el capitalismo de choque (2007), el cual no crea la situación pero sí toma ventaja de la vulnerabilidad de los residentes ante una situación como un incendio para iniciar un proceso de expulsión “justificada” argumentando el bienestar y seguridad de las personas.

Figura 5 – Incendio que destruyó tres edificios emblemáticos del Casco Antiguo (Casa Boyacá, Casa Francia y Casa Rosada) construidos en terrenos del Estado



Fuente: Adames de Newbill, 2018

Otra situación relacionada con la apropiación del espacio es cómo la gentrificación ha iniciado su expansión a las áreas cercanas a San Felipe como Santa Ana, El Marañón y Calidonia. Aunque el proceso acaba de iniciar, es palpable el mejoramiento de las condiciones físicas a través de la revitalización que implica cambiar la imagen de estas áreas, especialmente en el barrio de Santa Ana, que tiene una plaza e iglesia histórica y es el comienzo de la espina que constituye la Avenida Central. Un proceso similar en donde la revitalización se ha expandido a otras áreas adyacentes y cercanas a sitios y patrimonios de la humanidad ha sido documentado en países como Colombia, donde la revitalización y gentrificación en barrios como la Candelaria (Manrique Gómez, 2013) se ha expandido hacia otros barrios de una forma acelerada y sin permitir mucho tiempo de reacción a las comunidades.

En el caso mencionado, en el barrio de Santa Ana se ha dado inicio a un proceso de sustitución de los adoquines de la calle, el remozamiento de los espacios públicos y la remodelación de las aceras, el mejoramiento físico de la fachada de los edificios, y la reubicación de los vendedores ambulantes. La realidad es que el nivel de deterioro físico del área requiere una intervención rápida para restablecer el entorno construido que existe allí y evitar la pérdida del patrimonio material.

Al mismo tiempo, y con base en las experiencias vividas en el barrio de San Felipe, es necesario repensar políticas más incluyentes en un área donde la gentrificación comienza a ser palpable, con la participación de profesionales y artistas ayuden a la población con talleres y la creación de ONG's para promover el arte y la cultura; pero si no se tiene cuidado de involucrar a la población existente y de escuchar sus voces, podrían terminar promoviendo la gentrificación y la reubicación de la comunidad en lugar de que se dé un desarrollo inclusivo. Ya Hardoy y Guttman hacían una fuerte crítica a la forma en que se estaba realizando la revitalización de los centros históricos cuando argumentaban que:

Si aspiramos sinceramente a ciudades y centros históricos mejor conservados y que alienten la convivencia, debemos comenzar por eliminar las causas de la pobreza y no desplazar a los pobres a áreas alejadas de la ciudad o aislando al centro histórico y a otros barrios pobres como si fueran ghettos.” (Hardoy and Gutman, 1992: 315)

En este sentido, es necesario conocer más a fondo no sólo los planes de la municipalidad en relación con la creación de ciclovías, espacios públicos y restauración de inmuebles históricos,

que pueden constituirse en una alternativa para el mejoramiento a la imagen deteriorada de la ciudad, e impulsaría el turismo en estas áreas, sino también que se hace necesaria la participación ciudadana en la toma de decisiones tanto de los barrios afectados como del resto de la ciudad, así como de políticas públicas puntuales en cuanto a cómo encajan los residentes de estas áreas en las transformaciones de sus barrios.

De acuerdo con López-Morales (2016: 1098), citando un artículo de Rérat & Lees (2011) coinciden en que si bien es cierto la clase media puede utilizar la gentrificación como una estrategia que contribuye a aumentar su capital espacial, lo que tiene efectos negativos en la población desplazada, pues se pierde el capital social y espacial por los desplazamientos que se dan, afectando el tejido social y su estadía en el barrio. Es necesario el reforzamiento del tejido social y el capital espacial, que transforme estos barrios en áreas vibrantes y llenas de oportunidades tanto para los residentes existentes como para nacionales y extranjeros que busquen vivir en estas áreas, turistas y visitantes.

9. Conclusiones

En la actualidad, en la ciudad de Panamá se han dado un número significativo de intervenciones urbanas en los últimos 15 años que han traído como consecuencia un cambio en la imagen de la ciudad y de la memoria de sus habitantes, especialmente los más jóvenes. Los ejemplos más significativos de estas intervenciones se encuentran en la creación de la cinta costera 1, 2 y 3 que tiene como objetivo crear una vinculación entre las áreas localizadas al oeste de la ciudad, y que por los atractivos que ofrecen –tales como el museo de la Biodiversidad, el Centro Marino de Punta Culebra, el Estadio Maracaná, el futuro Centro de Convenciones y una marina– se han convertido en áreas atractivas para la actividad turística.

Aunado a esto, la creación del espacio verde y recreativo en la cinta costera ha aumentado el número de lugares de esparcimiento para la población de la ciudad de Panamá, mejorando las oportunidades de esparcimiento. Estas intervenciones han traído como consecuencia la proliferación de edificios de muy alto valor en el área cercana, la mayoría de los cuales continúan habitados por personas de bajos recursos económicos que tienen que pagar altos alquileres por los mismos. Esta situación ha desatado una confrontación por la ocupación del espacio, marcada por el aumento en el costo de la tierra –producto de la reinversión, la especulación,

cambios en la estructura económica en el centro histórico y áreas circunvecinas-, el aumento de restaurantes, bares y tiendas orientadas al turismo y la desaparición de los pequeños negocios vecinales.

Con el desplazamiento de los residentes del centro histórico y áreas adyacentes – generalmente hacia la periferia y sin planes concretos por parte del estado, que mitiguen el impacto de estos desplazamientos-, se produce, a su vez, una desestabilización en otras áreas de la ciudad, especialmente en las áreas periféricas, que se expresa desde el punto de vista territorial mediante la dificultad para encontrar alternativas de vivienda viables y cercanas a los centros de trabajo, en la dimensión económica a través del aumento en los costos de transporte y en la social mediante la dificultad para adaptarse a su nuevo ambiente y un cierto duelo por la pérdida de los nexos vecinales, de pertenencia y arraigo a su barrio.

La falta de una comprensión holística de las implicaciones de fenómenos como la gentrificación, nos ha hecho perder la perspectiva de que los centros históricos son “... el hábitat en que muchos de sus habitantes han vivido durante largo tiempo y en el cual tienen sus relaciones sociales más estrechas y hasta sus lugares de trabajo, y donde pueden alquilar viviendas baratas debido a irregularidades creadas hace tiempo por las leyes de alquileres...” (Hardoy y Gutman, 1992: 316). Situaciones parecidas a las descritas para el caso de la ciudad de Panamá parecen perpetuarse en América Latina, de allí que sea cada vez más necesario analizar el territorio y el patrimonio como elementos constitutivos de la ciudad, y las relaciones que tienen entre sí.

En la ciudad que durante los años 30 y 40 priorizó al automóvil –dejando a los transeúntes con muy poco espacio para transitar- ahora se renueva hacia una concepción de ciudad más amigable con el peatón. Esta situación es palpable en ciertas áreas de la ciudad, en las que la municipalidad ha iniciado un proceso de ampliación de calles y veredas, así como el remozamiento de edificios. También se está desarrollando un proceso de ampliación de los accesos a las vías peatonales con el propósito de lograr una ciudad más amigable. El embellecimiento del centro de la ciudad es innegable, pero este patrimonio urbano comienza a ser apropiado por quienes tienen los recursos para comprar apartamentos, viviendas y negocios especialmente frente a la cinta costera.

Los esfuerzos de estas intervenciones urbanas se han enfocado en aquellas áreas de la ciudad que están sufriendo transformaciones, producto del auge del mercado inmobiliario, debido al interés y potencial que estos barrios (El Chorrillo, Santa Ana, Calidonia) representan por

encontrarse cerca del barrio de San Felipe, y que conservan rasgos –en su deteriorada infraestructura- de un pasado digno de evocar y preservar como parte de la memoria de los habitantes de la ciudad. Es por ello que es necesario que las experiencias vividas en el barrio de San Felipe sean tomadas en cuenta, especialmente en las relaciones habitantes, territorio y memoria, que son entes constitutivos de la ciudad.

Pero, como la experiencia lo ha indicado, esto sólo será posible si los habitantes participan activamente en la toma de decisiones y no como simples espectadores y receptores de estas transformaciones. Es fundamental que las políticas públicas que se desarrollan sean incluyentes para que nuestras ciudades y centros históricos no sean territorios de conflicto, sino de participación ciudadana.

10. Referencias Bibliográficas

- Adames, M.A. (2016). *No Place like Home. Neighborhood Revitalization in the Historic District of Panama*. Doctoral Dissertation. Virginia Polytechnic Institute and State University.
- Aliste E. (2011). Territorio y huellas territoriales: una memoria del espacio vivido en el Gran Concepción, Chile. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 23, p. 25-38, jan./jun. 2011. Editora UFPR.
- Autoridad del Turismo de Panamá (ATP). *Turistas dejaron más de 4 mil millones de dólares en divisas el año pasado*. Recuperado el 8 de febrero, 2018 de <http://www.atp.gob.pa/noticias/turistas-dejaron-mas-de-4-mil-millones-de-dolares-en-divisas-el-ano-pasado>
- Carrión, F. (sf). La Dimensión Temática de los Centros Históricos en América Latina. En Maria Eugenia Martínez Delgado (ed). *El centro histórico: Objeto de estudio e intervención*. Editorial Pontificia, Universidad Javeriana. Colección Biblioteca del Profesional.
- Contraloría General de la República de Panamá. (2000). *Censos Nacionales de Población y Vivienda. 2000. Resultados Finales Básicos. Distrito de Panamá*. 543p.
- _____. Instituto Nacional de Estadística y Censo (INEC). (2010). *Censos Nacionales de Población y Vivienda*. Recuperado el 9 de noviembre, 2014, de http://www.contraloria.gob.pa/inec/Publicaciones/Publicaciones.aspx?ID_SUBCATEGORIA=59&ID_PUBLICACION=362&ID_IDIOMA=1&ID_CATEGORIA=13.

- Corporación del Centro Histórico de Cartagena de Indias. Junta Directiva (2002). Atelier D'Expert Internationaux Sirchal (AFAA-DAPA). *Resumen del Plan Programa para el Centro Histórico de Cartagena* (Presentación de powerpoint). Recuperado el 3 de abril de 2007.
- Casgrain, A. y Janoschka, M. Gentrificación y Resistencia en la Ciudades Latinoamericanas. El ejemplo de Santiago de Chile. *Andamios*, Volumen 10, número 22, mayo-agosto, 2013, pp. 19-44
- Datos históricos sobre la catedral de Lima. Recuperado el 3 de marzo, 2018, de <http://www.arzobispadodelima.org/bodajua/ndiegoflorez/datos.html>.
- Hamnett, C. (1991). The Blind Men and the Elephant: Towards a Theory of Gentrification. *Transaction of British Geographers* 16: 173-189.
- Hardoy, J.E. (1983). The Inhabitants of Historical Centres Who is Concerned About Their Plight? *HABITAT INTL.* Vol 7 No 5/6, 151-162.
- Hardoy, J. E., & Gutman, M. (1992). *Impacto de la Urbanización en los Centros Históricos de Iberoamérica*. Spain: Editorial MAPFRE, S.A.
- Jones, G. A. (1994). The Latin American City as Contested Space. *Bulletin of Latin American Research* 13 (1): 1-12.
- Lees, L. (2003a). Policy (Re)turns: Gentrification Research and Urban Policy-Urban Policy and Gentrification Research, (Commentary). *Environment and Planning A* 35, 571-574.
- Lees, L. (2003b). Super-Gentrification in Brooklyn Heights, New York City. *Urban Studies* 40 (12): 2487-2509.
- Lees, L., Shin, H., & López-Morales, E. (Eds.). (2015). *Global gentrifications: Uneven development and displacement*. Bristol, UK; Chicago, IL, USA: Policy Press at the University of Bristol. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctt1t894bt>
- Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell.
- Klein, N. (2007). *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. New York: Metropolitan Books, Henry Holt and Company, LLC.
- López-Morales E., Shin, H. B. Shin & Lees, Loretta (2016). Latin American gentrifications. *Urban Geography* 37:8, 1091-1108, DOI: <https://doi.org/10.1080/02723638.2016.1200335>
- Manrique Gómez, A. S. Gentrificación de La Candelaria: reconfiguraciones de lugar de residencia y consumo de grupos de altos ingresos. CUADERNOS DE GEOGRAFÍA | REVISTA COLOMBIANA DE GEOGRAFÍA | Vol. 22, n.º 2, jul.-dic. del 2013 | ISSN 0121-215X (impreso)
- Rérat, P. and Lees, L. (2011), Spatial capital, gentrification and mobility: evidence from Swiss core cities. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 36: 126–142. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2010.00404.x>.
- Scarpaci, J.L. (2000a). Winners and losers in restoring Old Havana. In J. Pérez-López and J. F. Alonso, eds. *Cuba in Transition*. Washington, D. C.: Association for the Study of the Cuban Economy 10, 289-299.
- _____. (2000b). Reshaping Habana Vieja: Revitalization, Historic Preservation, and Restructuring in the Socialist City. *Urban Geography* 21 (8), 724-744.
- Smith, N. (2002). New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy. *Antipode*. Malden, MA: Blackwell Publishers.
- Unesco. Fortifications on the Caribbean Side of Panama: Portobelo and San Lorenzo. Recuperado de <http://whc.unesco.org/en/soc/3523/>
- _____. Las fortificaciones panameñas de Portobelo y San Lorenzo ingresan en la lista de Patrimonio Mundial en Peligro. Educación. Recuperado de http://www.unesco.org/new/es/education/south-south-and-triangular-cooperation-in-education/dynamic-content-single-view/news/panamanian_fortifications_inscribed_on_list_of_world_heritag/
- _____. Historic District of the Town of Panama with the Salon Bolivar (Panama). 1997. Recuperado de <https://whc.unesco.org/en/decisions/2899>
- _____. Archaeological Site of Panama Viejo and Historic District of Panama (Panama) <https://whc.unesco.org/en/decisions/735>
- Tejeira D. E. (2001). The City, Its Inhabitants and Its Architecture. In: V. Spadafora G., & E. Tejeira D. (Eds.) *Panama City's Old Quarter* (pp. 18-151). Pamplona: Publican Publishers.
- Villanueva A.S., y F. Gallardo. (2004). Centros Históricos: El auténtico ADN de las Ciudades. *Boletín del Instituto de Vivienda*. Agosto, Volumen 19, Número 051. Universidad de Chile, Santiago, Chile, pp.9-30. Recuperado el 5 de noviembre, 2007, de <http://www.revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/64/866>
- Visser, G. (2002). Gentrification and South African Cities. Towards a Research Agenda. *Cities* 19 (6), 419-423.

Notas

ⁱ Este artículo está basado en mi investigación doctoral denominada: “No Place Like Home:” Revitalization in the Neighborhood of San Felipe de Neri in the Historic District of Panama [City], Panama” para obtener mi título de Doctora en Planificación y Diseño Ambiental de la Facultad de Asuntos Urbanos y Arquitectura de la Universidad de Virginia Tech y dirigido por el Dr. Joseph L. Scarpaci Jr.

ⁱⁱ Existe una amplia bibliografía que define el concepto de Revitalización en el contexto de las áreas urbanas. Esta concepción va desde el mejoramiento en general de las condiciones socioeconómicas y físicas de un área (Scarpaci, 2000 (Mi traducción); hasta compararla como sinónimo de programas de renovación urbana (Visser, 2002); regeneración urbana (Visser 2002, Smith 2002); y renacimiento urbano (Lees, 2003a, 2003b). Para efectos de este artículo la revitalización se referirá a todos los cambios que denoten un mejoramiento en conjunto de las condiciones visibles del área en comparación con períodos anteriores.

ⁱⁱⁱ El término gentrificación ha sido definido por muchos autores de diversas corrientes de pensamiento. Hamnett define a la gentrificación como los fenómenos físicos, sociales y culturales que comúnmente involucra la invasión de la clase media o grupos con ingresos más altos pertenecientes previamente a barrios de la clase trabajadora el reemplazo o desplazamiento de los ocupantes originales. Involucra la renovación o rehabilitación de lo que eran frecuentemente viviendas altamente deterioradas y su mejoramiento con el consecuente aumento de los precios. (Hamnett 1991: 175). [Mi traducción]. Por su parte Casgrain y Janoschka (2013) definen la gentrificación como: ...” un fenómeno de reconquista de las áreas centrales y de las zonas consolidadas de las ciudades por el poder económico, particularmente cuando se trata de la apropiación de esos espacios por parte de los agentes inmobiliarios privados y sus operaciones de capitalización de renta del suelo. Además, la gentrificación reproduce la desigualdad entre clases a nivel urbano y de barrio” (p. 21).

^{iv} Estas reflexiones están basadas en mi trabajo de investigación doctoral y en mis experiencias obtenidas en las múltiples visitas realizadas al Casco Antiguo antes, durante y después de mi tesis doctoral.

^v Generalmente cuando se habla de Casco Antiguo también se le nombra como Casco Viejo y como San Felipe que es el nombre del corregimiento.

^{vi} En el año 2012 las fortificaciones de Portobelo y San Lorenzo fueron incluidas en la lista de Patrimonio

Mundial en peligro tal y como lo manifiesta en su página web la UNESCO situaciones ambientales, desarrollo urbano incontrolado y falta de mantenimiento fueron consideradas como las principales causas para esta decisión. En el año 2017 esta decisión se mantiene donde el reporte menciona entre otras razones situaciones de erosión, presión urbanística en el caso de Portobelo, impactos del turismo, conversión de la tierra,

acelerada degradación de la tierra, falta de planificación y de una estructura legal entre otros.

^{vii} Mi traducción.

^{viii} El nombre es ficticio para proteger la identidad del entrevistado.

Cartografia, dinâmica territorial e patrimônio material: análise a partir do oeste baiano nos Setecentos

Adriano Bittencourt Andrade¹

José Jackson Andrade²

Resumo: Este artigo, a partir da base empírica do espaço colonial do Oeste baiano, faz análises à luz da Geografia Histórica, num espaço parcamente ocupado e usado pelos colonizadores ao longo dos Setecentos. Por todo o século XVIII a ocupação da região era dispersa e havia apenas uma vila elevada – São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande. Os ditos “sertões”, porém, em nada eram território vazio. Na verdade eram ocupados por grupos hostis aos interesses da empresa colonial portuguesa, ou simplesmente endogenamente desconhecidos por esta. Objetiva-se neste trabalho analisar dinâmicas espaciais pretéritas à luz da cartografia histórica e estabelecer, a partir daí, diálogos com a atual patrimonialização que há sobre esses objetos do passado. Metodologicamente, faz-se análises em variadas escalas, o que possibilita a compreensão da complexa dinâmica territorial que produziu, ao longo do tempo histórico e diferentes temporalidades técnicas, o patrimônio material e imaterial que atualmente “representa” a região do Além-São Francisco. Dentre os resultados, admite-se que a Geografia Histórica elucida dinâmicas territoriais pretéritas e, assim, torna-se elemento essencial para a ativação do patrimônio.

Palavras-chave: Geografia Histórica; patrimônio; cartografia histórica; Oeste baiano; cidade de Barra.

Cartografia, dinámica territorial y patrimonio material: análisis a partir del oeste baiano en los Setecientos

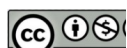
Resumen: Este artículo, a partir de la base empírica del espacio colonial del Oeste baiano, presenta un análisis basado en la Geografía Histórica, en un espacio muy poco ocupado y utilizado por los colonizadores en los años Setecientos. A lo largo del siglo XVIII, la ocupación de la región era dispersa y había sólo una villa elevada – “São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande”. Sin embargo, los llamados “sertões” no se referían a territorios vacíos. En verdad, eran ocupados por grupos hostiles a los intereses de la empresa colonial portuguesa, o simplemente endógenamente desconocidos por ésta. Los análisis realizados en distintas escalas muestran una compleja dinámica territorial que produjo, a lo largo del tiempo histórico y con diferentes temporalidades técnicas, el patrimonio material e inmaterial que “representa” actualmente a la región de “Além-São Francisco”.

Palabras clave: Geografia Histórica; patrimonio; cartografia histórica; Oeste baiano; ciudad de Barra.

Cartography, territorial dynamics and material patrimony: analysis from the baiano west in the XVII century

Abstract: This paper, from the empiric basis in the colonial space of the baiano West, analyzes, based on the Historical Geography, in the space merely occupied and used by the colonizers during the XVIII century. Through out the XVIII century, the occupation of the region was disperse and there was only one village – “São Francisco das Chagas do Rio Grande”. The well said “os sertões”, however, it was never a empty territory. In truth, they were occupied by groups who were hostiles to the Portuguese colony company, or simply unknown by that. The analysis carried out in different scales show the complex territorial dynamics that produced, during the historical time and different technical temporalities, the material and immaterial patrimony that represents nowadays the region beyond “São Francisco”.

Keywords: Historical Geography; patrimony; historical cartography, baiano West; city of Barra.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.19355>

Como citar este artigo: Andrade, A. B.; Andrade, J. J. (2019). Cartografia, dinâmica territorial e patrimônio material: análise a partir do oeste baiano nos Setecentos. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (3), 49-60. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.19355>

Recebido: 14 de novembro, 2018. **Aceite:** 03 de fevereiro, 2019. **Publicado:** 04 de abril, 2019.

¹Professor no Colégio Militar de Brasília, Brasil. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Email: abittandrade@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2176-5427>

²Professor da Universidade Católica de Salvador, Brasil. Mestre em Geologia pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Email: jacksonamargosa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4720-5965>

1. Introdução

Tem-se como axioma que a cartografia histórica é ferramenta fundamental para a pesquisa no campo da Geografia Histórica, indicadora de um padrão de documentos, os mapas históricos, que apresenta dados eletivos de uma determinada configuração espacial pretérita.

Enquanto justificativa para a produção deste texto, acompanhando o raciocínio de Pedro de Almeida Vasconcelos (1999), defende-se que o desenho, em escala, de elementos da paisagem revela, num dado recorte espaço-temporal, a materialização das ações sociais. Nesse sentido, a produção concreta no espaço e o seu registro no desenho (inclusive refletindo uma apropriação simbólica dos elementos constitutivos de uma dada paisagem) tornam-se fundamentais para a configuração do que, adiante, será tratado e “eleito” como patrimônio.

Andrade (2012, p. 286), num texto específico sobre a funcionalidade da Cartografia nos estudos de Geografia Histórica, havia escrito que “mapear significava conhecer o território. Os mapas históricos, especificamente, eram verdadeiros instrumentos de comunicação, posse e estratégia territorial”. É evidente que cabem as ressalvas sobre intencionalidade e limites técnicos de um mapa de tempos mais recuados, entretanto, acompanhando o raciocínio do referido autor, acredita-se que

O resultado estático do desenho apresenta indícios e marcas de uma dinâmica vivida no espaço geográfico. Cores, linhas e nomes se articulam mostrando formações urbanas hierarquicamente distribuídas, caminhos terrestres, rede hidrográfica, base orográfica, engenhos e regiões geográficas, elementos que compõem estruturas espaciais do passado e que, em determinado momento, foram interpretados e desenhados numa escala imprecisa aos olhos do cartógrafo revelando substratos dinâmicos que tanto sustentavam como induziam ações no território ocupado (Andrade, 2012, p. 286).

Para este artigo, dando vazão à discussão teórica de fundo, trabalha-se com a base empírica (recorte espacial) do Oeste baiano e, mais precisamente, da atual cidade de Barra (figura 1). A opção por esta região foi motivada pelo desafio de fazer análises de tempos pretéritos num território carente de fontes documentais (textuais, iconográficas e cartográficas) e textos hodiernos escritos à luz da Geografia Histórica, notadamente por ser, nos Setecentos, um espaço parcamente ocupado e usado pelos colonizadores. Não obstante esse hiato de documentação, verifica-se na região uma série de objetos concretos assumidos

como patrimônio material pelos agentes de produção do espaço e, obviamente, coerentes com os seus interesses hegemônicos.

Ao longo do século XVIII a ocupação da região era dispersa e havia apenas uma vila elevada – São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande. Os ditos “sertões”, porém, conforme Andrade (2013a, p.135-139) e Moraes (2009), em nada eram território vazio. Na verdade eram ocupados por grupos hostis aos interesses da empresa colonial portuguesa, ou simplesmente endogenamente desconhecidos por esta.

Esse recorte espacial previamente definido em nada torna estática a análise a partir do uso da cartografia histórica. Ao contrário, as variadas escalas de análise possíveis tendem a mostrar diferentes dinâmicas territoriais. Na escala do território colonial, o “Além São Francisco” era o território distante, sertão a ser ocupado. Numa escala regional é possível verificar os caminhos terrestres e conexões com estradas reais e vias hídricas que cruzavam a região, já nos Setecentos. Na grande escala, no nível intraurbano, teríamos a possibilidade de analisar em que medida o “padrão” do urbanismo português repercutiu em vilas interiores com diferentes agentes de produção do espaço (a ausência de mapas nessa escala – ainda não encontrado na pesquisa primária para o período destacado) nos estimula a projetar mapas a partir da documentação escrita e dos fragmentos da paisagem de outrora, conforme orientou Abreu (2005).

Essa análise em múltiplas escalas, por si só já daria pistas para um denso estudo, acrescente-se a isso outros elementos possíveis de serem observados na ocupação do território e sinalizados pela cartografia histórica, a exemplo da presença material de agentes de produção do espaço (Igreja, Estado – caminhos autorizados, defesa e autoridade camarária –, grupos indígenas, atividade agrícola e pecuária, dentre outros). Também elementos da fisiografia como o relevo, a malha hídrica que funcionavam ora como óbices à penetração, ora como vias “naturais” de circulação. Sobre os caminhos, intra e extra regionais, num tempo de poucos registros escritos, mormente de escassa iconografia, a feitura e o domínio de um mapa com um, ou vários, caminhos traçados era, certamente, uma preciosidade restrita a pequenos grupos de exploradores. E, para o caso da região aqui estudada, esses caminhos mostram uma articulação e organização interna que atendia a demandas suprarregionais.

O objetivo geral norteador deste artigo é compreender dinâmicas espaciais pretéritas à luz da cartografia histórica e estabelecer, a partir daí, diálogos com a atual patrimonialização que há sobre esses objetos do passado. Parte-se do

pressuposto que a Cartografia Histórica apresenta registros eletivos de um tempo pretérito que, assumidos como base da dinâmica territorial que se seguiu estruturou marcos representativos (simbólicos e concretos) da história da região e, por conseguinte, foram assimilados/ "escolhidos" contemporaneamente como patrimônio. Nesse sentido, defende-se a hipótese que a análise de mapas antigos dá pistas sobre a dinâmica territorial pretérita sustentada nas marcas materiais que resistem na paisagem e são apresentadas na cartografia e iconografia históricas.

discussão teórica que permeia todo o texto do artigo (a apropriação da paisagem e seus elementos desenhados e a sua “transformação” em patrimônio); a segunda aborda empiricamente a ocupação regional nos Setecentos e o papel da única vila criada na região do Além-São Francisco (São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande) e, na terceira seção, faz-se o uso de mapas

Figura 1 – Localização da cidade de Barra, Bahia, Brasil



Elaboração: José Jackson Andrade

Como objetivos específicos, busca-se: Apresentar como a cartografia histórica, “iluminada” com o uso de novas tecnologias, deve ser utilizada como ferramenta para os estudos da Geografia Histórica; Abordar o papel da Geografia Histórica na interpretação de paisagens e espaços pretéritos, sustentado na análise multiescalar de mapas históricos ou conjecturais, de marcas concretas produzidas naquele tempo e espaço; Destacar a ocupação do Oeste da Bahia e o papel do núcleo urbano de Barra do São Francisco, compreendendo a dinâmica do território colonial nos “sertões” baianos. Analisar mapas históricos oportunizando elucidações de análises espaciais e temporais, assim lançando desafios sob cartografias de então.

O escrito que segue está estruturado em três seções internas: uma primeira que trata da

históricos como sustentação para análises dos processos espaciais naqueles tempos pretéritos com indicação intertextual de bases materiais que sofrem hodiernamente do fenômeno de patrimonialização.

Acompanhando a orientação de Moraes (2009), acredita-se que a busca pela formação do território colonial tem mais relação com uma dinâmica tèmora-espacialmente diferenciada e, portanto, complexa, pois não é linear, do que com uma cansativa, maçante e inócua relação de fatos e objetos dispostos estaticamente numa paisagem, como se a sua mera descrição fosse suficiente para entender a organização e processos sociais que davam vida àquele dado tempo e espaço. Uma coisa, entretanto, não prescinde da outra. A leitura da paisagem e da disposição dos objetos físicos é instrumental clássico das análises geográficas e a

cartografia histórica é uma ferramenta essencial exatamente por apresentar, segundo uma perspectiva específica, o conjunto de fixos que compunham, em um dado momento, a configuração territorial a ser analisada.

Corroborando com esse raciocínio, Andrade (2012, p. 284) informa que

A imagem, notadamente quando cartografada, revela a perspectiva do seu criador acerca de um recorte da paisagem, distribuindo os elementos materiais pelo papel e dando um sentido de representação escalar à outrora folha em branco. O espaço torna-se legível quando revelado pela escrita, pela fala e pelas imagens que, prenhas de significados apresentam formas e conteúdos das complexas dinâmicas territoriais.

O que hoje é tratado como patrimônio resulta, outrossim, de uma representação e leitura do espaço. Moreira (2007, p. 16) ensina que “em todas as fases de tempo, foi pois a imagem de uma ciência colada ao espaço e ao mapa que se firmou na mente dos homens como o traço identitário da Geografia”.

2. O papel da Geografia Histórica na interpretação de paisagens e espaços pretéritos: desafios sob cartografias de entãoⁱ

O debruçar-se sobre os estudos de Geografia Histórica, como sobre quaisquer estudos de base espacial, implica em um desafio primordial de “saber ler o sentido e o significado do que dizem as imagens, que fazem do espaço a categoria por excelência de explicação do mundo como história” (Moreira, 2007, p. 22).

Como orientação basilar, tem-se a paisagem como conceito fundamental para essas análises do espaço desenhado/ cartografado, aqui entendida conforme Santos (1997, p. 83), como um “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”, que desenhada nos mapas históricos, dá pistas acerca da organização e dinâmica de estruturas espaciais do passado.

Como orienta Santos (1997, pp. 83 - 88) a distribuição dos objetos técnicos, matéria da intervenção social sobre a natureza, dá apenas uma ideia parcial sobre os processos vividos em uma dada configuração territorial. O entendimento completo, sempre por ser apreendido por conta da totalidade dinâmica que é o espaço geográfico, só se aproxima do real, quando se estabelece a relação analítica entre as formas materiais da paisagem com

o conteúdo e sentido social que elas possuem naquele tempo e espaçoⁱⁱ.

Abreu (2011, p. 35) corrobora com esse entendimento quando destaca a importância dos mapas históricos como instrumentos de leitura de paisagens pretéritas, entretanto alerta que “o que não podemos fazer é reduzir a contribuição da Geografia à recuperação de formas morfológicas. Pois, são as formas não espaciais “que dão conteúdo às formas morfológicas. Não podemos compreender uma sem entender a outra”. Nesse sentido, a Geografia desempenha papel central no resgate da memória sobre dinâmicas espaciais pretéritas.

A leitura e interpretação de imagens que revelam elementos de paisagens do passado é um instrumental amplamente utilizado pela ciência, ainda mais na atualidade com a valorização do patrimônio histórico, o seu perverso uso econômico, e o crescimento exponencial dos trabalhos de Geografia Histórica. Os mapas antigos são desenhos que estabelecem o “elo entre o conhecimento da realidade e a ação sobre ela e, portanto, sinônimo de desígnio” (Bueno, 2011, p. 30) para o planejamento territorial naquele tempo. Mapear significava conhecer o território. Os mapas históricos, especificamente, eram verdadeiros instrumentos de comunicação, posse e estratégia territorial. Ao considerar as imprecisões e intencionalidades, a cartografia revelava a configuração territorial em um dado recorte temporal, não sendo por um acaso que a “missão” de mapear o espaço colonial era restrito a alguns poucos indivíduos. O resultado estático do desenho apresenta indícios e marcas de uma dinâmica vivida no espaço geográfico. Cores, linhas e nomes se articulam mostrando formações urbanas hierarquicamente distribuídas, caminhos terrestres, rede hidrográfica, base orográfica, engenhos e regiões geográficas, elementos que compõem estruturas espaciais do passado e que, em determinado momento, foram interpretados e desenhados numa escala imprecisa aos olhos do cartógrafo, revelando substratos dinâmicos que tanto sustentavam como induziam ações no território ocupado.

Beatriz Bueno assevera que os trabalhos de cartografia definiam oficialmente o território e que a interpretação das séries de desenhos do território, da arquitetura civil, militar e religiosa, das vilas e cidades nos permite entrever os diferentes momentos da política de colonização – mais ou menos centralizada nas mãos da Coroa – e expansão das linhas de domínio do império português; “são a fala da conquista”. (Bueno, 2011, p. 300).

No texto que segue, busca-se identificar as possibilidades e limites do uso das imagens da

cartografia e iconografia histórica como instrumentos de análises do espaço pretérito a partir da base empírica do Oeste baiano. Assim, procura-se discutir o papel da cartografia como leitura escalar que dá visibilidade a um dado espaço a partir da apresentação de elementos da sua paisagem. Esse é o desafio que se impõe, o de desvendar as informações desenhadas e implícitas nas imagens em escala do real. Como receitou Castro (1995, p. 127), mapear é uma “estratégia de apreensão da realidade – pela impossibilidade de apreendê-la *in totum*”.

3. Ocupação do Oeste e o papel do núcleo de Barra: a dinâmica do território colonial nos “sertões” baianosⁱⁱⁱ

A atual mesorregião Extremo Oeste baiano, bem como a maior parte dos municípios que compõem a mesorregião do vale Sanfranciscano da Bahia, é decorrente de uma história de ocupação formal, povoamento e uso relativamente recentes com a primeira sede de vila criada na região apenas na segunda metade do século XVIII.

Toda a margem esquerda do médio São Francisco, ainda que cortada por vários caminhos terrestres e fluviais ao longo do século XVIII, possuía nesse período uma ocupação político-administrativa absolutamente dispersa, chegando ao final dos Setecentos, conforme indicado alhures, com apenas uma vila elevada – São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande –, ao passo que na faixa litorânea da Capitania da Bahia havia 25 vilas e a cidade capital de Salvador da Baía de Todos os Santos, seis outras vilas mais adentro do território, três em áreas mineiras uma ao norte e duas ao centro da Serra do Sincorá e, junto ao Rio São Francisco, na sua margem esquerda, mais uma vila – Santo Antônio do Urubu de Cima. Certamente, do que hoje é o território baiano, a porção oeste foi a mais tardiamente ocupada.

O Além-São Francisco, na verdade, não pertenceu exclusivamente à Capitania da Bahia e, didaticamente, Vianna ensina que:

O território em que se acha a cidade [da Barra do Rio Grande], bem como todo o da margem esquerda de S. Francisco, conhecido por sertão de Rodellas, sendo primitivamente pertencente a Bahia, que o colonizou e administrou, fundando D. João de

Lancastro nem só a povoação de que, como já dissemos, surgiu a actual cidade da Barra, como as outras de Campo-Largo, Pilão Arcado, etc, passou, em virtude do decreto regio de 11 de janeiro de

1715, a pertencer a Pernambuco, mas somente na parte administrativa e ecclesiastica, porquanto a judicial continuou sujeita a Bahia. mais tarde o decreto de 15 de janeiro de 1810 creou a comarca do Sertão de Pernambuco, compreendendo a villa de Cimbres, os julgados de Garanhuns, Theresina, Riberia de Pajahú, Tacaratú, Cabrobó e a villa de S. Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande com as povoações de Pilão-Arcado, Campo Largo e Carinhanha, mandado que a villa da Barra, que até então era da correição de Jacobina, não obstante pertencer a capitania de Pernambuco, por lhe estar mais proxima do que a cabeça da comarca respectiva, ficasse na sua correição pertencendo a nova comarca. O decreto porém, de 3 de junho de 1820, creou nova comarca, desmembrada da do sertão de Pernambuco, denominando-a do Rio de S. Francisco, compreendendo, como cabeça, a dita villa da Barra, e a de Pilão Arcado com as povoações de Campo Largo e Carinhanha. Esta comarca do Rio de S. Francisco, que começava no Pão da História e terminava no rio Caribuamba, foi pelo decreto de 7 de julho de 1824 desmembrada de Pernambuco e anexada a provincia de Minas, mas a resolução de 15 de outubro de 1827 desligou-a desta ultima e incorporou-a a Bahia, voltando assim este vasto territorio a primitiva possuidora depois de cento e doze annos (Vianna, 1893, pp. 424 - 425).

Ou seja, o Sertão de Rodellas, ao longo da margem esquerda do rio São Francisco pertenceu, durante a maior parte do século XVIII à Capitania de Pernambuco, pela facilidade de acesso àquelas terras através das margens do dito rio. Foi nesse período, mais exatamente em 23 de agosto de 1753 que, respeitando a provisão régia de cinco de dezembro de 1752, foi erigida a vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, hoje a cidade de Barra na mesorregião Vale Sanfranciscano da Bahia.

A localização estratégica foi fator fundamental na elevação desta vila. Ela foi fundada num “entroncamento” de vias fluviais que articulava o norte e o sul através do rio São Francisco e acessava por caminhos hídricos ou terrestres as terras/minas do leste e oeste. A vila é decorrente de um arraial formado por índios pacificados a partir de orientação do então Governador Geral D. João de Lancastro ao final do século XVII. Esta medida foi tomada para evitar as invasões e ataques do gentio (Acoroazes e Mocoazes) às fazendas de gado da região. Os óbices demográficos e materiais daquelas distantes terras, porém levou ao retardo da elevação do povoado a vila, só ocorrendo depois de mais de meio século.

Após a constituição da vila, entretanto, a nova formação urbana passou a exercer uma

centralidade política, administrativa, religiosa, jurídica e comercial (junto à desembocadura do Rio Grande no São Francisco) por um vasto termo só fragmentado em novas vilas no século seguinte, como se vê no Quadro 1.

coincide com a localização das vilas e cidades locais. Destaca-se a presença de apenas uma vila erigida no século XVIII para toda a região, entretanto, observando a margem direita do rio São Francisco, esse fato já não aparece tão isolado visto que em 1720, estimulado pelas descobertas mineralógicas foi criada a vila de Santo Antônio de

Quadro 1 – Ordem cronológica da sequência de desmembramentos da vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande

• 1820 – Campo Largo, atual Cotegipe
○ 1890 – Santana do Angical, atual Angical
▪ 1962 – Brejolândia, Cristópolis e Tabocas do Brejo Velho
○ 1891 – Barreiras
▪ 1962 – Baianópolis, Catolândia e São Desidério
▪ 2000 – Luis Eduardo Magalhães
○ 1962 – Canápolis
○ 1985 – Wanderley
• 1832 – Caririnha
○ 1866 – Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, atual Correntina
▪ 1880 – Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente, atual Santa Maria da Vitória
• 1890 – Santana
○ 1962 – Serra Dourada e Canápolis
• 1958 – Coribe
• 1989 – São Félix do Coribe
▪ 1985 – Jaborandi
○ 1958 – Cocos
○ 1961 – Malhada
▪ 1989 – Iuiú
○ 1989 – Feira da Mata
• 1840 – Santa Rita do Rio Preto, atual Santa Rita de Cássia
○ 1961 – Formosa do Rio Preto
○ 1989 – Mansidão
• 1985 – Buritirama
• 1989 – Muquém do São Francisco

Fonte: SEI, 2003

Elaboração: Adriano Bittencourt Andrade

A observação da evolução político-administrativa do Oeste baiano permite traçar algumas considerações acerca da organização espacial daquela região no século XVIII: uma marca da ocupação e interiorização do Brasil colonial que se confirma na região é a utilização dos corredores hidrográficos, tanto pela facilidade de acesso/orientação, como pela disponibilidade de alimentação. Se o Rio São Francisco teve um papel primordial na ocupação dos sertões, na condução dos gados e no acesso às minas, os seus três principais afluentes da margem esquerda – Caririnha, Corrente e Grande – também exerceram importante função na penetração para o Além-São Francisco e, consequentemente, no estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento. Na sobreposição do mapa hidrográfico da região com a sede das principais formações urbanas é possível verificar que o traçado das vias fluviais, mesmo as não navegáveis,

Jacobina e quatro anos após, em 1724, duas outras ao sul da Chapada, Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas e Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas. Além dessas, com função similar a da Barra do Rio Grande, foi erguida em 1745, junto à margem do São Francisco, a vila de Santo Antônio do Urubu de Cima, no lugar que hoje se encontra a cidade de Paratinga. Esses eventos, relativamente próximos temporal e espacialmente, refletem um interesse ascendente do poder formal em legitimar a ocupação e uso sobre os territórios dos sertões, especialmente quando isso significava aproximação ou viabilidade de acesso às minas.

Ainda que o fato político da emancipação só tenha ocorrido nos séculos XIX e XX para todos os municípios do Oeste baiano, no século XVIII, compondo o termo da vila de Barra do Rio Grande, as atuais sedes de cidades eram fazendas, arraiais, capelas, povoados, sedes de freguesias, etc.

que já exerciam relativa centralidade nos caminhos que cruzavam tal região. Eram núcleos puntiformes ainda não elevados a vila no século XVIII, porém já ocupados e exercendo importante papel no estabelecimento dos caminhos de gado e para as minas.

As fontes documentais e secundárias sugerem uma série de atividades para as formações urbanas do Oeste baiano no século XIX que, acredita-se, tem a sua gênese em tempos mais recuados nos anos Setecentos. Lavradores de mandioca, cana, fumo, milho, arroz, feijão, algodão, mineradores, criadores de gado e a existência de um comércio regular em unidades construídas ou feiras livres (inclusive com registro de contato com formações urbanas de Minas Gerais e Goiás), certamente constituem atividades que se intensificaram com a ampliação da ocupação e dos fluxos na região, mas que tem a sua origem em tempos mais remotos o que sugere uma demarcação do território por agentes privados ou religiosos antes da presença formal da Coroa. Esse fato está presente na análise acerca da origem dos municípios feitos por Viana (1893) e é visível na leitura da cartografia histórica que se fará a seguir.

4. Mapas históricos: oportunizando elucidações de análises espaciais e temporais

Na análise que segue nessa seção, fez-se a opção por lançar olhares cruzados sobre dois mapas na escala regional com cerca de um século de diferença temporal, da metade dos Setecentos à metade dos Oitocentos, o que permite verificar uma certa inércia espacial e bases cartográficas que se assemelham, além de marcas do território (caminhos, vias hídricas e parques povoamentos) que se repetem, demarcando uma ocupação presente, mas escassa para o Além-São Francisco. Num exercício de diálogo entre as diferentes perspectivas escalares e o que elas revelam sobre a dinâmica territorial, fez-se também um mapa conjuntural na grande escala para verificar as nuances que marcaram a edificação da única vila da região até o final do período colonial: Vila de Barra. Conforme mencionado, analisa-se, inicialmente, dois mapas na média escala: “O Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional” (Biblioteca Nacional, 20 Ago 2018), datado de 1749, conhecido como o Mapa das Cortes e a “Carta topographica e administrativa da provincia de Bahia” (Biblioteca Nacional, 13 Set 2018), de 1857 (figuras 2 e 3).

É importante salientar que a forma como foram montadas as figuras tem o objetivo de melhor demonstrar os detalhes da região onde se

encontra a cidade de Barra e adjacências. O *zoom* dado em ambos através do recorte, não deve ser considerado uma tentativa de aumento de escala, o que seria um grave erro cartográfico, mas uma forma didática de melhor observar os fenômenos descritos, dada as limitações para apresentar o mapa em seu tamanho original neste artigo.

Cabe destacar que entre os dois mapas em questão há mais que um século de diferença (1749 e 1857). Com o hiato temporal existente entre os dois documentos, já é possível perceber uma evolução nas técnicas de mapeamento e nível de informação retratada, resguardando-se naturalmente, os objetivos distintos de cada um e sua escala. Não obstante essas ressalvas, observa-se uma nítida permanência de símbolos espaciais ou elementos postos cartograficamente como essenciais na demarcação da região aqui estudada (Rios Grande e São Francisco, principais caminhos terrestres e a vila de Barra).

O Mapa das Cortes, conforme visto anteriormente na figura 2, mostra todo território do Brasil pertencente à coroa portuguesa, ainda sem os limites conhecidos atualmente. Salta aos olhos a demarcação dos principais rios e alguns afluentes, caminhos naturais à interiorização que possibilitam deslocamento, alimentos/água e orientação. As formas de relevo aparecem de modo genérico e alguns aglomerados populacionais no litoral são sinalizados, como a cidade de Salvador, o que evidencia uma ocupação e conhecimento parco de grande parte interior do Brasil pelos colonizadores neste momento.

A confluência do Rio São Francisco com Rio Grande já está perfeitamente cartografada nesta época, fato este que denota conhecimento do objeto cartografado. O Rio São Francisco, também conhecido como Rio da Integração Nacional, já era conhecido pelos Europeus desde 4 de outubro de 1501 (Lessa & Pontes, 2018), quando em expedição comandada por Américo Vespúcio e Gonçalo Coelho chegaram à sua foz, onde, atualmente, temos a divisa entre os estados de Sergipe e Alagoas.

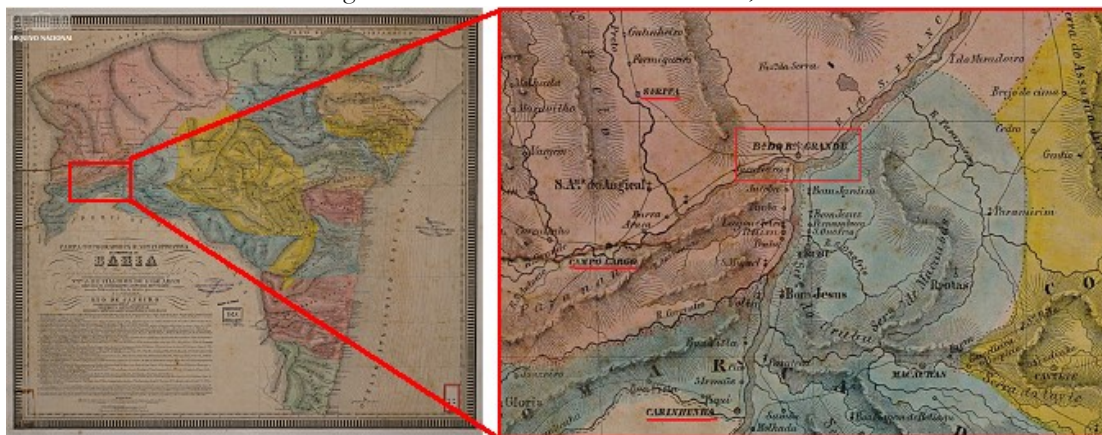
A “Carta topographica e administrativa da provincia de Bahia” (figura 3), traz um desenho com maior precisão, que certamente está relacionado a técnicas de mapeamento mais modernas acessíveis na época. Esse fato é destacado na carta junto ao título: “erigida sobre documentos mais modernos”. O nível de detalhamento e volume das informações sinalizam a uma ocupação contínua, ainda que escassa, dos sertões interiores, notadamente daqueles pontos estratégicos ao uso do território colonial.

Figura 2 – Mapa das Cortes, 1749



Fonte: Biblioteca Nacional, 20 Ago 2018.

Elaboração: José Jackson Andrade

Figura 3 – Carta topographica e administrativa da província de Bahia :
erigida sobre documentos mais modernos, 1857

Fonte: Biblioteca Nacional, 20 Ago 2018.

Elaboração: José Jackson Andrade

Além do detalhamento do relevo, a ocupação mais densa é demonstrada pelo maior número de caminhos e povoações, e dentre estas, a Barra tem destaque, como única vila da região por muito tempo, o que evidencia sua importância e centralidade. O Rio São Francisco foi por séculos, como afirmam Batistel & Comandaroba (1999, p. 86), a principal via de acesso a esta região.

O principal meio de transporte para fora da Barra, naturalmente, foi o através dos rios São Francisco e Grande, com barcos, os mais famosos foram os barcos a vapor, que tiveram grande importância no desenvolvimento da Barra e região. Com a abertura da estrada asfaltada Salvador – Brasília, o transporte tomou outro rumo. Aos poucos foi deixando-se de lado a via fluvial, dando lugar ao transporte rodoviário.

Uma análise mais atenta sobre os caminhos mapeados e as vias hídricas mostra uma articulação entre os pontos de maior povoamento destacados na figura 3 e os caminhos que permitiam, segundo aquela temporalidade específica, ligações físicas e acesso aos pleitos ao poder formal que, ao longo do século XVIII e mais decisivamente no século XIX, lá se estabeleceu com a criação das suas bases locais, as primeiras vilas.

Lançando olhar num mapa em grande escala (figura 4), pode-se sugerir análises no nível intraurbano. Antes, entretanto, faz-se necessário ressaltar que esse mapa conjectural (Abreu, 2005) foi produzido a partir da observação de rugosidades que permanecem no espaço hodierno e da colaboração do relato oral de moradores de Barra^{iv} sobre as antigas edificações da cidade. Nesse sentido, é inevitável verificar alguns problemas atinentes à anacronia das informações,

visto que nem todos esses elementos perduram edificados até a nossa contemporaneidade, entretanto, fez-se a opção metodológica pela manutenção das referências por conta da importante noção de distribuição espacial dos principais equipamentos urbanos no cenário da fundação e primeiros anos da vila de Barra do Rio Grande.

que, no caso de Barra, ainda não tivemos informação precisa sobre a sua localização. O arruamento relativamente linear e quadriculado, se não tem a dimensão de um largo tabuleiro dado à longínqua localização e parco povoamento da área, reflete um “saber fazer” do urbano que se inaugurava e que procurava seguir aos parâmetros da racionalidade e fluidez que “tocava” em todo o território colonial.

Figura 4 – Núcleo central da cidade de Barra, em 2018, com equipamentos do passado colonial



Fonte: Google Maps
Elaboração: José Jackson Andrade

O desenho urbano original certamente não se distingue muito desse cartograma apresentado e, nesse sentido, revela pistas sobre a dinâmica territorial no momento da sua erigição.

Destacaram-se, na figura anterior, elementos nodais do “modelo” da urbanização portuguesa que, ainda que distante do rigor das normas impostas pela colonização da América Espanhola, repercutia nos confins da colônia, ainda que respeitando as formas vernaculares e os ditames fisiográficos do sítio onde a vila ou cidade estava sendo edificada/implantada.

Percebe-se com clareza equipamentos que se repetem em todo o domínio colonial português: a praça central ladeada pela Igreja Matriz (realçando a importância deste agente de produção do espaço) e pela Casa de Câmara e Cadeia com o pelourinho (símbolo do poder formal da Coroa)

Essa, aliás, é uma excelente oportunidade de aprofundamento de pesquisa: a busca pelo entendimento das nuances que marcaram o desenho urbano de vilas fundadas em períodos aproximados, porém em diferentes dinâmicas territoriais como no ocupado Recôncavo Baiano, nas Minas Gerais e nos sertões do Além-São Francisco, por exemplo.

Dois outros elementos hão de ser mencionados na breve análise que se faz desse mapa conjuntural (figura 4): Primeiro a predominância das águas na imagem. A vila de Barra do Rio Grande foi erigida no ponto de confluência entre o rio São Francisco e o seu principal afluente da margem esquerda. É evidente que não foi obra do acaso. O rio, notadamente rios volumosos como o “Velho Chico”, foram fundamentais para as estratégias de interiorização

ao território colonial pois ofereciam alimentos (água e víveres) e orientação no espaço. O outro elemento a ser tratado, absolutamente imbricado com o primeiro, é a presença do cais junto ao núcleo original da vila. Entre cais e a atual praça da Bandeira, certamente havia trapiches e outros equipamentos comerciais que davam vazão à função de entreposto que a vila assumia nos inóspitos sertões que mascates, tropeiros e aventureiros singravam em busca do eldorado das minas no interior da colônia.

5. Considerações finais

As análises aqui desenvolvidas somam esforços para a busca pelo entendimento da dinâmica territorial do Oeste baiano ao longo do século XVIII, notadamente, aos estudos que se sustentam na cartografia histórica. Apesar dos claros limites do texto de um artigo e, principalmente, das lacunas que ainda existem na pesquisa documental sobre o Além-São Francisco para os Setecentos, há uma clara sinalização do papel político-administrativo da Vila de Barra, bem como a sua importância para a estruturação espacial do poder da Coroa espalhado pelo território colonial. Também surgem evidências nos documentos cartográficos que a região estruturou-se, naquele tempo, muito mais como espaço de passagem/circulação, que como uma região de fixação, certamente pelo interesse mineralógico, norteador das políticas coloniais para aquele tempo espaço, ausente no local e abundante no entorno.

Esse papel da atual cidade de Barra e da própria região deixou marcas concretas e simbólicas no espaço (vias, edifícios, manifestações – vaquejadas –, elementos da natureza – caatinga, montes, rios) que são atualmente incorporadas a partir do jogo dos interesses contemporâneos como patrimônio local e regional. Clarificando a ideia que a “eleição” do patrimônio, medidas as intencionalidades dos grupos formais que o determinam para fins de alocação de recursos^v, reflete uma produção e dinâmica territorial, por vezes, em tempos mais recuados.

O hiato de informações documentais e o volume de fontes ainda a serem exploradas se apresenta como estímulo aos estudos vindouros, mas também prepara armadilhas às pretensas conclusões de agora. A pesquisa primária sempre apresenta novas possibilidades de análises complementares ou contraditórias com os cenários já traçados.

O texto que aqui se apresentou, sustentado em fontes secundárias e primárias (escritas e cartográficas), revelou muito objetivamente os primórdios da ocupação e uso das terras da

margem direita do médio São Francisco, boa parte delas circunscritas na região do Oeste baiano, fez-se isso apoiado no arcabouço teórico-conceitual da Geografia Histórica e priorizando dados do século XVIII, quando aparecem os primeiros registros efetivos de colonização daquelas terras. É fundamental esclarecer que a dimensão do texto permite apenas a apresentação de dados documentais e breves análises acerca de outros escritos, o que sugere brechas a serem ocupadas com novos estudos que avancem, por exemplo, na avaliação dos agentes de produção daquela região, ou na gênese do urbano para aquele tempo e espaço.

Concretamente tem-se dados irrefutáveis sobre a constituição e evolução político-administrativa da região, a exemplo da elevação de apenas uma vila ao longo do século XVIII com um imenso termo que ocupava todo o território do que hoje se conhece como mesorregião do Extremo Oeste baiano. Esse território foi fragmentado em oito novas vilas ao longo do século XIX e, só no século XX sofreu os desmembramentos que resultaram na sua atual configuração política. É também evidente o parco povoamento e ocupação desse espaço nos anos Setecentos, ao passo que o litoral e área mineira já possuíam um relativo adensamento demográfico; este vazio compunha o genérico e desconhecido “sertão”.

Outras considerações podem ser traçadas à luz dos indícios da documentação apresentada:

(1) A falta de registros cartográficos na média e pequena escala não significa necessariamente que não havia ocupação na área, uma cartografia em grande escala poderia revelar a existência de agentes da colonização “dividindo”, por vezes de forma conflituosa, o território ocupado pelo gentio principalmente com o estabelecimento de fazendas, com a lavoura e o gado, e pousos para os caminhos que, inevitavelmente, começavam a cortar a região;

(2) Sobre os caminhos, é possível perceber uma malha reticular formada por vias hídricas e terrestres, ainda não completamente reveladas pelos documentos consultados, que articulavam os pontos de maior povoamento, e permitiam, segundo aquela temporalidade específica, ligações e pleitos ao poder formal que, ao longo do século XVIII e mais decisivamente no século XIX, lá se estabeleceu com a criação das suas bases locais, as primeiras vilas;

(3) A dispersão da produção pecuária ao longo dos rios e a atração ao interior produzido pela notícia da descoberta de metais preciosos certamente foram os dois principais motivos da ocupação das terras para oeste do rio São Francisco. Tal rio cruza o imaginário polígono já citado entre as terras do centro da Bahia, a

Capitania de Goiás e a de Minas Gerais. Um longo território inóspito a ser transpassado no estabelecimento de vínculos entre espaços de mais denso povoamento;

(4) O que aparece mapeado (caminhos, fazendas, vilas etc.) faz parte de um processo de produção do espaço que possui, por vezes, longa existência temporal. Daí a necessidade da “leitura” dos dados e cartografia levando em conta a dinâmica do espaço geográfico: o que se registra pontualmente pode ter existência e sentidos anteriores.

(5) Destarte essa afirmação anterior, os elementos produzidos no passado colonial e “tomados” como marcas da história do território (ressalvas feitas sobre a eliminação intencional de memórias pré-cabralinas) são apropriados atualmente num viés patrimonialista que, conforme Costa (2015) repercute mundialmente em maior ou menor escala a partir dos interesses em jogo (uso pelo *trade* turismo; mercantilização e venda do espaço, ou, por outro lado, seguindo a lógica da “dialética da memória” (Costa, 2015, p. 107), o resgate de manifestações e equipamentos de outrora numa perspectiva de revalorização do patrimônio material e imaterial).

Tem-se então os estudos pautados na Geografia Histórica como elementos essenciais para hodierna ativação do patrimônio, notadamente, como orienta Costa (2017), o patrimônio popular, para além de “selos” e apropriações verticalizadas (externas). Desta forma, o patrimônio como máquina de guerra e instrumento de resistência de grupos explorados no desenrolar temporal de ocupação e uso dos territórios.

A leitura que se fez da produção do espaço do Oeste baiano no século XVIII não se esgota nesse texto e, principalmente, não tem fim em si mesmo, acredita-se, entretanto, que o encontro com outros estudos de diversos “encaixes” disciplinares, possibilita o entendimento muito mais amplo desta dinâmica região baiana da atualidade.

6. Referências

- Abreu, M. A. (2005). Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. *Cidades*, 2 (4), pp. 189-220.
- Abreu, M. A. (2011). Sobre a memória das cidades. In A. F. A. Carlos; M. L. Souza & M. E. B. Sposito (Orgs.). *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. (pp. 19-39). São Paulo: Contexto.

- Andrade, A. B. (2012). Espaço, Tempo e Imagens: A cartografia histórica sustentando análises sobre o sertão baiano setecentista. *Espaço e Geografia* 15 (2), pp. 283-309.
- Andrade, A. B. (2013a). *O outro lado da Baía*. A gênese de uma rede urbana colonial. Salvador: EDUFBA.
- Andrade, A. B. (2013b). A ocupação dos sertões no século XVIII. O caso do Oeste Baiano. *Geosul*, 28 (55), pp. 1-22.
- Batistel, A. I., & Camandaroba, J. (1999). *Barra: um retrato do Brasil*. Edições. Est.
- Bueno, B. P. S. (2011). *Desenho e Designio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP.
- Biblioteca Nacional. *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional* [Mapa das cortes – 1749]. Recuperado em 20 agosto, 2018, de http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.html.
- Biblioteca Nacional. *Carta topographica e administrativa da provincia de Bahia: erigida sobre documentos mais modernos* [1857]. Villiers de L'Isle Adam, Auguste, Comte de, 1838-1889. Recuperado em 13 setembro, 2018, de <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/16976>.
- Castro, I. E. (1995). O problema da escala. In I. E. Castro; P. C. C. GOMES, & R. L. CORRÊA (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 117-140.
- Costa, E. B. (2015). *Cidades da patrimonialização global. Simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, FAPESP.
- Costa, E. B. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 26 (2), pp. 53-75.
- Costa, E. B. da, & Scarlato, F. C. (2012). Patrimônio da humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In E. B. Costa; F. C. Scarlato, & M. C. Pires, (Orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras expressões, pp. 103-136.
- Lessa, C., & Pontes, A. (2018). *O Rio São Francisco*. Recuperado em 19 agosto, 2018 de <http://foco.atarde.uol.com.br/saofrancisco/>
- Moraes, A. C. R. (2009). *Geografia Histórica do Brasil. Cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume.

- Moreira, R. (2007). *Pensar e Ser em Geografia. Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto.
- Santos, M. (1997). *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2a.ed. São Paulo: Hucitec.
- SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) (2003). *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: Um breve histórico*. Salvador: SEI, CD Room.
- Vasconcelos, P. A. (1999). Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In P. A. Vasconcelos & S. B. M. SILVA (Orgs.) *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: UFBa/Mestrado em Geografia, pp.191-201.
- Vianna, F. V. (1893). *Memória sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Typografia e Encadernação do diário da Bahia.

Notas

ⁱ O texto dessa seção foi aprofundado, numa outra perspectiva, no artigo defendido por Andrade (2012).

ⁱⁱ Uma longa e profícua discussão sobre essa relação entre o espaço como totalidade e a apropriação e “eleição” do patrimônio é desenvolvida por Costa (2015).

ⁱⁱⁱ Parte do texto dessa seção foi desenvolvido no artigo de Andrade (2013b).

^{iv} Além de contatos diversos e da visita em campo, foi inestimável a contribuição do Sr. Sócrates Nascimento que, além do relato, fez um cartograma que, em larga escala, reproduzimos nesta figura a partir da base cartográfica do Google Maps.

^v Como precisamente alertam Costa e Scarlato (2012).

A produção canavieira e o mito do progresso: agronegócio e agricultura familiar na microrregião Ceres, Goiás

Lara Cristine Gomes Ferreira¹
Fernando Luiz Araújo Sobrinho²

Resumo: O Brasil é um grande agroexportador de produtos vinculados ao agronegócio. Dentre as principais produções, destaca-se a cana-de-açúcar que apresentou nas últimas décadas expansão em área plantada e produção de etanol e açúcar, voltados para o mercado interno e também internacional. Alguns estados brasileiros destacam-se nesse processo, como São Paulo, Goiás e Mato Grosso, e estão entre os maiores produtores. Objetiva-se portanto, compreender o processo de expansão canavieira para o estado de Goiás, dando ênfase à microrregião Ceres, uma das principais regiões canavieiras desse estado. Pôde-se concluir com essa pesquisa, que na região estudada há sérios efeitos socioespaciais fruto da atividade canavieira, bem como conflitos latentes, entre o agronegócio e a agricultura familiar, muitas vezes legitimados pelo discurso do desenvolvimento, que em verdade é incompleto, e pelo mito do progresso atrelado ao discurso do agronegócio brasileiro.

Palavras-chave: produção canavieira; agricultura familiar; famílias assentadas; estado de Goiás.

La producción cañera y el mito del progreso: agronegocio y agricultura familiar en la microrregión Ceres, Goiás

Resumen: Brasil es un gran agroexportador de productos vinculados al agronegocio. Entre las principales producciones, se destaca la caña de azúcar que presentó en las últimas décadas expansión en área plantada y producción de etanol y azúcar, orientados hacia el mercado interno y también internacional. Algunos estados brasileños se destacan en ese proceso, como São Paulo, Goiás y Mato Grosso, y están entre los mayores productores. Se pretende, por lo tanto, comprender el proceso de expansión cañera para el estado de Goiás, dando énfasis a la microrregión Ceres, una de las principales regiones con caña de azúcar de ese estado. Se pudo concluir con esa investigación, que en la región estudiada hay serios efectos socioespaciales fruto de esta actividad, así como conflictos latentes, entre el agronegocio y la agricultura familiar, muchas veces legitimados por el discurso del desarrollo, que en verdad es incompleto, y por el mito del progreso vinculado al discurso del agronegocio brasileño.

Palabras-clave: producción de caña de azúcar; agricultura familiar; familias asentadas; estado de Goiás.

The sugarcane production and the myth of progress: agribusiness and family agriculture in microrregião Ceres, Goiás

Abstract: Brazil is a large agro-exporter of products linked to agribusiness. Among the main productions, we can highlight the sugarcane that has presented in the last decades expansion in planted area and production of ethanol and sugar, aimed at the domestic market and also international. Some Brazilian states stand out in this process, such as São Paulo, Goiás and Mato Grosso, and are among the largest producers. The objective of this study is to understand the process of sugarcane expansion for the state of Goiás, with emphasis on the Ceres microregion, one of the main sugarcane regions of this state. It was concluded that in the region studied there are serious socio-spatial effects resulting from sugar cane activity, as well as latent conflicts, between agribusiness and family agriculture, often legitimized by the discourse of development, which is in fact incomplete, and by the a myth of progress linked to the Brazilian agribusiness discourse.

Keywords: sugarcane production; family farming; settled families; Goias state.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.15648>

Como citar este artigo: Ferreira, L. C. G; Sobrinho, F. L. A. (2019). A produção canavieira e o mito do progresso: agronegócio e agricultura familiar na microrregião Ceres, Goiás. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (1), 61-77. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.15648>

Recebido: 22 de novembro, 2018. **Aceite:** 10 de janeiro, 2019. **Publicado:** 04 de abril, 2019.

¹ Geógrafa Doutora do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais, da Universidade Federal de Goiás, Brasil. Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília, Brasil.

Email: laracristineufg@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9592-7981>

² Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Brasil. Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília, Brasil. E-mail: flasobrinho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>

1. Introdução

O estado de Goiás consolida-se hoje como um dos principais produtores de cana-de-açúcar do Brasil e apresenta um número relevante de empreendimentos sucroenergéticos em funcionamento. A produção canavieira faz parte da história do Brasil, desde o período colonial brasileiro foi considerada uma importante atividade econômica, principalmente para a comercialização do açúcar com o mercado europeu, algo bastante vantajoso economicamente para a coroa Portuguesa. Contudo, para a análise proposta, há alguns contextos mais recentes que merecem destaque para a compreensão da territorialização do setor canavieiro no Brasil e, conseqüentemente, no estado de Goiás, como: o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado na década de 1970 no Brasil, durante a crise internacional do petróleo e, mais recentemente, o Plano Nacional de Agroenergia: 2006-2011, criado pelo Governo Federal brasileiro, no ano de 2006.

O estado de Goiás é hoje o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, atrás somente do estado de São Paulo. Em Goiás, algumas regiões destacam-se na produção canavieira e em empreendimentos canavieiros implantados. Percebe-se que há um eixo preferencial de espacialização das usinas, que coincide com uma malha viária desenvolvida e disponível (principais BR's e GO's) e com as melhores terras agricultáveis. Esse eixo corresponde ao centro norte e ao sul / sudoeste do estado de Goiás.

A microrregião Ceres, focada nessa pesquisa, está localizada no eixo citado, no centro goiano, e chama à atenção quando se pretende analisar o setor canavieiro. Não se pode esquecer de mencionar o papel que as Colônias Agrícolas Nacionais (Projeto vinculado à Marcha para o Oeste, no Governo Vargas) tiveram para a formação territorial da região, que tinha como objetivo central povoá-la, por meio da doação de lotes e introduzir a produção agrícola de base familiar. Entretanto, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), a primeira a ser criada, não apresentou muitos êxitos nesse sentido, além de em menos de dez anos ter sua emancipação para o município de Ceres (e outros que seriam emancipados posteriormente). Assim, não se pode negar a importância da CANG para essa região e como esta poderia ser planejada para estimular a introdução dos valores relacionados à divisão de terras, à pequena produção agrícola, à produção familiar e, principalmente, ao acesso à terra, por meio de uma reforma agrária eficaz e não somente doação de lotes, sem o apoio e o acesso a recursos fundamentais para a autonomia das famílias.

A CANG falhou, não se fortaleceu enquanto Colônia Agrícola voltada aos pequenos produtores e apresentou muitos problemas e conflitos. Assim, abriu possibilidades para que outras atividades e dinâmicas surgissem totalmente fora da lógica objetivada inicialmente e isso de forma muito rápida e concentrada. Diante disso, a região foi rapidamente direcionada para a grande produção, para as monoculturas, principalmente a canavieira, já a partir do final da década de 1960. As primeiras destilarias implantadas na microrregião Ceres, estão relacionadas ao Proálcool e, a partir daí a atividade canavieira passou a fazer parte da realidade da região. Com a introdução do Plano Nacional de Agroenergia, em 2006, vários investimentos foram realizados, o que contribuiu para a ampliação da produção sucroenergética.

Diante do breve exposto, os objetivos do presente artigo são: (1) Compreender como se deu a expansão do capital canavieiro para a microrregião Ceres, Goiás; (2) Verificar e traçar um panorama entre o agronegócio canavieiro e as políticas de acesso à terra, como alternativa ao agronegócio posto; (3) Compreender como a lógica da agricultura capitalista, juntamente ao discurso do progresso, atrelado ao agronegócio em Goiás, acaba por atrair e financiar os empreendimentos sucroenergéticos para a região estudada.

Para a realização dos objetivos propostos, fizeram-se necessárias as seguintes etapas metodológicas: (1) levantamento teórico-bibliográfico sobre a temática estudada. Destacam-se aqui: Elias (2006), Hespanhol (2008) e Fernandes (2015) no que tange à agricultura capitalista, ao agronegócio e aos efeitos socioespaciais; Abramovay (1999) e Oliveira (2001) para compreender a agricultura familiar e a trajetória da luta pela reforma agrária no Brasil; Furtado (1983) e Dupas (2006) em referência à discussão teórica sobre o mito do progresso e o mito do desenvolvimento econômico; e, por fim, autores como Sauer e Pietrafesa (2012), Ferreira (2016) e Oliveira, Ferreira e Garvey (2018) sobre a expansão do agronegócio canavieiro em Goiás e microrregião Ceres; (2) levantamento de dados estatísticos sobre a produção canavieira, empreendimentos sucroenergéticos e dados sobre a luta pela reforma agrária, destacam-se aqui o Plano Nacional de Agroenergia (2016-2011); o DATALUTA (2015) e dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018); (3) foram realizados quatro trabalhos de campo aos municípios da microrregião Ceres, com visitas a seis usinas canavieiras nos municípios de Carmo do Rio Verde, Itapaci, Goianésia e Rubiataba (a sétima usina, localizada no município de Itapuranga,

estava no momento do trabalho de campo com a licença de funcionamento temporariamente suspensa); (4) foram realizadas entrevistas também com agentes do poder público local, como prefeituras e secretarias de agricultura e meio ambiente; (5) e foram realizadas tabulações dos dados, espacializações e escrita de textos parciais e final.

Destaca-se que o discurso do progresso e do desenvolvimento econômico, fortemente vinculado ao agronegócio, acaba por legitimar uma série de efeitos negativos e impactos sociais e ambientais que estão materializados na paisagem regional.

As políticas de acesso aos vultosos recursos a esse setor, são facilmente aprovadas pelos agentes do Estado, muito associadas à chamada “bancada do boi” no Congresso Nacional e com o apoio da mídia, que veicula em TV aberta publicidades como a campanha “Agro: a riqueza do país”, com o slogan: o agro é pop, por exemplo.

Em síntese, no presente artigo, serão abordados os principais contextos de expansão da atividade canavieira para o estado de Goiás e região estudada; as principais políticas de acesso à terra, bem como, a importância dos agricultores familiares nessa região frente ao agronegócio, para por fim, trazer ao debate o forte discurso do progresso e do desenvolvimento econômico atrelado à lógica do agronegócio e suas reais repercussões socioespaciais, que estão visíveis na paisagem regional.

2. O agronegócio canavieiro em Goiás e microrregião Ceres

A produção de cana-de-açúcar faz parte da história do Brasil, tendo sido uma das primeiras bases da economia Portuguesa no Brasil-Colônia.

Contudo, para a presente análise faz-se importante destacar os contextos recentes da expansão canavieira para entender as repercussões socioespaciais propostas. Assim, não se pode esquecer da crise mundial do petróleo, na década 1970, que motivou a criação do Programa Nacional do Alcool – Proálcool, no Brasil, em 1975.

Com o Proálcool várias destilarias foram implantadas no Brasil e cresceu sobremaneira a produção de cana-de-açúcar, sobretudo para a produção de álcool.

Já na década de 2000, outro programa foi criado para estimular a expansão canavieira no território brasileiro, desta vez o maior crescimento já verificado, conhecido como Plano Nacional de agroenergia (2006 - 2011).

A figura 1 mostra com clareza o crescimento da atividade canavieira no Brasil principalmente a partir de 2006. A intensão da produção canavieira nesse período significou a instalação de várias usinas canavieiras no Brasil, sobretudo para os estados de São Paulo (maior produtor nacional), Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Essa expansão esteve largamente relacionada com a crise global de energia, com a crescente preocupação ambiental, que propunha a produção de combustíveis alternativos à gasolina (principalmente após o Protocolo de Kyoto).

Outra intervenção estatal recente, que deverá inaugurar uma nova fase de expansão e desenvolvimento do agronegócio canavieiro se deu com a promulgação da Lei nº 13.576/2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de dezembro de 2017¹. Trata-se da nova Política Nacional de Biocombustíveis, batizada com a sigla RenovaBio que tem como objetivos principais: (i) contribuir para o cumprimento do Acordo de Paris sob a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; (ii) adequar a relação da eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e no uso de biocombustíveis; (iii) promover a expansão da produção e uso de biocombustíveis na matriz energética nacional; e (iv) contribuir para participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis (ANP, 2018). Dois aspectos se destacam na promulgação da referida lei: (1) o papel central do Estado no desenvolvimento do agronegócio em geral e canavieiro em específico; (2) a retomada do discurso de novas matrizes energéticas a partir da conversão da agricultura de produtora de alimentos em produtora de energias (Oliveira *et al*, 2018).

Sauer e Pietrafesa (2012) já anunciavam a estimativa do aumento da demanda global de terras para os biocombustíveis, a qual vai subir de 24 milhões de hectares (ha) para 100 milhões de ha em 2050. Há também a previsão do Brasil como o segundo maior fornecedor de etanol do mundo (35% da oferta, atrás de EUA 37%), para captar 25% deste mercado global em expansão. Diante desses dados, a busca mundial por energias renováveis recolocou o Brasil, em geral, e o Cerrado, em particular, no mapa produtor de commodities agrícolas exportáveis, conforme destacam os autores supracitados.

Essa condição favorável de mercado tem sido traduzida como uma generosa assistência de crédito do governo e favorável mudança política, incluindo desregulamentação e fracas proteções ambientais que caracterizam a segunda fase da expansão territorial das empresas mais bem-

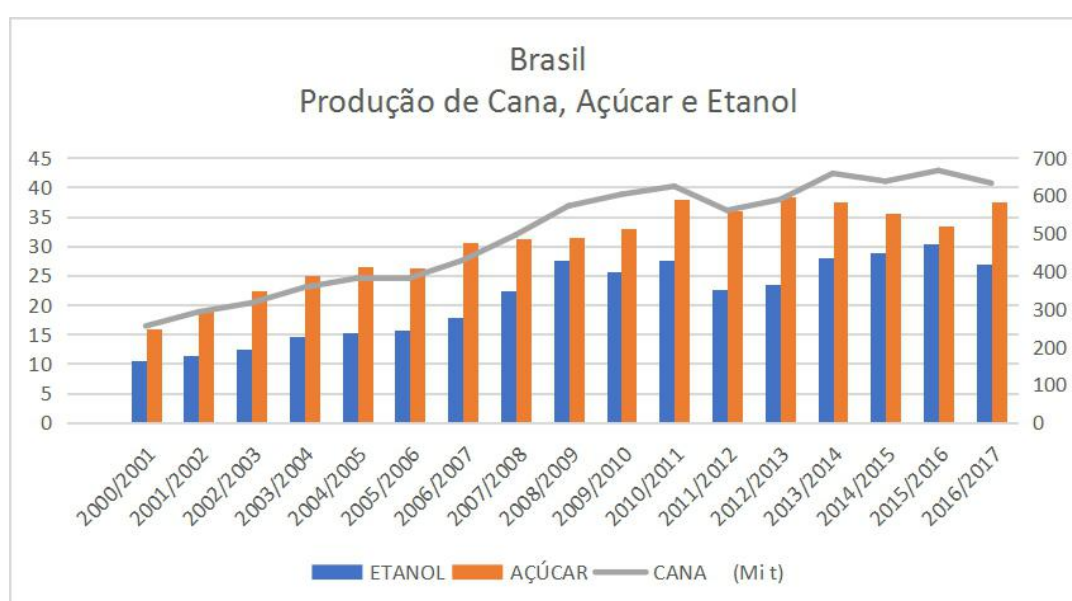
sucedidas e cada vez mais controladas por multinacionais (Oliveira *et al*, 2018).

Atualmente, o estado de Goiás é considerado o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, ficando atrás somente do estado de São Paulo.

São 35 usinas canavieiras em funcionamento e uma produção aproximada de 70 milhões de toneladas/ano de cana, além de mais de 4 milhões de litros de etanol e mais de 1.8 milhões de toneladas de açúcar produzidas (tabela 1).

A figura 2 mostra a territorializaçãoⁱⁱ dos empreendimentos canavieiros no estado de Goiás. Pode-se verificar a concentração regional de usinas no sudoeste goiano, que é sem dúvida, a região do estado de Goiás que apresenta maior dinamismo econômico relacionado ao agronegócio, sobretudo, com a produção de grãos e proteína animal e, mais recentemente, a cana-de-açúcar. Outra região que se destaca na produção canavieira em Goiás é a microrregião Ceres, localizada no centro-norte goiano, destacada com a linha pontilhada em vermelho na figura 2.

Figura 1 – Produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol – Brasil / 2000 – 2017



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Produção em Milhões de toneladas (Mi t).

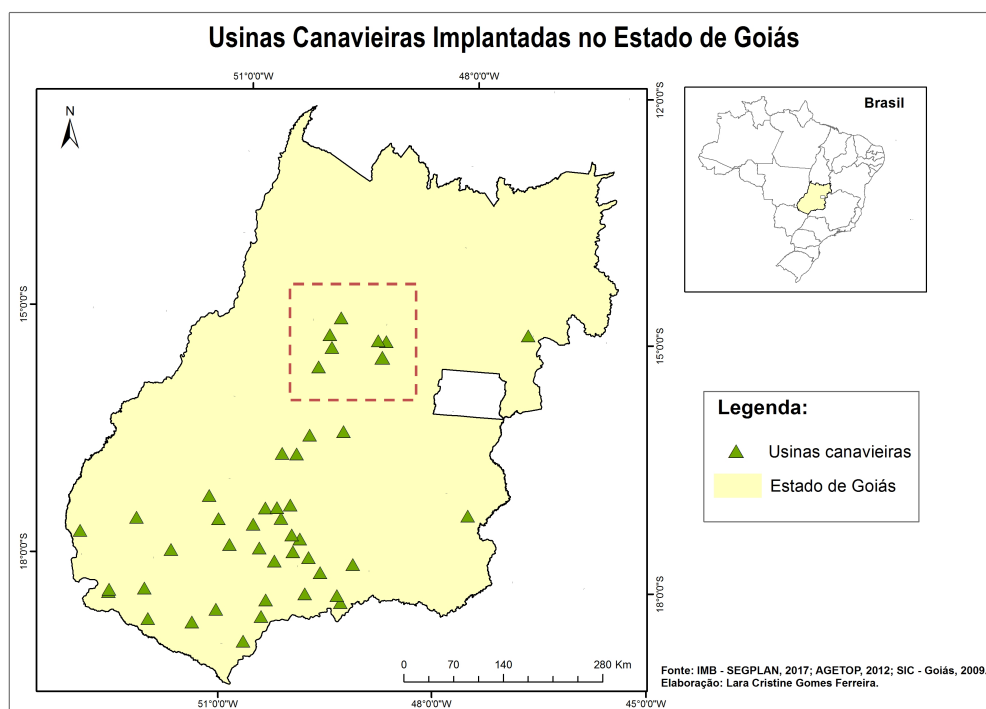
Tabela 1 - Usinas em operação e produção de cana-de-açúcar, etanol e açúcar – 2005 – 2015, no estado de Goiás

Ano	Destilarias/ Usinas	Produção cana-de- açúcar (t)	Etanol (mil litros)	Açúcar (t)
2005	14	15.642.125	728.979	749.838
2006	15	19.049.550	821.616	766.322
2007	18	22.063.677	1.213.733	952.312
2008	28	33.041.559	1.922.414	1.247.039
2009	35	43.666.585	2.196.179	1.384.081
2010	36	47.733.283	2.895.998	1.798.457
2011	34	54.903.085	2.675.292	1.752.398
2012	38	53.915.572	3.130.577	1.875.260
2013	37	69.307.411	3.887.830	1.890.648
2014	37	69.377.930	4.226.854	1.997.114
2015*	35	70.412.725	4.678.570	1.892.230

* Posição em 2016.

Fonte: SIFAEg para etanol e açúcar; IBGE para cana-de-açúcar. Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017

Figura 2 – Mapa da territorialização das usinas sucroalcooleiras de Goiás



por

Fonte: IMB – Segplan, 2017; Agetop, 2012; SIC – Goiás, 2009. Elaboração: Lara Cristine Gomes Ferreira

Essa região, diferente do sudoeste de Goiás, já possui usinas implantadas desde o final da década de 1960, a primeira usina de produção de açúcar implantada na região foi no município de Goianésia, no ano de 1969. As usinas em funcionamento nessa região são: a CRV Industrial (Carmo do Rio Verde), a Cooper Rubi (Rubiataba), a Vale Verde (Itapaci), a Vale Verde (Itapuranga)ⁱⁱⁱ e as usinas Jalles Machado, Goianésia e Codora/Unidade Otávio Lage - UOL (as três localizadas no município de Goianésia).

As usinas canaveiras passaram, ao longo do tempo, por algumas transformações industriais importantes. No contexto do Proácool, as usinas produziam somente álcool e eram denominadas de destilarias. Posteriormente, com o mercado do açúcar sempre ascendente, sobretudo, o mercado internacional, foram acopladas às destilarias o processamento industrial do açúcar. Atualmente, as usinas reaproveitam praticamente tudo o que era considerado rejeito (subproduto) do processamento industrial do álcool e do açúcar, como o bagaço e a palha da cana, a vinhaça e a torta de filtro. Para quase tudo tem-se mercado.

Essas usinas criaram uma dinâmica própria dentro da lógica sucroenergética, o que acaba por gerar demandas, fluxos, redes, fragilidades, conflitos e efeitos, que são verificados não só nos municípios que possuem usinas instaladas, mas em toda a região. Uma problemática que pode ser mencionada é a colheita da cana-de-açúcar que, na microrregião Ceres, ainda ocorre em grande parte

colheita manual. Essa região possui uma topografia relativamente acidentada, o que impossibilita, em algumas áreas, a colheita pelo maquinário, sendo necessário o corte manual, pois geralmente o maquinário não acessa áreas com mais de 12% de declive. Assim, atualmente a única usina da região que possui a sua colheita 100% mecanizada é a Jalles Machado, as demais apresentam algum percentual de colheita manual.

A microrregião Ceres ainda possui algumas características que expressam as “velhas” relações do setor sucroenergético, como o corte manual e, conseqüentemente, a queima da cana, bem como as migrações sazonais para essa atividade (ou a permanência do trabalhador migrante na cidade, o que demanda uma melhoria na infraestrutura básica para atendê-los) e toda as conseqüências estruturais, sociais e ambientais advindas desse contexto, como bem especificou Ferreira (2016).

Além disso, destaca-se que as usinas implantadas na microrregião estudada têm em sua maioria capital nacional, tendo somente na usina Jalles Machado, capital internacional. O etanol produzido em todas as usinas abastece o mercado interno e a produção de açúcar é voltada para exportação, sobretudo, a produzida na usina acima mencionada (o quadro 1 mostra os principais detalhes da produção canaveira nas usinas da microrregião Ceres, levantados durante as entrevistas aos empreendimentos da região).

Quadro 1 – Detalhes de Produção Canavieira - Usinas da Microrregião Ceres / GO

Usina / Município	Origem / Estado Brasileiro	Produtos	Forma de colheita	Principal forma de obtenção das terras	Destino da Produção
Cooper Rubi (Rubiataba)	Paraíba	Açúcar cristal e etanol	Aprox. 40% mecanizada	Arrendamento	Interno para etanol. Exportação de açúcar para a China.
CRV Industrial (Carmo do Rio Verde)	Paraíba	Açúcar cristal e etanol	Aprox. 75% mecanizada	Arrendamento	Interno
Usina Goianésia (Goianésia)	Pernambuco	Açúcar cristal e etanol	-	Arrendamento	Interno
Jalles Machado e UOL/Codora - Grupo Otávio Lage (Goianésia)	Goiás	Açúcar (cristal e orgânica), Etanol, Alcool em gel e levedura	100% mecanizada	Arrendamento	Interno para etanol. Exportação de açúcar orgânico para EUA, Canadá, China e alguns países da Europa e Ásia. Exportação de levedura Hidrolisada e Autolisada para países da Europa.
Vale Verde / Grupo Farias (Itapaci)	Pernambuco	Etanol	Aprox. 35% mecanizada	Arrendamento	Interno
Vale Verde / Grupo Farias (Itapuranga)	Pernambuco	Etanol	Aprox. 10% mecanizada	Arrendamento	Interno

Fonte: Trabalhos de campo nas usinas e Secretarias municipais (2016); Sites das usinas (2015; 2016).
Org. A autora (2016). Legenda: (-) Sem informações

Uma observação importante que ainda pode ser feita utilizando-se dos dados do quadro 1 é o arrendamento como principal forma de obtenção das terras para produção canavieira na região (como pode ser verificado no quadro supracitado, todas as usinas em funcionamento da região arrendam terras). Grande parte das terras da microrregião Ceres estão arrendadas para a produção canavieira, lembrando que a região possui parte relevante de sua estrutura fundiária em pequenas e médias propriedades. Para os pequenos proprietários, a rentabilidade frente ao arrendamento é praticamente irrisória, além de estimular a expropriação do produtor rural e o desemprego estrutural nas cidades. Outro grave problema é que o contrato entre as usinas e os arrendatários costuma ser longo, por no mínimo 5 anos, dessa forma o agricultor fica muito tempo longe do trabalho na terra, além da cultura canavieira exaurir bastante o solo, inviabilizando ou onerando o trato do solo após a finalização do contrato com a usina.

Autores como Elias (2006) ressaltam que a presença do trabalhador assalariado temporário não representa somente aqueles que não detêm a propriedade da terra, como também incluem os

pequenos proprietários que são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano (durante a safra). A afirmação de Elias é bastante pertinente, pois mostra que muitas vezes aquele pequeno proprietário, que arrendou suas terras para a usina e foi expropriado para a cidade, acaba trabalhando na própria usina como assalariado (em várias funções / especializações), já que o valor pago ao arrendamento das pequenas propriedades é muito baixo, não sendo suficiente para a sobrevivência das famílias^{iv}.

Diante do breve exposto, infere-se que a principal atividade econômica hoje na microrregião Ceres é, sem dúvida, a canavieira e esta se configura como uma das principais regiões goianas em produção de cana-de-açúcar e seus produtos, sobretudo o etanol e o açúcar. Contudo, se faz importante refletir sobre a estrutura fundiária dessa região, que possui pequenas propriedades voltadas para a agricultura familiar, onde os agricultores são muitas vezes levados a arrendar suas terras para a grande produção canavieira, portanto percebe-se claramente a concentração de renda nas mãos dessa agricultura capitalista com pouca alternativa aos pequenos produtores.

3. As políticas de acesso à terra na microrregião Ceres: alternativas ao agronegócio canavieiro

Sabe-se da complexidade das lutas e da história fundiária brasileira e de todo contexto da reforma agrária no Brasil, bem como dos conflitos inerentes a essa temática. Aqui far-se-á um panorama geral e breve da reforma agrária no Brasil, a título de contextualização, para por fim apresentar os dados do acesso à terra e do Programa de Fortalecimento Familiar na microrregião Ceres. Parte-se do entendimento que atualmente o agronegócio é o modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, baseado nas monoculturas, em grandes corporações, no trabalho assalariado e num discurso de progresso que tem contagiado o Estado, as corporações e a população em geral.

Oliveira (2001) e Fernandes (2015) trazem discussões bastante pertinentes e necessárias sobre a questão agrária brasileira. Segundo Fernandes (2015), o agronegócio procura subordinar a todos, inclusive o campesinato, contudo estes têm procurado construir outro modelo desenvolvimentista baseado na agricultura familiar, associações ou cooperativas, em economias solidárias, entre outros. Ainda segundo esse autor, “esses dois modelos são inconciliáveis, o que explica os permanentes confrontos, conflitos e conflituosidades que formam a conjuntura agrária e transforma a questão agrária de tempos em tempos” (Fernandes, 2015, p. 159).

Algumas ações e políticas foram elaboradas ao longo da história recente do Brasil em prol da reforma agrária. Pode-se citar o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 1964), que definia como objetivo central da reforma agrária, estabelecer um sistema de relações entre o ser humano, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador(a) rural e o desenvolvimento econômico do Brasil. Contudo, segundo Oliveira (2001), as décadas que se seguiram à criação do Estatuto da Terra estiveram fortemente vinculadas ao processo de modernização da agricultura, nos moldes da Revolução Verde, o que atuou no sentido de transformar os capitalistas industriais e urbanos em proprietários de terra, em latifundiários.

Diante disso, entende-se que o projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo da história do país está relacionado diretamente à expansão e consolidação do agronegócio. O discurso vincula-se aos efeitos positivos, relacionados ao aumento da produtividade agrícola e geração de divisas para o Brasil, devido ao perfil agroexportador. Mas, não

se pode esquecer do ônus socioambiental por trás dessa realidade.

Marques (2002) destaca a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize o desenvolvimento social e não somente o econômico e setorial. Essa realidade do Brasil, tem trazido como consequência, o avanço dos movimentos sociais no campo e a intensificação das lutas, no intuito de buscar formas de se organizar socialmente na terra e produzir alimento.

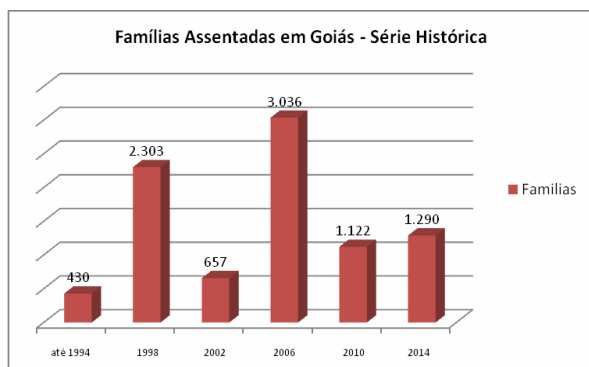
Fernandes (2015) faz uma síntese do estado da arte das principais políticas e planos relacionados à reforma agrária no Brasil. Segundo esse autor, até a década de 1990, pouco tinha sido feito pelo Estado Brasileiro em prol da reforma agrária. O Governo Tancredo Neves idealizou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), mas com sua morte em 1985, José Sarney assumiu a presidência e o I PNRA teve seus objetivos frustrados, com apenas 6% de seus objetivos atingidos.

O Governo Collor promoveu uma das maiores perseguições ao Movimento dos Sem Terra (MST) da história do Brasil e somente a partir do primeiro mandato do Governo FHC (1995 - 1998) houve uma política considerável de assentamentos de famílias rurais, sendo considerado o segundo maior Governo em criação de assentamentos (atrás somente do primeiro mandato do Governo Lula), foram 2.345 assentamentos, com 300.654 famílias (Fernandes, 2015).

Com a eleição do Governo Lula (2003 - 2006) tem-se a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) e com ele 2.381 assentamentos, com 303.187 famílias. Esse primeiro mandato foi o maior da história brasileira em número de assentamentos rurais. Já o segundo mandato apresentou declínio e frustração nos objetivos propostos. Segundo Fernandes (2015, p. 172) “o primeiro e segundo Planos Nacionais de Reforma Agrária tiveram suas metas executadas, o que explica o fato da luta pela terra e pela reforma agrária continuarem na pauta política”.

O estado de Goiás seguiu essa tendência, até o ano de 1994 somente 430 famílias tinham sido assentadas. Os dois momentos mais relevantes em Goiás estão relacionados aos primeiros mandatos dos Governos Lula e FHC, respectivamente, com 3.036 e 2.303 famílias assentadas (figura 3). O primeiro mandato do Governo Dilma (2011 - 2014) também seguiu esse declínio. Segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT, foram assentadas 103.746 famílias entre os anos 2011 e 2014, contudo somente 28.313 famílias estão ligadas aos processos de assentamentos originados no Governo Dilma^v.

Figura 3 – Famílias Assentadas em Goiás –
Série Histórica



Fonte: DT/Gab-Monitoria - Sipra Web 31/12/2014.
INCRA – Goiás

Os últimos governos de Lula e Dilma criaram alguns programas e políticas que têm contribuído para a melhoria de renda das famílias assentadas, podem-se citar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária (Terra Forte).

A tabela 2 mostra a realidade da microrregião Ceres dentro desse contexto. Observam-se os dados de agricultores familiares (Censo Agropecuário de 2006^{vi}) e de área e famílias assentadas (2015). A microrregião Ceres, com seus vinte e dois municípios, possuía em 2006, somente 7.513 agricultores familiares, e em 2015 somente 664 famílias assentadas, com uma área reformada de 32.043 ha. Por meio da análise dos dados, observa-se que os municípios que possuem a maior quantidade de agricultores familiares são Itapuranga, Guarinos e Rubiataba, destes os dois últimos não tiveram famílias assentadas em 2015, e Itapuranga somente 13 famílias.

A microrregião Ceres apresentou ao total 664 famílias assentadas, no ano de 2015, o que corresponde a uma área reformada de 32.043 ha. Os dados da tabela 2 representam mais um indício da realidade fundiária da microrregião Ceres e revelam a concentração de terras nas mãos do agronegócio canavieiro e pouco investimento em políticas alternativas às monoculturas, bem como ineficiência em relação à reforma agrária.

Segundo Abramovay (1999), há um vasto segmento da agricultura familiar que não consegue afirmar-se economicamente em função do ambiente social que a vincula ao mercado e, consequentemente, coloca as famílias em reduzidas margens de escolha na comercialização de seus produtos, na obtenção de insumos e

acesso a financiamentos. Ainda segundo esse autor,

Nos poucos casos em que o crédito agrícola formal chega a estas famílias, não só a resposta em termos de produção é imediata, como também - mesmo nos produtos convencionais - é nítida a elevação da renda: é que neste caso, a família consegue emancipar-se do círculo de dependência clientelista a que está ligada e, por aí, abre a via para inserir-se em mercados competitivos - mesmo que sejam nos produtos que vinham praticando até então (Abramovay, 1999, p. 14).

Em relação aos assentamentos rurais, o acesso aos financiamentos é fundamental, além da eliminação dos riscos por parte do sistema financeiro, para que seja não só um instrumento de crédito, mas também, de desenvolvimento rural. De acordo com Abramovay (1999), os financiamentos deixam de se integrar a projetos economicamente sustentáveis e tendem a tornar-se formas de complementação da renda, perpetuando a situação de pobreza em que se encontram as famílias assentadas.

Um outro programa que é considerado a principal política agrícola para a agricultura familiar (em termos de número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados) é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF que, historicamente, tem contado com um montante crescente de recursos disponibilizados, atingindo, no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, o valor de R\$ 24,1 bilhões de reais (Grisa & Schneider, 2015).

Ressalta-se que a noção de agricultura familiar foi mais difundida após o Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria na renda”^{vii}.

Tabela 2 –
Agricultores
familiares e
reforma agrária
na microrregião
Ceres – GO

Município	Agricultores Familiares (Censo Agro./06)	Reforma Agrária	
		Famílias Assentadas (nov/15)	Área reformada (ha) (nov/15)
Barro Alto	176	39	2.991
Carmo do Rio Verde	431	-	-
Ceres	288	-	-
Goianésia	452	213	10.452
Guaraíta	257	-	-
Guarinos	605	-	-
Hidrolina	218	-	-
Ipiranga de Goiás	353	-	-
Itapaci	289	43	2.261
Itapuranga	1.121	13	773
Morro Agudo de Goiás	267	-	-
Nova América	199	-	-
Nova Glória	374	34	909
Pilar de Goiás	291	-	-
Rialma	161	66	3.063
Rianápolis	69	-	-
Rubiataba	572	-	-
Santa Isabel	390	47	1.461
Santa Rita do Novo Destino	345	143	7.730
São Luiz do Norte	71	66	2.403
São Patrício	219	-	-
Uruana	365	-	-
Microrregião Ceres	7.513	664	32.043

Fonte:
Bacen/Derop/Sicor/
MDA – Ministério do
Desenvolvimento
Agrário;
DATA LUTA, 2015

Sabe-se que a melhor forma para designar os pequenos produtores rurais é utilizar o conceito de campesinato, já que a noção de agricultura familiar veio para tentar incorporar os camponeses à lógica da agricultura capitalista. Na presente pesquisa foi utilizada algumas vezes a noção de agricultura familiar, pois é a forma utilizada pelas políticas públicas que serão aqui mencionadas, contudo sabe-se da importância política do conceito de campesinato, sobretudo no sentido de rompimento dos sujeitos do campo com a lógica hegemônica da agricultura capitalista e, de forma propositiva, pensar em uma perspectiva emancipatória dos trabalhadores do campo.

Assim, o PRONAF foi criado em 1996 com o objetivo de conceder créditos para os agricultores familiares e contribuir para a redução das desigualdades sociais. O Programa financia projetos, individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com baixas taxas de juros dos financiamentos rurais^{viii}.

Apesar da importância do Programa e do aumento do montante investido na agricultura familiar nos últimos 20 anos, sabe-se dos problemas e contradições inerentes ao debate agronegócio *versus* agricultura familiar. Concorda-se com Alentejano

(2000) quando esse apresenta duas problemáticas vinculadas a isso: primeiro, relacionada à ilusão da igualdade dos mercados, que acaba por ignorar a diferença entre grandes e pequenos na competição.

Também não há consideração relativa à atuação das agroindústrias na formação dos preços agrícolas, “assim como à recente tendência das grandes empresas agroindustriais de mudar o perfil da integração, excluindo os pequenos produtores, em função de exigências tecnológicas e de escala” (Alentejano, 2000, p. 92). E, em segundo lugar, há o problema da disponibilidade de recursos, que mesmo tendo acesso a programas como o PRONAF, são valores muito pequenos diante da realidade das famílias e, sobretudo, dos assentados.

A tabela 3 mostra que no ano de 2015, 2.499 famílias foram contratadas pelo PRONAF na microrregião Ceres, o que corresponde a um valor de R\$ 64.525.601,00. Se compararmos aos altíssimos investimentos no agronegócio sucroenergético esses valores se mostram muito pequenos.

Tabela 3 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (2015)

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Safr / Ano 2015)		
Município	Quantidade de Contratos	Valor em R\$
Barro Alto	37	1.091.648,00
Carmo do Rio Verde	163	4.699.899,00
Ceres	69	1.859.675,00
Goianésia	88	2.490.063,00
Guaraíta	82	1.490.974,00
Guarinos	164	3.529.601,00
Hidrolina	128	2.092.900,00
Ipiranga de Goiás	80	2.319.468,00
Itapaci	109	2.359.278,00
Itapuranga	547	13.384.078,00
Morro Agudo de Goiás	68	2.360.651,00
Nova América	39	1.509.304,00
Nova Glória	34	849.710,00
Pilar de Goiás	201	5.359.974,00
Rialma	39	1.115.452,00
Rianópolis	11	261.796,00
Rubiataba	220	6.803.943,00
Santa Isabel	50	1.576.470,00
Santa Rita do Novo Destino	56	1.746.585,00
São Luiz do Norte	20	524.584,00
São Patrício	74	2.266.537,00
Uruana	220	4.833.011,00
Microrregião Ceres	2.499	64.525.601,00

Fonte:
Bacen/Derop/Sicor
/MDA – Ministério
do Desenvolvimento
Agrário

Como um exercício comparativo, pode-se observar os dados do programa Produzir (fomento à industrialização) do estado de Goiás para as usinas sucroenergéticas em funcionamento na região estudada (tabela 4). Enquanto o PRONAF investe cerca de 64 milhões por ano na região (vinte e dois municípios), somente o Produzir investiu mais de 1 bilhão e seiscentos mil reais em investimento fixo e crédito agrícola para a implantação de seis usinas na região.

É importante mencionar que essa comparação é somente com o Produzir, que corresponde a um Programa do Governo do estado de Goiás, assim, várias são as opções de crédito rural do Governo Federal para a agricultura comercial (além de outros do governo estadual que não serão destacados aqui), com vários projetos de investimentos que as usinas podem solicitar, como: Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem, Programa de Desenvolvimento

Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária, Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária, entre outros disponíveis, a cada ano, por meio do Plano Agrícola e Pecuário, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Pode-se utilizar as palavras de Alentejano (2000) para afirmar que, tanto ao nível das políticas quanto dos processos em curso no campo brasileiro, há profundas contradições que podem apontar para a constituição de um novo mundo rural, como para a perpetuação das velhas tendências da realidade agrária do Brasil. E, infelizmente, a realidade verificada, no caso específico da microrregião Ceres, tem apontado para a segunda tendência: da perpetuação da concentração, de terra e de renda, nas mãos da agricultura comercial voltada para o agronegócio sucroenergético.

Tabela 4 – Recursos Produzir para as usinas da Microrregião Ceres - GO

Usinas implantadas na Microrregião Ceres / GO – Recursos Produzir			
<i>Empreendimento</i>	<i>Município</i>	<i>Investimento Fixo R\$</i>	<i>Crédito R\$</i>
Jalles Machado	Goianésia	98.756.034,00	615.762.981,23
Goianésia	Goianésia	59 320.019,00	170 871.851,54
Vale Verde	Itapaci	48 068.941,00	193 921.019,06
CRV Industrial	Carmo do Rio Verde	30.390.660,14	131.414.453,14
Vale Verde	Itapuranga	37.003.868,96	435.178.288,79
Cooper Rubi	Rubiataba	55.677.172,21	246.003.437,97
Total		221.827.735,31	1.428.359.161,13
Total Fixo + crédito		1.650.186.896,40	

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás – SIC GO

É importante mencionar que essa comparação é somente com o Produzir, que corresponde a um Programa do Governo do estado de Goiás, assim, várias são as opções de crédito rural do Governo Federal para a agricultura comercial (além de outros do governo estadual que não serão destacados aqui), com vários projetos de investimentos que as usinas podem solicitar, como: Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem, Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária, Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária, entre outros disponíveis, a cada ano, por meio do Plano Agrícola e Pecuário, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Pode-se utilizar as palavras de Alentejano (2000) para afirmar que, tanto ao nível das políticas quanto dos processos em curso no campo brasileiro, há profundas contradições que podem apontar para a constituição de um novo mundo rural, como para a perpetuação das velhas tendências da realidade agrária do Brasil. E, infelizmente, a realidade verificada, no caso específico da microrregião Ceres, tem apontado para a segunda tendência: da perpetuação da concentração, de terra e de renda, nas mãos da agricultura comercial voltada para o agronegócio sucroenergético.

Outro breve exemplo para se compreender a realidade da microrregião Ceres é a existência de associações e cooperativas voltadas para o desenvolvimento da agricultura comercial. Segundo Oliveira (2010), o modelo de associativismo pautado no cooperativismo agrícola manteve-se distante da realidade dos pequenos produtores rurais, pois a necessidade de competição fez com que as cooperativas mais ativas e dinâmicas funcionassem como espaços de mediação para os médios e grandes

produtores vinculados ao agronegócio.

Um exemplo contundente na microrregião Ceres é a Cooper Rubi, empreendimento sucroenergético implantado no município de Rubiataba. A Cooper Rubi foi criada na década de 1980, fruto dos incentivos do Proálcool, e funcionava como uma destilaria dentro de uma cooperativa local, que também trabalhava com produção leiteira. Durante quase 20 anos, a destilaria ficou sob direção integral de produtores locais, mas a partir do ano 2003, o Grupo Japangu da Paraíba comprou sua maior parte, passando a ser os donos majoritários da Cooper Rubi.

A microrregião Ceres também apresenta algumas cooperativas voltadas para a agricultura familiar, o que é fundamental para fortalecer os pequenos produtores sejam eles proprietários de terra ou assentados. Contudo, concorda-se com Oliveira (2010), quando esse coloca que o formato de associativismo que vem sendo implementado no país de modo geral, acaba por intensificar a fragmentação existente entre os pequenos produtores, em vez de fortalecer uma identidade de classe da produção familiar. Essa breve discussão é importante para se entender os conflitos de interesses latentes na região estudada, entre a lógica dominante do agronegócio canavieiro e a agricultura familiar e, consequentemente, a produção de alimentos, tão importante para as pequenas cidades.

A maioria dos municípios da microrregião Ceres possui hoje elementos que os traduzem como produto de um agronegócio que segrega e marginaliza, principalmente porque está vinculado somente ao segmento canavieiro e possui poucas alternativas para a produção de alimentos e inclusão social em outras atividades, que não sejam, direta ou indiretamente, relacionadas a atividade canavieira. Durante as atividades de campo realizadas nessa região, foi possível conhecer a Cooperativa de

Lara Cristine Gomes Ferreira
Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Agricultores Familiares de Itapuranga, a Cooperafi, criada no município de Itapuranga no ano de 1998 (figura 4). A Cooperafi é um exemplo de alternativa viável frente ao agronegócio da cana na região, o município de Itapuranga possui uma usina implantada e em funcionamento, mas que está há alguns anos com dificuldades financeiras e judiciais, assim em algumas safras há plantio da cana, mas o beneficiamento é feito na usina do mesmo grupo no município de Itapaci e Uruaçu.

Figura 4 – Sede da Cooperativa de Agricultores Familiares – Cooperafi, Itapuranga (GO)



Fonte: Lara Cristine Gomes Ferreira, maio de 2016

O município de Itapuranga possui, em sua maioria, pequenas propriedades que acabam por não se adaptar à lógica de arrendamento das usinas canavieiras (realidade na região, como verificado no quadro 1). Assim, uma alternativa bastante interessante é trabalhar de forma coletiva e garantir a permanência à terra, trabalho, dignidade e renda para os pequenos agricultores. Segundo entrevista realizada nessa cooperativa, em maio de 2016, a Cooperafi possuía 230 cooperados, que iniciaram os trabalhos com a produção de leite, e hoje já acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A cooperativa familiar é bastante ativa em Itapuranga e já possui uma marca associada à produção de polpas de frutas – PRAFICAR. As polpas de frutas são vendidas para as escolas de municípios vizinhos, além de Itapuranga, como: Guaraíta, Heitorai, Itaberaí, Faina e Morro Agudo de Goiás, por meio do PNAE (Ferreira, 2016).

Outros alimentos são produzidos e comercializados na cidade, na sede da Cooperafi, ou na feira do produtor rural de Itapuranga. Alimentos, como: mamão, laranja, abóbora, mexerica e melancia são produzidos e vendidos nas feiras e também diretamente aos centros de abastecimentos (CEASAs) de Goiânia e Brasília, principalmente. Há também, dentro da Cooperativa, um grupo de mulheres, denominado “Mulheres Rurais do Xixá^{ix}”,

A produção canavieira e o mito do progresso

que produzem bolos, doces, frangos, ovos e artesanatos e os vendem, todas as terças-feiras, na sede da Cooperafi, como pode ser visualizado na figura 5.

Figura 5 – Mulheres Rurais do Xixá, na Cooperafi, Itapuranga (GO)



Fonte: Lara Cristine Gomes Ferreira, maio de 2016

Experiências como as verificadas durante a visita na Cooperafi são entendidas aqui como uma alternativa para a inclusão dos pequenos agricultores e acesso mais facilitado a créditos agrícolas, por meio da cooperativa, além da possibilidade de estimular o trabalho coletivo e a agricultura familiar, tão importantes para a produção de alimentos, bem como a possibilidade de permanência na terra aos camponeses da região. Essas alternativas são de suma importância para a microrregião Ceres, a qual possui grande parte de suas terras em pequenas propriedades rurais, que estão arrendadas para o agronegócio sucroenergético. É sabido por todos que os agricultores familiares são os excluídos do processo vivenciado na região e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico e do progresso que são “vendidos” pelo agronegócio e “comprados” pela iniciativa privada, pelo Estado e por grande parte da população.

4. O agronegócio canavieiro e o mito do progresso

É muito comum as grandes empresas e corporações propagarem o discurso de que os empreendimentos implantados trarão rapidamente: empregos, diretos e indiretos; reestruturação do espaço urbano dos municípios; dinamismo econômico; entre outros, ou seja, acabam por difundir fortemente a ideia de progresso, modernização e desenvolvimento econômico. Com a pesquisa realizada percebeu-se que o discurso de

progresso difundido pelo setor sucroenergético rapidamente conquista vários adeptos, entre eles: o Estado, que apoia e fomenta a territorialização dos empreendimentos; o poder público local, não é raro ver prefeitos e secretários defendendo o desenvolvimento local e regional providos das agroindústrias canavieiras; e, por fim, conquistam grande parte da população, que acredita que o progresso está atrelado a ideia de modernização, grandes indústrias e corporações, mesmo conhecendo todas as mazelas e efeitos dessa atividade.

Dentro do exposto, faz-se importante trazer autores como Dupas (2006) que traz uma rica discussão sobre o mito do progresso, muito presente atualmente, nas elites e nos atores hegemônicos. Segundo esse autor, as inovações tecnológicas foram ao longo do tempo adquirindo um teor qualitativo intrínseco, o que gerou rotulações de “progressistas” para quem as aprovava e de “reacionários” para seus críticos.

Dupas (2006) dialoga bastante com Barzun (2002), o qual recorda que a doutrina do progresso foi incorporada à filosofia do século XVIII e “foi se convertendo em um credo que os constantes avanços tecnocientíficos ratificavam ao criar produtos e serviços que se transformaram em objeto de desejo e símbolos do progresso” (Barzun, 2002, p.100).

Concorda-se com Dupas (2006) quando esse esclarece que não é pretensão negar ou desqualificar os benefícios da evolução tecnológica ocorrida na história mundial, mas de compreender quais as dimensões desse progresso e, sobretudo, a quem ele serve e quais seus reais objetivos. É preciso ter em mente que a capacidade de produzir mais e melhor também traz exclusão, segregação, concentração de renda e terras, subdesenvolvimento e subalternidades.

Mendonça (2015, p. 392), confirma que “o conceito de agronegócio no Brasil está baseado em uma perspectiva que adota a ideia de desenvolvimento como sinônimo de progresso tecnológico”. Além disso, a autora traz à discussão a ideia de “vocação”, que muitas vezes é usada para justificar certas práticas, como por exemplo, o discurso sobre uma suposta vocação agrícola brasileira, que viria para justificar a defesa do modelo econ mico baseado na monocultura para exportação, sendo utilizado para manter o caráter extensivo do agronegócio, por meio de sua aliança com a oligarquia latifundista.

O que se deve ater   que hoje a ideia de progresso é bastante utilizada como estratégia de convencimento nos discursos hegem nicos, principalmente no caso estudado, dos atores envolvidos com o agronegócio. O que se observa é que os impactos socioecon micos e ambientais são

aceitáveis diante da promessa de progresso e de crescimento econ mico que será trazido pelas grandes empresas e corporações.

O discurso utilizado pelas usinas canavieiras, por exemplo, e apropriado pelas elites locais e pelo poder público convence a população, que mesmo insatisfeita com os efeitos negativos gerados, os serviços incipientes criados e a qualidade questionável do urbano proposta pelos empreendimentos, acabam por acreditar e defender a atividade canavieira e não ver outras alternativas e possibilidades. A região fica, portanto, refém ideologicamente do mito do progresso.

Diante dessa breve análise, questiona-se: qual é a dimensão do desenvolvimento que é produzida pelo mito do progresso vinculado ao agronegócio e, conseqüentemente, aos empreendimentos sucroenergéticos, verificada na microrregião Ceres?

Hespanhol (2008), afirma que a operacionalização do desenvolvimento territorial é praticamente impossível de ser implementada quando perduram a elevada concentração da propriedade da terra (ou o alto número de arrendamentos de terras para as usinas canavieiras), a grande concentração social e regional da renda, o esgarçamento do tecido social e a falta de dinamismo econ mico. Essas características são facilmente perceptíveis na microrregião Ceres, principalmente a falta de dinamismo econ mico, devido ao foco produtivo estar quase que unicamente vinculado à atividade canavieira.

Quando se analisam os números de PIB e IDH por exemplo, mesmo com as críticas que envolvem esses indicadores, pode-se verificar um crescimento econ mico nos números, mas concentração de renda e deficiências nos indicadores sociais. As observações realizadas em campo, somadas às entrevistas ao poder público local, contrib  ram para ratificar a omissão dos empreendimentos canavieiros frente aos problemas socioambientais gerados e a falta de parcerias com as prefeituras e instituições locais, bem como com a sociedade, conforme previstas durante o processo de implantação das usinas, pelo menos entre as agroindústrias providas do nordeste brasileiro, que são maioria na região.

Segundo Hespanhol (2008), a permanência de problemas estruturais relacionados a ineficiência das instituições, a concentração de riqueza e das relações de poder, a persistência de práticas clientelistas e, principalmente, o despreparo da população para participar de maneira aut noma ou a sua co-dependência a esses empreendimentos, acabam por dificultar a implementação de abordagens qualificadas de desenvolvimento.

Quando se discute desenvolvimento, sobretudo relacionado à abordagem econômica no Brasil, tem-se que fazer referência à importante obra de Celso Furtado. Esse autor aborda em síntese, a alta concentração do excedente na atividade industrial brasileira, a crescente hegemonia das grandes empresas e um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada em relação à massa populacional.

De acordo com Furtado (1983), deve-se estar atento ao aumento da renda de determinada comunidade, pois esta pode ser resultado de pelo menos três processos distintos: (1) o desenvolvimento econômico, isto é, a acumulação do capital e a adoção de processos produtivos mais eficientes; (2) a exploração de recursos naturais não renováveis, e; (3) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho. Diante do exposto, o aumento da renda implica em diversificação do consumo, introdução de novos produtos, entre outros, assim esse aumento pode ocorrer numa comunidade sem desenvolvimento econômico.

Destaca-se, portanto, que é bastante comum, com o incremento de atividades agroindustriais, verificar aumentos nos indicadores econômicos e nas estatísticas financeiras, contudo pode somente representar a exploração dos recursos naturais e realocação de recursos, o que mascara a não introdução de processos produtivos mais eficientes e uma desigualdade na distribuição de renda.

Furtado (1983) defende a ideia de que o desenvolvimento econômico é um simples mito e que isso tem justificado ações para mobilizar a população a aceitar os problemas, os efeitos negativos e a legitimar a destruição do meio físico para permitir as formas de dependência que reforcem o caráter predatório do sistema produtivo. Reforça-se aqui também a ideia de progresso, para legitimar os problemas e desigualdades da exploração do agronegócio na microrregião Ceres.

O que Furtado (1983) defende é verificado por meio dos dados que revelam a desigualdade social existente na região como um todo, onde todos os municípios pertencentes à microrregião Ceres possui mais de 40% da renda apropriada pelos 20% mais ricos. Em alguns municípios, a desigualdade é ainda mais acentuada, como nos municípios que possuem usinas, como: Goianésia, Carmo do Rio Verde, Itapaci, Itapuranga e Rubiataba, bem como em alguns municípios que servem à lógica do agronegócio sucroenergético, por meio da alta produção de cana-de-açúcar para ser beneficiada na usina do município vizinho, como são os casos de Nova Glória, São Patrício e Uruana (verificar tabela 5).

Diante do entendimento da irrealização do desenvolvimento econômico, sobretudo quando se parte da ideia de Furtado (1983), de que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas e que os povos pobres não poderão disfrutar algum dia das formas de vida dos atuais povos ricos, alguns autores começaram a propor discussões sobre o desenvolvimento. Atualmente no Brasil, verificam-se discussões sobre desenvolvimento territorial, regional e rural, relacionadas aos efeitos do processo de capitalização da agricultura. Não se propõe aqui aprofundar nesses conceitos e suas especificidades, mas discutir o quanto as noções de progresso e de desenvolvimento econômico, difundidos nos discursos do agronegócio, podem justificar as mazelas e as desigualdades verificadas.

Assim, os problemas sociais e ambientais relacionados à agroindústria da cana já são velhos conhecidos no Brasil. O importante a ser destacado é que os problemas socioambientais são geralmente experimentados por toda a sociedade, sobretudo aquela com rendimentos mais baixos, entretanto os benefícios econômicos e a acumulação do capital são vivenciados por poucos.

Araújo (1999) defende que a fragmentação espacial do Brasil, frente à globalização, pode ser contrabalançada por uma nova política nacional de desenvolvimento regional semelhante à praticada por outros países e até por Blocos Econômicos, como a União Européia. Essa autora também acredita que a dinâmica regional entregue apenas às decisões do mercado tende a exacerbar seu caráter seletivo, ampliando as fraturas herdadas do passado.

Favareto (2010) propõe que para haver uma estratégia de desenvolvimento rural seria necessário pensar em uma agenda que abrangesse diversificação e dinamização das economias interioranas, sendo fundamental diversificar as economias locais, e buscar uma paridade entre as regiões rurais e urbanas, principalmente no que tange às políticas de saúde e educação.

Assim, os entraves percebidos na microrregião Ceres e que muito dificultam a busca por um real desenvolvimento econômico, estão relacionados à falta de diversificação das atividades econômicas, muito voltadas para o setor sucroenergético. Entretanto, destaca-se que não se trata somente de diversificar a produção agrícola, mas também os serviços, às redes estabelecidas, o acesso a educação e, sobretudo, pelas características históricas e socioeconômicas da região, o acesso à terra e a políticas de permanência das famílias no campo, como verificado *in loco*.

Tabela 5 – Percentual da Renda Apropriada pelos 20% mais ricos e Percentual de Pobreza Microrregião Ceres / 2010

Município	Percentual (%) da renda apropriada pelos 20% mais ricos	Percentual (%) de pobres
Barro Alto	49,87	6,44
Carmo do Rio Verde	50,4	7,81
Ceres	58,37	4,43
Goianésia	52,81	4,61
Guaraíta	45,77	14,98
Guarinos	45,94	22,00
Hidrolina	47,16	11,56
Ipiranga de Goiás	47,35	14,96
Itapaci	60,77	8,42
Itapuranga	54,06	8,79
Morro Agudo de Goiás	47,53	11,09
Nova América	42,93	10,91
Nova Glória	52,03	14,49
Pilar de Goiás	57,25	19,75
Rialma	51,08	5,45
Rianápolis	47,49	8,09
Rubiataba	49,52	7,47
Santa Isabel	44,67	8,58
Santa Rita do Novo Destino	47,07	16,14
São Luiz do Norte	44,37	11,15
São Patrício	50,16	9,57
Uruana	51,49	13,89

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD

A análise proposta contribuiu para ratificar que não é a modernização da agricultura ou a incorporação de técnicas ou maquinários que vão contribuir para o desenvolvimento econômico de determinada região. O acesso à terra, ferramentas de trabalho e incentivo, por meio de políticas públicas eficientes, contribui de forma muito mais eficaz para o desenvolvimento, que deve perpassar a dimensão econômica, o que vai em consonância com as teorias avaliadas e a realidade local da região.

Concorda-se com Locatel (2012), por fim, quando este destaca que a modernização da agricultura brasileira não foi um elemento homogeneizador das condições técnicas e socioeconômicas. Ao contrário, em relação a condições sociais, esse processo serviu para agravar ainda mais as desigualdades já existentes e as condições de vida de uma significativa parcela das famílias trabalhadoras rurais. E em relação à tecnificação do território, o mesmo autor ressalta que se trata de um processo seletivo e desigual espaço-temporalmente.

5. Considerações Finais

A atividade canavieira na microrregião Ceres trouxe incremento de novos elementos -técnicos, além de empregos diretos e indiretos, contudo a falta de diversidade nas atividades econômicas e a falta de acesso e permanência dos pequenos agricultores à terra, deixa a região refém do setor sucroenergético, além do poder público local e a população, o que faz com que essa dinâmica se processe de forma extremamente frágil.

Grande parte das terras da microrregião Ceres estão arrendadas para a produção canavieira, lembrando que a região possui parte relevante de sua estrutura fundiária em pequenas e médias propriedades. Para os pequenos proprietários a rentabilidade frente ao arrendamento é praticamente irrisória, além de estimular a expropriação do produtor rural e o desemprego estrutural nas cidades. Outro grave problema é que o contrato entre as usinas e os arrendatários costuma ser longo, por no mínimo 5 anos, dessa forma o agricultor fica muito tempo longe do trabalho na terra, além da cultura canavieira exaurir bastante o solo, inviabilizando ou

onerando o trato do solo após a finalização do contrato com a usina.

Segundo Elias (2006) a presença do trabalhador assalariado temporário não representa somente aqueles que não detêm a propriedade da terra, como também incluem os pequenos proprietários que são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano (durante a safra da cana-de-açúcar). A afirmação de Elias (2006) é bastante pertinente para a realidade da microrregião estudada, pois mostra que muitas vezes o pequeno proprietário, que arrendou sua terra para o empreendimento canavieiro e foi expropriado para a cidade, acaba trabalhando na própria usina como assalariado, já que o valor pago ao arrendamento nas pequenas propriedades é muito baixo, não sendo suficiente para a sobrevivência das famílias (durante as entrevistas nos trabalhos de campo realizados ficou evidente que o arrendamento de terra somente é rentável para os grandes proprietários).

Diante disso, infere-se que, o fato da microrregião Ceres não apresentar diversificação econômica e estar focada em segmento único do agronegócio, o canavieiro, acaba por intensificar a fragilidade socioeconômica, associada a uma co-dependência das usinas sucroenergéticas, o que é fortalecido pelo mito do progresso, difundido pelas agroindústrias, e absorvido pelo poder público local e por parte da população.

As regiões que servem ao agronegócio geralmente acabam associando-se a outras redes comerciais, como os frigoríficos, agropecuárias, cooperativas de beneficiamentos de grãos ou de ração animal, entre outras, como observado no sudoeste de Goiás, por exemplo. A microrregião Ceres não apresenta essa característica, o que acaba por fragilizar ainda mais a economia local e regional e, em consequência, as relações em sociedade.

Atrrelados a isso têm-se o Estado, como agente fundamental, e a dimensão política que se fazem importantíssimos, tanto para a territorialização das agroindústrias canavieiras, quanto para sua permanência. Em contrapartida aos vultosos investimentos no agronegócio estão as pequenas parcelas direcionadas aos agricultores familiares da microrregião Ceres.

Acredita-se, portanto, que há uma dinamização socioeconômica provinda da atividade sucroenergética, mas essa é altamente concentrada e causa uma co-dependência social e econômica, devido ao fato de estar focada no segmento canavieiro e não criar redes autônomas a este. Essa dinamização concentrada e altamente dependente acaba por contribuir com um desenvolvimento econômico incompleto, bem como por construir um elo legitimador das contradições socioespaciais e ambientais, fruto do agronegócio sucroenergético, verificadas na microrregião Ceres e que são, muitas

vezes, mascaradas pelos mitos do progresso e do desenvolvimento econômico, atrelados à lógica do capital agronegocista, mas que são facilmente verificadas pelas formas espaciais, pelas fragilidades verificadas e pelas desigualdades materializadas, ou seja, pelo que revela sua paisagem regional.

6. Referências bibliográficas

- Abramovay, R. (1999). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. v. 28 n°s 1, 2, 3 e 29, n°1.
- Alentejano, P. R. R. (2000). O que há de novo no rural brasileiro? In: *Terra Livre*. São Paulo, n.15.
- ANP. (2018). Agência Nacional do Petróleo. Publicada lei do RenovaBio. Publicado: Quarta, 27 de dezembro de 2017. Atualizado: Segunda, 08 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/noticias/4226-publicada-lei-do-renovabio>>.
- Araújo, T. B. (1999). de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 30, n. 2.
- Barzun, J. (2002). *Da alvorada à decadência: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Campus.
- Brasil. (2006). *Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. 2. ed. rev. - Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica.
- DATALUTA. (2015). *Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil*. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP: Presidente Prudente, São Paulo.
- Dupas, G. (2006). *O mito do progresso: ou progresso como ideologia*. São Paulo, UNESP.
- Elias, D. (2006) Ensaio Sobre os Espaços Agrícolas de Exclusão. *Revista NERA*. Unesp/Presidente Prudente, v. 1, n. 8.
- Favareto, A. (2010). As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva: uma década de experimentações. In: *Revista Desenvolvimento em Debate*. Rio de Janeiro, v.1, n.2.
- Fernandes, B. M. (2015). Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: Mitidiero, Junior, M. A.; Garcia, M. F.; Viana, P. C. G. (Orgs.). *A Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras expressões.

- Ferreira, L. C. G. (2010). *A evolução do setor sucroalcooleiro na Microrregião Ceres (GO): Dinâmica Espacial e Impactos Socioeconômicos*. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás: Goiânia, p. 136.
- _____. (2016). *As paisagens regionais na microrregião Ceres (GO): das Colônias Agrícolas Nacionais ao Agronegócio Sucroenergético*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília: Distrito Federal, p. 296.
- Furtado, C. (1983). *O mito de desenvolvimento econômico*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Grisa, C. & Schneider, S. (2015). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Grisa, C.; Schneider, S (Orgs.). Porto Alegre: UFRGS.
- Haesbaert, R. (2006). Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hespanhol, A. N. (2008). Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial. In: *4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa*. ENGRUP: São Paulo.
- IMB / SEGPLAN. (2017). Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado de Gestão de Planejamento de Goiás. Goiás em Dados – 2016. Goiânia: SEGPLAN.
- Locatel, C. (2012). Tecnificação dos territórios rurais no Brasil: políticas públicas e pobreza. In: *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XVI, nº 418 (66).
- MAPA. (2018). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/>.
- Marques, M. I. M. (2002). O Conceito de Espaço Rural em Questão. In: *Revista Terra Livre* (São Paulo) Ano 18, n. 19.
- Mendonça, M. L. (2015). O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. In: *Revista Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, maio/agosto.
- Oliveira, A. R. de. (2010). *O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp / Presidente Prudente.
- Oliveira, A. R.; Ferreira, L. C. G. & Garvey, B. (2018). A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro. In: *Revista NERA*. Presidente Prudente – SP. Ano 21, n. 43, pp. 79-100.
- Oliveira, A. U. (2001). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43.
- PNUD (2018). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em <http://www.pnud.org.br/>.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Tradução Cecília França. São Paulo: Ática.
- Sauer, S. & Pietrafesa, J. P. (2012). Cana de açúcar, financiamento público e produção de alimentos no Cerrado. In: *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 7, n. 14, p. 1-29, ago.
- SIC GO. (2017). Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás. Disponível em <http://www.sic.goias.gov.br/>.

Notas

ⁱ Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13576-26-dezembro-2017-786013-publicacaooriginal-154631-pl.html>.

ⁱⁱ O entendimento de territorialização permeia as relações de expropriação e poder. Ver autores como Raffestin (1993) e Haesbaert (2006).

ⁱⁱⁱ A usina Vale Verde, localizada no município de Itapuranga, produz cana-de-açúcar, mas seu beneficiamento está sendo realizado na usina do mesmo Grupo, no município de Itapaci, por questões de licença de funcionamento suspensa e recuperação judicial, conforme relatados em trabalho de campo ao município de Itapuranga – GO, em maio de 2016.

^{iv} A Dissertação de Mestrado de Ferreira (2010) traz elementos e entrevistas com pequenos produtores que arrendaram suas terras para a usina CRV Industrial, em Carmo do Rio Verde – Microrregião Ceres, Goiás.

^v Disponível em <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em janeiro de 2018.

^{vi} O Censo agropecuário de 2017 não privilegiou a pesquisa relacionada agricultura familiar.

^{vii} Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm.

^{viii} Informações disponíveis em:

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/entenda-o-programa-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em janeiro de 2018.

^{ix} A palavra Xixá foi a primeira denominação de Itapuranga, quando ainda era somente um povoado. Dizem que o povoado recebeu o topônimo de Xixá, em virtude da celebração da primeira missa campal à sombra de um enorme Xixazeiro – uma árvore do Cerrado também conhecida por Caliandra do Cerrado.

Patrimônio-territorial e saber local: análise a partir da história de luta dos assentados do Cafundão (Mariana- MG, Brasil)

Rúbia Rúbio-Schrage¹

Resumo: A história de luta pela criação do Projeto de Assentamento (PA) de Reforma Agrária Cafundão está vinculada à historicidade da concentração fundiária brasileira, que dá sentido de existência aos movimentos sociais pelo acesso à terra. Como também, descreve particularmente uma luta pela efetivação de uma política brasileira específica, de forma a reconhecer a posse desta mesma terra – que já era lugar de vida há gerações –, no âmbito de pressões imobiliárias e minerárias que a circundam. Singualmente, a luta do Cafundão retrata o reconhecimento político do saber local (através do saber-fazer panelas) como principal vínculo (re)produtivo (n)às terras do Cafundão, o que garante a sobrevivência destas famílias e nutre a validação de suas narrativas de pertencimento. Neste artigo, objetiva-se dialogar sobre a ativação do patrimônio-territorial por meio do saber local.

Palavras-chave: política nacional de projeto de assentamento; ativação popular do patrimônio-territorial; lugar; América Latina.

Patrimonio-territorial y saber local:

Un análisis a partir de la historia de lucha de los asentados del Cafundão (Mariana-MG, Brasil).

Resumen: La historia de lucha por la creación del Proyecto de Asentamiento (PA) de Reforma Agraria Cafundão está vinculada a la historicidad de la concentración agraria brasileña, que da sentido de existencia a los movimientos sociales por el acceso a la tierra. Como también, describe particularmente una lucha por la efectividad de una política brasileña específica, de manera que reconoce la posesión de esta misma tierra -que ya era lugar de vida durante generaciones-, en el ámbito de presiones inmobiliarias y mineras que la circundan. La lucha del Cafundão retrata el reconocimiento político del saber local (torneo de rocas de esteatita para la producción artesanal de ollas) como principal vínculo (re) productivo (en) las tierras del Cafundão, lo que garantiza la supervivencia de estas familias y nutre la validación de sus narrativas de pertenencia. En este artículo, se pretende dialogar sobre la activación del patrimonio-territorial por medio del saber local.

Palabras-clave: política nacional de proyecto de asentamiento; activación popular del patrimonio territorial; lugar; América Latina.

Territorial heritage and local knowledge:

An analysis based on the fighting history of the settlers of Cafundão (Mariana-MG, Brazil).

Abstract: The history of the struggle for the creation of the of Cafundão Agrarian Reform Settlement Project is linked to the historicity of Brazilian land concentration, which gives meaning to social movements for access to land. As well as, he particularly describes a struggle for the implementation of a specific Brazilian policy, in order to recognize the possession of this same land - which had been a place of life for generations - in the context of real estate and mining pressures that surround it. Uniquely, the Cafundão struggle portrays the political recognition of local knowledge (turning soapstone into artisanal production of pots) as the main (re) productive link to the lands of the Cafundão, which ensures the survival of these families and nurtures the validation of their narratives of belonging. This article discusses the activation of territorial heritage through local knowledge.

Keywords: National Settlement Project Policy; popular activation of territorial heritage; Place; Latin America.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.19954>

Como citar este artigo: Rúbio-Schrage, R. (2019). Patrimônio-territorial e saber local: análise a partir da história de luta dos assentados do Cafundão (Mariana- MG, Brasil). *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (3), 78-89. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.19954>

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília, UnB.
Email: georubiarubio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5377-2635>.

1. Introdução

O Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Cafundão, localizado no distrito Cachoeira do Brumado do município Mariana (Minas Gerais, Brasil), conforme representado no mapa abaixo (figura 1), possui sua história de luta pautada na validação de pertencimento a tais terras. Essa validação se deu por meio da requisição pela aplicabilidade da Política Nacional de Reforma Agrária, que fora efetivada através da criação do Projeto de Assentamento Cafundão, em 1995. Menos de 10 anos depois da criação do assentamento, em 2002, este fora considerado “consolidado”, o que infere sobre a criação de mecanismos que assegurem a sua reprodução na terra.

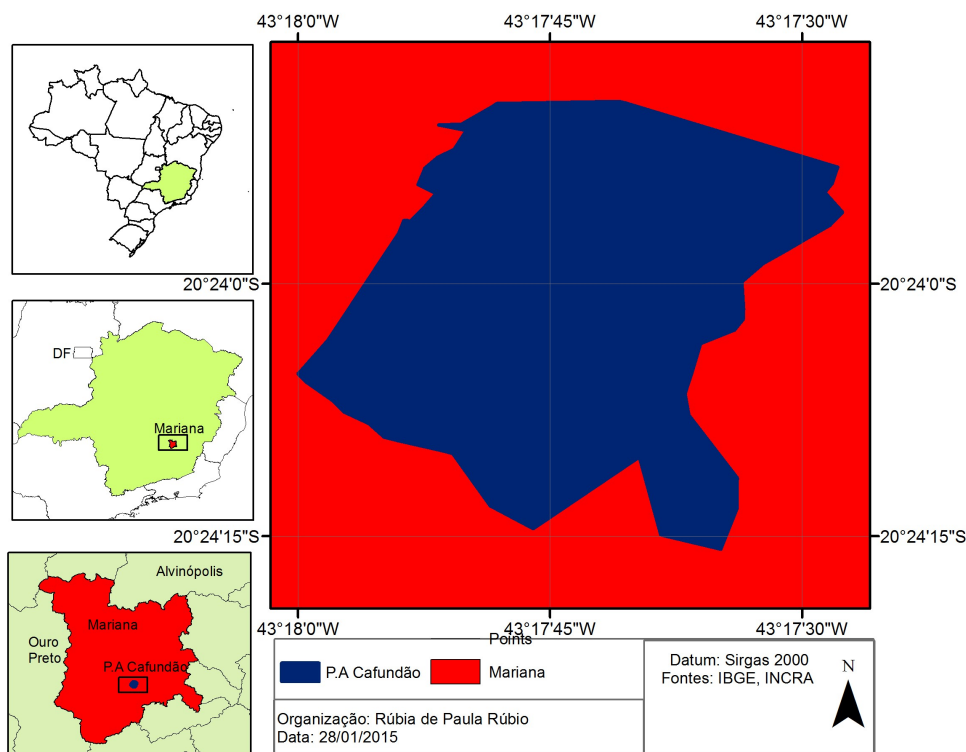
também se dedica à produção de alimentos para subsistência em hortas próprias, à criação de galinhas, e trabalham em fazendas próximas ou em firmas e lojas na sede do município, em Mariana.

Verificou-se, a partir dos mencionados estudos, uma certa tendência dos e das jovens retornarem ao assentamento na constituição de uma família própria, onde dedicam-se à construção de uma casa nos arredores do lote dos seus genitores, o que reformula a divisão oficial dos doze lotes que compõem a origem do assentamento, conforme croqui realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, expresso pela figura 02.

A partir dos estudos, foi percebida a importância do saber-fazer panela como mecanismo de validação de pertencimento, o que fora considerado na efetivação da política nacional

Figura 1-
Localização do
Projeto de
Assentamento (PA)
Cafundão em
Mariana-MG, Brasil

Fonte: Organizado
pela autora, 2015



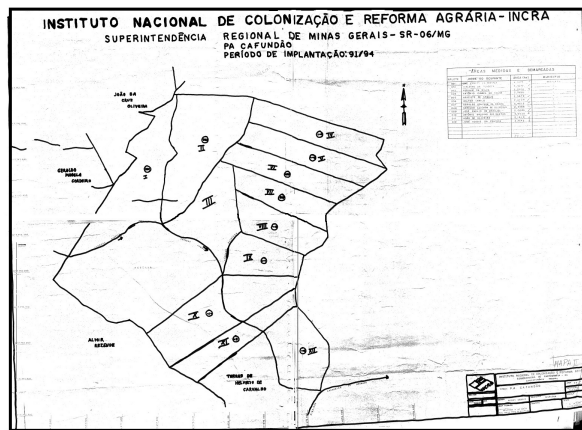
Em estudos realizados por esta mesma autora, quais sejam Rúbio (2012; 2015), mediante a ausência de outras referências acerca da história do assentamento Cafundãoⁱ; foi verificada que a reprodução na terra se dá por meio principal e peculiar de torneamento de bloco metamórfico rochoso (esteatito), conhecido como pedra-sabão. Este assentamento, originalmente criado com doze famílias em quarenta e oito hectares (nestes 48ha, inclui-se a reserva natural obrigatória por se tratar de mata ciliar de afluente do rio brumado); possui como atividade principal (em termos de rentabilidade econômica e mobilização coletiva) o torneamento artesanal de pedra-sabão na fabricação de painéis e demais utensílios. Possuem, para tanto, uma cooperativa. Cada uma das famílias

nestas terras (e não em outras destinadas para tal fim). O saber-fazer panela é exposto, em todas as conversas com os assentados, e principalmente com os assentados homens, como comprovação de que pertencem, há muitas gerações, a estas terras. E, por isso, seriam deles por direito. Ao indagar há quanto tempo se faz panela naquela região, a resposta comum é de que se trata de algo tão antigo, que poderia se chegar em povos indígenas. Neste sentido, o saber-fazer panela se vincula a uma construção de identidade coletiva validada pela memória do saber-fazer: e a isso está se chamando neste artigo de saber local, em consonância com Geertz (1997) e Santos (1999).

Neste sentido, enquanto problema que se impõe, tem-se: este saber local pautado no saber-

fazer painéis contribui de que forma à ativação do patrimônio-territorial, no sentido teorizado por Costa (2016; 2017)?

Figura 2- Croqui realizado pelo INCRA da divisão dos lotes das doze famílias que compõem o reconhecimento público do PA Cafundão



Fonte: Documento realizado pelo INCRA em 1994. Acervo da autora, 2015.

Esta discussão foi brevemente apresentada no *I Colóquio Latinoamericano sobre Urbanización y Patrimonialización* (I CLUP)ⁱⁱ, onde a abordagem resumia-se à relevância do patrimônio-territorial para a denúncia da violência estrutural no que concerne à distribuição fundiária brasileira, bem como para a valorização da base existencial de sujeitos que sobrevivem no/do campo. Reiteirou-se em mesa-redonda, na ocasião do *I Seminário Latinoamericano Cidades, Território e Memória*ⁱⁱⁱ, a necessidade de ampliação analítica do caso dos assentados do Cafundão à luz da construção teórico-metodológica do patrimônio-territorial.

Neste sentido, objetiva-se, por meio deste artigo, revelar a importância do saber local enquanto mecanismo de ativação do patrimônio-territorial, através da análise da história de luta pela terra dos assentados do Cafundão, por meio da releitura de estudos realizados, quais sejam Rúbio (2012; 2015). Sabe-se que esta análise possui ainda caráter denso e propositivo. Propõe-se, por meio deste, compartilhar aberturas analíticas, que oferecem uma gama de possibilidades para aprofundamentos e sistematizações-artigos, o que corresponde à trajetória de dedicação da autora em seus próximos trabalhos.

Porquanto, irá se dialogar através deste artigo sobre a questão de terras no Brasil, que se pauta num bimodalismo que prioriza o aspecto agrícola em detrimento da questão agrária, e que constitui a forja da historicidade da concentração fundiária brasileira. Este diálogo será feito com o intuito de contextualizar os sentidos atinentes à reivindicação pela implementação da política de

reforma agrária, e o Cafundão se insere neste contexto. Já na segunda parte, irá se aprofundar nas peculiaridades que envolvem a luta pela terra do Cafundão, que se trata de um lugar antes de se tornar assentamento, e de que forma a memória coletiva da luta contribui à defesa e validação deste pertencimento, por meio de seu saber local. Posteriormente, irá se discorrer sobre o vínculo diferenciado destes assentados com a terra por meio do saber-fazer painel que emerge enquanto saber local, que fornece elementos para que se interprete à luz da proposta teórico-metodológica da ativação do patrimônio-territorial.

2. A contextualização da reforma agrária, mediante a historicidade da desigualdade de terras no Brasil

A história de luta pela criação do Projeto de Assentamento (PA) de Reforma Agrária Cafundão está vinculada à historicidade da desigualdade de terras no Brasil, denunciado por Vinhas (1972), Prado Junior (1981), Veiga (2003a, 2003b), Silva (2001), dentre outros. Tais autores destacam elementos como a desigual distribuição e acesso, que nutre o que se entende como historicidade da desigualdade fundiária brasileira, que dá sentido de existência aos movimentos sociais pelo acesso a terra. Esta análise é realizada por Rúbio (2015), que enfatiza que as significantes em torno da questão da terra no Brasil poderiam contribuir à compreensão das motivações da luta pela, na e por consequência da terra.

Para Del Priore e Venâncio (2006), a questão de terras no Brasil é tratada de forma a criminalizar os movimentos que reivindicam o acesso a terra, e de forma a enfatizar a necessidade de sua mecanização e modernização. O que respalda no diferencial tratamento das questões agrária e agrícola brasileira (Rúbio, 2015), que possui raízes no processo civilizatório instituído no Brasil (Sparoveck, 2003; Costa e Suzuki, 2012) e na América Latina, e nutre a desigualdade socioespacial sobre a qual se constrói o espaço brasileiro. Processo esse que, por meio de uma ideologia espacial que se executa através de variantes estéticas^{iv} pautadas nos ideais de progresso, modernização e integração territorial; pôs em comunhão as elites agrárias e as urbanas em diferentes momentos da história brasileira (Costa e Suzuki, 2012).

A comunhão entre as elites garante o favorecimento da concentração fundiária na historiografia brasileira, conforme denunciam alguns autores. Para Prado (1981, p.22), “os grandes proprietários e fazendeiros, lavradores

embora, são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização da terra constitui um negócio como outro qualquer”. Por sua vez, “[...] do outro lado, para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível” (Prado, 1981, p. 22). Além disso, a amplitude da questão da terra ultrapassa os chamados espaços rurais^v. Isto por que, “compreende-se que a historicidade do acesso a terra perpassa todas as formas de construção, apropriação e representação do espaço, pois está intrincada à história de construção do próprio país, sejam estas formas conceituadas como urbanas ou como rurais” (Rúbio, 2015, p. 67).

Para Del Priore e Venâncio (2006, p. 203), há permanências e rupturas ao analisar a história brasileira, que revela um movimento de estruturação concentrada de hierarquias sociais e de riqueza coletiva, que não seriam rompidas somente com decisões de um grupo específico, estando intrincadas à construção socioespacial do país. Ao traçar um panorama de movimentos populares com reivindicações ao campo brasileiro, são percebidos que estes são ampla e historicamente associados ao discurso de seguridade nacional, o que gera a criminalização da causa, inclusive em imaginário social, e aumenta a urgência da efetivação da política pública de reforma agrária.

Veiga (2003b), ao analisar o espaço brasileiro à luz do Censo Agropecuário de 1955, aponta não ser nada obsoleto questionar a estruturação agrária brasileira já que ela indica estar em detrimento de um favorecimento profundo da questão agrícola, mesmo no processo de modernização urbano-industrial. Para o autor, “no Brasil foi a grande exploração agromercantil, de base territorial necessariamente extensa, que figurou no centro das atividades rurais na generalidade de suas regiões e zonas geoeconômicas” (Veiga, 2003b, p. 117- 118), o que cria o bimodalismo entre a monocultura exportadora e a secundarização das atividades rurais. Isto é, para Veiga (2003b), tem-se a construção histórica que forja a monocultura exportadora como setor principal, que abrange mais de três quartos de toda a área cultivável no Brasil, além da canalização de investimentos; e o outro quarto restante compõe o que se defende como setor secundário composto por trabalhadores e famílias rurais, que ocupam as manchas de solo de pior qualidade.

Contudo, Silva (2001) chama a atenção ao fato de a separação entre a questão agrária e agrícola, que se unem numa única questão de terras que baliza a construção espacial brasileira, se opera em nível de análise. Assim, “essa separação entre questão agrária e questão agrícola é apenas um

recurso analítico. É evidente que na realidade objetiva dos fatos não se pode separar coisas em compartimentos estanques” (Silva, 2001, p. 10). Percebe-se tomadas de decisão burocráticas e complexas, inclusive no que concerne à revisão da jurisprudência agrária (Rúbio, 2015), que tendem a priorizar a questão agrícola em detrimento da questão agrária, e que se operam no campo brasileiro, o que dá essa forma estrutura-bimodal, percebida por Veiga (2003b).

Este bimodalismo nutria a diferença de tratamento entre a questão agrícola, com viés essencialmente produtivo visando ao mercado financeiro mundial, às decisões macroeconômicas, à modernização industrial e à lucratividade; e a questão agrária, no sentido de inscrever a desigualdade ou a negação do acesso enquanto marco estrutural que revela a historicidade da concentração fundiária brasileira. Além disso, fortalece a importância da efetivação da política pública que, lentamente, vem num processo de empreender o acesso a terra por meio da criação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária^{vi}, dentre outros arranjos ^{vii}. Esta expressão do diferenciado tratamento fomenta o que se chama de historicidade da concentração de terras no Brasil que dá sentido de ser a uma política de assentamento de reforma agrária, como medida mitigadora de mal-estares que decorrem desse bimodalismo, enquanto marca estrutural brasileira.

A reivindicação da política de reforma agrária passa a significar, portanto, uma via institucionalizada da promoção do acesso a terra, onde o assentamento Cafundão integraria este amplo contexto. Contudo, haveria sentidos nessa luta pela terra específica, de forma a não somente almejar o acesso a uma gleba a ser indicada pelo poder público ao cumprimento de sua função social.

A indagação acerca do que fariam se o INCRA tivesse orientado que eles fossem para outras terras senão estas, é respondida com um silêncio profundo, seguido da menção de que teriam que pegar suas coisas e ir, por que é lá que eles reservaram pra nós. O ser-assentado emerge amplamente enquanto garantia do acesso a terra, bem como a ratificação da legitimidade de que uma família é dali originada, herdeira e, por isso, o Cafundão era lugar antes de ser assentamento [...]. As terras do Cafundão, enquanto lugar, servem para justificar o porquê da decisão em resistir e recorrer ao INCRA. Há menções de que eles nunca quiseram briga. A busca por legitimar-se na terra é encarada enquanto via que se recorren para garantir suas permanências, a reprodução de si mesmos, a defesa de poder-ser, e isto é também identidade. (Rúbio, 2015, p. 211).

Neste sentido, o Cafundão emerge enquanto território de luta à defesa do lugar – que possui memória, vínculos, saberes e vidas ligadas a esta

terra específica, e que se expressam por meio do saber local.

3. A luta pelo Cafundão: da memória coletiva à defesa do lugar.

A memória da luta^{viii} pela criação do assentamento Cafundão fora sistematizada por Rúbio (2012; 2015) através de narrativas dos assentados em diálogo com fontes documentais e reflexões teóricas que contribuem à análise contextual. Para esta autora, a periodização que poderia descrever cronologicamente quando se iniciou a petição pelas terras do Cafundão é terreno difuso e inapreensível, pois está profundamente associado à memória coletiva do assentamento Cafundão (expresso nas narrativas) e de seus membros que participaram ativa e politicamente do processo de reivindicação. Mencionar um começo teria que ser admitido somente como marco simbólico de luta.

Além disso, salienta-se que o Cafundão já era lugar antes de se territorializar em assentamento. Isto porque, a história de luta dessas pessoas ultrapassa os momentos de tensões e violências, que serão a seguir expostos, e incorporam a luta cotidiana característica de quem vive, trabalha, e sobrevive da terra. Neste aspecto, percebe-se como crucial que o saber-fazer panela se expressa como eixo de ligação íntima com a terra, que foi sensivelmente considerado na efetivação da política pública de criação do assentamento. Para Rúbio (2015), a memória da luta estaria, portanto, profundamente associada ao tensionamento que tentou expropriar não somente a própria terra, enquanto sobrevivência oriunda de sua função social, como também tentou arrancá-lhes a própria existência material – dadas as consequências que qualificam uma tentativa de crime contra estas pessoas; e subjetiva, já que é a base de construção memorial (e, por isso, identitária) destas famílias, que se expressa através da defesa do saber local.

Narrativas que relatam uma sequência de conflitos, inclusive armados, marcam o final da década de 1980 e início de 1990, quando começa a operar em 1994 as diretrizes de compra da terra pelo INCRA para destinar à implementação da reforma agrária. As narrativas dos assentados e as fontes documentais relacionadas às esferas de governança federal, municipal e jornalísticas (reunidas por Rúbio, 2015), retratam a tensão estabelecida entre os posseiros – assim, então, eram chamados –, um fazendeiro ambicioso local, e a posse jurídica das terras em nome da Igreja católica. Neste cenário, um sindicato minerador local reforça o mecanismo importante da

resistência na terra, que culminou na forma de um acampar sob lonas, em meio às suas próprias casas, como forma de pressionar a execução da política. A relação destes com movimentos propriamente do campo, tal como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), se deu em fase já de criação e consolidação do assentamento.

Todo este tensionamento se faz presente nas narrativas dos assentados acerca de sua própria história de luta, e percebeu-se que estas são instigadas (enquanto mecanismo mnemônico) pelas cercas. Para Pollak (1989, p. 5), “a memória é assim guardada e solidificada nas pedras”. Abre-se parênteses à interpretação de que as cercas servem de marco territorial de memória. Isto porque, as cercas (onde estão ou já estiveram), ultrapassa os terrenos de servir de cercamento de uma propriedade, e adentra a construção das próprias narrativas de luta, através de processos de negociação de memória individual e coletiva, do rememoração das tensões da luta pela terra, e da lembrança de toda uma vida vivida e projetada nestas terras, conforme percebido pelo relato que se segue.

Deparou-se com uma situação mediante a placa de entrada da Fazenda Cafundão encontrada durante a Travessia. Ao indagar o senhor A. acerca de quem colocou aquela placa, que está no ponto mais baixo da vertente, ele responde que foi alguém [que] pôs isso aí. Pediu-se para que ele ficasse mais perto da placa, para que uma foto fosse tirada marcando a entrada do assentamento. Sem mover os pés, ele, que estava há uns 20 metros vertente acima, grita que a foto tinha que ser tirada lá, e não aí. Tirou-se a foto da placa sozinha, e encaminhou-se na direção do senhor A. A foto que ele queria foi tirada, e só se percebeu posteriormente a importância desta. Confirmou-se, também, a partir desta ocasião que a cerca descreve um marco de território. (Rúbio, 2015, p. 215-216).

A mencionada fotografia requisitada pelo senhor A corresponde à figura 3, a seguir:

Figura 3- Cerca que marca, para o senhor A, membro anfitrião, o início do assentamento

Figura 52: Cerca, à esquerda, que marca para o senhor Adão o início do de pesquisa (2014).



Fonte: Acervo da autora, 2015

Conforme o relato anterior e de sua representação por meio da figura 3, a cerca oportuniza a revelação de elementos que integram o processo de construção da memória coletiva da luta, na medida em que, a partir dela, se opera uma reivindicação pelo registro fotográfico que valide a narrativa dessa história. Uma placa de identificação colocada por um terceiro emerge, portanto, como estrangeira à memória da história de luta, que possui na cerca o seu marco territorial, de lembrança, rememoração e validação de memória. Para Seemann (2003), a construção de espaço reclama por memória, ao mesmo tempo em que a memória requer espaço para que se edifique. Neste sentido, as cercas servem de incentivo de memória à construção espacial do assentamento Cafundão, e contribui à reconstrução dos fatos seguindo uma sequência não balizada em anos, e sim em sua movimentação física e mnemônica – o que grava o aspecto territorial da formação da memória.

A este respeito, Pollak (1989) dialoga sobre a formação de uma memória coletiva pautando-se em aspectos reificados e coercitivos, através de sua dimensão institucionalizada que garante durabilidade, continuidade e estabilidade a um grupo. Neste sentido, as narrativas de luta pela terra dos assentados do Cafundão se convergiram numa história construída, negociada e validada como aquela passível de perpetuação e registro. Por este motivo, imprimiria também aspectos coercitivos às demais versões individuais da luta que é de difícil acesso e de reconhecido limite aos estudos geográficos realizados.

Mas, Pollak (1989) também destaca a adesão afetiva a uma memória coletiva, o que forja as comunidades afetivas, e infere sobre a associação da formação das memórias aos mecanismos de identificação, o que respalda na construção de identidades coletivas. Para este autor, a formação da memória coletiva se dá via processo de negociação, entre a individual e a coletiva, e entre a coerção e a adesão. No tocante a esta questão, Halbwachs (1990) defende a natureza estritamente individual da memória, uma espécie de intuição sensível, e a caracteriza como base da lembrança. Essa dimensão reforça que as memórias sejam particulares, a despeito de parecido contexto formador de memória, que neste caso reside na luta pela terra do Cafundão. Mas ressalta que a memória coletiva se forma via negociação, entre as memórias individuais e coletivas, seguindo-se os preceitos de adesão. Por a memória coletiva ser resultado de negociação, conteria elementos de negociação de processos de adesão e de identificação, o que o autor aponta se tratar da identidade, e estariam em constante construção.

Nas negociações que forjam a memória coletiva estariam expressas, desse modo, os

processos de identificação que, segundo Pollak (1992), associam-se àqueles em torno da construção da identidade coletiva. Para este autor, os elementos que pertencem à construção social da identidade se relacionam à unidade física, que se refere ao sentimento de pertença a um grupo; à continuidade temporal, ou seja, a resistência ao tempo; ao sentimento de coerência que está na reunião de elementos que caracterizam os indivíduos; e à ratificação do Outro, como forma binária de também se assumir enquanto Eu, pois “ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros” (Pollak, 1992, p. 205). Portanto, é imperativo considerar que os processos formadores de memórias e de identidades em suas extensões coletivas absorvem as especificidades e complexidades que são inerentes e que norteiam a análise de fenômenos sociais específicos, que nesse caso é a luta pelo assentamento. Irá se perceber como o saber-fazer pautado emerge como mecanismo de validação do pertencimento a esta terra, que legitima, para estes assentados, o sentido de se lutar pelas terras, pois *eles nunca quiseram briga*. Além disso, a leitura deste saber-fazer enquanto saber local oportuniza que se apreenda o Cafundão enquanto lugar, antes de ser assentamento.

Porquanto, a criação do assentamento enquanto forma institucionalizada de garantir a vida no lugar Cafundão também atuou como solução ao conflito empreendido pela expansão da cerca do fazendeiro, em detrimento da expulsão daqueles que são hoje assentados. Rúbio (2015) inclusive conclui que houve uma criação de uma identidade coletiva expressa na identificação com o ser-assentado como forma de garantir a memória coletiva da luta e a validação de origem e da sobrevivência nestas terras do Cafundão. Ocorre a incorporação do ser-assentado que foi percebida na forma como estes se apresentam: como assentados de reforma agrária. E isso ocorre, a despeito de a memória da cerca revelar que o lugar-Cafundão se expandia para além do cercamento oficial do assentamento. Isto porque, na criação do assentamento, criou-se também uma concordância coletiva (através do ser-assentado) com o tamanho das novas terras, que possui 30% a menos do que a antiga ocupação que antecede o conflito, sem contar a área de proteção ambiental obrigatória que agora se faz presente e aumentaria essa cifra.

Contudo, a luta pela terra não termina na criação do assentamento. Para Salcides e Alves (2011), a luta não se esgota na terra: são tensões na/da terra, e ela continua na tentativa de nela permanecer e dela sobreviver. O assentamento Cafundão convive com tensões atreladas à expansão de novos modelos urbanos de habitação na região (figura 04), que vem alterando a forma de

ocupação rural local, pautada em casa simples, de telhado único, com horta e cercada por vegetação cerrado (figura 05).

Figura 4- Exemplo de casa construída em condomínio na região que possui telhado evidenciado, estilo europeu



Fonte: Acervo da autora, 2015

Figura 5- Modelo de moradia que se faz presente no assentamento Cafundão



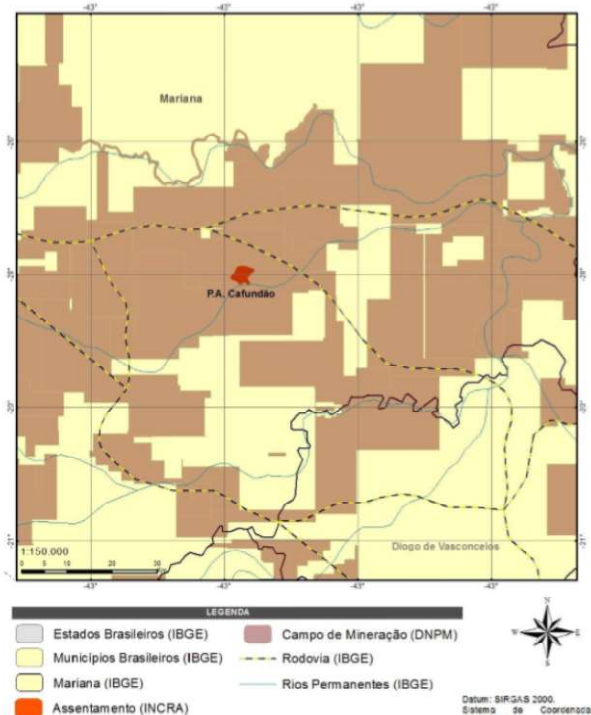
Fonte: Acervo da autora, 2015

Bem como, a sua produção artesanal de painéis convive com uma produção industrial no mesmo distrito. Segundo o Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC-MG, 2006), há registradas empresas que trabalham com a lapidação industrial do esteatito há pelo menos 60 anos nesta região. Inclusive, há uma liderança local, ex-vereador por quatorze anos, que possui a sua própria usina de geração de energia, atua na lapidação em fábrica e também na extração de blocos rochosos, produz (para o ano analisado) cerca de duas mil painéis por dia, e ainda investe na expansão turística por meio da internacionalização da pedra-sabão, com investimentos em hotelaria. Ainda segundo o

relatório realizado pelo CETEC-MG (2006), há uma tensão criada pelas empresas mineradoras no que concerne à concessão da lavra de esteatito, o que dificulta e encarece as produções artesanais, tal como realizado pelo assentamento Cafundão. Conforme este relatório, o assentamento, que se une numa cooperativa, se defronta com uma tensão pela matéria-prima, que tem sido monopolizada por grandes empresas mineradoras, o que ocasiona o encarecimento dos blocos e a diminuição significativa das vendas aos assentados.

Para Sevá (2010, p. 3), é fenômeno comum em municípios que possuem a mineração como matriz econômica principal a tensão existente entre as escalas de produção: grandes mineradoras versus lavras familiares locais. Para este autor, trata-se da “trajetória de um povo enquadrado à força, desde a escravidão, na formação capitalista brasileira. Mina grande, conflitos gerais”. Assim como, Rúbio (2015, p. 206) observa ser “este é o caso do município de Mariana, e especificamente do distrito de Cachoeira do Brumado onde convivem as extrações da Anglo Gold com aquelas de cooperativas e empresas já consolidadas no distrito e na exportação de painéis e, ainda, aquelas pautadas no trabalho familiar, como é o caso dos assentados do Cafundão” – demonstrado pela espacialização da atividade mineradora através da figura 6 abaixo.

Figura 6- Localização do PA Cafundão em terras circundadas pela atividade mineradora



Fonte: Organizado pela autora, 2015

Por este motivo, a luta pela terra por meio da criação do assentamento extrapola, inclusive, o contexto mais amplo de uma luta pelo acesso a terra, pelo direito de fazer cumprir a sua função social. Tratou-se de uma reação popular, reconhecida por política pública, de reivindicar o direito a si mesmo, demonstrado pela requisição de permanecer no Cafundão e de resistir através do saber-fazer panela. E, por isso, a efetivação da política de criação de assentamento de reforma agrária, que tem sido cada vez mais desconstruída no cenário nacional ^{ix}, garante não só o cumprimento da função social da terra, com a ampliação minerária deste vínculo, como também concede vida material e subjetiva aos assentados do Cafundão, por meio da validação de seu saber local e do reconhecimento do seu lugar.

4. O vínculo com a terra por meio do saber local: mecanismo de ativação de patrimônio-territorial

O lugar, para Santos (1999), é primordial enquanto espaço do acontecer solidário. Este autor destaca o papel da universalidade empírica enquanto ponte entre a teorização (das ciências) e os lugares de realização do mundo, e nisso reside a ideia da consideração do saber local. Para Santos (1999, p. 17), o saber local forneceria uma “melhor compreensão da problemática do território nesta era da globalização”, isto porque este saber “tem de ser devidamente considerado produtor dos discursos do cotidiano e da política.” E completa:

[O] saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais. O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política. Por conseguinte, o expert de fora vem como aquele que atifa a brasa como um fole. E tem que ir embora. Tenho cada vez mais consciência de que há necessidade de se fortalecer a produção desse saber local e, no caso brasileiro, de apoiar a multiplicação da Universidade, sobretudo de mestrados, para a geografia brasileira. (Santos, 1999, p. 21)

Numa espécie de resposta a uma produção de conhecimento limitadamente técnico e interventor hierarquizado no território, que desconhece sua limitação e proclama o saber encontrado (ou não percebido) de senso comum; Santos (1999) ratifica a horizontalidade do saber local, pois é construído no território usado, se “retotaliza” nele, e está conectado ao saber global de forma diferenciadamente política. O que norteia

que se considere o vínculo que os assentados do Cafundão possuem com a terra através do torneamento de esteatito, expresso no saber-fazer panela, enquanto um saber local propriamente dito: resguarda tanto uma noção de cotidiano, que cria o lugar Cafundão, como a prática política que reivindicou, com luta, esta terra.

O saber-fazer panelas, assumido enquanto saber local, extravasa o aspecto produtivo de gerador de renda e ocupação, e atinge uma noção de construtor de pertencimento, de afirmação de si mesmo na terra, de instigador da construção de identidades por meio da memória do saber-fazer. Assim como, expressa-se enquanto força capaz de remodelar peculiarmente a aplicação da política pública de reforma agrária, de forma a assumir o singular vínculo com a terra (que considera, mas ultrapassa o cultivo e assume o minerar e o tornear), e exige mecanismo de ajustamento dos programas de assistência técnica de forma a atendê-los. Esta reivindicação política se expressa e se concretiza por meio da construção de um galpão de torneamento onde trabalham, na criação da cooperativa, e na assistência técnica continuada atrelada ao aprimoramento do saber-fazer, conforme demonstrado a partir da figura 7.

Para Geertz (1997, p. 330), o saber local, também interpretado como conhecimento local, vai além da produção de conhecimento localizado ou típico de um grupo, e é assumido como “formação cultural da vida humana”. Expressa-se na compreensão do significado que é construído e que também intervém na construção social percebida. Desta forma, o saber-fazer panelas ou a jurisprudência agrária representariam, cada um da sua forma, elementos substanciais e contextuais de análise enquanto construtores socioespaciais, e forjados no processo histórico. O saber local é “local não só com respeito ao lugar, à época, à categoria e variedade de seus temas, mas também com relação a sua nota característica - caracterizações vernáculas do que acontece ligadas a suposições vernáculas sobre o que é possível” (Geertz, 1997, p. 325). Esta visão interpretativa de Geertz (1997) é dialógica à proposta de Santos (1999), e terreno fecundo para se pensar no patrimônio-territorial, na medida em que se configura numa forma de valorar práticas situadas, no sentido dado por Costa (2017). Para este autor, o patrimônio-territorial “nas cidades e no campo, emerge como alternativa real de valoração dos subalternizados da história continental [de América], identificando-os com os bens culturais instituídos e não instituídos, sendo possibilidade (mas não obrigatoriedade) a geração de renda local” (Costa, 2017, p.55).

Figura 7- No sentido horário: Sr. N. demonstrando como realiza manualmente a colocação de alças nas tampas de cada panela. Blocos rochosos prontos para o torneamento. Panelas prontas para venda, através de atravessadores, feiras de reforma agrária e eventos de produtores rurais. Panelas estruturadas, prontas para receber o aprimoramento de alças de cobre.



Fonte: Acervo da autora, 2015

Neste sentido, identificar e valorar o patrimônio-territorial emerge como possibilidade situada de reivindicação política.

O patrimônio-territorial é uma chave, uma reação e uma resposta à 'patrimonialização global'; possibilita, por meio de uma concepção espacial mais totalizante da cultura, dismantlar, pelas periferias, os efeitos da modernização e da colonialidade no continente: valora homens, mulheres e crianças humilhados por preconceito de origem econômica, racial/ étnica e tóxico-espacial. (Costa, 2017, p. 73).

Neste sentido, o reconhecimento que os assentados do Cafundão possuem de seu próprio saber local atrelado ao saber-fazer panelas, e a importância verificada deste saber à luta cotidiana pelo lugar-Cafundão, revela-se enquanto ativação do patrimônio-territorial, enquanto “possibilidade de anular estigmas e preconceitos sociais, bem como é estímulo a pensamentos e a práticas situadas”. O que converge com a ideia de um utopismo patrimônio-territorial enquanto resistência à colonialidade, proposto por Costa (2016).

O utopismo primordial do patrimônio-territorial está no rompimento com a originária colonialidade eurocêntrica, regional e provinciana de modernidade, cuja atribuição de explicação está em fenômenos restritamente intra-europeus, ou seja, a modernidade não assumiu significado mundial a priori. O patrimônio-territorial quer resgatar, localizar, dar sentido moderno à América Latina e sentido mundial à modernidade, pois, concretamente, fala-se em história mundial com a operação do sistema-mundo, do qual o continente foi baluarte, desde fins do século XV. (Costa, 2016, p. 6)

A luta pelo Cafundão, enquanto reivindicação pelo seu próprio lugar, pelo poder-ser, se defronta com a desigualdade socioespacial que baliza a distribuição fundiária brasileira, e se apropria de forma peculiar de política pública, como forma de defesa de sua singular maneira de relacionar-se com a terra. O saber-local, representado no saber-fazer panelas, representa profundamente uma luta pela existência material e subjetiva, e amplamente um mecanismo de resistência à colonialidade, expresso também no espaço-tempo diferenciado do minerar que se dá

pela via do trabalho artesanal, que fora percebido na recusa à incorporação total da mecanização do trabalho. O torno elétrico que padronizaria os utensílios lapidados é utilizado somente para a confecção de tampas. As panelas que decorrem da lapidação de blocos são singulares, na medida em que cada bloco rochoso apresenta uma característica que determinará o tipo e a estética da panela produzida. Esta lógica baliza o torneamento de blocos numa produção essencialmente artesanal e familiar (figura 8).

Figura 8- Torno que fora recebido em programa de Arranjo Produtivo Local, mas que é utilizado somente para a realização de tampas de panela. A padronização industrial das panelas é recusada mediante a pluralidade que cada bloco rochoso oferece ao torneamento singular de cada panela e, por isto, trata-se de produção essencialmente artesanal.



Fonte: Acervo da autora, 2015

Assim, a identificação do saber-local atrelado ao saber-fazer panelas fornece subsídios não só para entender o sentido e a profundidade dos significados na luta pelo Cafundão, como também oportuniza compreender a peculiaridade da construção espacial destes assentados, através da ratificação cotidiana de seu vínculo com a terra. Desta forma, a consciência de seu próprio saber local, percebido na afirmação constante de que *se sabe fazer panelas é por que se é dali*, é identificado como ativador de seu patrimônio-territorial, pois é o que estimula a permanência na terra, seguindo lógicas diferenciadas em relação às construções espaciais que os rodeiam e pressionam e, por isso, também é resistência.

Desta forma, o saber local vinculado ao torneamento do esteatito configura-se em mecanismo de ativação do patrimônio-territorial, através de uma luta que é popular (Costa, 2016; 2017) e inerente à desigualdade estrutural fundiária instituída pelo processo civilizatório na América

Latina (Quijano, 2002; Moraes, 2000; Galeano, 1978). E que fora sancionado por política pública brasileira, por meio da reação e mobilização que o pertencimento à terra (validado pelo saber local) instigou e fez desmantelar os efeitos da modernização urbano-industrial que vem avançando no entorno.

Se fez necessário tornar-se assentado de reforma agrária do Cafundão como forma de reconhecimento de pertença, como maneira de garantir o acesso à própria terra legitimado por política pública que observa a sua especificidade (re)produtiva, e enquanto maneira de validar as narrativas em torno do saber-fazer panelas que baliza o saber local. Desta forma, o caso do assentamento de reforma agrária Cafundão (Rúbio, 2015; 2012) foi analisado à luz do patrimônio-territorial (Costa, 2016) que é percebido estando ativado (Costa, 2017) por meio de seu saber local (Santos, 1999; Geertz, 1997).

5. Conclusão

A história de luta pela criação do Projeto de Assentamento (PA) de Reforma Agrária Cafundão está vinculada à historicidade da concentração fundiária brasileira, que dá sentido de existência aos movimentos sociais pelo acesso à terra. Como também, descreve particularmente uma luta pela efetivação de uma política brasileira específica, de forma a reconhecer a posse desta mesma terra – que já era lugar de vida há gerações – no âmbito de pressões imobiliárias e minerárias que a circundam. Singulamente, a luta do Cafundão retrata o reconhecimento político do saber local (torneamento do esteatito em produção artesanal) como principal vínculo (re)produtivo (n)às terras do Cafundão, o que garante a sobrevivência destas famílias e nutre a validação de suas narrativas de pertencimento.

O saber local destes assentados, que o vincula não só à terra, mas ao lapidar enquanto espaço-tempo de sua existência, desnuda a sua resistência perante a engrenagem universal capitalista, o que reverte de certa forma o *território de exceção* (Costa, 2017). Assume-se enquanto resistência na medida em que se defronta ao processo civilizatório que forja o espaço latino-americano sob o signo da subalternidade e do controle do trabalho, expresso nas desigualdades socioespaciais, dentre elas a concentração fundiária.

O destaque do saber local destes assentados, baseado no torneamento do esteatito à produção artesanal (donde destaca-se as panelas de pedra), fez-se necessário por meio deste artigo, pois se configura em mecanismo de ativação do patrimônio-territorial, o que lança luz sobre a luta

popular que forja o assentamento Cafundão como defesa de seu lugar. Assim, esta ativação é percebida estando associada ao saber local através da validação de pertencimento a esta terra reconhecida por meio da implementação da política de assentamento, que também considera a relação diferenciada destes com a terra; a narrativa do saber-fazer pautada vinculada indistintamente ao saber local; a identificação com o ser-assentado enquanto forma de manutenção da memória da luta e da projeção do assentamento associado ao torneamento do estatuto. E, enquanto utopismo patrimonial-territorial (Costa, 2016), identifica-se um possível espaço-tempo diferenciado do minerar, que resiste à degenerante colonialidade.

Desta forma, pretendeu-se, neste artigo, destacar a importância da identificação, compreensão e valorização do saber local, que se desnuda enquanto mecanismo de ativação do patrimônio-territorial, à luz da luta pelo lugar Cafundão dos então assentados de reforma agrária. Este artigo suscita debates mais aprofundados, que deverão ser realizados pela autora e demais interessados.

6. Referências bibliográficas

- Cetec-MG. (2006). Avaliação das Condições Existentes para a Estruturação do Desenvolvimento Regional Auto Sustentado, baseado na Metodologia de APL's, nos Municípios de Ouro Preto, Mariana e Catas Altas da Noruega (MG). *Relatório técnico*: Belo Horizonte, Responsável técnico: Rodolfo Koeppel, 53p.
- Costa, E. Suzuki, J. (2012). A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XVI, nº 418 (6), 1 de noviembre de 2012. Recuperado de: www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-6.htm
- Costa, E. B. (2016). *Utopismos patrimoniais pela América Latina - resistências à colonialidade do poder*. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. v. 1. p. 1-30. Recuperado de: www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf
- _____. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 26 (2): 53-75. Recuperado de:
- <http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>
- Del Priore, M. e Venâncio, R. (2006). O MST e o agronegócio. Capítulo 12. In: *Uma História da vida rural no Brasil* (pp. 204-215). Rio de Janeiro: Ediouro.
- Galeano, E. (1978). *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeano Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Estudos Latino-americanos, 2005.
- Geertz, C. (1997). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. - Petrópolis, RJ: Vozes, 7ª edição, 2004.
- Halbwachs, M. (1990) *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Shaffter. São Paulo: Editora Vértice, 189p.
- Moraes, A. (2000). *Geografia, Capitalismo e Meio Ambiente*. Tese de Livre Docência: FFLCH-USP.
- Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos* (pp. 3-15), Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3.
- _____. (1992). Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos* (pp. 200-212), Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10.
- Prado Jr., C. (1981). *A Questão Agrária do Brasil*. Editora Brasiliense. 3ª Edição, p.192.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Revista Novos Rumos*, Ano 17, Número 37. Recuperado de: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2192>.
- Rúbio, R. (2015). *Memória e território: sociogênese da luta pela terra dos assentados do Cafundão (Mariana-MG)*, Repositório Institucional UnB, UnB-GEA, Mestre, Gestão Ambiental e Territorial, 229p. Recuperado de: repositorio.unb.br/handle/10482/20314
- _____. (2012). *Em busca de sombras que não obscurecem uma luta: narrativas de vidas espaciais dos assentados e assentamento Cafundão, Mariana-MG*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, Licenciatura em Geografia., 101p. Recuperado de: <https://geografiaifmg.wordpress.com/nogrfias/defendidas-2012/>
- Salcides, A. Alves Filho, E. (2011). A Reforma Agrária e a desconcentração de terra, de renda e de população. *Revista História Social*, v. 2, p. 173-192. Recuperado de: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/321/277>
- Santos, M. (1999). O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, No 2, p.

- 15-26. Recuperado de: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/sue/download/277/86>
- Seemann, J. (2003). O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 4/5, p. 43-53.
- Sevá, O. (2010). *Mina Grande Conflitos Gerais*. UFMG, Gesta, Texto Analítico, 27p. Recuperado de: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/textos-analiticos-do-mapa-de-conflitos-ambientais/?pesquisa-titulo=&pesquisa-autor=sev%C3%A11&pesquisa-ano=>
- Silva, J. (2001). *O que é questão agrária*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Sparovek, G. (2003). *A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras, Editora e Gráfica, 218p.
- Veiga, J. (2003a). O Brasil é menos urbano do que se calcula. In: *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula* (pp. 63-67). 2.ed. Campinas: Autores Associados.
- . (2003b). Herança de Caio Prado Jr. In: *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula* (pp. 117-120). 2.ed. Campinas: Autores Associados.
- Vinhas, M. (1972). *Problemas agrário-camponeses do Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Notas

ⁱ O assentamento Cafundão é retratado escassamente pela literatura, e as abordagens encontradas se relacionam a arranjos produtivos locais ou panoramas de desenvolvimento econômico, e por vezes é usado na comparação com outros localizados em Minas Gerais, tais como Salcides e Alves Filho (2011).

ⁱⁱ Refere-se ao I CLUP – Colóquio Latinoamericano sobre Urbanización y Patrimonialización, realizado na UNAM (Cidade do México, México), em março de 2017. Anais do Colóquio recuperado de: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22818/3/ANAI%20IER%20Coloquio.pdf>.

ⁱⁱⁱ Refere-se ao I Seminário Latinoamericano sobre Cidades, Território e Memória, ocorrido na Universidade de Brasília (Distrito Federal, Brasil), em março de 2018, com pesquisadores de quatro países latino-americanos. Recuperado de: ftp://ftp.unb.br/pub/download/GEA/Folder_Seminario.pdf

^{iv} Assume-se “as variantes estéticas” no sentido atribuído por Costa e Suzuki (2012), que consideram

enquanto “[...] elementos substanciais da sustentação da própria administração. Como estratégia, essas variantes estéticas são favorecedoras de uma ideologia espacial necessária não apenas para adjetivar, mas [que dão] sentido histórico e identitário a um Estado Nacional (COSTA e SUZUKI, 2012, p. 02)”.

^v Segundo Rúbio (2015), “Essa discussão merece maiores reflexões acerca do que se concebe como rural e urbano. Ela já está sendo empreendida em termos de índices e estatísticas [...], ou como são incorporados por imaginários ou descrevem modos de vida [...]. Convém destacar que interessante seria compreender de que forma estas imprecisas concepções contribuem para a formulação de ideários e de políticas ao longo da história de construção do país, já que as concepções de urbano e de rural certamente vem se movimentando com o mundo que reformula seus significados. Adquirem, portanto, ressignificações para além de ser somente dicotômicos, [...] ou de se configurarem enquanto gradações num continuum existente entre os pares de opostos urbano e rural [...]” (Rúbio, 2015, p. 67).

^{vi} Sobre o histórico de políticas públicas de reforma agrária, há uma revisão da literatura pertinente ao tema, bem como uma discussão sobre aspectos da jurisprudência agrária, em Rúbio (2015).

^{vii} Convém destacar haver outras tipologias de assentamentos, tais como Projeto de Assentamento Agro-florestal (PAF) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

^{viii} Luta não diria respeito a um evento, com início e fim, e sim abarcaria todos os processos, motivações e tensões que atuam como elementos pertencentes a um eixo temático enfocado, que aqui é a luta pela terra do Cafundão.

^{ix} A política de reforma agrária tem sido material e subjetivamente desconstruída e percebe-se que de forma mais intensa a partir de 2015, chegando a reduzir 94% a quantidade de famílias assentadas, segundo Repórter Brasil (2017):

Recuperado de: <https://reporterbrasil.org.br/2017/10/titulometro-e-cortes-no-incra-esvaziam-politica-de-reforma-agraria/>. Já a Carta Capital (2017), se pergunta: “O fim da reforma agrária? As alterações na lei que regula a aquisição de terras por estrangeiros e a MP sobre regulamentação fundiária representam o enterro do processo”. Recuperado de: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-fim-da-reforma-agraria>.

Arquitectura en el centro histórico de Ciudad de México: análisis del discurso en la convocatoria al Concurso del Anteproyecto Conceptual La Merced, 2013

Boris Vladimir Tapia Peralta¹

Raúl Salas Espíndola²

Mónica Cejudo Collera³

Miguel Hierro Gómez⁴

Resumen: En este artículo examinamos las representaciones de los sujetos involucrados en los procesos de intervención urbana del Centro Histórico de Ciudad de México, a partir del análisis de la convocatoria al Concurso del Anteproyecto Conceptual para el Plan Maestro de La Merced del 2013. El propósito es destacar las posibilidades que ofrecen las herramientas de análisis del discurso para estudiar el papel que cumple la producción de objetos arquitectónicos en la reproducción de las estructuras sociales de las que surge; en lo particular, interesan los mecanismos de exclusión de actores sociales, la asignación de roles y la construcción de sujetos discursivos a partir de entidades abstractas.

Palabras-clave: análisis del discurso; La Merced; Ciudad de México.

Arquitetura no centro histórico da Cidade do México: análise do discurso na convocatória do Concurso para o Anteprojeto Conceitual La Merced, 2013

Resumo: No presente artigo examinamos as representações dos sujeitos envolvidos nos processos de intervenção urbana do Centro Histórico da Cidade do México, a partir da análise do chamado para o Concurso para o Anteprojeto Conceitual para o “Plano Diretor La Merced” de 2013. O objetivo é destacar as possibilidades que oferecem as ferramentas de análise do discurso para estudar o papel desempenhado pela produção de objetos arquitetônicos na reprodução das estruturas sociais das quais ela surge; em particular, interessam os mecanismos de exclusão de atores sociais, a atribuição de papéis discursivos e a construção de entidades abstratas.

Palavras-chave: análise do discurso; La Merced; Cidade do México.

Architecture in the historic centre of Mexico City: discourse analysis in the announcement for La Merced Conceptual Preliminary Contest, 2013

Abstract: In this article, we examine the representations of the subjects involved in the urban intervention processes of the Historic Center of Mexico City, based on the analysis of the Call for Entries: La Merced Master Plan, of 2013. We emphasize that the tools of discourse analysis allow us to study the role played by the production of architectural objects in the reproduction of social structures; in particular, we are interested in the mechanisms of exclusion of social actors, the assignment of discursive roles and the construction of discursive subjects from abstract entities.

Keywords: discourse analysis; La Merced; Mexico City.



DOI: <https://orcid.org/10.26512/patryter.v2i3.22721>

Como citar este artigo: Tapia, B.; Salas, R.; Cejudo, M.; Hierro, M. (2019). Arquitectura en el centro histórico de Ciudad de México: análisis del discurso en la convocatoria al Concurso del Anteproyecto Conceptual La Merced, 2013. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (3), 90-103. DOI: <https://orcid.org/10.26512/patryter.v2i3.22721>

Recebido: 07 de dezembro, 2018. **Aceite:** 15 de fevereiro, 2019. **Publicado:** 04 de abril, 2019.

¹Maestro en Arquitectura y doctorando del Programa de Posgrado en Arquitectura de la Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM. Email: borista40@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8840-6915>

² Doctor en Arquitectura por la Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM. Email: rsalase48@comunidad.unam.mx. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4842-5847>

³Doctora en Arquitectura por la Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM. Email: cejudom@unam.mx. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4798-9595>

⁴Doctor en Arquitectura por la Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM. Email: miguelhg@unam.mx. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5248-0275>

1. Introducción

Quienes están involucrados en la práctica de la arquitectura por lo general redactan textos con varios propósitos: para abundar en la descripción de un proyecto, instruir al lector en detalles técnicos, conducir la atención hacia aspectos puntuales que son de interés del proyectista, narrar la experiencia del equipo técnico y con ello fundamentar la toma de decisiones, entre otros.

Algunos de los textos más comunes para la disciplina son las memorias técnicas y descriptivas de los proyectos arquitectónicos, pero no son menos importantes las reseñas que escriben los editores de revistas especializadas, ni las críticas y las reflexiones que podrían desprenderse de las anteriores, porque de ellas pueden inferirse temas que son de interés para teóricos e historiadores de la arquitectura.

García (2016) por ejemplo, estudia la memoria descriptiva del proyecto de arquitectura desde dos enfoques: como documento que recoge las variables de partida para el ejercicio de proyectar, y como recuento de la experiencia de diseño una vez que ha concluido el proyecto; dice además este autor, a partir de la investigación de Thoenes y Evers (2003), que el uso de la memoria descriptiva se generalizó cuando los artesanos de la construcción renacentista empezaron a escribir los primeros tratados de arquitectura, con lo cual expresaban su deseo por integrarse al círculo de eruditos de la corte y emanciparse del menosprecio social a los oficios manuales, que prevalecía durante la época medieval.

Un grupo importante de teóricos de la arquitectura se aproximan a los textos producidos junto con los proyectos de arquitectura, en busca del origen de las ideas que podrían guiar el proceso de diseño; grandes personalidades de la disciplina, como Steven Holl (en Pallasma, 2002) y Peter Eisenman (1999) centran parte de su trabajo teórico en indagar el origen de los conceptos rectores del hacer profesional en la arquitectura. En su planteamiento puede reconocerse la pretensión de construir una disciplina autónoma, capaz de reconstruirse a sí misma partir de los propósitos estéticos y técnicos del proyectista, del objeto arquitectónico en sí mismo y de los requerimientos de la sociedad sobre los anteriores.¹

El análisis de los textos y esquemas gráficos, que elaboran los profesionales al participar en los concursos de arquitectura, es un área de investigación todavía poco explorada en Latinoamérica. Como sostiene Tostrup (1996, p. 7), los concursos ofrecen una oportunidad única para investigar la relación entre diseño arquitectónico y texto por tres razones principales: en primer lugar,

por la importancia que tienen para los profesionales involucrados y la sociedad en general; en segundo lugar, porque el registro de las participaciones incluye textos descriptivos y evaluativos que están relacionados directamente con el proyecto (esquemas, modelos o fotografías); finalmente, porque expresan los valores hegemónicos de un período en particular.

Esta autora analiza los recursos retóricos que usan los proyectistas para argumentar a favor del contenido axiológico connotado en sus proyectos, e indaga la manera en que los proyectistas expresan valores como “nuevo”, “monumental”, “usable”, tanto en el texto escrito como en su correlación gráfica, lo cual ofrece un novedoso panorama para el análisis del objeto arquitectónico.

El proceso de producción de objetos arquitectónicos también puede abordarse desde otros puntos de vista, que permiten extender la comprensión de los fenómenos fuera de las fronteras de la disciplina. Sarfatti (1994), por ejemplo, propone un enfoque de investigación para los concursos de arquitectura como eventos discursivos: es decir, prácticas condicionadas y determinadas por los contextos sociohistóricos donde ocurren.

A partir del análisis de textos escritos para los concursos de arquitectura y registros de entrevistas, esta autora sostiene que esos eventos no se usan para promover la “competencia perfecta” entre sus participantes, sino que son medios para reproducir la ideología burguesa del arte, lo que a su vez sirve para mantener la inequidad de acceso al mercado de servicios de arquitectura. Vistos desde este punto de vista, los concursos de arquitectura nublan la línea entre “arte” y “comercio”, y contribuyen a la “negación de la economía” que caracteriza a los mercados donde se compran y venden los valores simbólicos. (Ibidem, 1994, p. 472)

Como puede observarse en los ejemplos anteriores, el análisis de los textos vinculados con la práctica de la arquitectura abre nuevas fronteras a la disciplina, y existen diferencias en los enfoques teórico-metodológicos entre los estudios descritos brevemente que conviene apuntar. En los primeros prevalece la intención de realizar una revisión historiográfica del objeto de estudio y la comprensión del texto como mecanismo de representación de la realidad; Tostrup (1996) describe los registros gráficos y emplea herramientas de análisis lingüístico para el examen de los textos escritos, a partir de las cuales infiere y clasifica los recursos retóricos que emplean en cada caso de estudio.

Sarfatti (1994) no centra su análisis en el *proyecto arquitectónico* —compuesto de esquemas

gráficos y texto escrito- sino que atiende al proceso donde éste se genera, y correlaciona su proceso de producción con los procesos de regulación de las relaciones sociales que se desprenden de él. De esta manera, son ámbitos de interés para la investigadora tanto el objeto de análisis, su contexto de producción y sus posibilidades como práctica constituyente y reguladora de otras prácticas sociales.

Dentro de esta última perspectiva de análisis es posible emplear los recursos teórico metodológicos de los *estudios del discurso*: un campo disciplinar que, de acuerdo con Stecher (2009, p. 96), empezó a gestarse de forma multidisciplinaria en la década de 1960 y cobró importancia global casi dos décadas después. De acuerdo con este último autor, existen varios enfoques dentro de los estudios del discurso; una de las perspectivas teórico-metodológicas que se puede identificar es el Análisis Crítico del Discurso (ACD), que se caracteriza ante todo por:

[...] estudiar las relaciones entre lenguaje y poder, buscando relevar el modo en que el discurso juega un rol central en los mecanismos de dominación y control social característicos de las sociedades capitalistas contemporáneas (Ibídem, 2009, p. 98).

Quienes desarrollan ACD asumen el compromiso por develar los mecanismos discursivos de legitimación que emplean las clases dominantes, ante las contradicciones que se pueden observar en las sociedades contemporáneas, hondamente marcadas por la inequidad, con el propósito de abrir nuevas posibilidades de resistencia y acción social ante los marcos culturales hegemónicos.ⁱⁱ En ese sentido, el discurso como práctica social está determinado históricamente por las estructuras sociales de las que surge, y al mismo tiempo es el medio para que los sujetos contribuyan activamente a construir y transformar el orden social.

En consecuencia, el análisis de los textos que acompañan los esquemas arquitectónicos ofrece nuevas opciones al desarrollo disciplinar; la elección del enfoque teórico-metodológico dependerá de las posibilidades y propósitos de la investigación, así como de la orientación teórico-metodológica que decida el investigador. Si se emplean las herramientas de análisis del discurso, se abre la posibilidad de estudiar el papel que cumple la producción de objetos arquitectónicos en la reproducción de las estructuras sociales de las que surge.

Este artículo forma parte de un proyecto de investigación doctoral donde se examinan las diferentes representaciones que realizan los

proyectistas, personajes legitimados, gestores y autoridades, de los sujetos y prácticas sociales involucrados en los procesos de intervención urbana del Centro Histórico de Ciudad de México, a partir del análisis de los textos elaborados con motivo del Concurso del Anteproyecto Conceptual para el Plan Maestro de La Merced del año 2013.ⁱⁱⁱ

El propósito de este artículo es destacar las posibilidades que ofrecen las herramientas de análisis del discurso para estudiar el papel que cumple el proceso de producción de objetos arquitectónicos en la reproducción de las estructuras sociales de las que surge; para ello, en este artículo interesa destacar los mecanismos de exclusión de actores sociales, la asignación de roles y la construcción de sujetos discursivos a partir de entidades abstractas, a través del análisis del discurso de los 3 documentos que componen la Convocatoria al Concurso indicado antes.

2. Enfoque teórico-metodológico

Si bien el análisis del discurso es un campo de conocimiento que ha cobrado particular importancia en la psicología social, la sociología crítica o los estudios de la comunicación, en los campos de la arquitectura y el urbanismo, aún es una aproximación marginal, desarrollada por unos cuantos teóricos; no obstante, el vasto espectro revistas especializadas, libros y encuentros académicos en los cuales se presentan los avances en la materia muestran las posibilidades analíticas de los estudios basados en el uso del lenguaje.

La multitud de visiones sobre el tema propicia que no exista una sola definición de *discurso*. Por ejemplo, puede comprenderse como una práctica social que se articula a partir del uso del lenguaje en contextos específicos, a través de la cual construimos formas de comunicación y de representación del mundo (Casalmiglia y Tusón, 2002), y el análisis del discurso como la forma en que los sujetos emplean el discurso para incidir en las relaciones sociales (Stecher, 2009).

Fairclough (1989) sostiene que discurso es el proceso total de interacción social, donde están incluidos tanto el proceso de producción como el de interpretación de un texto –entendido en su sentido mas amplio–, además de las condiciones sociales que inciden en su producción e interpretación. Lo anterior implica que los discursos son un mediador generado por los sujetos productores y consumidores, que a su vez están determinados por la construcción histórica del contexto de la interacción.

Con base en lo anterior, es posible asumir que la realidad social puede modelarse también a partir de la producción discursiva; quienes realizan

ACD sostienen que la realidad no es inmutable y que los sectores hegemónicos y dominantes de la sociedad tienen una mayor capacidad para modelar la realidad social a través de la producción y circulación masiva de discursos que favorecen sus intereses. Sin embargo, en este artículo no se parte del supuesto de que detrás de los textos está presente un discurso hegemónico que sirve a sus productores como herramienta de dominio, porque con ello se podría dejar de lado otras representaciones —quizás no hegemónicas— de los actores sociales que podrían resultar relevantes en términos del análisis.

También conviene apuntar que el discurso es un mediador entre relaciones sociales; por tanto, si bien es el objeto de análisis, no hay que olvidar que existen sujetos productores e interpretantes concretos del discurso que actúan en distintas situaciones de enunciación a partir de sus propias determinantes sociales. Si asumimos, como indica Franquesa (2002, p. 451) que el discurso está determinado por convenciones asociadas a las instituciones sociales que, al mismo tiempo, son reconstituidas o transformadas por el mismo ejercicio del discurso, es porque los sujetos productores y consumidores actúan sobre las instituciones sociales —y sobre sí mismos— por medio del discurso.

En segundo lugar, es pertinente explicar el ámbito del análisis que se propone, y que tiene que ver con la diferencia entre actor social y actor discursivo. Ambas son categorías abstractas: de acuerdo con Pardo (2005, pp. 168-169), el primero refiere a una categoría de la sociología con la cual se reconoce a los individuos, solos u organizados de acuerdo con sus intereses, que tienen la capacidad más o menos limitada de influir en la sociedad; el actor discursivo es la voz en el discurso, de quien se representa a sí mismo y a la vez, construye representaciones de otros actores y prácticas sociales durante la interacción.

En virtud de ello, el análisis de la representación de los sujetos en el discurso ofrece evidencias sobre la posición de un sujeto concreto —quien produce el discurso—, sus interpretaciones y actitudes con respecto a los sujetos y prácticas sociales que observa, así como la forma en que constituye discursivamente una representación de sí mismo. El análisis de las representaciones, elaboradas por los distintos sujetos involucrados en la práctica discursiva, podría también ofrecer una pista sobre el rol que tiene esta última en la construcción discursiva de actores y prácticas sociales, y el papel de los discursos como recursos de ideologización y estrategias de resistencia ante el pensamiento hegemónico. Sostiene Pardo que:

[...] la exploración de lo subjetivo en el discurso no se reduce a lo individual ni a la identificación de las opiniones personales que los actores formulan en torno a su realidad (Pardo, 2005, p. 169).

La representación de un actor discursivo de sí mismo también expresa, aun cuando no sea de forma explícita:

[...] su posición de clase, de género, de edad, de adscripción religiosa y política, de raza o etnia, sus identificaciones, sus formas de negociación o su direccionalidad a partir de las condiciones de producción y comprensión discursiva para expresarse intersubjetivamente sobre la realidad [...] (Ibíd., p. 170).

Finalmente, hay que señalar que existen distintos procedimientos metodológicos para el análisis de las representaciones de actores sociales en el discurso, que han sido desarrollados por parte de los principales referentes en este ámbito de estudio, de acuerdo con programas epistémicos muy amplios y ambiciosos. Fairclough (1995), por ejemplo, propone que no podemos comprender los principales cambios en la sociedad contemporánea si no atendemos a los cambios en las prácticas discursivas donde se expresan esas transformaciones, y a la vez no comprenderemos los discursos si no los analizamos desde la perspectiva amplia del ámbito sociocultural donde éstos se crean.

Por ese interés en estudiar los discursos a la par de las transformaciones en las sociedades que los producen, este autor plantea un modelo teórico para el análisis del discurso compuesto por tres “dimensiones” que, de acuerdo con Stecher (2009, p. 100) consiste en conceptualizar cualquier evento discursivo: a) como un texto; b) como un caso de práctica discursiva que involucra los procesos de producción e interpretación de textos; y c) en términos del marco situacional e institucional donde se desarrolla.

Franquesa (2002, pp. 452-453) sostiene que cada una de estas tres dimensiones corresponden con igual número de procesos de análisis: descripción del texto, interpretación de la relación entre texto e interacción y la explicación de la relación entre interacción y contexto social; por la manera en que describe el proceso metodológico es posible sostener que, para esta autora, el análisis de las representaciones de actores sociales en el discurso se incluye en la descripción del texto en general y el análisis de la sintaxis en particular.

En lo que corresponde a esto último, Franquesa señala que las distintas estructuras gramaticales existentes pueden usarse para indicar

la forma en que codificamos acontecimientos o relaciones en el mundo con respecto a los participantes involucrados en acciones, eventos y atribuciones. En las **acciones** por lo general aparecen estructuras del tipo S_V_O (sujeto-verbo-objeto) que involucran a un agente y un paciente, ya sean animados o inanimados:

- *Ana volvió a casa.* - *La pelota golpeó a la mujer.*

Donde *Ana* es un agente -participante activo- animado y *casa* un paciente inanimado – participante pasivo, que recibe la acción-. Los **eventos**, continúa Franquesa, se resuelven mediante oraciones del tipo S_V (sujeto-objeto) e involucran solo un participante que puede ser animado o inanimado:

- *Ana se fue.* - *La reunión ha empezado.*

Por último, las **atribuciones** son típicamente estructuras del tipo S_V_C (sujeto-verbo-complemento), involucran solo un participante y presentan un atributo del sujeto:

- *Ana es maestra de kinder.* - *El auto hace un ruido extraño.*

Para Franquesa (2002) lo relevante consiste en que hay textos donde el enunciador representa una acción, pero prescinde de alguno de los agentes participantes. Con ello es posible favorecer su percepción como eventos, lo que podría conducir a la lectura de los hechos como algo propio del devenir de la historia, natural y tal vez inevitable; presentar hechos de los cuales nadie es responsable o cualquiera puede ser sindicado como responsable sin que lo sea; o excluir a los sujetos beneficiarios de la acción de manera que parezca que afecta a todos cuando solo está dirigido a un grupo reducido de personas –y por tanto el efecto de la acción se desvanece-.

En el siguiente párrafo, extraído del sitio web *Distrito Merced* se puede observar cómo el autor prescinde del agente activo de la acción, de manera que induce a pensar que se trata de un evento que ocurre lejos del ámbito de acción de los sujetos concretos que desarrollan sus actividades en el área de mercados de La Merced; además, todos los agentes pasivos son inanimados y/o abstractos, y se muestran como entidades autónomas de los sujetos concretos, capaces de actuar por sí mismos:

La revalorización de la Merced, se plantea reconociendo la capacidad de resiliencia de esta zona, al sobreponerse a múltiples adversidades y dificultades al paso del tiempo. Con ello se busca propiciar y fortalecer el tejido social y el potencial

económico; reconocer su valor histórico y patrimonial; y lograr el equilibrio ambiental. Para lograr esto se prevé la incorporación de elementos de equipamiento, infraestructura, esquemas creativos de vivienda y mejorar la operación de los servicios públicos existentes (Distrito Merced. “Plan Maestro”, 2016).

En virtud de lo anterior es posible sostener que la descripción de textos en general, y la sintaxis en particular, son herramientas útiles para el análisis de las representaciones de sujetos en el discurso; van Leeuwen (1996), por otra parte, presenta un procedimiento metodológico que comparte algunos rasgos con la descripción de textos que describe Franquesa (2002), aunque con ciertas particularidades.^{iv}

Theo van Leeuwen es uno de los autores centrales en el campo del análisis crítico del discurso; de acuerdo con Stecher (2009, p. 97), la perspectiva teórico-metodológica para el estudio del discurso que desarrollan van Leeuwen y Gunther Kress podría denominarse *semiótica social*; aunque comparte con otros teóricos el propósito de establecer las formas en que los actores sociales se representan en el discurso, se distingue de ellos porque no parte de operaciones lingüísticas o de categorías de análisis lingüístico previamente establecidas, sino que se propone construir un inventario *sociosemiótico* de las maneras en que los actores sociales pueden representarse, cuestionar la relevancia de esa categorización y finalmente, volver a la cuestión de cómo aparecen en los textos escritos (van Leeuwen, 1996, p. 32).

Este autor plantea una serie de categorías de análisis y las resuelve en términos de recursos retóricos y lingüísticos. Para los propósitos de este artículo se consideran importantes los siguientes: en términos cualitativos, si existen actores sociales excluidos, la asignación de roles discursivos – incluyendo qué recursos se emplean, y a quiénes están dirigidas las acciones- y si los actores están representados de forma impersonal; en términos cuantitativos, quiénes están representados con mayor frecuencia.

La exclusión de actores del discurso, como reconoce van Leeuwen (1996, p. 38), es uno de los aspectos de mayor interés para estos análisis, porque quienes construyen las representaciones incluirán o excluirán actores discursivos para constituir una imagen de la realidad adecuada a sus intereses y propósitos. La primera cuestión a considerar es que, en algunos casos, la exclusión de actores o sus actividades no deja huellas en la representación; esto únicamente podrá reconocerse si se hace una comparación crítica de distintas representaciones de la misma práctica social, pero no en el análisis de un solo texto.

Cuando no hay una exclusión *radical* de actores de la representación es porque las actividades están incluidas, pero algunos o todos los actores involucrados en ellas están excluidos; en este artículo solamente se analizarán los documentos en busca de las siguientes formas de exclusión no radical: empleo de enunciados en voz pasiva, contextualización y sustantivación.^{vi}

La asignación de roles consiste en distinguir quiénes son representados como sujetos activos –agentes- y quiénes tienen un rol pasivo –pacientes-; esto importante porque en la representación se pueden redistribuir los roles y reorganizar las relaciones entre participantes, aun cuando no exista una correlación plena entre la construcción discursiva y la realidad. Lo más importante son los recursos que emplean los productores del discurso para representar de manera pasiva a los actores discursivos, ya sea que se presenten como beneficiarios de las acciones o si están subyugados a un agente.

La última distinción abre la puerta al tercer aspecto de análisis cualitativo propuesto en este artículo. Van Leeuwen (1996, pp. 59-61) encuentra que, en ocasiones, los actores sociales se representan sin que quede de manifiesto su cualidad “humana”. Por ejemplo, en un hipotético caso de una conmemoración ante un desastre natural, en un periódico local podría aparecer el siguiente titular:

Mexicanos recuerdan a las víctimas del huracán.

Pero esa no es la única manera de representar ese acontecimiento. El nombre propio *Mexicanos* puede cambiarse por otro sustantivo, de manera que queda implícito el mensaje anterior pero con una connotación distinta:

México recuerda a las víctimas del huracán.

Es posible usar *México* en lugar de *Mexicanos* porque, en ese contexto, ambas tienen un contenido muy similar. *México* representa una entidad territorial real, con estructura político-administrativa y una población que se reconoce a sí misma a partir de la cualidad común de la nacionalidad, pero también puede usarse como un nombre colectivo que engloba a los sujetos que nacieron en ella; también puede connotar algo distinto que *Mexicanos*: unión, solidaridad, empatía, entre otros. De esta manera *México* es un sujeto discursivo que efectúa la acción de recordar.

El autor denomina *impersonalización* al procedimiento de construir un sujeto discursivo a partir de una entidad abstracta. De acuerdo con van Leeuwen (1996, p. 60) a través de este recurso pueden alcanzarse uno o varios de los siguientes

objetivos: ocultar la identidad y/o el rol de un actor social en la práctica representada en el discurso; otorga autoridad impersonal o poder a una actividad o cualidad de un actor social; finalmente, puede añadir connotaciones positivas o negativas a una práctica o una declaración de un actor. Es por ello que este recurso abunda en el lenguaje burocrático y otros aspectos sociales donde la organización de las actividades humanas está basada en la negación de la responsabilidad personal.

3. Análisis de representaciones de actores sociales en los textos de la Convocatoria

En este artículo examinamos las representaciones de los sujetos involucrados en los procesos de intervención urbana del Centro Histórico de Ciudad de México, a partir del análisis de la convocatoria al Concurso del Anteproyecto Conceptual para el Plan Maestro de La Merced del 2013. El propósito es destacar las posibilidades que ofrecen las herramientas de análisis del discurso para estudiar el papel que cumple la producción de objetos arquitectónicos en la reproducción de las estructuras sociales de las que surge, e identificar los posibles patrones compartidos entre las representaciones de los sujetos que aparecen en los textos bajo el supuesto de que, a través de ellas, es posible inferir la posición, interpretaciones y actitudes del sujeto enunciativo con respecto a los sujetos discursivos y prácticas sociales que observa.

Como se indicó antes, este artículo forma parte de un proyecto de investigación doctoral donde se examinan las diferentes representaciones que realizan los proyectistas, personajes legitimados, gestores y autoridades, de los sujetos y prácticas sociales involucrados en los procesos de intervención urbana del Centro Histórico de Ciudad de México, a partir del análisis de los textos elaborados con motivo del Concurso del Anteproyecto Conceptual para el Plan Maestro de La Merced del año 2013.

En este artículo presentamos únicamente el análisis de actores sociales representados en la convocatoria pública para el Concurso del Anteproyecto Conceptual para el Plan Maestro de La Merced; interesan los mecanismos de exclusión de actores sociales, la asignación de roles y la construcción de sujetos discursivos a partir de entidades abstractas.

El área comercial de La Merced es una de las más grandes y complejas de Ciudad de México: se ubica al oriente del Centro Histórico y se compone por una serie de mercados entre los que se encuentran: Nave Mayor, Nave Menor, Merced 2000, San Ciprián, Ampudia, entre otros; la Nave

Mayor fue construida en 1957 como parte de un programa de reformas que tenían como objetivo brindar mejores condiciones para el comercio popular.

Desde mucho antes de la construcción de los distintos mercados, los habitantes de la zona, junto con una multitud de vendedores y compradores, construyeron históricamente un

Figura 1 – Nave Mayor del Mercado de La Merced, en la década de 1960.



Fuente: El Universal, México D.F. Recuperado de:
http://fotos.eluniversal.com.mx/coleccion/muestra_fotogaleria.html?idgal=20089

Figura 2 – Incendio de la Nave Mayor del Mercado de La Merced, en febrero de 2013.



Fuente: Rosas, V. (2013). *Arden en La Merced al menos 800 locales*. México D.F: El Universal. Recuperado de:
<http://archivo.eluniversal.com.mx/notas/906695.html>

complejo entramado social alrededor de distintas formas de comercio formal e informal, al cual no son ajenos problemas como la prostitución, delincuencia o drogadicción. En la madrugada del 27 de febrero de 2013 ocurrió un incendio en la Nave Mayor de la Merced -edificio catalogado como Patrimonio Artístico Nacional- que afectó a más de mil comerciantes y devastó cerca de la mitad del inmueble: en respuesta, el Gobierno de la ciudad elaboró un diagnóstico preliminar y en septiembre de 2013 designó a los integrantes del Consejo Consultivo para el Rescate Integral de La Merced, quienes a su vez instalaron un Comité Técnico y convocaron un concurso público de ideas para elaborar un Plan Maestro del sector.

La convocatoria fue publicada a través del sitio web: www.rescateintegraldelamerced.com.mx el 31 de octubre de 2013; cuando se recogió la información necesaria para el análisis, este sitio web ya no estuvo disponible en línea^{vii} por lo que fue necesario acudir a servicios de indexado en línea que registran copias de páginas web que, por cualquier razón, no están disponibles momentáneamente o han sido borradas del servidor de origen. De esta manera se reconstruyeron 3 documentos que corresponden con: la Presentación, la Convocatoria y las Bases.

a. El primer aspecto de interés corresponde a los mecanismos de exclusión de actores sociales. El análisis se lleva a cabo con base en las siguientes formas de exclusión no radical (van Leeuwen, 1996, pp. 38-42): empleo de enunciados en voz pasiva, sustantivación y contextualización.

La contextualización es una de las formas más usuales de exclusión no radical. Estrictamente hablando, no hay supresión del sujeto discursivo, lo que ocurre es que no se lo menciona en relación con alguna actividad pero sí aparece en otro lugar del texto, y se puede deducir con cierta facilidad quién es y cual es su rol discursivo. Este recurso aparece en los 3 documentos de la Convocatoria; en total se usa 8 veces: 3 en la Presentación, 4 en la Convocatoria y 1 en las Bases.

La supresión de la voz pasiva es la segunda forma de exclusión no radical de interés para este artículo, y se puede explicar de la siguiente manera: en español, podemos describir un suceso a través de estructuras sintácticas activas o pasivas: en la primera el sujeto de la acción es quien actúa, mientras en el segundo recibe la acción de parte de un complemento agente. En los textos de la Convocatoria podemos encontrar ejemplos de estos dos tipos de estructuras sintácticas:

(1)
El Gobierno del Distrito Federal y el Consejo Consultivo para el Rescate Integral de La Merced

a través de la Secretaría de Desarrollo Económico y con el apoyo técnico del Colegio de Arquitectos de la Ciudad de México A.C. y la Sociedad de Arquitectos Mexicanos A.C. convocan al: Concurso del Anteproyecto Conceptual para el Plan Maestro de La Merced (Rescate Integral La Merced. “Presentación”, 2013).

En el párrafo anterior todas las entidades tienen un rol activo –convocan–; lo contrario sucede en el siguiente ejemplo:

(2)
En la evaluación de las propuestas se considerarán como ejemplos los siguientes: [...]
(Rescate Integral La Merced. “Bases”, 2013).

Donde no está explícito quién realiza la acción de *evaluar* –si preguntamos: ¿quién *evalúa* las propuestas?, no encontraremos respuesta en el enunciado: al emplear estructuras sintácticas en voz pasiva, el autor excluye al sujeto para dar relevancia y protagonismo a la acción.

En los 3 documentos de la Convocatoria aparecen 18 casos de estructuras sintácticas activas, como el ejemplo (1), en donde están representados explícitamente los sujetos de la acción; además, en 2 ocasiones se muestran actores asociados para realizar una acción –como en el ejemplo (1)–, y en los demás se representan actores individuales. También hay 17 casos de voces pasivas, en los que se representa explícitamente a sujetos subyugados a las distintas acciones. En:

(3)
[...] el rescate integral de la Zona Comercial de La Merced es una oportunidad inaplazable de conjuntar esfuerzos para la creación de un entorno de reciclamiento urbano con una renovada identidad, economía y dinámica social (Rescate Integral La Merced. “Convocatoria”, 2013).

No está explícito quién es el sujeto que realiza la acción de *rescatar*, pero sí quien es el beneficiario; también en otros 2 casos se presentan sujetos pasivos asociados. En el cuadro 1 se muestran los sujetos representados explícitamente en los documentos de la Convocatoria, en voz activa y voz pasiva.

Cuadro 2 – Sujetos representados en voz activa y voz pasiva.

Voz activa	Documento	Voz pasiva	Documento
El Gobierno del Distrito Federal y el Consejo Consultivo para el Rescate Integral de La Merced a través de la Secretaría de Desarrollo Económico y con el apoyo técnico del Colegio de Arquitectos de la Ciudad de México A.C. y la Sociedad de Arquitectos Mexicanos A.C	Presentación	los locatarios	Presentación
La Zona Comercial de La Merced	Presentación	la histórica identidad de la zona	Presentación
los sectores público, social y privado	Presentación	las bóvedas de la Nave Mayor del Mercado de La Merced	Presentación
Jefe de Gobierno del Distrito Federal Miguel Ángel Mancera Espinosa	Convocatoria	la Merced	Convocatoria
integrantes del Consejo	Convocatoria	periodista Jacobo Zabudovsky	Convocatoria
Consejo Consultivo para el rescate Integral de La Merced	Convocatoria	La Zona Comercial de La Merced	Convocatoria
La Merced	Convocatoria	el mercado Merced Nave Mayor	Convocatoria
el GDF	Convocatoria	arquitectos, ingenieros, urbanistas, historiadores, antropólogos	Convocatoria
Concurso	Convocatoria	aspectos de vivienda	Convocatoria
anteproyecto conceptual	Convocatoria	Zona Comercial conocida como La Merced	Bases
Ideas	Convocatoria	aspectos de vivienda	Bases
Las propuestas	Convocatoria	la zona	Bases
Concurso	Bases	habitantes, trabajadores, visitantes y usuarios	Bases
Ideas	Bases	locales actuales	Bases
Las propuestas	Bases	mercado Merced	Bases
propuestas que fortalezcan	Bases	el carácter artístico del edificio	Bases
propuestas que permitan	Bases	un área de influencia	Bases
propuestas que contribuyan	Bases		

Fuente: Elaboración propia.

Existen otros casos en que el sujeto discursivo de la acción se excluye completamente de la representación a través del uso de la voz pasiva *refleja*, como en el siguiente ejemplo:

(4)
Por sus características se pone de manifiesto la importancia de unir disciplinas para rescatar su cultura e historia, para orientar el desarrollo urbano y económico en la construcción de ciudad [...] (Rescate Integral La Merced. “Presentación”, 2013).

En (4) destacan 2 asuntos: el pronombre personal sus y el adjetivo posesivo su indican un caso de exclusión por contextualización –en este caso, *Zona Comercial de La Merced* es el sujeto pasivo de la acción que fue excluido-. Luego, el uso del pronombre se implica también una forma de exclusión: es una oración en voz pasiva refleja, donde no está explícito el sujeto de la acción pero sí quien la recibe, por lo cual se asemeja al ejemplo (3). Dentro de los 3 documentos de la

Convocatoria en total aparecen 8 casos como (4), de los cuales 2 están en la Presentación, 2 en la Convocatoria y 4 en las Bases.

Para terminar con las formas de exclusión no radical que interesan a este artículo, los ejemplos (2) y (3) permiten explicar en qué consiste la sustantivación y cómo se enlaza esta forma de exclusión no radical con el empleo de enunciados con voz activa y pasiva. De acuerdo con Moya y Albentosa (2001, p. 379) en los textos escritos dentro del ámbito académico-institucional, a diferencia del discurso oral cotidiano, predomina la exclusión de los agentes a partir de características como la utilización de verbos sustantivados y el empleo de la voz pasiva: de esta manera se presenta un texto completo en sí mismo, impersonal y atemporal, desligado del contexto.

Formamos sustantivaciones cuando transformamos un verbo en un nombre. Con este recurso, convertimos discursivamente procesos en entidades autónomas, lo cual puede implicar la anulación de uno o varios de los participantes de la acción que denotaba el verbo antes de su

transformación, bien porque pueden deducirse del contexto lingüístico, porque no son relevantes para los fines del proceso de comunicación o porque el sujeto productor del discurso decide omitirlos. Sostienen Moya y Albentosa (Ibídem, p. 380), que esa omisión de sujetos participantes (agente, paciente o destinatario del proceso) que propicia la sustantivación es el factor que aporta precisión y objetividad.

En los 3 documentos de la Convocatoria hay un número importante de acciones sustantivadas (cuadro 2).

Convocatoria; la descripción de los resultados involucra tanto a los sujetos activos –agentes o actores– como a los pasivos –pacientes–: en el primer caso se trata ante todo de distinguir cuáles aparecen con mayor frecuencia y en qué contexto, y en el segundo caso distinguir si aparecen como beneficiarios de la acción, o representados bajo el dominio de otro sujeto o entidad.

Los dos primeros documentos – Presentación y Convocatoria– se diferencian del tercero –Bases– en que, en este último, los actores discursivos son únicamente entidades abstractas. El

Cuadro 2 – Sujetos representados y sustantivaciones.

No. de sujetos representados	No. de sustantivaciones	%	Sustantivaciones	Documento
18	6	30%	renovación reorganización (2) activación creación reciclamiento	Presentación
23	4	17%	rescate integral (2) creación utilización	Convocatoria
26	6	23%	construcción utilización rescate evaluación inserción reconstrucción	Bases
67	16	24%	<i>Total</i>	

Fuente: Elaboración propia.

El total de sujetos discursivos del conjunto de documentos de la Convocatoria es la suma de aquellos representados explícitamente y los excluidos de la representación. De los 67 sujetos discursivos representados en los 3 documentos, el 24% son sustantivaciones, 12% supresión de agentes por el uso de voz pasiva refleja y 12% supresión por contextualización; lo último no es un dato menor, si consideramos que hay 18 casos de estructuras sintácticas activas y 17 pasivas –que suman 35, el 52% del total de sujetos representados en los 3 textos de la Convocatoria–.

b. La asignación de roles discursivos –incluido qué recursos se emplean, y a quiénes están dirigidas las acciones– es el segundo aspecto de análisis cualitativo que interesa en esta investigación. Como se explicó antes, consiste en distinguir quiénes son representados como sujetos activos y quiénes tienen un rol pasivo, los recursos que emplean los productores del discurso para representar a los distintos actores de forma activa o pasiva, y estos últimos ante quiénes se subyugan.

En el Cuadro 1 se muestran los sujetos discursivos no excluidos de la representación, que aparecen en los 3 documentos que conforman la

productor del discurso construye las entidades *concurso*, *ideas* o *propuestas*, y les confiere cualidades:

(5)

Se entiende por anteproyecto conceptual el conjunto de ideas que en el futuro contribuyan a la construcción de un Plan Maestro de Rescate Integral para la zona [...] (Rescate Integral La Merced. “Bases”, 2013).

Donde, por ejemplo, las ideas se representan como entidades autónomas de las relaciones sociales con la cualidad de *contribuir a la construcción de un Plan*; lo mismo sucede para las otras dos entidades. Además, *propuestas* es el sujeto activo mas frecuente entre todos los actores discursivos de los textos de la Convocatoria.

En los documentos: Presentación y Convocatoria, los actores Gobierno del DF, Consejo Consultivo, integrantes del Consejo Consultivo, Secretaría de Desarrollo Económico Sedeco, Colegio de Arquitectos de la Ciudad de México A.C. y la Sociedad de Arquitectos Mexicanos A.C CAM-SAM, Jefe de Gobierno del DF M.A. Mancera, son sujetos activos protagonistas de la acción de convocar; además, no

están representados de la misma manera, puesto que guardan unos con otros distintos grados de subyugación. En (1) la jerarquía de los actores es bastante clara: el GDF y el Consejo Consultivo están en el mismo nivel, la Sedeco está subyugada a las otras y comparte grado con CAM-SAM, aunque esta última no se encuentra dentro de la estructura organizativa del GDF –su rol consiste en el apoyo técnico, pero también está implícito que aporta prestigio institucional-. En (6) el rol protagónico corresponde al Jefe de Gobierno: también es la única ocasión en que aparece un actor discursivo concreto como agente, y representado con su investidura:

(6)
El 21 de octubre anterior, el jefe de Gobierno del Distrito Federal Miguel Ángel Mancera Espinosa, instaló el Consejo Consultivo para el rescate Integral de La Merced, el cual será el responsable de determinar el proyecto y anteproyecto que [...] (Rescate Integral La Merced. “Convocatoria”, 2013).

En (6) el Consejo Consultivo es un actor subyugado al Jefe de Gobierno, pero a la vez es agente para: *determinar el proyecto y anteproyecto*. El último actor discursivo de trascendencia en el conjunto de representaciones de este grupo de documentos es *Zona Comercial de la Merced/La Merced*:

(7)
“La Zona Comercial de La Merced constituye una parte del centro histórico fuertemente cargada de historia y cultura [...]” (Rescate Integral La Merced. “Presentación”, 2013).

Con respecto a este último ejemplo es necesario considerar 2 aspectos. En primer lugar, que este sujeto discursivo aparece como agente solo una vez en la Presentación y en la Convocatoria, y representado bajo las cualidades: su historia y cultura. Esta representación de un sujeto abstracto conduce a cuestionar el rol que le otorga el sujeto productor del discurso, toda vez que apenas lo construye con base en 2 propiedades, sumamente ambiguas pero donde no caben, por ejemplo, cuestiones como el comercio informal, la prostitución o la venta de drogas, que son fenómenos sociales evidentes en el sector.

El segundo aspecto a considerar es que el sujeto discursivo *La Merced* –con sus variantes: *Zona Comercial de La Merced*, *la zona-* es también paciente en contextos como (3) y (4). Junto con *mercado Merced* y sus variantes, además de otros sujetos pacientes –*locatarios*, *habitantes*, *trabajadores*, *visitantes* y *usuarios-*, *La Merced* está subyugado a

sujetos no explícitos representados a través de sustantivaciones y supresión de agentes a través del uso de la voz pasiva refleja.

c. El tercer aspecto cualitativo de interés para el análisis de los documentos consiste en determinar cuáles son los sujetos discursivos construidos a partir de entidades abstractas y su rol dentro del texto. Como ya se observó en el Cuadro 1, son muy pocos los sujetos discursivos que aparecen explícitamente con su nombre propio o por medio de sustantivos que permitan identificar a sujetos concretos; en voz activa participa *jefe de Gobierno del Distrito Federal Miguel Ángel Mancera Espinosa*, mientras que en voz pasiva aparece *periodista Jacobo Zabłudovsky*, ambos en el documento de la Convocatoria: no aparecen actores discursivos con las mismas cualidades en la Presentación ni en las Bases.

Los anteriores son los únicos sujetos discursivos que se identifican plenamente por su nombre, pero además están representados con cualidades extra textuales: en el caso de *Jefe de Gobierno del Distrito Federal* está connotada su capacidad como la máxima autoridad civil de la entidad, lo que le otorga legitimidad a su acción de *convocar*; el sujeto discursivo *periodista Jacobo Zabłudovsky*, tal como el anterior, se puede asociar con múltiples connotaciones, pero cabría esperar que el sujeto productor del discurso otorgue legitimidad a las acciones de los dos sujetos discursivos, no deslegitimarlos: sin embargo está presente, por ejemplo, la posibilidad de asociar al primero con la represión de protestas sociales, la urbanización caótica, corrupta y descontrolada que perjudica a la gran mayoría de habitantes de Ciudad de México, y la consolidación de grupos del crimen organizado durante su mandato, y al segundo con el periodismo lacayo del poder político de turno o con el rol que ocupó frente a la población inmediatamente después de la masacre del 2 de octubre de 1968.

En un segundo nivel podemos colocar a *integrantes del Consejo* como sujeto activo, y *los locatarios; arquitectos, ingenieros, urbanistas, historiadores, antropólogos; habitantes, trabajadores, visitantes y usuarios* como actores pasivos. En este caso aún es posible identificar el sujeto discursivo con personas concretas, pero estas últimas están representadas solo a través de las cualidades genéricas establecidas para ellos en el discurso: en consecuencia no es posible conocer si entre locatarios, por ejemplo, hay tensiones no resueltas o potenciales conflictos que precedan al -o puedan surgir a partir del- proceso de intervención previsto para la zona.

En tercer nivel se encontrarían el *Gobierno del Distrito Federal*, *Consejo Consultivo para el Rescate Integral de La Merced*, *Secretaría de Desarrollo Económico*,

Colegio de Arquitectos de la Ciudad de México A.C. y la Sociedad de Arquitectos Mexicanos A.C.; sectores público, social y privado; el GDF como sujetos activos. Estos aparecen únicamente en la Presentación y en la Convocatoria, no en las Bases, y no están representados como sujetos pasivos; su rol como sujetos discursivos impersonales -que tienen correlato con instituciones o grupos de personas no identificados plenamente en los textos- consiste en legitimar el proceso, brindar autoridad y añadir connotaciones positivas a las acciones representadas.

En cuarto lugar se encuentran las entidades abstractas representadas como sujetos discursivos, con capacidad de actuar por sí mismas independientemente de los sujetos sociales concretos que actúan a través de ellas. *Zona Comercial de La Merced; La Merced* como sujetos activos; además, *la histórica identidad de la zona; las bóvedas de la Nave Mayor del Mercado de La Merced; la Merced; el mercado Merced Nave Mayor; el carácter artístico del edificio* y otras similares en contenido semántico que se encuentran como sujetos pasivos, son construcciones discursivas extra textuales que se emplean para contextualizar espacialmente a los actores y prácticas sociales, pero también para implicar que existen usos y valores legitimados previamente.

En el mismo nivel están las *ideas; propuestas; concurso; anteproyecto conceptual*. Son, igualmente, construcciones discursivas abstractas que se representan en términos positivos, como entidades autónomas de las relaciones sociales, con capacidad para transformar los espacios e incidir en las prácticas sociales. En los tres textos de la Convocatoria predominan las representaciones de entidades abstractas como sujetos discursivos con capacidad de actuar por sí mismos: el 72% de los sujetos activos y el 76% de los sujetos pasivos corresponden con esta clasificación.

4. Conclusiones

El propósito de este artículo es destacar las posibilidades que ofrecen las herramientas de análisis del discurso para estudiar el papel que cumple la producción de objetos arquitectónicos en la reproducción de las estructuras sociales de las que surge; para ello se analizan los mecanismos de exclusión de actores sociales, la asignación de roles y la construcción de sujetos discursivos a partir de entidades abstractas, en los 3 documentos que conforman la Convocatoria al Concurso del Anteproyecto Conceptual para el Plan Maestro de La Merced del año 2013.

Si bien en este artículo se presentan resultados parciales de una investigación mas

amplia, el análisis de las representaciones de actores sociales en los tres documentos de la Convocatoria permite encontrar las siguientes regularidades discursivas: la inclusión de actores sociales en el discurso es una excepción, y predomina la representación de entidades abstractas con capacidad para transformar la realidad: en ese sentido, otros estudios podrán ofrecer evidencias acerca de las implicaciones de esa forma particular de toma de posición ante los sujetos y prácticas sociales, pero aquí es posible apuntar las siguientes:

En primer lugar, que una Convocatoria a concurso de proyectos de arquitectura es trascendente porque de ahí pueden desprenderse acciones que afectarán las formas de vida de un número muy importante de personas; cuando se emplean sustantivaciones y se representan entidades abstractas como actores sociales, la identidad de los responsables de los proyectos de intervención -con sus valores e intereses- y las tensiones sociales no resueltas quedan ocultas detrás de eslóganes y lugares comunes.

El Rescate Integral -el propósito de la Convocatoria- no está definido en los documentos que se analizan: es probable que su uso dentro del lenguaje de la disciplina -y en el discurso hegemónico sobre las intervenciones en espacios públicos de los Centros Históricos- faculte a los promotores del concurso a prescindir de cualquier explicación: en ese sentido, el análisis del discurso abre la posibilidad para discernir en qué medida el proceso de producción de objetos arquitectónicos reproduce las estructuras sociales de las que surge.

En efecto, el análisis de los textos escritos dentro de ACI brinda la oportunidad para discernir acerca de las prácticas sociales de las que surge -y de las que forma parte-, en tanto se describan esas condiciones de producción y se establezcan enlaces lógicos entre texto y contexto. Los hallazgos preliminares permiten sostener que, quienes produjeron la Convocatoria, construyeron una representación de actores sociales y les asignaron roles discursivos de manera que los sujetos concretos se muestran subyugados de las entidades abstractas.

También hay que recordar que la Convocatoria al concurso se dio luego del incendio de la Nave Mayor de La Merced en febrero de 2013 y de un primer proceso de intervención fallido, en el que únicamente se buscaba la rehabilitación del inmueble; el concurso permitió a las autoridades legitimar un proceso de intervención de toda la zona oriente del Centro Histórico de Ciudad de México, históricamente relacionada con el caos, la violencia, la ilegalidad y el desorden, pero también con patrimonio cultural y oportunidades para obtener grandes beneficios económicos.

Es por ello que, en la cuestión de la exclusión está presente el uso de sustantivaciones y supresión de actores discursivos que ocultan la identidad de los personajes concretos con interés en la rehabilitación de un área económicamente muy activa -con excepción del Jefe de Gobierno, máxima autoridad civil y el único capaz legalmente para convocar a un concurso, y el periodista Jacobo Zabludovsky, conocido por su militancia en favor de la protección del Centro Histórico-, y también la exclusión discursiva, con su probable correlato con la proscripción que puedan sufrir los pobladores en este proceso de intervención urbana, y el rol que asumen los profesionales de la arquitectura para que todo lo anterior se lleve a cabo.

Nuevamente, el análisis de los textos de la Convocatoria no basta para sostener que esa relación ocurra de forma generalizada, pero es muy común en la disciplina de la arquitectura que el objetivo de una intervención sea consolidar una entidad abstracta -como por ejemplo, el rescate del patrimonio cultural- y no los sujetos concretos; por ello cabe preguntarse si el uso de ese lenguaje entre estudiantes, profesionales, profesores, autoridades y gestores no implica la proscripción y anulación real de los sujetos excluidos de las representaciones.

Lo anterior es relevante en tanto el análisis de las representaciones de actores sociales en los textos de la Convocatoria muestra que los pobladores, los profesionales que participan del diseño arquitectónico e incluso los objetos arquitectónicos están subordinados a entidades abstractas como *propuestas*, *ideas* o *concurso*; la primera de las nombradas es el sujeto activo con mayor número de representaciones en los textos de la convocatoria, lo que implica que tiene un sitio central mientras que los actores sociales concretos son receptores anónimos de las acciones que generan los proyectos.

Finalmente, la gran mayoría de sustantivaciones que aparecen en los textos de la convocatoria se pueden encontrar en revistas especializadas de arquitectura, en libros de amplia difusión y en los discursos políticos de los gestores urbanos. En el caso de los Centros Históricos, por ejemplo, los temas de renovación, rescate, reciclamiento o activación son muy comunes, aunque en su empleo queden ocultos quiénes son los actores y las prácticas sociales que, de acuerdo con el discurso, prácticamente obligan a otra parte de la población a tomar esas acciones; estas acciones sustantivadas se presentan completas en sí mismas, desligadas del contexto, impersonales y atemporales.

Los resultados parciales que se exponen en el presente artículo permiten sostener que este medio de análisis abre la posibilidad para realizar

nuevas interpretaciones de los procesos de producción de objetos arquitectónicos; los hallazgos preliminares indican que, en el uso del lenguaje que se emplea en la disciplina, está implícita la representación de sujetos discursivos subyugados a los proyectos de arquitectura. En ese sentido, se requiere constatar si las regularidades discursivas encontradas en los textos de la Convocatoria aparecen también en otros textos, como por ejemplo en los proyectos presentados al Concurso del Anteproyecto Conceptual para el Plan Maestro de La Merced.

Por lo anterior, se requiere también constatar que la exclusión de actores sociales de las representaciones en los discursos se refleja en los proyectos y en los procesos de intervención física de los objetos arquitectónicos. En ese caso, los concursos de arquitectura también ofrecen la posibilidad de realizar análisis comparados entre las representaciones de actores sociales que realizan los sujetos que convocan, con respecto a las representaciones que ofrecen quienes realizan las propuestas arquitectónicas, y cómo resuelven estos últimos la exclusión y subordinación de los actores concretos ante los intereses de las élites hegemónicas.

Como se indicó anteriormente, este artículo es parte de un proyecto mas amplio de investigación, en el cual se examinan las representaciones que realizan los proyectistas, personajes legitimados, gestores y autoridades, de los actores sociales involucrados en el Concurso del Anteproyecto Conceptual para el Plan Maestro de La Merced del año 2013. En él, se analiza la Convocatoria junto con los textos que acompañan los esquemas gráficos arquitectónicos, presentados por los 3 premios y 6 menciones, además de una serie de documentos producidos por autoridades, personalidades del medio local interesados en la renovación urbana del Centro Histórico de Ciudad de México y funcionarios públicos.

Se espera que los resultados del proceso de investigación permita sostener que las regularidades encontradas en el análisis de la Convocatoria también aparecen en los otros textos, de manera que sea factible cuestionar si este uso del lenguaje, común entre los practicantes de la arquitectura, indica una forma de interpretar y modelar la realidad que conduce a una separación progresiva de las necesidades reales de la población y el abandono de su rol social en beneficio de los intereses de las élites hegemónicas; es probable que las representaciones de la realidad, reducidas e incompletas, impliquen la producción de proyectos de arquitectura poco ligados con las necesidades concretas y mas cercanos a representaciones totalitarias donde no tienen cabida los excluidos.

5. Referencias Bibliográficas

- Casalmiglia, H. y Tusón, A. (2002) *Las cosas del decir. Manual de análisis del discurso*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Consejo Consultivo para el Rescate de La Merced (2014) *100 Visiones por La Merced. Distrito Merced*. México D.F.: Secretaría de Desarrollo Económico del Distrito Federal.
- Distrito Merced (2016) Recuperado de: <http://distritomerced.mx>. Último acceso: 19 marzo 2018.
- Eisenman, P. (1999) *Diagram Diaries*. New York: Universe Publishing.
- Fairclough, N. (1989) *Language and power*. New York: Longman.
- _____ (1995) *Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language*. London: Longman.
- Franquesa, A. (2002) Breve reseña de la aplicación del análisis crítico del discurso a estructuras léxico-sintácticas. *Onomázein*, 7, 449-462.
- García, W. (2016) A priori, A Posteriori: la memoria descriptiva como reflexión teórica en arquitectura. *Apuntes*, 29(1), 96-109.
- Pallasmaa, J. (2002) Pensamiento, materia y experiencia. Una conversación con Steven Holl. *El Croquis*, 108 Steven Holl 1998-2002, 6-27
- van Leeuwen, T. (1996) The Representation of Social Actors. En: Caldas, C. y Coulthard, M. *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*, 32-70, London: Routledge
- Lobato, J. (2010) *Idea, diagrama y argumento del proyecto arquitectónico en los concursos de arquitectura*. Biblioteca Vasconcelos en la Cd. de México (2003-2010). México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, Tesis para obtener el título de Doctor en Arquitectura.
- Moya, A. y Albentosa, J. (2001) Objetividad y abstracción en el discurso científico. Palmer, J., Posteguillo, S., Fortanet, I. (eds.) *Discourse analysis and terminology in languages for specific purposes*. Valencia: Universitat Jaume I, 379-387.
- Muñoz, A. (2008) *El proyecto de arquitectura. Concepto, proceso y representación*. Barcelona: Editorial Reverté S.A.
- Pardo, N. (2005) Representación de los actores armados en conflicto en la prensa colombiana. *Forma y Función* 18, 167-196.
- Rescate Integral La Merced (2013) Recuperado de: <http://www.rescateintegraldelamerced.com.mx/>. Último acceso: 4 febrero 2018.
- Sarfatti, M. (1994). Architectural Competitions as Discursive Events. *Theory and Society*, 23(4), 469-504.
- Stecher, A. (2009) El análisis crítico del discurso como herramienta de investigación psicosocial del mundo del trabajo. *Discusiones desde América Latina. Universitas Psychologica*, 9(1), 93-107.
- Thoenes, C. y Evers, B. (2003). *Teoría de la arquitectura: del Renacimiento a la actualidad*. Köln: Taschen.
- Tostrup, E. (1996). *Architecture and Rhetoric. Text and Design in Architectural Competitions*, Oslo 1939-90. Oslo: Oslo School of Architecture.

Notas

ⁱ Con frecuencia, investigadores latinoamericanos basan sus estudios en las especulaciones teóricas de los arquitectos internacionales de mayor prestigio. Tal es el caso, por ejemplo, de Lobato (2010) o Muñoz (2008), entre otros.

ⁱⁱ Para mayor información al respecto, se recomienda revisar el artículo de Stecher (2009, pp. 95-99).

ⁱⁱⁱ En la investigación doctoral se estudian 37 documentos en total: en primer lugar, el texto de la Convocatoria -3 documentos-; en segundo lugar, la transcripción de una sección del libro 100 Visiones por la Merced, entre los que se encuentran los textos escritos por el Jefe de Gobierno y el Secretario de Desarrollo Económico de Ciudad de México, el acta del concurso y las transcripciones de los textos incluidos en las láminas de los 3 premios y 6 menciones premiadas en el concurso -19 documentos-; finalmente, los textos incluidos en el sitio web *Distrito Merced*, el principal medio de comunicación del Gobierno local acerca del proceso de intervención urbano arquitectónico -15 documentos-. El objetivo es identificar los posibles patrones compartidos entre las representaciones que aparecen en los textos bajo el supuesto de que, a través de ellas, es posible inferir la posición del sujeto enunciador con respecto a los sujetos discursivos y prácticas sociales que observa, así como sus interpretaciones y actitudes hacia estos últimos

^{iv} A continuación se expondrán las categorías de actores sociales que se emplearán en el análisis; no es de interés transcribir ni comentar a detalle todo el texto de van Leeuwen (1996); para mayor información se sugiere revisar el texto indicado, pp. 38-65.

^v Otros autores imprescindibles en la disciplina y sus correspondientes enfoques teórico metodológicos son: Teun Van Dijk –enfoque cognitivo-, Ruth Wodak –método histórico-discursivo-, Norman Fairclough –perspectiva de cambio sociocultural y cambio discursivo-. (Stecher, 2009, p. 97)

^{vi} Con el fin de ofrecer al lector una aproximación mas ágil al tema, la definición de estas formas de exclusión en el apartado correspondiente al análisis del corpus.

^{vii} El último registro de rastreo del sitio www.rescateintegraldelamerced.com.mx en la base de datos del servicio web *wayback machine* corresponde al 18 de diciembre de 2014.